



## Documento IPREV 00005380/2024

### Dados do Cadastro

---

**Entrada:** 20/08/2024 às 13:31

**Setor origem:** IPREV/GEINV - Gerência de Investimentos

**Setor de competência:** IPREV/DINV - Diretoria de Investimentos

**Interessado:** IPREV-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDO FINANCEIRO

**Classe:** Comunicação Eletrônica sobre Ata de Reunião

**Assunto:** Ata de Reunião

**Detalhamento:** REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS/SC - 27/08/2024 - DOCUMENTOS E ATA

**CONVOCAÇÃO REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RPPS/SC**

Prezados membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC,

Como Presidente do Comitê de Investimentos, no uso das atribuições conferidas pelo art. 8º do Decreto 32 de 04 de fevereiro de 2015, convoco os membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC para a reunião ordinária mensal, a ser realizada na sala de reuniões anexa ao gabinete (10º andar), no **dia 27 de agosto (terça) de 2024, às 14:00 hs**, para discussão e deliberações acerca da seguinte **PAUTA**:

1. Posição carteira em JULHO/2024;
2. Cenários Macroeconômicos;
3. Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos – JULHO/2024;
4. Política de Investimentos para 2025.

Todos os documentos pertinentes a reunião estarão disponíveis no SGP-e no DOCUMENTO IPREV 5380/2024.

Atenciosamente,

Abelardo Osni Rocha Júnior  
Diretor de Administração  
Presidente Comitê de Investimentos do RPPS/SC



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **L2V309KN**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**ABELARDO OSNI ROCHA JUNIOR** (CPF: 041.XXX.279-XX) em 20/08/2024 às 14:42:22

Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 06/06/2022 - 09:41:35 e válido até 05/06/2025 - 09:41:35.  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFfMDAwMDUzODBfNTM4NV8yMDI0X0wyVjMwOUtO> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IPREV 00005380/2024** e o código **L2V309KN** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO**  
JULHO 2024



Prezados Senhores,

Este documento tem por objetivo apresentar as principais características e informações referente a sua carteira de investimentos, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da mesma.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

Informações adicionais sobre quaisquer empresas, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros podem ser obtidas mediante solicitação.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o dia 31.07.2024.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela LDB CONSULTORIA FINANCEIRA.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe LDB Empresas.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

**RENDA FIXA** **98,72%**

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatild. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV IRF-M 1+	3,62	0,30	1,51	1,43	12.714.673,82	1,70	302.563.150,26	4,20
BB	BB	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	0,60	0,09	1,04	4,91	133.878.982,05	17,93	6.518.185.291,57	2,05
BB	BB	BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	3,92	0,29	2,07	0,82	84.091.151,96	11,26	4.446.980.761,25	1,89
BB	BB	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,74	0,09	0,89	4,12	46.063.904,83	6,17	4.921.617.196,95	0,94
BB	BB	BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	6,20	0,48	3,20	-2,18	4.322.552,48	0,58	1.220.483.112,09	0,35
BB	BB	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,06	0,04	0,89	6,02	12.131.406,00	1,62	11.435.716.002,81	0,11
BB	BB	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,06	0,04	0,91	6,15	327.475.114,15	43,86	31.204.215.776,09	1,05
<b>Sub-total Artigo 7º I, Alínea b</b>							<b>620.677.785,29</b>	<b>83,14</b>		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatild. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV RF FLUXO FIC	0,06	0,04	0,82	5,56	116.349.188,27	15,58	3.802.123.463,62	3,06
<b>Sub-total Artigo 7º III, Alínea a</b>							<b>116.349.188,27</b>	<b>15,58</b>		
<b>Renda Fixa</b>							<b>737.026.973,56</b>	<b>98,72</b>		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENDA VARIÁVEL

1,28%

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatild. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	12,83	1,36	1,65	-7,86	9.557.943,58	1,28	314.301.967,74	3,04
		<b>Sub-total Artigo 8º I</b>	<b>12,83</b>	<b>1,36</b>	<b>1,65</b>	<b>-7,86</b>	<b>9.557.943,58</b>	<b>1,28</b>		
		Renda Variável	12,83	1,36	1,65	-7,86	9.557.943,58	1,28		
		Total	1,24	0,10	1,08	4,13	746.584.917,14	100,00		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Enquadramento da Carteira

Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Política de Investimentos			Pró-Gestão Nivel 2	
				Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
<b>Renda Fixa</b>								
Artigo 7º I, Alinea b	Fundos 100% Títulos Públicos	620.677.785,29	83,14	0,00	85,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alinea a	Fundos Renda Fixa	116.349.188,27	15,58	0,00	13,00	60,00	0,00	70,00
	<b>Total Renda Fixa</b>	<b>737.026.973,56</b>	<b>98,72</b>					<b>100,00</b>
<b>Renda Variável</b>								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	9.557.943,58	1,28	0,00	2,00	30,00	0,00	40,00
	<b>Total Renda Variável</b>	<b>9.557.943,58</b>	<b>1,28</b>					<b>40,00</b>
<b>Total</b>		<b>746.584.917,14</b>	<b>100,00</b>					

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Rentabilidades por Artigo**

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alinea b % do CDI	1,12 123,25	4,01 64,92	2,50 98,02	3,55 68,85	8,70 75,58	6.862.584,58	23.877.303,68
Artigo 7º III, Alinea a % do CDI	0,82 90,28	5,56 90,11	2,29 89,90	4,64 90,01	10,41 90,46	945.051,35	7.621.330,29
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	1,65 -1,37	-7,86 -2,99	-0,28 -1,66	-3,36 -3,28	0,51 -4,17	155.134,38	-815.725,84
<b>ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO (Total)</b>						<b>7.962.770,31</b>	<b>30.682.908,13</b>

**RESULTADO POR ATIVO**

Artigo 7º I, Alinea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREV IRF-M 1+	12.526.051,06	0,00	0,00	0,00	12.714.673,82	188.622,76	179.447,26
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	132.506.522,96	0,00	0,00	0,00	133.878.982,05	1.372.459,09	6.269.043,75
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	82.382.268,42	0,00	0,00	0,00	84.091.151,96	1.708.883,54	465.394,35
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	45.655.954,36	0,00	0,00	0,00	46.063.904,83	407.950,47	2.996.126,26
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	4.188.643,94	0,00	0,00	0,00	4.322.552,48	133.908,54	-228.222,58
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	12.024.613,36	0,00	0,00	0,00	12.131.406,00	106.792,64	556.194,04
BB RF REFERENCIADO DI TÍTULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	324.531.146,61	0,00	0,00	0,00	327.475.114,15	2.943.967,54	13.639.320,60
	613.815.200,71	0,00	0,00	0,00	620.677.785,29	6.862.584,58	

Artigo 7º III, Alinea a (Fundos Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREV RF FLUXO FIC	115.404.136,92	0,00	0,00	0,00	116.349.188,27	945.051,35	7.621.330,29
	115.404.136,92	0,00	0,00	0,00	116.349.188,27	945.051,35	

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado	
						Financ. Mês (R\$)	Financ. Ano (R\$)
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	9.402.809,20	0,00	0,00	0,00	9.557.943,58	155.134,38	-815.725,84
	9.402.809,20	0,00	0,00	0,00	9.557.943,58	155.134,38	

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

## Análise de Liquidez

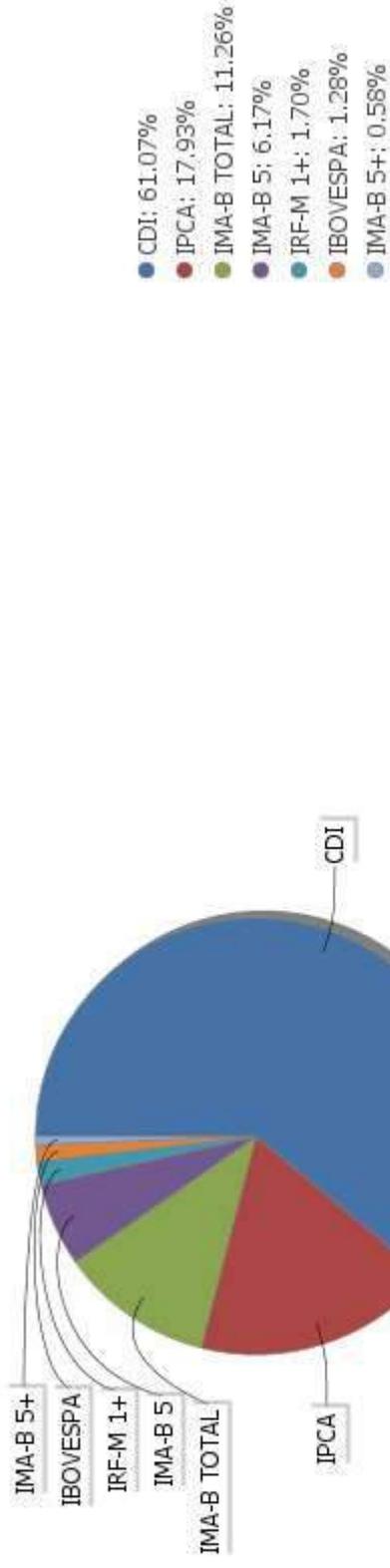
Período	Valor (R\$)	(%)	(%) Limite Mínimo P.I.	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
de 0 a 30 dias	746.584.917,14	100,00	80,00	746.584.917,14	100,00	80,00
de 31 dias a 365 dias	0,00	0,00	0,00	746.584.917,14	100,00	80,00
acima de 365 dias	0,00	0,00	0,00	746.584.917,14	100,00	80,00

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

### Alocação por Artigo

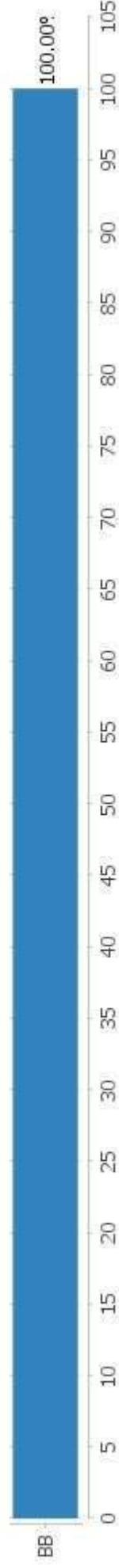


### Alocação Por Estratégia



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Gestor



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial**

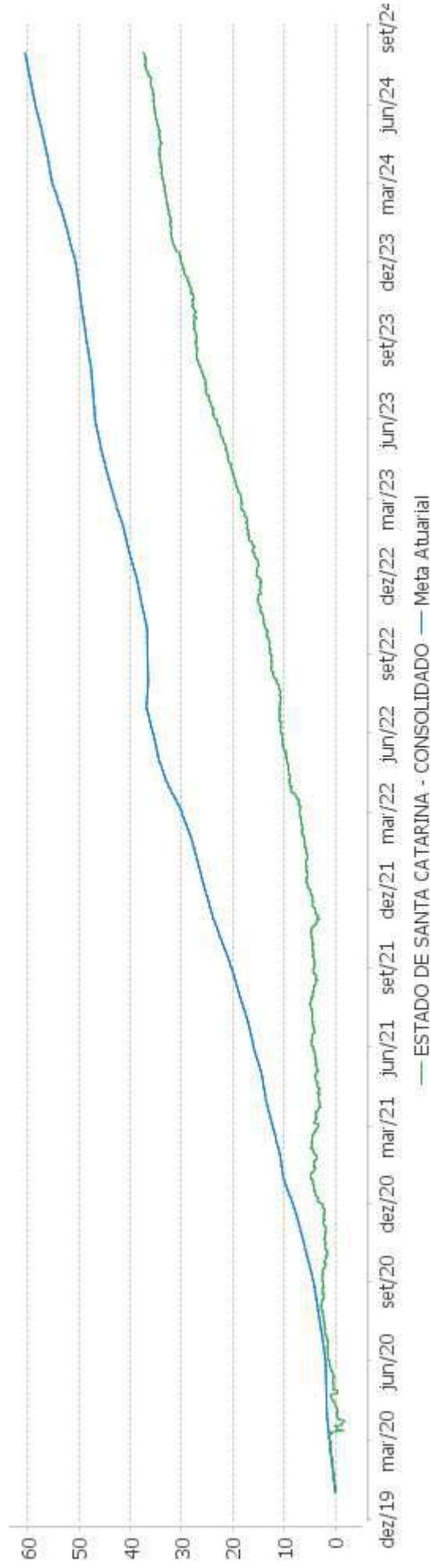
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2024	0,46	0,68	0,56	-0,08	0,92	0,44	1,08	0,58	0,45	0,33	1,59	1,47	4,13
INPC + 4,50%	0,96	1,15	0,54	0,76	0,83	0,60	0,66	0,36	0,25	0,26	0,24	0,69	5,62
p.p. indexador	-0,49	-0,47	0,02	-0,83	0,09	-0,16	0,41	0,22	0,20	0,07	1,36	0,79	-1,49
2023	0,99	0,88	1,43	1,09	1,47	1,63	0,94	0,58	0,45	0,33	1,59	1,47	13,62
INPC + 1,72%	0,61	0,89	0,80	0,65	0,51	0,04	0,05	0,36	0,25	0,26	0,24	0,69	5,47
p.p. indexador	0,38	-0,02	0,63	0,44	0,96	1,59	0,88	0,22	0,20	0,07	1,36	0,79	8,15
2022	0,31	0,78	1,62	0,76	0,95	0,38	0,49	0,97	0,92	1,32	0,22	0,76	9,89
INPC + 1,55%	0,80	1,12	1,85	1,16	0,58	0,75	-0,47	-0,17	-0,19	0,59	0,50	0,83	7,57
p.p. indexador	-0,49	-0,33	-0,23	-0,40	0,36	-0,37	0,96	1,14	1,11	0,73	-0,28	-0,06	2,32
2021	-0,44	-0,71	-0,27	0,46	0,49	0,18	-0,09	-0,16	0,17	-0,87	1,43	0,77	0,94
IPCA + 2,89%	0,48	1,07	1,19	0,54	1,07	0,77	1,21	1,12	1,40	1,48	1,18	0,99	13,23
p.p. Indexador	-0,91	-1,78	-1,46	-0,08	-0,58	-0,59	-1,31	-1,28	-1,23	-2,35	0,25	-0,22	-12,29
2020	0,46	0,40	-1,10	0,57	0,79	0,60	0,99	-0,41	-0,44	-0,00	0,62	2,20	4,74
IPCA + 3,16%	0,48	0,47	0,34	-0,06	-0,13	0,52	0,65	0,50	0,90	1,12	1,14	1,63	7,81
p.p. indexador	-0,02	-0,07	-1,44	0,63	0,92	0,08	0,34	-0,91	-1,34	-1,12	-0,52	0,57	-3,07

Performance Sobre a Meta Atuarial

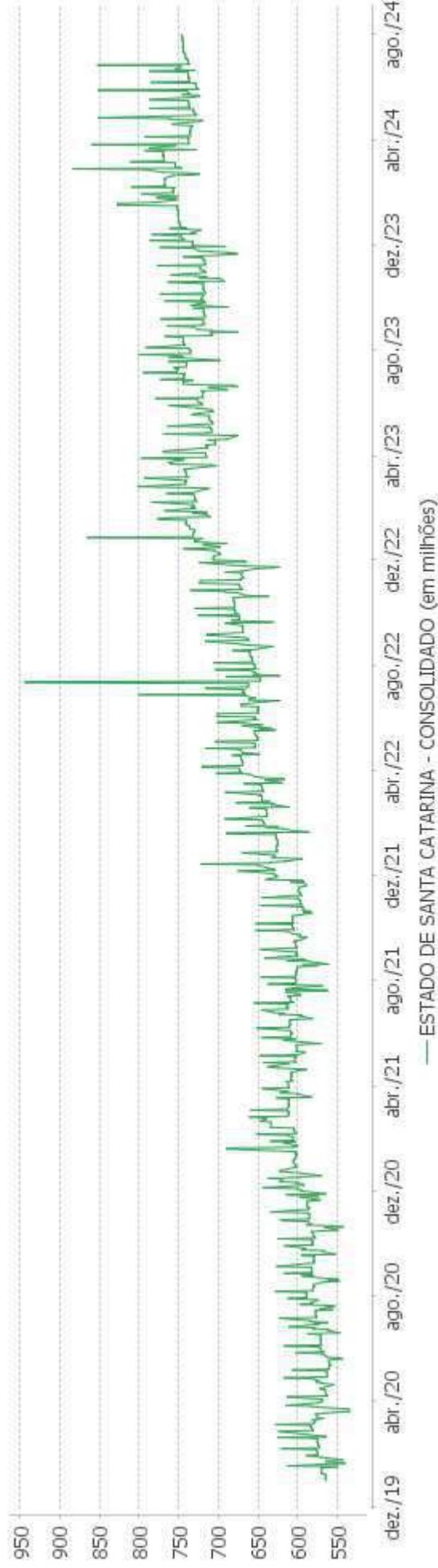
	Relatório						
	Quantidade	Perc. (%)	Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
Meses acima - Meta Atuarial	25	45,45	03 meses	2,45	2,11	0,35	0,94
Meses abaixo - Meta Atuarial	30	54,55	06 meses	3,65	4,62	-0,97	0,99
			12 meses	8,81	7,52	1,29	1,24
		Mês	24 meses	23,36	13,14	10,22	1,45
Maior rentabilidade da Carteira	2,20	2020-12	36 meses	31,75	27,41	4,34	1,56
Menor rentabilidade da Carteira	-1,10	2020-03	48 meses	33,80	43,01	-9,20	1,76
			Desde 31/12/2019	37,45	46,27	-8,82	2,21

### EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

#### Evolução

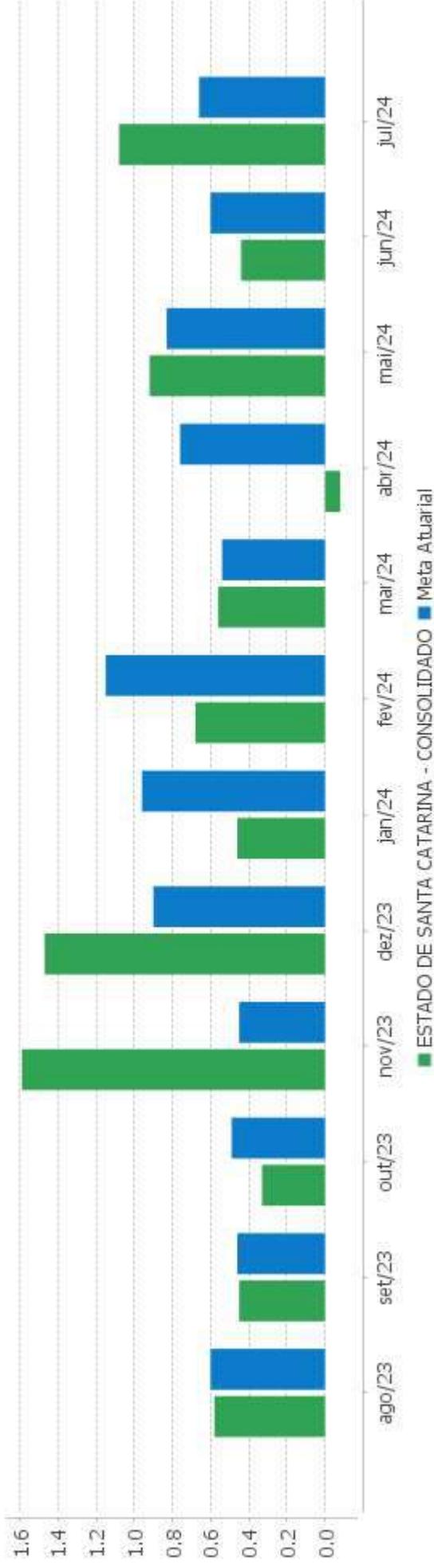


#### Patrimônio Líquido



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

### Performance dos Fundos

Fundo	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
<b>Varição da Estratégia</b>							
BB PREV IRF-M 1+	1,51	1,43	1,31	0,86	6,85	25,86	26,78
Var. IRF-M 1+ p.p.	-0,05	-0,34	-0,13	-0,31	-0,53	-1,24	-1,59
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	0,89	4,12	2,31	3,44	7,91	19,88	31,52
Var. IMA-B 5 p.p.	-0,02	-0,14	-0,06	-0,12	-0,25	-0,49	-0,94
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	1,04	4,91	2,15	4,03	10,06	25,62	33,23
Var. IPCA p.p.	0,66	2,04	1,10	1,59	5,56	16,95	13,62
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	0,89	6,02	2,48	5,03	11,22	26,04	37,67
% do CDI	97,91	97,54	97,43	97,52	97,51	97,68	97,72
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	2,07	0,82	2,39	1,31	4,13	19,89	23,44
Var. IMA-B TOTAL p.p.	-0,02	-0,15	-0,06	-0,12	-0,25	-0,62	-0,99
BB RF REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LONGO PRAZO	0,91	6,15	2,54	5,14	11,45	26,56	38,53
% do CDI	100,00	99,59	99,56	99,61	99,49	99,63	99,95
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	3,20	-2,18	2,42	-0,67	0,71	19,75	15,51
Var. IMA-B 5+ p.p.	-0,04	-0,21	-0,10	-0,17	-0,31	-0,85	-1,21
BB PREV RF FLUXO FIC	0,82	5,56	2,29	4,64	10,41	24,18	34,41
% do CDI	90,28	90,11	89,90	90,01	90,42	90,70	89,25
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	1,65	-7,86	-0,28	-3,36	0,51	15,25	-2,23
Var. IBOVESPA p.p.	-1,37	-2,99	-1,66	-3,28	-4,17	-8,49	-7,03
ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO	1,08	4,13	2,45	3,65	8,81	23,36	31,75
Var. INPC + 4,50% p.p.	0,41	-1,49	0,35	-0,97	0,09	5,75	-3,56
CDI	0,91	6,18	2,55	5,16	11,51	26,66	38,55
IBOVESPA	3,02	-4,87	1,37	-0,08	4,68	23,74	4,80
INPC + 6,00%	0,79	6,50	2,48	5,36	10,28	20,99	41,20
IPCA + 6,00%	0,92	6,43	2,56	5,45	10,74	22,05	42,36

Fundos abaixo do Benchmark

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Cotização e Taxas**

Fundo	Aplicação		Resgate		Taxas	
	Cotização	Liquidação	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	D+1 du	D+0	D+1 du	D+3 du	1,00	1,00
BB PREV IRF-M 1+	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,30
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	D+0	D+0	D+3 du	D+3 du		0,30
BB PREV RF FLUXO FIC	D+0	D+0	D+0	D+0	1,00	1,00
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,20
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,20
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	D+0	D+0	D+2 du	D+2 du		0,20
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	D+0	D+0	D+0	D+0		0,10

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Indexadores**

**Renda Fixa**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IRF-M 1	0,94	5,49	2,37	4,62	10,81	26,14	36,37	39,08	46,74
IRF-M 1+	1,55	1,77	1,44	1,17	7,38	27,10	28,37	24,09	39,00
IRF-M TOTAL	1,34	2,87	1,71	2,19	8,37	26,19	30,49	28,67	41,29
IMA-B 5	0,91	4,27	2,37	3,56	8,16	20,37	32,46	39,16	51,45
IMA-B 5+	3,24	-1,97	2,52	-0,51	1,03	20,60	16,72	17,12	26,27
IMA-B TOTAL	2,09	0,97	2,45	1,43	4,38	20,51	24,43	27,57	37,98
IMA-GERAL TOTAL	1,36	3,81	2,36	3,33	8,64	24,49	31,89	34,10	43,92
IDKA 2	0,75	3,98	2,01	3,15	8,12	19,52	31,61	39,35	51,45
IDKA 20	6,19	-6,65	2,88	-3,43	-3,72	23,96	4,78	3,52	8,64
CDI	0,91	6,18	2,55	5,16	11,51	26,66	38,55	41,92	47,93

**Renda Variável**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IBOVESPA	3,02	-4,87	1,37	-0,08	4,68	23,74	4,80	24,04	25,38
IBRX 100	2,90	-4,51	1,13	0,00	5,15	22,39	2,42	23,65	26,33
IBRX 50	3,15	-3,17	1,57	1,02	6,82	24,69	4,81	28,10	28,40
SMALL CAP	1,49	-13,59	-2,33	-7,53	-13,35	1,79	-31,36	-17,55	-11,07
Índice Consumo - ICON	2,01	-12,31	0,40	-4,34	-15,32	-14,69	-47,16	-45,60	-38,99
Índice Dividendos - IDIV	1,89	-1,58	2,90	2,00	11,06	31,85	31,21	49,86	55,10

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

### Investimentos Estruturados

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
S&P 500	3,01	35,40	20,06	30,27	43,70	45,91	38,90	83,71	178,66

### Investimentos Imobiliários

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
FIX	0,52	1,61	-0,50	0,94	5,24	19,57	19,14	23,11	26,52

### Investimentos no Exterior

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
MSCI ACWI	3,40	30,98	17,81	27,34	37,49	39,32	24,28	60,53	133,51

### Indicadores Econômicos

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,38	2,87	1,05	2,44	4,50	8,67	19,61	30,37	33,38
INPC	0,26	2,95	0,97	2,36	4,06	7,73	18,64	30,33	33,84
IGPM	0,61	1,71	2,33	1,64	3,82	-4,19	5,46	41,14	54,22
SELIC	0,91	6,18	2,55	5,16	11,51	26,66	38,55	41,92	47,93

### Meta Atuarial

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	0,74	5,25	2,07	4,46	8,66	17,50	34,49	52,40	62,17
IPCA + 5,00%	0,83	5,84	2,31	4,95	9,70	19,76	38,39	58,31	70,09
IPCA + 5,50%	0,87	6,14	2,44	5,20	10,22	20,90	40,36	61,34	74,17
IPCA + 5,89%	0,91	6,37	2,53	5,39	10,63	21,79	41,92	63,72	77,40
IPCA + 6,00%	0,92	6,43	2,56	5,45	10,74	22,05	42,36	64,40	78,32
INPC + 4,00%	0,62	5,33	1,98	4,37	8,21	16,49	33,39	52,35	62,74
INPC + 6,00%	0,79	6,50	2,48	5,36	10,28	20,99	41,20	64,35	78,94

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Movimentações**

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
	Total		0,00	0,00		

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

### Análise de Risco

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0% Value-At-Risk (R\$): 3.532.527,98 Value-At-Risk: 0,47%

	Volatilidade <sup>(1)</sup>	VaR <sup>(2)</sup>	Limite <sup>(5)</sup>	CVaR <sup>(3)</sup>	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
Artigo 7º	0,88	0,43	5,00	0,42	0,19	1,07	737.026.973,56	98,72
Artigo 8º	10,96	6,04	20,00	0,05	0,07	1,65	9.557.943,58	1,28
<b>ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO</b>		<b>0,47</b>		<b>0,47</b>			<b>746.584.917,14</b>	<b>100,00</b>

**Renda Fixa** Value-At-Risk: 0,43%

Artigo 7º I, Alinea b

Ativo	Volatilidade <sup>(1)</sup>	VaR <sup>(2)</sup>	CVaR <sup>(3)</sup>	BVaR <sup>(4)</sup>	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV IRF-M 1+	4,20	2,00	0,03	0,04	0,14	1,51	12.714.673,82	1,70
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	0,92	0,43	0,07	0,43	0,14	1,04	133.878.982,05	17,93
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	4,44	2,23	0,24	0,01	0,26	2,07	84.091.151,96	11,26
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,76	1,01	0,06	0,01	-0,01	0,89	46.063.904,83	6,17
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	7,16	3,16	0,02	0,04	0,32	3,20	4.322.552,48	0,58
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	0,00	0,01	0,00	0,01	-4,41	0,89	12.131.406,00	1,62
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,91	327.475.114,15	43,86
<b>Sub-total</b>	<b>1,04</b>	<b>0,51</b>	<b>0,42</b>		<b>0,20</b>	<b>1,12</b>	<b>620.677.785,29</b>	<b>83,14</b>

Artigo 7º III, Alinea a

Ativo	Volatilidade <sup>(1)</sup>	VaR <sup>(2)</sup>	CVaR <sup>(3)</sup>	BVaR <sup>(4)</sup>	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	0,01	-0,00	0,01	-17,80	0,82	116.349.188,27	15,58
<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,01</b>	<b>-0,00</b>		<b>-17,80</b>	<b>0,82</b>	<b>116.349.188,27</b>	<b>15,58</b>

**Renda Variável** Value-At-Risk: 6,04%

Artigo 8º I

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade <sup>(1)</sup>	Var <sup>(2)</sup>	CVaR <sup>(3)</sup>	BVaR <sup>(4)</sup>	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	10,96	6,04	0,05	1,48	0,07	1,65	9.557.943,58	1,28
<b>Sub-total</b>	10,96	6,04	0,05		0,07	1,65	9.557.943,58	1,28

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)

(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)

(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(5) Limite Política de Investimentos (%)



**ESTADO DE SANTA CATARINA - FUTURO**  
JULHO 2024



Prezados Senhores,

Este documento tem por objetivo apresentar as principais características e informações referente a sua carteira de investimentos, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da mesma.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

Informações adicionais sobre quaisquer empresas, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros podem ser obtidas mediante solicitação.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o dia 31.07.2024.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela LDB CONSULTORIA FINANCEIRA.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe LDB Empresas.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Posição de Ativos e Enquadramento**

**RENDA FIXA** 100,00%

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatild. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,06	0,04	0,89	3,91	1.904.347,10	100,00	11.435.716.002,81	0,02
<b>Sub-total Artigo 7º I, Alínea b</b>										
Renda Fixa										
<b>Total</b>										
			0,02	0,04	0,89	4,55	1.904.347,10	100,00	1.904.347,10	100,00

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

## Enquadramento da Carteira

Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Política de Investimentos			Pró-Gestão Nivel 2	
				Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
<b>Renda Fixa</b>								
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	1.904.347,10	100,00	0,00	85,00	100,00	100,00	
<b>Total Renda Fixa</b>		<b>1.904.347,10</b>	<b>100,00</b>				<b>100,00</b>	
<b>Total</b>		<b>1.904.347,10</b>	<b>100,00</b>					

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Rentabilidades por Artigo**

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	0,89 97,91	3,91 97,43	2,48 97,43			16.763,95	36.008,75
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	0,00 0,00	0,90 19,06	0,14 5,54			0,00	288,29
<b>ESTADO DE SANTA CATARINA - FUTURO (Total)</b>						<b>16.763,95</b>	<b>36.297,04</b>

**RESULTADO POR ATIVO**

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	1.887.583,15	0,00	0,00	0,00	1.904.347,10	16.763,95	36.008,75
	1.887.583,15	0,00	0,00	0,00	1.904.347,10	16.763,95	

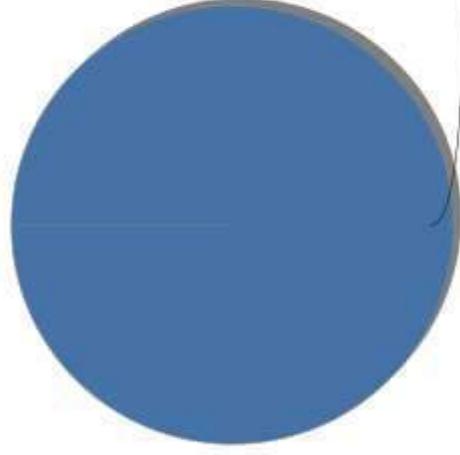
## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

## Análise de Liquidez

Período	Valor (R\$)	(%)	(%) Limite Mínimo P.I.	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
de 0 a 30 dias	1.904.347,10	100,00	80,00	1.904.347,10	100,00	80,00
de 31 dias a 365 dias	0,00	0,00	0,00	1.904.347,10	100,00	80,00
acima de 365 dias	0,00	0,00	0,00	1.904.347,10	100,00	80,00

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

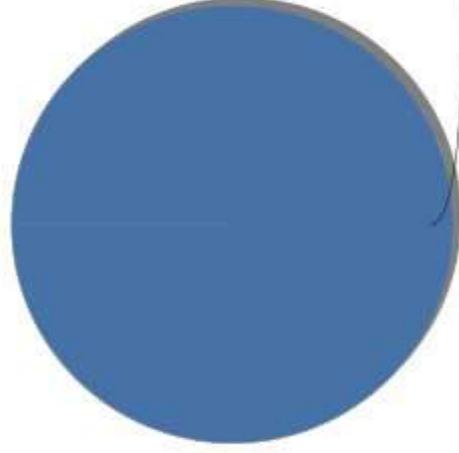
**Alocação por Artigo**



Artigo 7º I, Alínea b

● Artigo 7º I, Alínea b: 100,00%

**Alocação Por Estratégia**

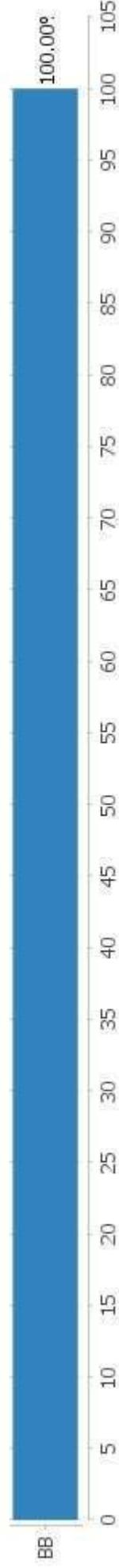


CDI

● CDI: 100,00%

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Alocação por Gestor**



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial**

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2024			0,79	0,86	0,81	0,77	0,89						4,55
INPC + 4,50%			0,54	0,76	0,83	0,60	0,66						4,00
p.p. Indexador			0,25	0,11	-0,02	0,17	0,22						0,55

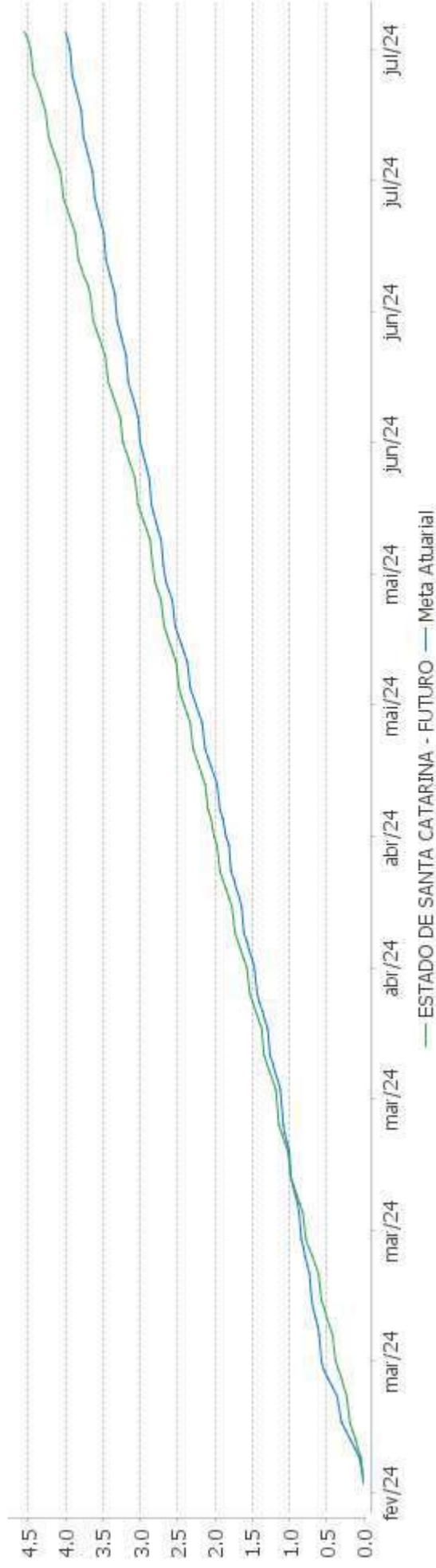
Performance Sobre a Meta Atuarial

Relatório

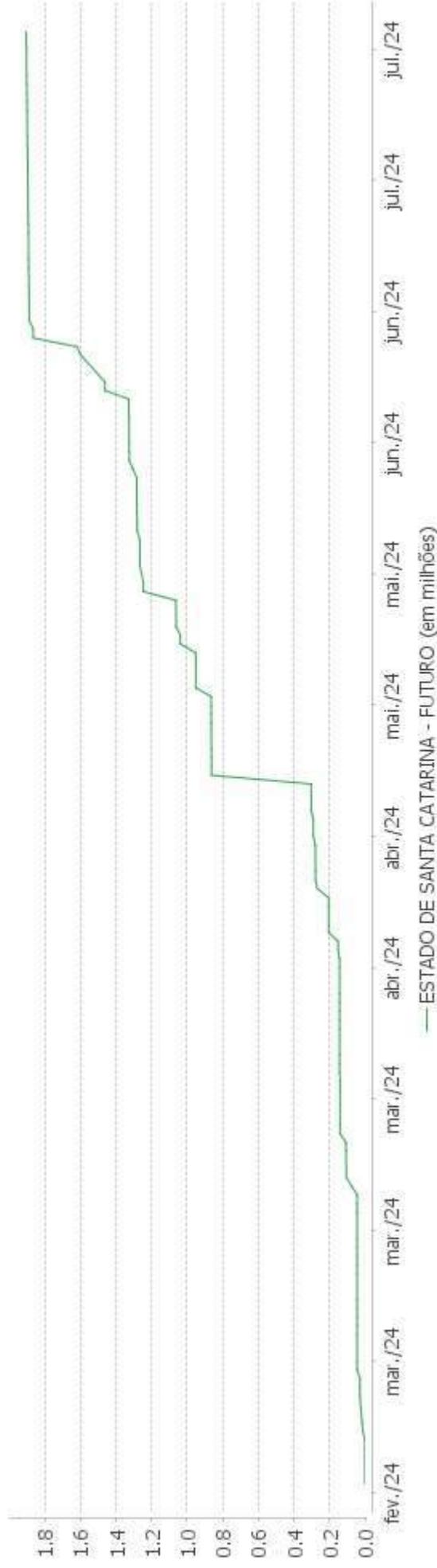
	Quantidade	Perc. (%)	Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
Meses acima - Meta Atuarial	4	80,00	03 meses	2,48	2,11	0,38	0,01
Meses abaixo - Meta Atuarial	1	20,00	06 meses				
			12 meses				
			24 meses				
Maior rentabilidade da Carteira	0,89	2024-07	Desde 16/02/2024	4,55	4,00	0,55	0,02
Menor rentabilidade da Carteira	0,77	2024-06					

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Evolução**

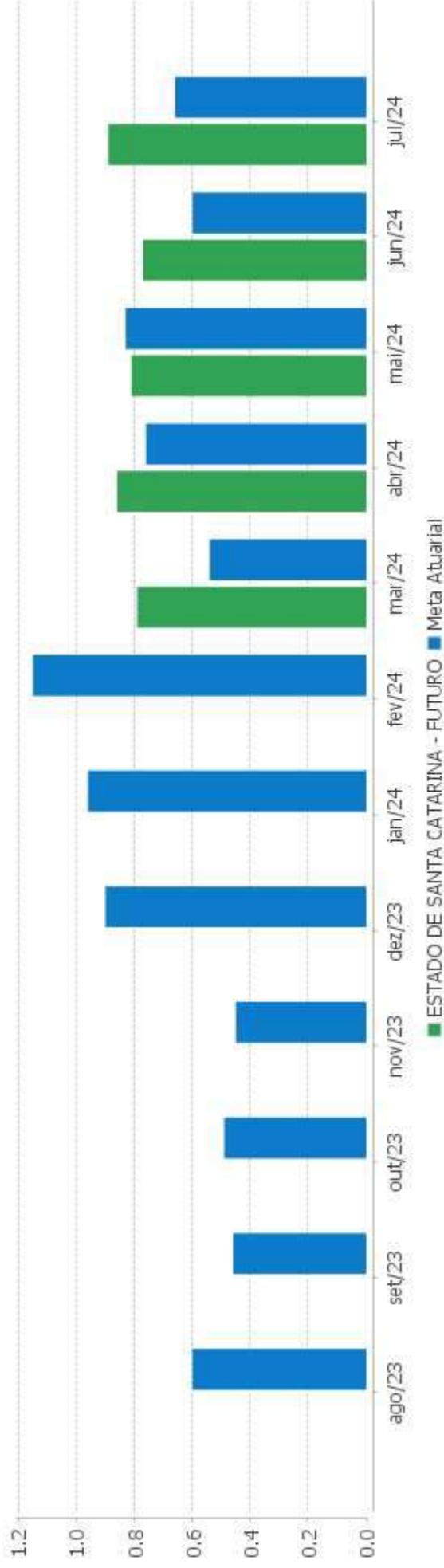


**Patrimônio Líquido**



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Performance dos Fundos

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI % do CDI	0,89 97,91	6,02 97,54	2,48 97,43	5,03 97,52	11,22 97,51	26,04 97,68	37,67 97,72
ESTADO DE SANTA CATARINA - FUTURO Var. INPC + 4,50% p.p.	0,89 0,22	4,55 0,55	2,48 0,38				
CDI	0,91	6,18	2,55	5,16	11,51	26,66	38,55
IBOVESPA	3,02	-4,87	1,37	-0,08	4,68	23,74	4,80
INPC + 6,00%	0,79	6,50	2,48	5,36	10,28	20,99	41,20
IPCA + 6,00%	0,92	6,43	2,56	5,45	10,74	22,05	42,36

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Cotização e Taxas**

Fundo	Aplicação		Resgate		Taxas	
	Cotização	Liquidação	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Indexadores**

**Renda Fixa**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IRF-M 1	0,94	5,49	2,37	4,62	10,81	26,14	36,37	39,08	46,74
IRF-M 1+	1,55	1,77	1,44	1,17	7,38	27,10	28,37	24,09	39,00
IRF-M TOTAL	1,34	2,87	1,71	2,19	8,37	26,19	30,49	28,67	41,29
IMA-B 5	0,91	4,27	2,37	3,56	8,16	20,37	32,46	39,16	51,45
IMA-B 5+	3,24	-1,97	2,52	-0,51	1,03	20,60	16,72	17,12	26,27
IMA-B TOTAL	2,09	0,97	2,45	1,43	4,38	20,51	24,43	27,57	37,98
IMA-GERAL TOTAL	1,36	3,81	2,36	3,33	8,64	24,49	31,89	34,10	43,92
IDKA 2	0,75	3,98	2,01	3,15	8,12	19,52	31,61	39,35	51,45
IDKA 20	6,19	-6,65	2,88	-3,43	-3,72	23,96	4,78	3,52	8,64
CDI	0,91	6,18	2,55	5,16	11,51	26,66	38,55	41,92	47,93

**Renda Variável**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IBOVESPA	3,02	-4,87	1,37	-0,08	4,68	23,74	4,80	24,04	25,38
IBRX 100	2,90	-4,51	1,13	0,00	5,15	22,39	2,42	23,65	26,33
IBRX 50	3,15	-3,17	1,57	1,02	6,82	24,69	4,81	28,10	28,40
SMALL CAP	1,49	-13,59	-2,33	-7,53	-13,35	1,79	-31,36	-17,55	-11,07
Índice Consumo - ICON	2,01	-12,31	0,40	-4,34	-15,32	-14,69	-47,16	-45,60	-38,99
Índice Dividendos - IDIV	1,89	-1,58	2,90	2,00	11,06	31,85	31,21	49,86	55,10

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Investimentos Estruturados**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
S&P 500	3,01	35,40	20,06	30,27	43,70	45,91	38,90	83,71	178,66

**Investimentos Imobiliários**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
FIX	0,52	1,61	-0,50	0,94	5,24	19,57	19,14	23,11	26,52

**Investimentos no Exterior**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
MSCI ACWI	3,40	30,98	17,81	27,34	37,49	39,32	24,28	60,53	133,51

**Indicadores Econômicos**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,38	2,87	1,05	2,44	4,50	8,67	19,61	30,37	33,38
INPC	0,26	2,95	0,97	2,36	4,06	7,73	18,64	30,33	33,84
IGPM	0,61	1,71	2,33	1,64	3,82	-4,19	5,46	41,14	54,22
SELIC	0,91	6,18	2,55	5,16	11,51	26,66	38,55	41,92	47,93

**Meta Atuarial**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	0,74	5,25	2,07	4,46	8,66	17,50	34,49	52,40	62,17
IPCA + 5,00%	0,83	5,84	2,31	4,95	9,70	19,76	38,39	58,31	70,09
IPCA + 5,50%	0,87	6,14	2,44	5,20	10,22	20,90	40,36	61,34	74,17
IPCA + 5,89%	0,91	6,37	2,53	5,39	10,63	21,79	41,92	63,72	77,40
IPCA + 6,00%	0,92	6,43	2,56	5,45	10,74	22,05	42,36	64,40	78,32
INPC + 4,00%	0,62	5,33	1,98	4,37	8,21	16,49	33,39	52,35	62,74
INPC + 6,00%	0,79	6,50	2,48	5,36	10,28	20,99	41,20	64,35	78,94

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Movimentações**

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
	Total		0,00	0,00		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Análise de Risco**

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0%

Value-At-Risk (R\$): 201,69

Value-At-Risk: 0,01%

Artigo 7º	Volatilidade <sup>(1)</sup>	VaR <sup>(2)</sup>	Limite <sup>(5)</sup>	CVaR <sup>(3)</sup>	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
ESTADO DE SANTA CATARINA - FUTURO	0,00	0,01	5,00	0,01	-4,41	0,89	1.904.347,10	100,00
		0,01		0,01			1.904.347,10	100,00

**Renda Fixa**

Value-At-Risk: 0,01%

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade <sup>(1)</sup>	VaR <sup>(2)</sup>	CVaR <sup>(3)</sup>	BVaR <sup>(4)</sup>	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,00	0,01	0,01	0,01	-4,41	0,89	1.904.347,10	100,00
<b>Sub-total</b>	0,00	0,01	0,01		-4,41	0,89	1.904.347,10	100,00

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)

(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)

(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(5) Limite Política de Investimentos (%)



**ESTADO DE SANTA CATARINA - SEGURO**  
JULHO 2024



Prezados Senhores,

Este documento tem por objetivo apresentar as principais características e informações referente a sua carteira de investimentos, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da mesma.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

Informações adicionais sobre quaisquer empresas, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros podem ser obtidas mediante solicitação.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o dia 31.07.2024.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela LDB CONSULTORIA FINANCEIRA.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe LDB Empresas.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA 98,72%

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatild. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV IRF-M 1+	3,62	0,30	1,51	1,43	12.714.673,82	1,71	302.563.150,26	4,20
BB	BB	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	0,60	0,09	1,04	4,91	133.878.982,05	17,98	6.518.185.291,57	2,05
BB	BB	BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	3,92	0,29	2,07	0,82	84.091.151,96	11,29	4.446.980.761,25	1,89
BB	BB	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,74	0,09	0,89	4,12	46.063.904,83	6,19	4.921.617.196,95	0,94
BB	BB	BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	6,20	0,48	3,20	-2,18	4.322.552,48	0,58	1.220.483.112,09	0,35
BB	BB	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,06	0,04	0,89	6,02	10.227.058,90	1,37	11.435.716.002,81	0,09
BB	BB	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,06	0,04	0,91	6,15	327.475.114,15	43,98	31.204.215.776,09	1,05
<b>Sub-total Artigo 7º I, Alínea b</b>			<b>1,42</b>	<b>0,10</b>	<b>1,12</b>	<b>4,01</b>	<b>618.773.438,19</b>	<b>83,09</b>		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatild. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV RF FLUXO FIC	0,06	0,04	0,82	5,56	116.349.188,27	15,62	3.802.123.463,62	3,06
<b>Sub-total Artigo 7º III, Alínea a</b>			<b>0,06</b>	<b>0,04</b>	<b>0,82</b>	<b>5,56</b>	<b>116.349.188,27</b>	<b>15,62</b>		
<b>Renda Fixa</b>			<b>1,15</b>	<b>0,09</b>	<b>1,07</b>	<b>4,30</b>	<b>735.122.626,46</b>	<b>98,72</b>		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENDA VARIÁVEL

1,28%

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatild. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	12,83	1,36	1,65	-7,86	9.557.943,58	1,28	314.301.967,74	3,04
		<b>Sub-total Artigo 8º I</b>	<b>12,83</b>	<b>1,36</b>	<b>1,65</b>	<b>-7,86</b>	<b>9.557.943,58</b>	<b>1,28</b>		
		Renda Variável	12,83	1,36	1,65	-7,86	9.557.943,58	1,28		
		Total	1,24	0,10	1,08	4,13	744.680.570,04	100,00		

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Enquadramento da Carteira**

Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Política de Investimentos			Pró-Gestão Nivel 2	
				Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
<b>Renda Fixa</b>								
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	618.773.438,19	83,09	0,00	85,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	116.349.188,27	15,62	0,00	13,00	60,00	0,00	70,00
	<b>Total Renda Fixa</b>	<b>735.122.626,46</b>	<b>98,72</b>					<b>100,00</b>
<b>Renda Variável</b>								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	9.557.943,58	1,28	0,00	2,00	30,00	0,00	40,00
	<b>Total Renda Variável</b>	<b>9.557.943,58</b>	<b>1,28</b>					<b>40,00</b>
<b>Total</b>		<b>744.680.570,04</b>	<b>100,00</b>					

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Rentabilidades por Artigo**

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	1,12 123,33	4,01 64,91	2,50 98,01	3,55 68,84	8,70 75,57	6.845.820,63	23.841.294,93
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	0,82 90,28	5,56 90,11	2,29 89,90	4,64 90,01	10,41 90,46	945.051,35	7.621.042,00
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	1,65 -1,37	-7,86 -2,99	-0,28 -1,66	-3,36 -3,28	0,51 -4,17	155.134,38	-815.725,84
<b>ESTADO DE SANTA CATARINA - SEGURO (Total)</b>						<b>7.946.006,36</b>	<b>30.646.611,09</b>

**RESULTADO POR ATIVO**

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREV IRF-M 1+	12.526.051,06	0,00	0,00	0,00	12.714.673,82	188.622,76	179.447,26
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	132.506.522,96	0,00	0,00	0,00	133.878.982,05	1.372.459,09	6.269.043,75
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	82.382.268,42	0,00	0,00	0,00	84.091.151,96	1.708.883,54	465.394,35
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	45.655.954,36	0,00	0,00	0,00	46.063.904,83	407.950,47	2.996.126,26
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	4.188.643,94	0,00	0,00	0,00	4.322.552,48	133.908,54	-228.222,58
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	10.137.030,21	0,00	0,00	0,00	10.227.058,90	90.028,69	520.185,29
BB RF REFERENCIADO DI TÍTULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	324.531.146,61	0,00	0,00	0,00	327.475.114,15	2.943.967,54	13.639.320,60
	611.927.617,56	0,00	0,00	0,00	618.773.438,19	6.845.820,63	

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREV RF FLUXO FIC	115.404.136,92	0,00	0,00	0,00	116.349.188,27	945.051,35	7.621.042,00
	115.404.136,92	0,00	0,00	0,00	116.349.188,27	945.051,35	

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado	
						Financ. Mês (R\$)	Financ. Ano (R\$)
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	9.402.809,20	0,00	0,00	0,00	9.557.943,58	155.134,38	-815.725,84
	9.402.809,20	0,00	0,00	0,00	9.557.943,58	155.134,38	

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

## Análise de Liquidez

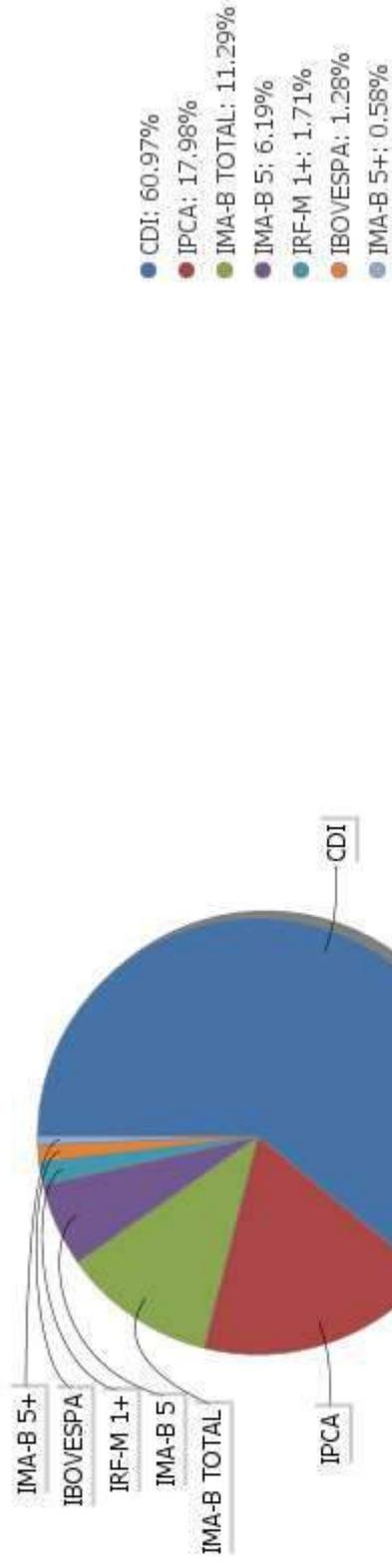
Período	Valor (R\$)	(%)	(%) Limite Mínimo P.I.	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
de 0 a 30 dias	744.680.570,04	100,00	80,00	744.680.570,04	100,00	80,00
de 31 dias a 365 dias	0,00	0,00	0,00	744.680.570,04	100,00	80,00
acima de 365 dias	0,00	0,00	0,00	744.680.570,04	100,00	80,00

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Alocação por Artigo**

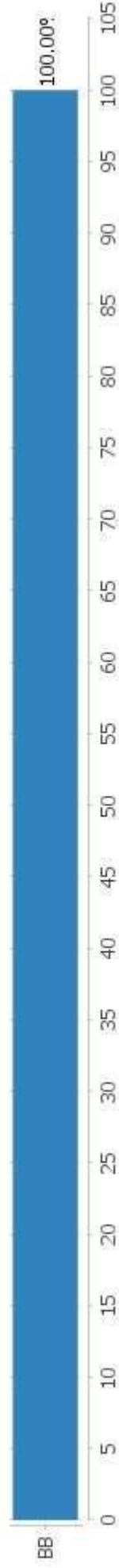


**Alocação Por Estratégia**



**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Alocação por Gestor**



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

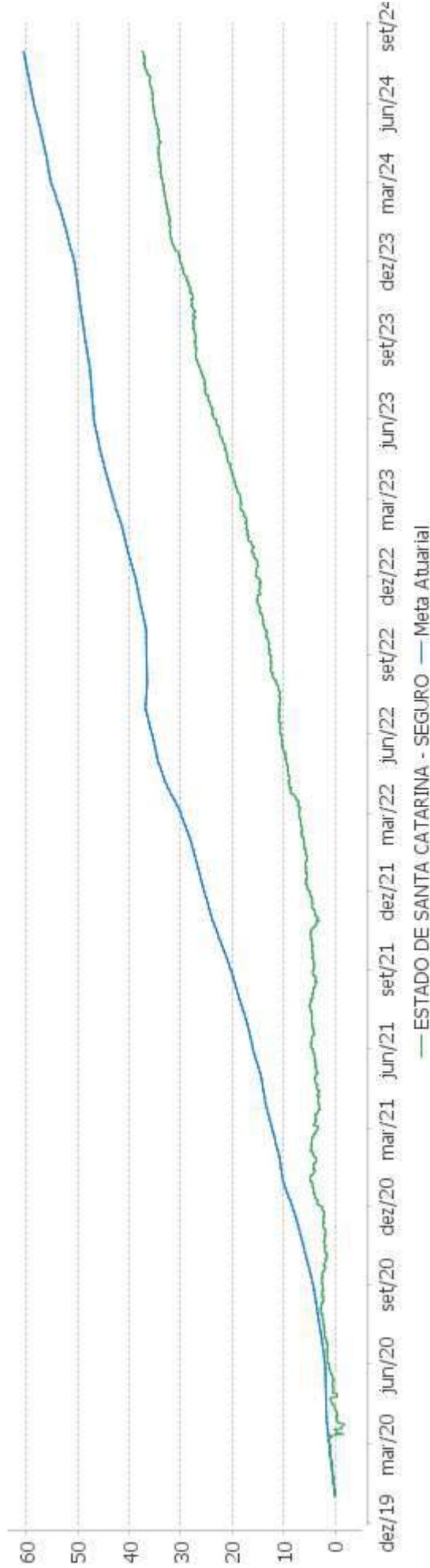
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2024	0,46	0,68	0,56	-0,08	0,92	0,44	1,08	0,58	0,45	0,33	1,59	1,47	4,13
INPC + 4,50%	0,96	1,15	0,54	0,76	0,83	0,60	0,66	0,36	0,25	0,26	0,24	0,69	5,62
p.p. indexador	-0,49	-0,47	0,02	-0,83	0,09	-0,16	0,41	0,22	0,20	0,07	1,36	0,79	-1,49
2023	0,99	0,88	1,43	1,09	1,47	1,63	0,94	0,58	0,45	0,33	1,59	1,47	13,62
INPC + 1,72%	0,61	0,89	0,80	0,65	0,51	0,04	0,05	0,36	0,25	0,26	0,24	0,69	5,47
p.p. indexador	0,38	-0,02	0,63	0,44	0,96	1,59	0,88	0,22	0,20	0,07	1,36	0,79	8,15
2022	0,31	0,78	1,62	0,76	0,95	0,38	0,49	0,97	0,92	1,32	0,22	0,76	9,89
INPC + 1,55%	0,80	1,12	1,85	1,16	0,58	0,75	-0,47	-0,17	-0,19	0,59	0,50	0,83	7,57
p.p. indexador	-0,49	-0,33	-0,23	-0,40	0,36	-0,37	0,96	1,14	1,11	0,73	-0,28	-0,06	2,32
2021	-0,44	-0,71	-0,27	0,46	0,49	0,18	-0,09	-0,16	0,17	-0,87	1,43	0,77	0,94
IPCA + 2,89%	0,48	1,07	1,19	0,54	1,07	0,77	1,21	1,12	1,40	1,48	1,18	0,99	13,23
p.p. indexador	-0,91	-1,78	-1,46	-0,08	-0,58	-0,59	-1,31	-1,28	-1,23	-2,35	0,25	-0,22	-12,29
2020	0,46	0,40	-1,10	0,57	0,79	0,60	0,99	-0,41	-0,44	-0,00	0,62	2,20	4,74
IPCA + 3,16%	0,48	0,47	0,34	-0,06	-0,13	0,52	0,65	0,50	0,90	1,12	1,14	1,63	7,81
p.p. indexador	-0,02	-0,07	-1,44	0,63	0,92	0,08	0,34	-0,91	-1,34	-1,12	-0,52	0,57	-3,07

Performance Sobre a Meta Atuarial

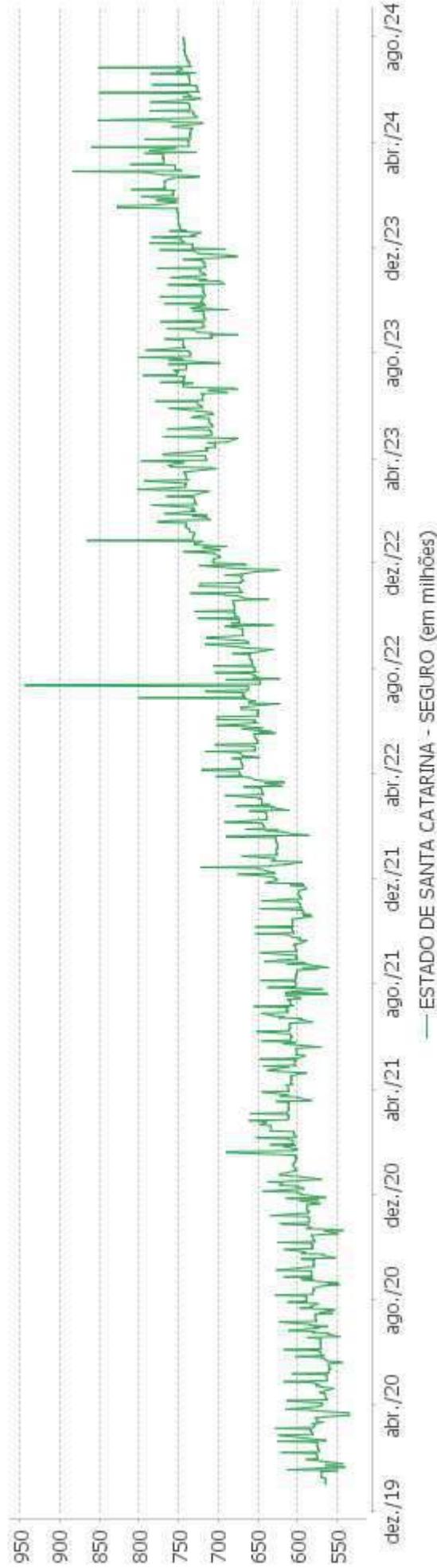
	Quantidade	Perc. (%)	Relatório				
			Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
Meses acima - Meta Atuarial	25	45,45	03 meses	2,45	2,11	0,35	0,94
Meses abaixo - Meta Atuarial	30	54,55	06 meses	3,65	4,62	-0,97	0,99
			12 meses	8,81	7,52	1,29	1,24
		Mês	24 meses	23,36	13,14	10,22	1,45
Maior rentabilidade da Carteira	2,20	2020-12	36 meses	31,75	27,41	4,34	1,56
Menor rentabilidade da Carteira	-1,10	2020-03	48 meses	33,80	43,01	-9,21	1,76
			Desde 31/12/2019	37,45	46,27	-8,82	2,21

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Evolução**

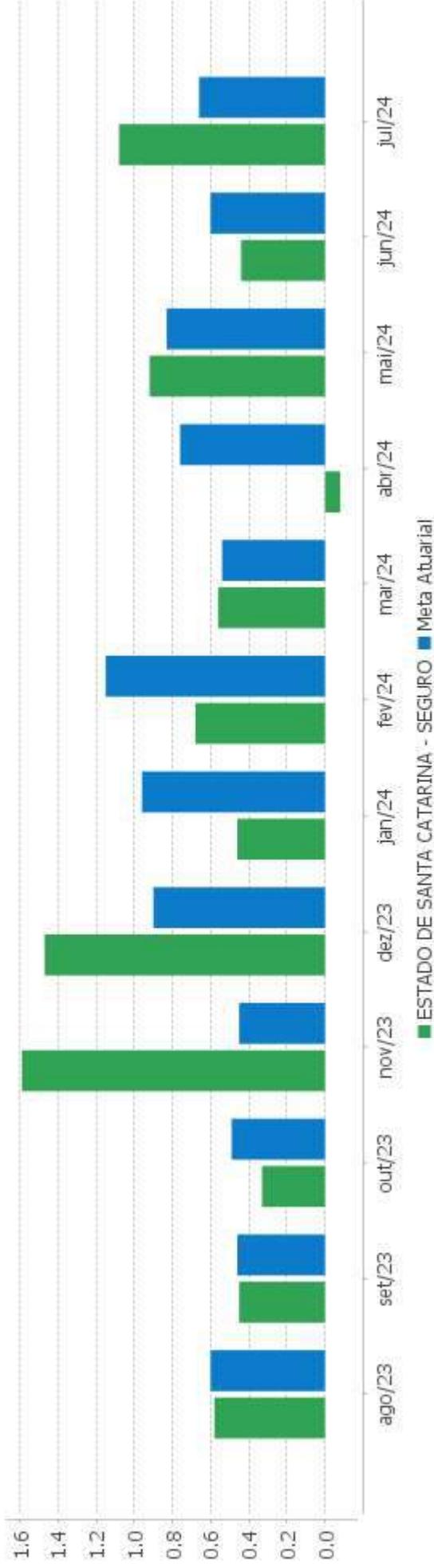


**Patrimônio Líquido**



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Performance dos Fundos

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
BB PREV IRF-M 1+ Var. IRF-M 1+ p.p.	1,51 -0,05	1,43 -0,34	1,31 -0,13	0,86 -0,31	6,85 -0,53	25,86 -1,24	26,78 -1,59
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI Var. IMA-B 5 p.p.	0,89 -0,02	4,12 -0,14	2,31 -0,06	3,44 -0,12	7,91 -0,25	19,88 -0,49	31,52 -0,94
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI % do CDI	0,89 97,91	6,02 97,54	2,48 97,43	5,03 97,52	11,22 97,51	26,04 97,68	37,67 97,72
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI Var. IPCA p.p.	1,04 0,66	4,91 2,04	2,15 1,10	4,03 1,59	10,06 5,56	25,62 16,95	33,23 13,62
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI Var. IMA-B TOTAL p.p.	2,07 -0,02	0,82 -0,15	2,39 -0,06	1,31 -0,12	4,13 -0,25	19,89 -0,62	23,44 -0,99
BB RF REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LONGO PRAZO % do CDI	0,91 100,00	6,15 99,59	2,54 99,56	5,14 99,61	11,45 99,49	26,56 99,63	38,53 99,95
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI Var. IMA-B 5+ p.p.	3,20 -0,04	-2,18 -0,21	2,42 -0,10	-0,67 -0,17	0,71 -0,31	19,75 -0,85	15,51 -1,21
BB PREV RF FLUXO FIC % do CDI	0,82 90,28	5,56 90,11	2,29 89,90	4,64 90,01	10,41 90,42	24,18 90,70	34,41 89,25
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA Var. IBOVESPA p.p.	1,65 -1,37	-7,86 -2,99	-0,28 -1,66	-3,36 -3,28	0,51 -4,17	15,25 -8,49	-2,23 -7,03
ESTADO DE SANTA CATARINA - SEGURO Var. INPC + 4,50% p.p.	1,08 0,41	4,13 -1,49	2,45 0,35	3,65 -0,97	8,81 0,09	23,36 5,75	31,75 -3,56
CDI	0,91	6,18	2,55	5,16	11,51	26,66	38,55
IBOVESPA	3,02	-4,87	1,37	-0,08	4,68	23,74	4,80
INPC + 6,00%	0,79	6,50	2,48	5,36	10,28	20,99	41,20
IPCA + 6,00%	0,92	6,43	2,56	5,45	10,74	22,05	42,36

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Cotização e Taxas**

Fundo	Aplicação		Resgate		Taxas	
	Cotização	Liquidação	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	D+1 du	D+0	D+1 du	D+3 du		1,00
BB PREV IRF-M 1+	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,30
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	D+0	D+0	D+3 du	D+3 du		0,30
BB PREV RF FLUXO FIC	D+0	D+0	D+0	D+0		1,00
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,20
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,20
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	D+0	D+0	D+2 du	D+2 du		0,20
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	D+0	D+0	D+0	D+0		0,10

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Indexadores**

**Renda Fixa**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IRF-M 1	0,94	5,49	2,37	4,62	10,81	26,14	36,37	39,08	46,74
IRF-M 1+	1,55	1,77	1,44	1,17	7,38	27,10	28,37	24,09	39,00
IRF-M TOTAL	1,34	2,87	1,71	2,19	8,37	26,19	30,49	28,67	41,29
IMA-B 5	0,91	4,27	2,37	3,56	8,16	20,37	32,46	39,16	51,45
IMA-B 5+	3,24	-1,97	2,52	-0,51	1,03	20,60	16,72	17,12	26,27
IMA-B TOTAL	2,09	0,97	2,45	1,43	4,38	20,51	24,43	27,57	37,98
IMA-GERAL TOTAL	1,36	3,81	2,36	3,33	8,64	24,49	31,89	34,10	43,92
IDKA 2	0,75	3,98	2,01	3,15	8,12	19,52	31,61	39,35	51,45
IDKA 20	6,19	-6,65	2,88	-3,43	-3,72	23,96	4,78	3,52	8,64
CDI	0,91	6,18	2,55	5,16	11,51	26,66	38,55	41,92	47,93

**Renda Variável**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IBOVESPA	3,02	-4,87	1,37	-0,08	4,68	23,74	4,80	24,04	25,38
IBRX 100	2,90	-4,51	1,13	0,00	5,15	22,39	2,42	23,65	26,33
IBRX 50	3,15	-3,17	1,57	1,02	6,82	24,69	4,81	28,10	28,40
SMALL CAP	1,49	-13,59	-2,33	-7,53	-13,35	1,79	-31,36	-17,55	-11,07
Índice Consumo - ICON	2,01	-12,31	0,40	-4,34	-15,32	-14,69	-47,16	-45,60	-38,99
Índice Dividendos - IDIV	1,89	-1,58	2,90	2,00	11,06	31,85	31,21	49,86	55,10

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**
**Investimentos Estruturados**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
S&P 500	3,01	35,40	20,06	30,27	43,70	45,91	38,90	83,71	178,66

**Investimentos Imobiliários**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
FIX	0,52	1,61	-0,50	0,94	5,24	19,57	19,14	23,11	26,52

**Investimentos no Exterior**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
MSCI ACWI	3,40	30,98	17,81	27,34	37,49	39,32	24,28	60,53	133,51

**Indicadores Econômicos**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,38	2,87	1,05	2,44	4,50	8,67	19,61	30,37	33,38
INPC	0,26	2,95	0,97	2,36	4,06	7,73	18,64	30,33	33,84
IGPM	0,61	1,71	2,33	1,64	3,82	-4,19	5,46	41,14	54,22
SELIC	0,91	6,18	2,55	5,16	11,51	26,66	38,55	41,92	47,93

**Meta Atuarial**

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	0,74	5,25	2,07	4,46	8,66	17,50	34,49	52,40	62,17
IPCA + 5,00%	0,83	5,84	2,31	4,95	9,70	19,76	38,39	58,31	70,09
IPCA + 5,50%	0,87	6,14	2,44	5,20	10,22	20,90	40,36	61,34	74,17
IPCA + 5,89%	0,91	6,37	2,53	5,39	10,63	21,79	41,92	63,72	77,40
IPCA + 6,00%	0,92	6,43	2,56	5,45	10,74	22,05	42,36	64,40	78,32
INPC + 4,00%	0,62	5,33	1,98	4,37	8,21	16,49	33,39	52,35	62,74
INPC + 6,00%	0,79	6,50	2,48	5,36	10,28	20,99	41,20	64,35	78,94

## EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Movimentações**

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
	Total		0,00	0,00		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

**Análise de Risco**

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0% Value-At-Risk (R\$): 3.532.523,31 Value-At-Risk: 0,47%

	Volatilidade <sup>(1)</sup>	VaR <sup>(2)</sup>	Limite <sup>(5)</sup>	CVaR <sup>(3)</sup>	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
Artigo 7º	0,88	0,43	5,00	0,42	0,19	1,07	735.122.626,46	98,72
Artigo 8º	10,96	6,04	20,00	0,05	0,07	1,65	9.557.943,58	1,28
ESTADO DE SANTA CATARINA - SEGURO		0,47		0,47			744.680.570,04	100,00

Renda Fixa Value-At-Risk: 0,43%

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade <sup>(1)</sup>	VaR <sup>(2)</sup>	CVaR <sup>(3)</sup>	BVaR <sup>(4)</sup>	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV IRF-M 1+	4,20	2,00	0,03	0,04	0,14	1,51	12.714.673,82	1,71
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	0,92	0,43	0,07	0,43	0,14	1,04	133.878.982,05	17,98
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	4,44	2,23	0,25	0,01	0,26	2,07	84.091.151,96	11,29
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,76	1,01	0,06	0,01	-0,01	0,89	46.063.904,83	6,19
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	7,16	3,16	0,02	0,04	0,32	3,20	4.322.552,48	0,58
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,00	0,01	0,00	0,01	-4,41	0,89	10.227.058,90	1,37
BB RF REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LONGO PRAZO	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,91	327.475.114,15	43,98
<b>Sub-total</b>	1,05	0,51	0,42		0,20	1,12	618.773.438,19	83,09

Artigo 7º III, Alínea a

Ativo	Volatilidade <sup>(1)</sup>	VaR <sup>(2)</sup>	CVaR <sup>(3)</sup>	BVaR <sup>(4)</sup>	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	0,01	-0,00	0,01	-17,80	0,82	116.349.188,27	15,62
<b>Sub-total</b>	0,00	0,01	-0,00		-17,80	0,82	116.349.188,27	15,62

Renda Variável Value-At-Risk: 6,04%

Artigo 8º I

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

Ativo	Volatilidade <sup>(1)</sup>	Var <sup>(2)</sup>	CVaR <sup>(3)</sup>	BVaR <sup>(4)</sup>	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	10,96	6,04	0,05	1,48	0,07	1,65	9.557.943,58	1,28
<b>Sub-total</b>	10,96	6,04	0,05		0,07	1,65	9.557.943,58	1,28

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)

(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)

(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(5) Limite Política de Investimentos (%)



**LDB**  
CONSULTORIA

**RELATÓRIO MACROECONÔMICO**

**AGOSTO/2024**

**Prezados(as) Senhores(as),**

Este documento tem por objetivo apresentar as principais informações macroeconômicas para o mês de agosto de 2024, na intenção de ajudá-los na tomada de decisão e acompanhamento da carteira de investimentos.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o último dia útil do mês de referência, sendo disponibilizado em 09.08.2024.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela LDB CONSULTORIA FINANCEIRA.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe LDB Empresas.

**“A riqueza é o resultado dos seus hábitos diários.”**

**-John Jacob Astor-**

## 1. COMENTÁRIO DO MÊS:

### MERCADOS INTERNACIONAIS

Em julho, apesar do FED ter mantido a taxa de juros inalterada, as curvas de juros globais caíram devido ao alívio contínuo nos dados de inflação dos EUA, assim, aumentando as expectativas de que o FED possa iniciar em breve um ciclo de afrouxamento monetário.

Na zona do euro, a inflação de núcleo segue mais resiliente, mas a deterioração dos indicadores qualitativos de atividade e a perspectiva de desaceleração dos salários sugerem novos cortes da taxa básica pelo Banco Central Europeu.

Na China, a atividade segue consistentemente fraca, com deterioração adicional do mercado imobiliário, apesar dos estímulos do governo.

Nos EUA, a inflação tem mostrado uma tendência positiva, especialmente no setor de serviços, com uma composição favorável. A atividade econômica permanece forte, com o PIB crescendo no segundo trimestre, impulsionado pelos principais componentes da demanda interna. No entanto, os dados do mercado de trabalho indicam uma tendência geral de desaquecimento. Essa combinação de maior confiança no processo de desinflação e de acomodação no mercado de trabalho gera um aumento na expectativa de corte de juros no segundo semestre.

Por fim, julho foi marcado por reviravoltas na corrida presidencial nos EUA, com o atentado contra o candidato Donald Trump e a desistência do atual presidente Joe Biden em favor de sua vice, Kamala Harris.

Assim, no mês de julho de 2024, os principais índices de ações globais encerraram o mês em território positivo, o MSCI ACWI e S&P 500, respectivamente, valorizaram +1,51% e +1,13%, todos em “moeda original”, ou seja, considerando apenas a performance dos índices estrangeiros. Observando no acumulado nos últimos 12 meses, esses índices apresentam retornos de +15,14% e +20,34%, respectivamente.

Considerando esses mesmos índices, mas, agora contando com variação cambial, o MSCI ACWI e o S&P 500, respectivamente, renderam cerca de +3,40% e +3,01%, devido à valorização do Dólar frente ao Real. Assim, acumulam retornos de +37,49 e +43,70% nos últimos 12 meses.

## BRASIL

Localmente, houve certo alívio nas curvas de juros, principalmente nos vencimentos mais longos, refletindo o cenário global e uma melhora na margem sobre as perspectivas locais. Entretanto, ainda há incerteza em relação à condução da política fiscal.

A atividade econômica continuou forte no segundo trimestre, com destaque para o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, a inflação corrente apresentou uma piora em sua composição e as expectativas de inflação seguem em deterioração, aproximando-se do teto do limite de tolerância tanto em 2024 quanto em 2025.

Em relação ao câmbio, houve o movimento de desvalorização da moeda local, a qual, também, foi observado em outras economias ligadas a commodities. Entretanto, o Real apresentou maior volatilidade devido às incertezas sobre a política fiscal local.

Neste cenário, o Copom manteve a taxa Selic estável em 10,50%, mas adotou um discurso mais conservador do que em sua última reunião. Onde, em seu comunicado acrescentou uma nota de preocupação principalmente no que se refere ao atual nível do câmbio e à desancoragem das expectativas de inflação.

Aqui, somente a título de exemplo da “Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ” para o IPCA, estimada e divulgada pela ANBIMA para o fechamento de 08.08.2024, e apresentada no item 3 deste relatório como “Taxa de Juros Real”, a taxa de juros real com vencimento para 10 anos apresentava taxa de retorno estimada em 5,98% a.a., continuando acima da taxa máxima pré-fixada de 5,10% limitada pela SPREV para o ano de 2024.

O Ibovespa fechou o mês com performance positiva, seguindo na mesma direção observada nos índices globais. Apresentando a performance de +3,02% no mês. Dessa forma, o Ibovespa possui um comportamento negativo de -4,87% no ano, enquanto, nos últimos 12 meses acumulou a performance positiva de +4,68%.

Mediante a todo esse cenário exposto acima e em linha com o último relatório disponibilizado, tentando elucidar muitos questionamentos recebidos acerca dos prêmios trazidos pelas NTN-Bs atualmente, a estratégia de compra direta de NTN-Bs, respaldada por um estudo de ALM, pode auxiliar na “ancoragem de rentabilidade” ainda acima da meta atuarial dos RPPS. Tal estratégia, em especial para carregamento até o vencimento, pode contribuir proporcionalmente para a redução da volatilidade global da carteira de investimentos do RPPS, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo.

## 2. EXPECTATIVAS DE MERCADO

### 2.1. BOLETIM FOCUS

Mediana - Agregado	2024							2025						
	H3 4 semanas	H3 1 semana	Hoje	Comp. semanal <sup>a</sup>	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	H3 4 semanas	H3 1 semana	Hoje	Comp. semanal <sup>a</sup>	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,02	4,10	4,12	▲ (3)	149	4,10	53	3,88	3,96	3,98	▲ (7)	148	4,00	53
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,10	2,15	2,20	▲ (5)	114	2,21	26	1,97	1,94	1,92	▼ (1)	109	1,98	26
Câmbio (R\$/US\$)	5,20	5,30	5,30	= (0)	125	5,30	30	5,20	5,25	5,30	▲ (3)	123	5,25	30
Selic (% a.a)	10,50	10,50	10,50	= (0)	145	10,50	43	9,50	9,50	9,75	▲ (1)	141	9,50	40
ICP-M (variação %)	1,40	1,52	1,70	▲ (14)	78	1,74	21	1,90	4,00	4,00	= (1)	72	4,00	21
IPCA Administrados (variação %)	3,96	4,59	4,59	= (0)	98	4,58	27	3,90	3,90	3,90	= (5)	91	3,94	26
Conta corrente (US\$ bilhões)	-35,90	-39,45	-38,20	▲ (3)	30	-38,25	6	-43,60	-43,50	-43,25	▲ (1)	29	-43,75	6
Balança comercial (US\$ bilhões)	82,00	83,00	83,00	= (0)	27	83,00	7	76,02	76,50	78,00	▼ (1)	23	78,40	6
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	69,59	69,59	= (0)	27	70,00	7	74,00	71,00	71,00	= (1)	26	80,00	7
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	63,85	63,70	63,70	= (0)	29	63,70	11	66,40	66,00	66,00	= (1)	29	66,50	11
Resultado primário (% do PIB)	-0,70	-0,70	-0,70	= (0)	48	-0,64	12	-0,61	-0,70	-0,70	= (1)	47	-0,60	12
Resultado nominal (% do PIB)	-7,25	-7,30	-7,30	= (0)	29	-7,40	10	-6,50	-6,50	-6,50	= (5)	30	-6,35	10

Relatório Focus de 02.08.2024. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

### 2.2. DINÂMICA DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

Como destaques para o final de 2024, o último Boletim Focus apresentou expectativas estáveis para a taxa Selic e Câmbio, e, elevadas para o PIB e inflação.

**Inflação (IPCA):** Para o final de 2024 a expectativa foi elevada para 4,12%. Seguindo na mesma direção, para o final de 2025, a expectativa foi elevada para 3,98%.

**SELIC:** Para o final de 2024 as expectativas, em relação à taxa Selic, ficaram estáveis em 10,50%. Já para o final de 2025 houve aumentos das expectativas para 9,75%.

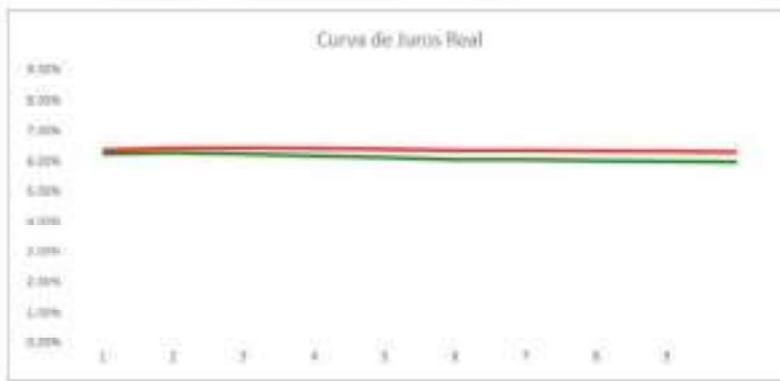
**PIB:** A expectativa para o final de 2024, em relação ao PIB, foi elevada para 2,20%. Já para o final de 2025 a expectativa foi reduzida para 1,92%.

**Câmbio (Dólar/ Real):** Para o final de 2024 a expectativa foi mantida em R\$ 5,30. Já para o final de 2025, em relação ao último relatório, a expectativa elevou para R\$ 5,30.

### 3. CURVA DE JUROS E INFLAÇÃO

**Taxa de Juros Real:** A curva de juros real calculada pela ANBIMA, projetada em 08.08.2024, estima uma taxa real de juros de 5,98% a.a. para 10 anos.

Curva de Juros Real		
Ano	Taxa*	
	Jul/24	Ago/24
1	6.35%	6.23%
2	6.41%	6.27%
3	6.41%	6.22%
4	6.40%	6.17%
5	6.38%	6.12%
6	6.33%	6.05%
7	6.33%	6.05%
8	6.31%	6.02%
9	6.30%	6.00%
10	6.29%	5.98%



\* FONTE: ANBIMA; Referência jul/24 divulgada em 05.07.2024 e referência ago/24 divulgada em 08.08.2024.

**Taxa de Inflação Implícita:** A curva de inflação implícita calculada pela ANBIMA, projetada em 08.08.2024, estima uma taxa de inflação máxima de 5,45% a.a. para 10 anos.

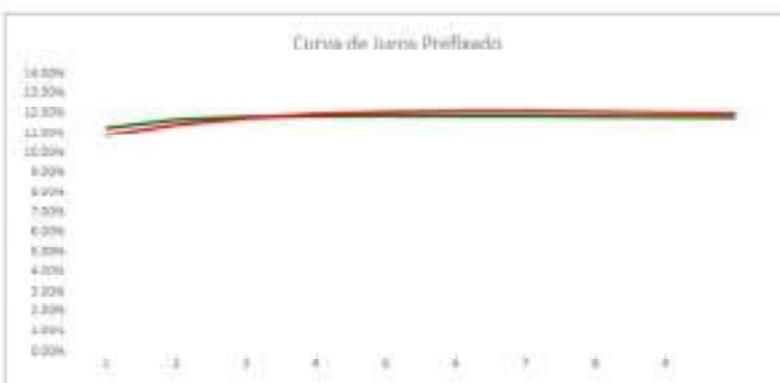
Curva de Inflação Implícita		
Ano	Taxa*	
	Jul/24	Ago/24
1	4.25%	4.71%
2	4.69%	5.05%
3	4.98%	5.22%
4	5.17%	5.32%
5	5.29%	5.38%
6	5.35%	5.41%
7	5.37%	5.43%
8	5.36%	5.45%
9	5.34%	5.45%
10	5.30%	5.45%



\* FONTE: ANBIMA; Referência jul/24 divulgada em 05.07.2024 e referência ago/24 divulgada em 08.08.2024.

**Taxa de Juros Prefixados:** A curva de juros prefixada calculada pela ANBIMA, projetada em 08.08.2024, estima uma taxa prefixada de juros de 11,76% a.a. para 10 anos.

Curva de Juros Pré		
Ano	Taxa*	
	Jul/24	Ago/24
1	10.87%	11.23%
2	11.40%	11.63%
3	11.71%	11.77%
4	11.90%	11.81%
5	12.00%	11.83%
6	12.04%	11.82%
7	12.04%	11.81%
8	12.02%	11.79%
9	11.97%	11.78%
10	11.92%	11.76%



\* FONTE: ANBIMA; Referência jul/24 divulgada em 05.07.2024 e referência ago/24 divulgada em 08.08.2024.

#### 4. INDICADORES

Indicadores	Índices Financeiros												No ano (2024)	Acumulado 12 meses
	2023					2024								
	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho		
<b>Renda Fixa</b>														
IMA-5	1.18%	1.00%	0.96%	0.91%	0.92%	0.99%	0.82%	0.86%	0.90%	0.81%	0.81%	0.94%	6.31%	11.71%
CDI	1.14%	0.97%	1.00%	0.92%	0.90%	0.97%	0.80%	0.83%	0.89%	0.81%	0.79%	0.91%	6.16%	11.51%
IRF-M 1	1.15%	0.93%	0.96%	1.00%	0.91%	0.89%	0.76%	0.84%	0.58%	0.78%	0.63%	0.94%	5.49%	10.81%
IMA-GERAL	0.63%	0.18%	0.30%	1.84%	1.63%	0.47%	0.64%	0.52%	-0.22%	0.95%	0.65%	1.36%	1.01%	8.64%
IRF-M	0.76%	0.17%	0.37%	2.47%	1.48%	0.67%	0.46%	0.54%	-0.52%	-0.66%	-0.29%	1.34%	2.87%	8.37%
IMA-BS	0.61%	0.13%	-0.31%	1.86%	1.46%	0.68%	0.59%	0.77%	-0.26%	1.05%	0.39%	0.91%	4.27%	8.16%
IDIA IPCA 2A	0.77%	0.29%	-0.41%	1.83%	1.45%	0.81%	0.42%	0.99%	-0.29%	1.07%	0.18%	-0.75%	1.96%	8.12%
IRF-M 1+	0.59%	-0.15%	0.12%	3.14%	1.73%	0.60%	0.34%	0.43%	-1.02%	0.60%	-0.72%	1.55%	1.77%	7.38%
IMA-B	-0.38%	-0.95%	-0.88%	2.62%	1.75%	-0.45%	0.55%	0.08%	-1.61%	1.31%	-0.97%	2.09%	0.97%	4.58%
IMA-BS4	-1.27%	-1.92%	-0.98%	3.39%	3.94%	-1.47%	0.51%	-0.55%	-3.91%	1.59%	-2.25%	3.24%	-1.97%	1.09%
IDIA IPCA 20A	-0.05%	-1.53%	-1.16%	4.68%	6.58%	-3.34%	0.22%	-1.91%	-4.90%	2.01%	-5.03%	6.19%	-6.68%	-3.72%
<b>Renda Variável</b>														
IDIV	-2.83%	1.91%	-3.15%	10.70%	6.90%	-3.51%	0.91%	-1.20%	-0.56%	-0.99%	1.99%	1.80%	-1.58%	11.06%
IBRX-50	-4.26%	1.21%	-2.99%	12.01%	5.31%	-4.18%	0.91%	-0.81%	-0.62%	-3.11%	1.61%	3.15%	-3.17%	6.82%
IFIX	0.49%	0.20%	-1.97%	-0.66%	4.25%	0.67%	0.79%	1.43%	-0.77%	0.02%	-1.04%	0.52%	1.61%	5.24%
IBRX-100	-5.01%	0.84%	-3.03%	12.38%	5.48%	-4.51%	0.96%	-0.79%	-1.34%	-3.18%	1.51%	2.90%	-4.51%	5.15%
Ibovespa	-5.09%	0.71%	-2.91%	12.54%	5.38%	-4.79%	0.99%	-0.71%	-1.70%	-3.09%	1.48%	3.02%	-4.87%	4.68%
IVBX-2	-6.92%	-0.83%	-5.46%	14.44%	5.31%	-4.91%	2.30%	1.50%	-5.81%	-3.60%	2.23%	4.28%	-4.48%	0.45%
ISE	-7.53%	-1.84%	-6.61%	15.06%	6.04%	-4.96%	1.99%	1.21%	-6.02%	-3.61%	1.10%	2.81%	-7.68%	-4.45%
SMLL	-7.43%	-2.84%	-7.40%	12.46%	7.05%	-6.55%	0.47%	2.15%	-7.76%	-3.38%	-0.39%	1.49%	-13.59%	-13.95%
<b>Investimentos no Exterior</b>														
Global BDRX	3.26%	-3.46%	-1.57%	6.46%	2.84%	4.78%	6.30%	4.04%	0.57%	7.32%	12.79%	0.29%	41.47%	51.99%
S&P 500	1.97%	-3.21%	-1.22%	6.19%	1.43%	3.94%	5.89%	3.97%	-0.79%	6.22%	9.73%	3.01%	35.40%	49.70%
MSCI ACWI	0.73%	-2.61%	-1.10%	6.44%	2.70%	2.66%	4.29%	1.14%	0.00%	5.22%	8.28%	3.40%	30.98%	37.49%
S&P 500 (M. Orig.)	-1.77%	-4.87%	-2.20%	8.92%	4.42%	1.59%	5.17%	3.10%	-4.16%	4.80%	3.47%	1.13%	15.78%	20.34%
MSCI ACWI (M.Orig.)	-2.96%	-4.27%	-3.07%	9.07%	4.70%	0.53%	4.17%	2.86%	-3.39%	3.82%	2.10%	1.51%	11.99%	15.14%
<b>Índices Econômicos</b>														
DÓLAR	3.80%	1.74%	1.00%	-2.41%	-1.91%	2.32%	0.60%	0.26%	3.51%	1.35%	6.05%	1.86%	16.95%	19.42%
SELIC	1.14%	0.97%	1.00%	0.92%	0.90%	0.97%	0.80%	0.83%	0.89%	0.83%	0.79%	0.91%	6.18%	11.51%
IPCA	0.23%	0.26%	0.24%	0.28%	0.56%	0.42%	0.83%	0.16%	0.38%	0.46%	0.21%	0.38%	2.87%	4.50%
INPC	0.20%	0.11%	0.12%	0.10%	0.55%	0.57%	0.81%	0.19%	0.37%	0.46%	0.25%	0.26%	2.95%	4.06%
IGP-M	-0.14%	0.37%	0.50%	0.59%	0.74%	0.07%	-0.52%	-0.47%	0.31%	0.89%	0.83%	0.61%	1.71%	3.82%
<b>Meta Atuarial</b>														
IPCA + 6% a.a.	0.76%	0.72%	0.73%	0.74%	1.03%	0.93%	1.27%	0.62%	0.89%	0.95%	0.67%	0.92%	6.43%	10.74%
INPC + 6% a.a.	0.73%	0.57%	0.61%	0.56%	1.02%	1.08%	1.25%	0.65%	0.88%	0.95%	0.71%	0.79%	6.50%	10.28%
IPCA + 5% a.a.	0.68%	0.65%	0.65%	0.67%	0.95%	0.85%	1.20%	0.55%	0.81%	0.87%	0.60%	0.83%	5.84%	9.70%
INPC + 5% a.a.	0.65%	0.50%	0.53%	0.49%	0.94%	1.00%	1.18%	0.58%	0.80%	0.87%	0.64%	0.71%	5.92%	9.24%
IPCA + 4% a.a.	0.59%	0.57%	0.57%	0.59%	0.87%	0.76%	1.13%	0.47%	0.72%	0.79%	0.52%	0.74%	5.25%	8.66%
INPC + 4% a.a.	0.56%	0.42%	0.45%	0.41%	0.86%	0.91%	1.11%	0.50%	0.71%	0.79%	0.56%	0.62%	5.33%	8.21%

Av. Angélica, 2.503, Cj 75 | 01227-200 | Higienópolis | São Paulo - SP

Tel.: 11 3214-0372

www.ldbempresas.com.br



# 264ª

Ata da Reunião do  
**Comitê de Política Monetária — Copom**

30 e 31 de julho de 2024

**Data:** 30 e 31 de julho de 2024

**Local:** Salas de reuniões do 8º andar (30/7 e 31/7 – manhã) e do 20º andar (31/7 – tarde) do Edifício-sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

**Horários de início e término:** 30 de julho: 10h06 – 12h02; 14h49 – 18h12  
31 de julho: 10h10 – 11h25; 14h32 – 18h35

**Presentes:**

**Membros do Copom** Roberto de Oliveira Campos Neto – *Presidente*  
Ailton de Aquino Santos  
Carolina de Assis Barros  
Diogo Abry Guillen  
Gabriel Muricca Galípolo  
Otávio Ribeiro Damaso  
Paulo Picchetti  
Renato Dias de Brito Gomes  
Rodrigo Alves Teixeira

**Chefes de Departamento responsáveis por apresentações técnicas** (presentes em 30/7 e na manhã de 31/7): Alan da Silva Andrade Mendes – *Departamento de Reservas Internacionais*  
André Minella – *Departamento de Estudos e Pesquisas* (também presente na tarde de 31/7)  
André de Oliveira Amante – *Departamento de Operações de Mercado Aberto*  
Marcelo Antonio Thomaz de Aragão – *Departamento de Assuntos Internacionais*  
Ricardo Sabbadini – *Departamento Econômico*  
Rogério Antônio Lucca – *Dep. de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*

**Demais participantes** (presentes em 30/7 e na manhã de 31/7): André Maurício Trindade da Rocha – *Chefe do Dep. de Monitoramento do Sistema Financeiro*  
Arnaldo José Giongo Galvão – *Assessor de Imprensa*  
Arnildo da Silva Correa – *Chefe da Assessoria Econômica ao Presidente*  
Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Fiscalização*  
Euler Pereira Gonçalves de Mello – *Chefe Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*  
Fábio Martins Trajano de Arruda – *Chefe Adjunto do Dep. de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos* (presente na manhã de 30/7)  
Gilneu Francisco Astolfi Vivian – *Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro*  
Isabela Ribeiro Damaso Maia – *Chefe da Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio*  
Julio Cesar Costa Pinto – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária*  
Laura Soledad Cutruffo Comparini – *Chefe Adjunto do Departamento Econômico*  
Leonardo Martins Nogueira – *Secretário Executivo*  
Lucas Alves Freire – *Procurador-Geral*  
Luís Guilherme Siciliano Pontes – *Chefe Adjunto do Departamento de Reservas Internacionais*  
Mariane Santiago de Souza Nogueira – *Chefe de Gabinete do Presidente*  
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*  
Renato Baldini Junior – *Chefe Adjunto do Departamento de Estatísticas*  
Ricardo Eyer Harris – *Chefe de Gabinete do Diretor de Regulação*  
Simone Miranda Burello – *Assessora Sênior no Gabinete do Diretor de Política Monetária*

Os membros do Copom analisaram a evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira e para a economia internacional, no contexto do regime de política monetária, cujo objetivo é atingir as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional para a inflação.

### A) Atualização da conjuntura econômica e do cenário do Copom<sup>1</sup>

1. O ambiente externo mantém-se adverso, em função da incerteza sobre os impactos e a extensão da flexibilização da política monetária nos Estados Unidos e sobre as dinâmicas de atividade e de inflação em diversos países.

2. Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho. O Comitê avalia que o cenário externo, também marcado por menor sincronia nos ciclos de política monetária entre os países, segue exigindo cautela por parte de países emergentes.

3. Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho segue apresentando dinamismo maior do que o esperado.

4. A desinflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cheio tem arrefecido, enquanto medidas de inflação subjacente se situaram acima da meta para a inflação nas divulgações mais recentes. As expectativas de inflação para 2024 e 2025 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 4,1% e 4,0%, respectivamente.

### B) Cenários e análise de riscos

5. No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de R\$5,55/US\$<sup>2</sup>, evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária “verde” em dezembro de 2024 e de 2025. Em cenário alternativo apresentado, utiliza-se a hipótese de taxa de juros constante ao longo do horizonte relevante de política monetária.

6. O Comitê manteve o entendimento usual, sem qualquer alteração, de que o horizonte relevante para a política monetária é de seis trimestres à frente, correspondendo, agora, ao primeiro trimestre de 2026. Em consonância com o sistema de meta contínua estabelecido pelo Decreto 12.079/2024, o Comitê optou por comunicar não só as projeções para anos-calendário, como também a projeção para o horizonte relevante, contribuindo assim para a transparência na comunicação da política monetária.

7. Em ambos os cenários apresentados, de referência e alternativo, há um processo de desinflação ao longo do horizonte, mas a projeção para o horizonte relevante está acima da meta de inflação de 3%. No cenário de referência, a projeção da inflação acumulada em quatro trimestres para o primeiro trimestre de 2026 é 3,4% e, no cenário alternativo, a projeção é de 3,2%.

8. As projeções de inflação do Copom para os anos-calendário, no cenário de referência, situam-se em 4,2% para 2024 e 3,6% para 2025. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 5,0% em 2024 e 4,0% em 2025. No cenário alternativo, no qual a taxa Selic é mantida constante ao longo do horizonte relevante, as projeções de inflação situam-se em 4,2% para 2024 e 3,4% para 2025.

9. O Comitê avalia que o cenário externo se mantém adverso. A menor sincronia nos ciclos de queda dos juros, já iniciados em alguns países avançados e ainda por iniciar em outros, contribui para a volatilidade de variáveis de mercado. Além disso, observou-se que as autoridades monetárias têm indicado ciclos cautelosos, com impactos

<sup>1</sup> A menos de menção explícita em contrário, esta atualização leva em conta as mudanças ocorridas desde a reunião do Copom em junho (263ª reunião).

<sup>2</sup> Valor foi obtido pelo procedimento, que passou a ser adotado na 258ª reunião, de arredondar a cotação média da taxa de câmbio observada nos dez dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.

correspondentes na precificação dos ativos financeiros. Por fim, os fluxos de capital refletem também um fenômeno global de aversão ao risco, que, a depender dos fundamentos de cada economia emergente, pressiona a taxa de câmbio com intensidade variável. No caso da economia norte-americana, as incertezas quanto ao ritmo da atividade econômica persistem, uma vez que, por um lado, os dados correntes sugerem resiliência, e, por outro lado, observa-se uma desaceleração nos dados de emprego e as condições financeiras se mantêm apertadas por um período já prolongado. De todo modo, vislumbra-se um cenário de redução gradual da inflação e da atividade e um início cauteloso da flexibilização monetária.

10. Nos países emergentes, diante de um cenário mais desafiador, observa-se o prosseguimento cauteloso do ciclo de queda de juros em alguns países e sua interrupção em outros países. As taxas de câmbio de países emergentes tiveram depreciação no período recente, refletindo um cenário mais desafiador para essas economias.

11. O Comitê reiterou que não há relação mecânica entre a condução da política monetária norte-americana e a determinação da taxa básica de juros doméstica, tampouco entre a taxa de câmbio e a determinação doméstica da taxa de juros. Como usual, o Comitê focará nos mecanismos de transmissão da conjuntura externa sobre a dinâmica inflacionária interna e seu impacto sobre o cenário prospectivo. Reforçou-se, ademais, que um cenário de maior incerteza global e de movimentos cambiais mais abruptos exige maior cautela na condução da política monetária doméstica.

12. Os dados de atividade econômica e do mercado de trabalho seguem com maior dinamismo do que era esperado. Esse movimento ocorre em contexto de hiato do produto próximo à neutralidade, tornando mais desafiador o processo de convergência da inflação à meta. O dinamismo de indicadores de mais alta frequência, como de comércio e serviços, reforça o diagnóstico de resiliência da atividade doméstica e sustentação do consumo ao longo do tempo, em contraste com o cenário de desaceleração gradual originalmente antecipado pelo Comitê. Com relação ao mercado de trabalho, ressaltou-se que o nível de ocupação, a taxa de desocupação e a renda vêm sistematicamente surpreendendo. O Comitê novamente avaliou que essas surpresas recorrentes apontam para elevado dinamismo do mercado de trabalho, que se mostra apertado.

13. O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade.

14. O Comitê monitora com atenção como os desenvolvimentos recentes da política fiscal impactam a política monetária e os ativos financeiros. Ademais, notou-se que a percepção mais recente dos agentes de mercado sobre o crescimento dos gastos públicos e a sustentabilidade do arcabouço fiscal vigente, junto com outros fatores, vem tendo impactos relevantes sobre os preços de ativos e as expectativas. O Comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, conseqüentemente impactando a política monetária. Políticas monetária e fiscal síncronas e contracíclicas contribuem para assegurar a estabilidade de preços e, sem prejuízo de seu objetivo fundamental, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

15. O Comitê unanimemente avalia que se deve perseguir a reancoragem das expectativas de inflação, vista como elemento essencial para assegurar a convergência da inflação para a meta. O Comitê avalia que a condução da política monetária é um fator fundamental para a reancoragem das expectativas e continuará tomando decisões que salvaguardem a credibilidade e, conseqüentemente, reduzam o custo da

desinflação. O Comitê não se furta ao seu compromisso com o atingimento da meta de inflação e entende o papel fundamental das expectativas na dinâmica da inflação.

16. Os movimentos recentes de alguns dos condicionantes para a dinâmica da inflação, tais como as expectativas de inflação e a taxa de câmbio, foram amplamente debatidos. Observou-se que, se tais movimentos se mostrarem persistentes, os impactos inflacionários decorrentes podem ser relevantes e serão devidamente incorporados pelo Comitê. Em função disso, o Comitê avaliou que o momento é de acompanhamento diligente dos condicionantes da inflação e de maior vigilância perante um cenário mais desafiador.

17. O ciclo de crédito segue benigno com expansão em volume e redução de taxas na maior parte das linhas. No entanto, novamente, alguns membros ressaltaram que a recente elevação nas taxas de maior prazo pode levar a um menor dinamismo no mercado de crédito. Por outro lado, as captações no mercado de capitais seguem fortes. Tais membros enfatizaram a importância dos vértices mais longos na curva de juros na determinação da oferta e da demanda de crédito.

18. O Comitê avaliou que os dados referentes à inflação sugerem uma trajetória que não divergiu significativamente do que era esperado, mas que se observa um arrefecimento no processo desinflacionário no período mais recente. As taxas de inflação de bens industriais e de alimentação no domicílio mantiveram suas recentes trajetórias, deixando de contribuir para a desinflação nesse estágio do processo desinflacionário. Concomitante a isso, a inflação de serviços, que tem maior inércia, assume papel preponderante na dinâmica desinflacionária no estágio atual. Debateu-se então o papel da dinâmica do mercado de trabalho e das expectativas de inflação para a determinação da inflação de serviços. Concluiu-se que o processo desinflacionário arrefeceu e que os níveis de inflação corrente acima da meta, em contexto de dinamismo da atividade econômica, tornam a convergência da inflação à meta mais desafiadora.

19. Em sua conclusão, o Comitê avalia que o cenário prospectivo de inflação se tornou mais desafiador, com o aumento das projeções de inflação de médio prazo, mesmo condicionadas em uma trajetória de taxa de juros mais elevada. Concluiu-se unanimemente pela necessidade de uma política monetária ainda mais cautelosa e de acompanhamento diligente do desenrolar do cenário.

20. O Comitê ressalta que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado; (ii) uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais apertado; e (iii) uma conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto inflacionário, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada; e (ii) os impactos do aperto monetário sobre a desinflação global se mostrarem mais fortes do que o esperado. Durante as discussões, todos os membros concordaram que há mais riscos para cima na inflação, inclusive com vários membros enfatizando a assimetria do balanço de riscos.

21. O Comitê avalia que as conjunturas doméstica e internacional exigem ainda maior cautela na condução da política monetária. Em particular, os impactos inflacionários decorrentes dos movimentos das variáveis de mercado e das expectativas de inflação, caso esses se mostrem persistentes, corroboram a necessidade de maior vigilância.

### C) Discussão sobre a condução da política monetária

22. O Copom passou então à discussão da condução da política monetária, considerando o conjunto de projeções analisado, assim como o balanço de riscos para a inflação prospectiva.

23. O Comitê optou unanimemente pela manutenção da taxa Selic em 10,50%. No cenário doméstico, o mercado de trabalho e a atividade econômica, em particular o consumo das famílias, têm surpreendido e divergido do cenário de desaceleração previsto. Além disso, houve nova elevação das projeções de inflação para o horizonte relevante de política monetária, não obstante nova elevação na trajetória da taxa Selic extraída da pesquisa Focus. De forma análoga, as expectativas de inflação apresentaram desancoragem adicional desde a reunião anterior. Além disso, o cenário externo se mantém adverso, com incerteza sobre os impactos e a extensão da flexibilização monetária nos Estados Unidos.

24. Assim, o Comitê avaliou que a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação, como também a ancoragem das expectativas em torno da meta.

25. O cenário marcado por projeções mais elevadas e mais riscos para a alta da inflação é desafiador, e o Comitê avalia que o desenrolar do cenário será particularmente importante para definir os próximos passos de política monetária. Desse modo, o Comitê, unanimemente, avalia que o momento corrente é de ainda maior cautela e de acompanhamento diligente dos condicionantes da inflação, sem se comprometer com estratégias futuras. À luz desse acompanhamento, o Comitê avaliará a melhor estratégia: de um lado, se a estratégia de manutenção da taxa de juros por um tempo suficientemente longo levará a inflação à meta no horizonte relevante; de outro lado, o Comitê, unanimemente, reforçou que não hesitará em elevar a taxa de juros para assegurar a convergência da inflação à meta se julgar apropriado. Como usual, as estratégias adotadas pelo Comitê refletirão o compromisso com o cumprimento da meta de inflação, visando também a reancoragem das expectativas de inflação de modo a minimizar o custo da desinflação. O Comitê se manterá vigilante e lembra que eventuais ajustes futuros na taxa de juros serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta.

#### D) Decisão de política monetária

26. Considerando a evolução do processo de desinflação, os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 10,50% a.a. e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

27. A conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento, ampliação da desancoragem das expectativas de inflação e um cenário global desafiador, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária.

28. O Comitê, unanimemente, optou por manter a taxa de juros inalterada, destacando que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade, elevação das projeções de inflação e expectativas desancoradas demandam acompanhamento diligente e ainda maior cautela. Ressalta, ademais, que a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno da meta. O Comitê se manterá vigilante e lembra que eventuais ajustes futuros na taxa de juros serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta.

29. Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto de Oliveira Campos Neto (presidente), Ailton de Aquino Santos, Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Gabriel Muricca Galípolo, Otávio Ribeiro Damaso, Paulo Picchetti, Renato Dias de Brito Gomes e Rodrigo Alves Teixeira.

# Conexão Mercado Abertura

01/08/2024

PÓS REUNIÃO FOMC



#Publica



# Assessoramento Econômico

## Pré-abertura

Futuros	Títulos	Moedas	Commodities
S&P 500 (fut)	5584,5	0,48%	WTI
Nasdaq (fut)	19623,5	0,61%	Brent
Dow Jones(fut)	41084,0	0,03%	Ouro
<b>Risco</b>	<b>4,2892</b>	<b>0,77%</b>	Soja (fut)
	<b>4,055</b>	<b>0,60%</b>	Milho (fut)
<b>Bolsas</b>	<b>16,19</b>	<b>-1,04%</b>	
DAX (Alemanha)	18376,6	-0,71%	
PCAC (França)	7449,8	-1,08%	
FTSE (UK)	8381,7	0,16%	
NIKKEI (Japão)	38126,3	-2,49%	
SSECO (Shanghai)	2932,4	-0,22%	

## Fechamento (sessão anterior)

Bolsas	Títulos Públicos	Juros	Moedas
Ibovespa	127651,8	10,40	DX
S&P 500	5522,3	10,71	USDBRL
Nasdaq	19581,8	11,62	USDMXN
Dow Jones	40842,8	11,83	USDZAR
<b>Risco</b>	<b>30/07</b>	11,92	USDARS
Brasil CDS 5Y	158,13	11,97	USDRUB
		11,96	USDTRY
		83,740	USDINR



## Indicadores e Eventos do Dia

### Estados Unidos

Divulgação	Indicadores	Período	Consenso	Realizado	Anterior
09:30	Novos pedidos seguro-desemprego	27 Jul	236k	-	235k
09:30	Seguro-desemprego	20 Jul	1.855k	-	1.851k
10:45	PMI Fabricação EUA S&P Global	Jul F	49,60	-	49,50
11:00	Manufaturados ISM	Jul	48,80	-	48,50
11:00	ISM-Preços pagos	Jul	51,80	-	52,10
11:00	Novas ordens ISM	Jul	49,00	-	49,30
11:00	ISM Emprego	Jul	49,2	-	49,3

### Europa

Região	Divulgação	Indicadores	Período	Consenso	Realizado	Anterior
ZE	05:00	PMI Fabricação	Jul F	45,60	45,80	45,60
ZE	06:00	Taxa de desemprego	Jun	6,40%	6,50%	6,40%
AL	04:55	PMI Fabricação	Jul F	42,60	43,20	42,60
UK	05:30	PMI Fabricação	Jul F	51,80	52,10	51,80
UK	08:00	Taxa do Banco da Inglaterra	Aug 1	5,00%	5,00%	5,25%

### Brasil

Divulgação	Indicadores	Período	Consenso	Realizado	Anterior
08:00	IPC-S IPC FGV	31 Jul	-	-	0,34%
10:00	PMI Fabricação Brasil	Jul	-	-	52,50
11:00	leilão de LTN e NTN-F	-	-	-	-

### Ásia

Região	Divulgação	Indicadores	Período	Consenso	Realizado	Anterior
CH	4°F - 31/07 - 22:45	Caixin China PMI Manuf	Jul	51,50	49,80	51,80
JP	4°F - 31/07 - 21:30	PMI Manufatura	Jul F	-	49,10	49,20

# Assessoramento Econômico



## **EXTERNO:** PMI industrial, balanços das gigantes de tecnologia nos EUA e tensões no Oriente Médio podem gerar volatilidade no dia

- Nos EUA, o Fomc decidiu de forma unânime manter a meta dos *fed funds* entre 5,25% e 5,50%. O comunicado continuou cauteloso, ratificando que os dirigentes ainda precisam de mais confiança de que o emprego e a inflação estão caminhando na direção correta antes de iniciar o ciclo de cortes. Apesar disso, tanto o comunicado quanto Powell indicaram que, agora, os membros do Fomc estão mais preocupados com os riscos envolvendo a desaceleração do mercado de trabalho americano e um pouco menos preocupados com os riscos da inflação, embora ela ainda esteja acima da meta.
- No Oriente Médio, o exército israelense afirmou, nesta última quinta-feira, ter executado o chefe da ala militar do Hamas em um ataque aéreo realizado no dia 13 de julho. A informação veio depois do setor de inteligência confirmar a morte de Mohammed Deif, considerado uma das mentes por trás dos ataques à Israel no dia 07 de outubro de 2023. A informação aumenta ainda mais o receio de possíveis retaliações dos aliados do Hamas, especialmente vindas do Irã, depois da morte do também líder religioso do grupo na terça-feira.
- O Banco Central da Inglaterra decidiu cortar a taxa de juros básica em 25 pontos-base, a 5,0%. A decisão, no entanto, não foi unânime, com 5 dirigentes favoráveis ao corte e 4 favoráveis à manutenção da taxa.
- No campo corporativo, a Meta (Facebook e Instagram) informou, na tarde de ontem, que obteve lucro líquido de US\$ 13,47 bi no segundo trimestre, equivalente ao lucro por ação de US\$ 5,16, superior ao esperado pelo mercado (US\$4,72).
- Na Zona do Euro, apesar de alguns PMIs da indústria terem superado a previsão dos analistas (vide página de indicadores), os números do setor do bloco continuam abaixo da marca dos 50,0 pontos, indicando contração da atividade na região.
- Na China, o PMI industrial medido pelo instituto Caixin cedeu de 51,8 em junho para 49,8 em julho, ficando abaixo do previsto pelo mercado (51,4).

### **Expectativas para o dia:**

- No exterior, um dia antes da divulgação do Payroll, os mercados operam fora de uníssono, com os investidores digerindo uma gama de eventos e indicadores importantes. Na Europa, as bolsas caem pressionadas pela decepção com os PMIs da indústria, enquanto os futuros das bolsas em Nova York operam em alta, impulsionados pelo balanço positivo da Meta divulgado ontem e pelo viés mais **dovish** de Powell, que manteve a perspectiva do mercado de que o primeiro corte de juros do Fed virá em setembro.
- O dólar avança sobre a maioria das divisas, com a libra em destaque de queda depois do corte de juros aplicado pelo BoE, apesar da falta de consenso entre os membros. As moedas emergentes sofrem pela decepção com o PMI industrial chinês e pela falta de perspectiva de novos incentivos por Pequim, além da cautela gerada pelo receio de conflito entre Israel e Irã.
- A agenda do dia pode trazer muita volatilidade, com atenção especial voltada para o ISM e o PMI da indústria americana, além dos balanços que serão divulgados após o fechamento dos mercados em Nova York (Apple, Amazon e Intel).
- Diante do exposto, acreditamos que o dia pode ser marcado pela cautela na maior parte dos mercados, enquanto as bolsas americanas podem continuar sendo impulsionadas pelos balanços corporativos locais. No mais, depois da forte queda de ontem, as yields dos treasuries tem espaço para uma correção técnica de alta no dia.
- **Dólar contra Principais:** Alta      **Dólar contra Emergentes:** Alta
- **Taxa dos Treasuries:** Alta
- **Bolsas:** Alta (EUA) | Queda (Zona do Euro)      **Commodities:** Queda

# Assessoramento Econômico



## **INTERNO:** ambiente externo e desfecho da decisão do Copom devem direcionar os ativos

- No Brasil, a questão fiscal deve ficar em segundo plano no dia, após o decreto divulgado na terça-feira (30/07) à noite detalhando as áreas afetadas pelo contingenciamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 2024. A partir de agora, a expectativa fica para o anúncio das medidas de cortes de despesas para o Orçamento de 2025, mas que só devem ser divulgadas em algumas semanas.
- O Copom decidiu manter a taxa básica de juros Selic em 10,50% aa, com unanimidade, conforme amplamente esperado pelos agentes de mercado.
- No comunicado, o Banco Central voltou a alertar sobre alto nível de incertezas no ambiente externo e interno e a necessidade de uma política monetária contracionista para ancorar as expectativas de inflação.
- O documento voltou a citar que a atividade doméstica e o mercado de trabalho apresentam um dinamismo mais forte que o esperado.
- Quanto à inflação, seguindo a nova regra de meta contínua de inflação e não mais de meta para o ano-calendário, o comitê deu um panorama visando a inflação do primeiro trimestre de 2026, com projeção de 3,4% no cenário de referência e de 3,2% no cenário alternativo, no qual a taxa Selic permanece inalterada ao longo do horizonte relevante.
- No mais, o comitê incluiu no balanço de risco a preocupação de eventual pressão inflacionária decorrente de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada.
- Em relação às perspectivas para as próximas reuniões, disse que continua vigilante e ancorar as expectativas futuras de inflação.
- Na agenda do dia, o IPC-S (jul) variou 0,54%, acelerando ante 0,22% em junho, ficando acima das estimativas de 0,48%, segundo o Broadcast. O tesouro fará leilão de LTN para vencimentos de 2025, 2026, 2028 e 2030, além de NTN-F para 2031 e 2035.

### **Expectativas para o dia:**

- Os ativos locais devem seguir sensíveis ao ambiente global, com os investidores absorvendo os comentários de Powell ontem, após a decisão do Fomc, divulgação de balanços corporativos, indicadores fracos na China e tensões geopolíticas.
- No *front* interno, no tema fiscal, os agentes ficam em compasso de espera pelo anúncio das medidas de cortes de gastos que irão impactar o Orçamento de 2025, mas que só devem ser divulgadas ao longo do mês de agosto.
- Assim, no dia, os efeitos do comunicado do Copom tende a ter uma influência de ajuste marginal de queda nos vértices curtos da curva de juros, dado que parte dos agentes deve diminuir a probabilidade de elevação de juros, que se encontra embutida na curva, pois a sinalização do Copom foi no sentido de manutenção do atual patamar da taxa por período prolongado. Para os prazos médios e longos, a expectativa é de uma leve alta na curva, com os investidores considerando que o Banco Central não se utilizou de um tom mais conservador para as próximas reuniões, de acordo com o esperado por parte dos agentes.
- Diante de uma sessão de cautela externa, com alta das taxas dos *treasuries*, esperamos que o Ibovespa se desvalorize, em função das preocupações com o fraco desempenho da atividade chinesa e expectativa de juros domésticos elevados por período prolongado; o dólar se valorize frente ao real, diante do Copom menos conservador do que parte do mercado esperava e em linha com o ambiente global; e a curva de juros siga mais comedida nos prazos curtos, enquanto os vértices médios e longos podem agregar prêmios, refletindo a alta do dólar e das taxas dos *treasuries*.
- **Dólar:** Alta — **Juros:** Alta — **Ibovespa:** Queda



## Informações relevantes

Esta publicação contém análises/avaliações que refletem as visões de profissionais da área de Tesouraria Global/Assessoramento Econômico e da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil S. A. (“BB”).

As análises/avaliações aqui publicadas:

- i. eventualmente, podem não expressar o posicionamento do Conglomerado BB sobre os temas aqui tratados;
- ii. é possível que diverjam substancialmente das visões de outras áreas correlatas do BB, mesmo que faça referências a recomendações publicadas por essas respectivas Áreas;
- iii. podem ou não ser seguidas pela gestão da Carteira Proprietária do BB.

As informações, opiniões, análises e avaliações contidas nesta publicação:

- i. contém dados e projeções informativos que são dependentes das hipóteses adotadas. Nessa medida, não devem ser tomados como base, balizamento, guia ou norma para quaisquer documentos, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal;
- ii. foram fornecidas apenas como comentários gerais de mercado e não constituem quaisquer formas de aconselhamento pessoal, jurídico, tributário ou outro serviço financeiro regulamentado;
- iii. não contém toda a informação desejável, ou seja, fornecem apenas visões limitadas da economia e do setor agropecuário, de forma geral “Macro”, não avaliando valores mobiliários específicos e emissores determinados;

iv. não são uma pesquisa ou recomendação de investimento para fins regulatórios e não constitui uma análise substantiva;

v. não são uma recomendação personalizada ou uma consultoria de investimento.

Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises são assumidas exclusivamente por quem as utiliza, eximindo o BB de todas as ações decorrentes do uso deste material.

Ressalte-se que o BB não se responsabiliza por atualizar qualquer estimativa contida nesta publicação.

O BB recomenda aos leitores da publicação que:

- i. antes de entrar em qualquer transação, certifiquem-se de que entende os potenciais riscos e retornos e verifique a compatibilidade com seus objetivos e experiência, recursos operacionais e financeiros e outras circunstâncias relevantes;
- ii. procurem consultores para verificar limitações tributárias, legais e contábeis, sempre que necessário.

Por fim, o BB esclarece que o acesso a esta publicação implica na total aceitação deste termo de responsabilidade e uso, não sendo permitido a reprodução, retransmissão e distribuição do todo ou de qualquer parte deste material sem a sua prévia e expressa autorização.

*Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias:*

**SAC 0800 729 0722**

**Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala 0800 729 0088**

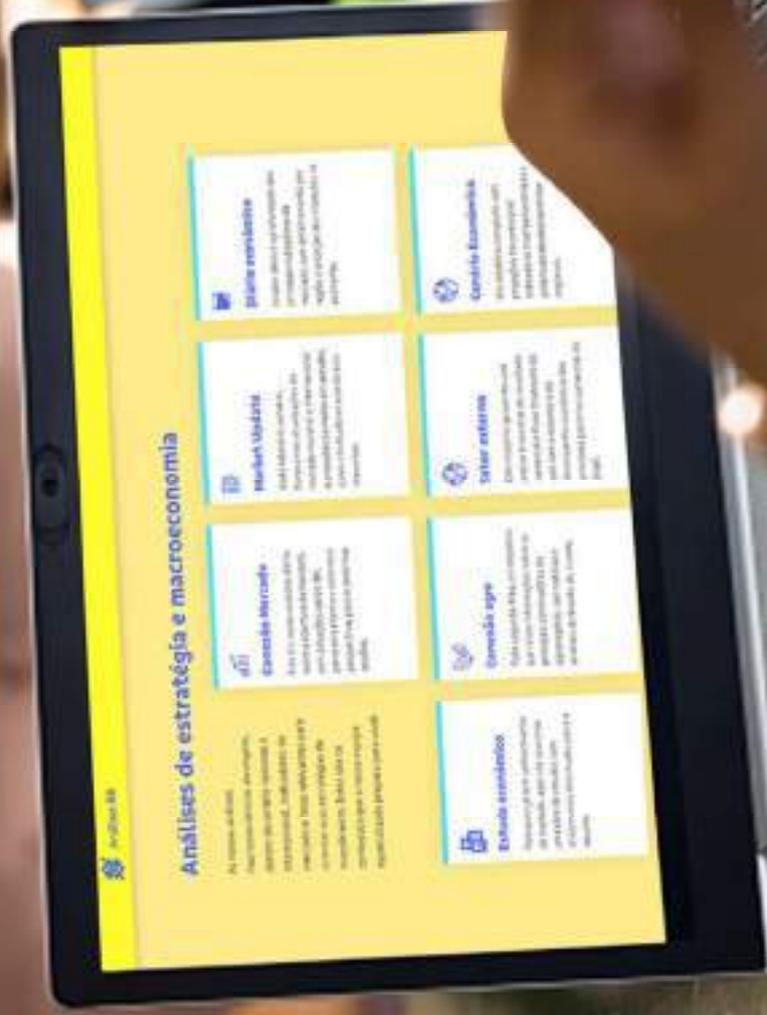
**Ouvidoria 0800 729 5678**

# Acompanhe nossas análises e estudos no portal BB

[bb.com.br](http://bb.com.br) > Investimentos >  
Análises de estratégia e macroeconomia



#Publica





**Brasil – Focus traz mudanças nas projeções para IPCA e PIB em 2024**

	2024				2025				2026		2027	
	H4 semanas	H1 semanas	Hoje	Comp. semanas*	H4 semanas	H1 semanas	Hoje	Comp. semanas*	Hoje	Comp. semanas*	Hoje	Comp. semanas*
<b>IPCA (%)</b>	4,02	4,10	<b>4,12</b>	▲ (2)	3,95	3,96	<b>3,98</b>	▲ (2)	3,80	= (0)	3,50	= (17)
<b>PIB (var. %)</b>	2,10	2,10	<b>2,20</b>	▲ (5)	1,57	1,34	<b>1,92</b>	▼ (1)	2,30	= (52)	2,60	= (34)
<b>CÂMBIO (R\$/US\$)</b>	5,20	5,30	<b>5,30</b>	= (2)	5,20	5,25	<b>5,30</b>	▲ (2)	5,25	= (1)	5,25	▲ (2)
<b>SELIC (%)</b>	10,50	10,50	<b>10,50</b>	= (7)	9,50	9,50	<b>9,75</b>	▲ (1)	9,00	= (12)	9,00	= (11)

\* comportamento dos indicadores desde o último focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade  
em relação ao Focus anterior

Fonte: Banco Central do Brasil

**Pontos principais:** o Boletim Focus desta semana, divulgado pelo Banco Central, mostrou mudanças nas projeções de dois dos seus principais indicadores para 2024, IPCA e PIB. Em relação a 2025, o Boletim trouxe revisão altista para o IPCA, câmbio e Selic e baixista para o PIB. Nesse sentido, a mediana das projeções para o IPCA teve alta de 0,02 ponto percentual (p.p.) em 2024 e 2025, passando de 4,10% para 4,12% e de 3,96% para 3,98%, respectivamente. Quanto à projeção para o crescimento da atividade econômica (PIB), o boletim apresentou alta de 0,01 p.p em 2024, passando de 2,19% para 2,20% e baixa de 0,02 p.p. em 2025, passando de 1,94% para 1,92%. Em relação ao câmbio, o indicador não apresentou mudança no ano corrente, permanecendo em R\$/US\$ 5,30.

Contudo, em 2025 houve mudança da projeção de R\$/US\$ 5,25 para R\$/US\$ 5,30, a mesma alteração ocorreu para o ano de 2027. Por fim, quanto à taxa básica de juros (Selic), não houve modificação nesta última pesquisa para o ano de 2024, permanecendo em 10,50%. Por outro lado, para o ano seguinte houve alteração para cima, de 25 pontos-base, passando de 9,50% para 9,75%, em linha com o cenário base do Banco do Brasil.

**Impacto nos cenários:** em relação ao IPCA, a alta para o indicador foi influenciada, pelos riscos inerentes ao mercado de trabalho aquecido e ao desempenho favorável da atividade econômica. Além disso, em sua última reunião, o Copom passou a considerar um balanço de riscos assimétrico para a inflação, com a desancoragem referente às expectativas de inflação e o câmbio mais depreciado afetando as projeções para o IPCA no horizonte relevante da política monetária. Nesse sentido, projetamos um crescimento do IPCA de 4,0% em 2024 e 3,8% no ano seguinte.

Quanto à atividade econômica, o Boletim Focus apresentou uma projeção que veio em linha com o cenário do Banco do Brasil para o indicador PIB no ano de 2024 (2,2%). Esse cenário é favorecido pelo crescimento mais intenso da atividade econômica registrado no início do ano, com os indicadores de atividade econômica mais dinâmicos do que o esperado. Contudo, a partir do segundo trimestre deste ano, esperamos que o PIB apresente um ritmo de crescimento menos intenso, seguindo nessa trajetória ao longo do próximo ano, fazendo com que o PIB cresça 1,6% em 2025.

O ambiente externo desafiador, impactado fortemente pelas expectativas eleitorais na maior economia do mundo (EUA), aliado às incertezas quanto ao equilíbrio das contas públicas e ao quadro inflacionário no

Brasil tem levado a alta do câmbio nas últimas semanas. Entretanto, acreditamos que a expectativa de flexibilização monetária nas economias centrais, juntamente com as perspectivas de um quadro favorável do setor externo devem favorecer o câmbio brasileiro, trazendo-o ao patamar de US\$ 5,20 até o final de 2024 e US\$ 5,25 para o ano seguinte

Por fim, quanto à taxa básica de juros, as projeções altistas sobre as expectativas para a inflação, mencionadas anteriormente, minimizam as chances de retorno do processo de flexibilização da Selic no horizonte de curto prazo, com a conjuntura atual demandando serenidade e cautela. Nesse sentido, acreditamos que a política monetária irá se manter contracionista pelo tempo necessário para que a inflação fique em torno da meta estabelecida. Nesse cenário, que está em linha com o Boletim Focus, mantemos nossa perspectiva de manutenção da taxa Selic em 10,50% em 2024. Para o ano seguinte, avaliamos que o cenário continuará desafiador. Contudo, o reinício do processo de flexibilização monetária deverá reiniciar a partir do segundo semestre, levando a taxa básica de juros para o patamar de 9,75% ao final do ano.

## Cenário Econômico – Resumo

### Cenário Base

	2023	2024	2025
PIB (Var. % a.a.)	2,9	2,2	1,6
Desemprego <sup>(1)</sup> ( % da PEA )	8,0	7,5	7,9
Câmbio <sup>(2)</sup> R\$/US\$	4,84	5,20	5,25
SELIC <sup>(2)</sup> (% a.a.)	11,75	10,50	9,75
IPCA <sup>(2)</sup> (% a.a.)	4,6	4,0	3,8
Crédito total (% a.a.)	8,1	11,2	9,0

Projeções BB/Assessoramento Econômico

(1) média do ano, (2) fim de período.

## Disclaimer

---

### Informações Relevantes

Esta publicação contém análises/avaliações que refletem as visões de profissionais da área de Assessoramento Econômico do Banco do Brasil S. A. ("BB").

As análises/avaliações aqui publicadas:

- i. eventualmente, podem não expressar o posicionamento do Conglomerado BB sobre os temas aqui tratados;
- ii. é possível que diverjam substancialmente das visões de outras áreas correlatas do BB, mesmo que faça referências a recomendações publicadas por essas respectivas Áreas;
- iii. podem ou não ser seguidas pela gestão da Carteira Proprietária do BB.

As informações, opiniões, análises e avaliações contidas nesta publicação:

- i. contém dados e projeções informativos que são dependentes das hipóteses adotadas. Nessa medida, não devem ser tomados como base, balizamento, guia ou norma para quaisquer documentos, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal;
- ii. foram fornecidas apenas como comentários gerais de mercado e não constituem quaisquer formas de aconselhamento pessoal, jurídico, tributário ou outro serviço financeiro regulamentado;
- iii. não contém toda a informação desejável, ou seja, fornecem apenas uma visão limitada de classes de ativos no mercado, como Juros, Câmbio e Índice de Bolsas, de forma geral "Macro", não avaliando valores mobiliários específicos e emissores determinados;
- iv. não são uma pesquisa ou recomendação de investimento para fins regulatórios e não constitui uma análise substantiva;
- v. não são uma recomendação personalizada ou uma consultoria de investimento.

Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises são assumidas exclusivamente por quem as utiliza, eximindo o BB de todas as ações decorrentes do uso deste material.

Ressalte-se que o BB não se responsabiliza por atualizar qualquer estimativa contida nesta publicação.

O BB recomenda aos leitores da publicação que:

- i. antes de entrar em qualquer transação, certifiquem-se de que entende os potenciais riscos e retornos e verifique a compatibilidade com seus objetivos e experiência, recursos operacionais e financeiros e outras circunstâncias relevantes;
- ii. procurem consultores para verificar limitações tributárias, legais e contábeis, sempre que necessário.

Por fim, o BB esclarece que o acesso a esta publicação implica na total aceitação deste termo de responsabilidade e uso, não sendo permitido a reprodução, retransmissão e distribuição do todo ou de qualquer parte deste material sem a sua prévia e expressa autorização.

*Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias:*

**SAC 0800 729 0722**

**Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala 0800 729 0088**

**Ouvidoria 0800 729 5678**



# Market Update

---

02/08/2024

BB Assessoramento Econômico

#Pública

# Sumário

#Pública



Resumo Semanal de Mercados	3/6
Panorama do Setor Externo – Política Monetária dos EUA	7
Panorama do Setor Externo – Inflação e PIB da Área do Euro	8
Atividade Econômica – PIM (Indústria)	9
Mercado de Trabalho – PNAD Contínua	10
Mercado de Trabalho – Novo Caged (Regional)	11
Política Monetária – Selic	12
Inflação – IGP-M	13
Política Fiscal	14
Projeções	15

# Mercados – Externo (RETROSPECTIVA 29/07 a 02/08)

Fomc, payroll, balanços das gigantes de tecnologia nos EUA e decisão do BoE e BoJ ditaram o rumo dos negócios.

MERCADOS: (bolsas: ▼ ; taxas dos *treasuries*: 2Y ▼ e 10Y ▼ ; dólar: DXY ▼ EM's: ▼) às 16h20 do dia 02/08.

— Nos EUA, o Fomc decidiu de forma unânime manter a meta dos *fed funds* entre 5,25% e 5,50%. O comunicado continuou cauteloso, ratificando que os dirigentes ainda precisam de mais confiança de que o emprego e a inflação estão caminhando na direção correta antes de iniciar o ciclo de cortes. Apesar disso, tanto o comunicado quanto Powell indicaram que, agora, os membros do Fomc estão mais preocupados com os riscos envolvendo a desaceleração do mercado de trabalho americano e um pouco menos preocupados com os riscos da inflação, embora ela ainda esteja acima da meta.

— Na agenda de indicadores destaque para a divulgação do PMI/ISM manufatura abaixo do esperado e o aumento dos pedidos semanais de seguro-desemprego reacenderam os temores dos investidores quanto a uma possível recessão da economia norte-americana, elevando as apostas de que o Fed possa ter que efetuar cortes mais elevados nos juros. Movimento corroborado pelos dados do Payroll mais fracos.

— No campo corporativo, no *net*, os resultados das *big techs* programados para semana frustraram as expectativas.

— O Tesouro divulgou relatório sobre as estimativas para as emissões da dívida para o 3º Tri24. A instituição cortou a estimativa para o volume de recursos que espera tomar emprestado no mercado de dívida detida por agentes privados no terceiro trimestre.

— No Reino Unido, o BoE reduziu as taxas em 25 pontos-base, para 5,0%. A decisão, no entanto, não foi unânime. O BoE sinalizou que mais reduções são prováveis nos próximos meses. No entanto, os dirigentes enfatizaram que adotarão uma abordagem cautelosa, descartando cortes consecutivos para evitar que a inflação volte a disparar.

— No Japão, o BoJ aumentou a taxa de juros para 0,25% e anunciou seu plano para diminuir o ritmo mensal de compras de títulos até o início de 2026, destacando seu objetivo de normalizar a política monetária. Em resposta, a moeda japonesa registrou seu valor mais forte em relação ao dólar desde março.

— Na China, os PMIs ficaram abaixo das expectativas e vieram abaixo de 50 pts, sinalizando contração econômica. No mais, os indicadores do setor imobiliário vieram abaixo das projeções, apontando que o setor permanece enfraquecido. Isso tudo corrobora com as expectativas sobre a necessidade de as autoridades tomarem novas ações para apoiar o crescimento econômico.

— No campo geopolítico, as tensões entre Israel e Hamas se intensificaram.

## INDICADORES

Região	Indicador	Período	Esperado	Atual	Anterior
EUA	Confiança Consumidor – Conf. Board	Jul	99.7	100.3	97.8
EUA	Ofertas de Emprego JOLTS (anualiz.)	Jun	8000k	8184k	8230k
EUA	ADP – Variação de Empregos	Jul	150k	122k	155k
EUA	Vendas de Casas Pendentes (A/A)	Jun	-7.40%	-7.80%	-6.50%
EUA	Vendas de Casas Pendentes (M/M)	Jun	1.50%	4.80%	-1.90%
EUA	FOMC – decisão s/ taxa de juros	31 Jul	5.50%	5.50%	5.50%
EUA	Pedidos semanais seg. desemprego	27 Jul	236k	249k	235k
EUA	PMI Chicago MNI	Jul	45.00	45.3	47.4
EUA	PMI Manufatura	Jul F	49.6	49.6	49.5
EUA	ISM Manufatura	Jul	48.8	46.8	48.5
EUA	ISM Preços Pagos	Jul	51.8	52.9	52.1
EUA	Payroll	Jul	175k	114k	179k
EUA	Taxa de Desemprego	Jul	4.10%	4.30%	4.10%
EUA	Pedidos de Bens Duráveis	Jun F	-6.60%	-6.70%	-6.60%
EUA	Pedidos às Fábricas	Jun	-3.20%	-3.30%	-0.50%
ZE	PIB (T/T)	2 Tri A	0.10%	-0.10%	0.20%
ZE	Confiança do Consumidor	Jul F	-	-13.0	-
ZE	Confiança Econômica	Jul	95.2	95.8	95.9
ZE	Confiança da Indústria	Jul	-10.6	-10.5	-10.2
ZE	Confiança de Serviços	Jul	6.3	4.8	6.2
ZE	PMI Industrial	Jul F	45.6	45.8	45.6
ZE	Taxa de Desemprego	Jun	6.40%	6.50%	6.40%
ZE	CPI (A/A)	Jul P	2.80%	2.90%	2.90%
ZE	CPI (M/M)	Jul P	-0.10%	0.00%	0.20%
AL	CPI (A/A)	Jul P	2.20%	2.30%	2.20%
AL	CPI (M/M)	Jul P	0.30%	0.30%	0.10%
AL	CPI Harmonizado (A/A)	Jul P	2.50%	2.60%	2.50%
AL	CPI Harmonizado (M/M)	Jul P	0.40%	0.50%	0.20%
AL	PMI Industrial	Jul F	42.60	43.20	42.60
UK	PMI Industrial	Jul F	51.80	52.10	51.80
UK	Reunião do BoE	Ago 1	5.00%	5.00%	5.25%
CH	PMI Manufatura	Jul	49.4	49.4	49.5
CH	PMI Serviços	Jul	50.3	50.2	50.5
CH	PMI Manufatura – Caixin	Jul	51.5	49.8	51.8
JN	Vendas a Varejo (A/A)	Jun	3.20%	3.70%	2.80%
JN	Vendas a Varejo (M/M)	Jun	0.20%	0.60%	1.60%
JN	Produção Industrial (A/A)	Jun P	-6.40%	-7.30%	1.10%
JN	Produção Industrial (M/M)	Jun P	-4.50%	-3.60%	3.60%
JN	PMI Manufatura	Jul F	-	49.1	49.2
JN	Decisão Taxa do BOJ	31 Jul	0.10%	0.25%	0.10%



## Mercados – Externo (PERSPECTIVA 05/08 A 09/08)

Dados do setor de serviços e discursos dos dirigentes do Fed entram no radar do mercado.

MERCADOS: (bolsas: ▼ ; taxas dos *treasuries*: 2Y (curto) ▼ e 10Y (longo) ▼ ; dólar: DXY ▲ e contra EM ▲)

Nos EUA, depois de uma semana conturbada, com decisão do Fomc, decepções com o payroll e com balanços de algumas gigantes de tecnologia, os investidores direcionam a atenção para o setor de serviços e discursos dos dirigentes do Fed.

Logo na segunda-feira, os números do ISM e do PMI de serviços darão mais insumos para balizar a retórica atual do mercado, que começou a precificar um ciclo de cortes de juros muito mais acelerado pelo Fed. A mediana de pesquisa da *Bloomberg* aponta para uma recuperação do ISM de serviços, considerado mais importante para o mercado, que pode voltar a ficar acima da marca de 50 pontos. Apesar disso, os subíndices de emprego e novas ordens podem mostrar uma dinâmica cautelosa, especialmente depois que o payroll mostrou desaceleração do número de empregos do setor de serviços em julho.

No campo corporativo, a temporada de balanço começa a perder um pouco da visibilidade, mas alguns resultados entram em destaque como a Berkshire Hathaway, Caterpillar, Uber, Airbnb e Walt Disney.

Na Zona do Euro, a perspectiva de leve recuperação da indústria alemã na passagem mensal de junho não deve ser suficiente para eliminar a visão ainda problemática do setor, que deve cair 4% na comparação com o mesmo mês de 2023.

Na China, a agenda está repleta de indicadores importantes. A balança comercial de julho pode mostrar continuidade na dinâmica de aceleração das exportações, mas o índice de preços ao produto (PPI) e ao consumidor (CPI) podem continuar indicando um panorama de atividade doméstica sem tração.

No campo geopolítico, as tensões no Oriente Médio podem continuar gerando volatilidade, com picos de busca por ativos defensivos caso a promessa de retaliação do Irã contra Israel seja cumprida. Atenção especial deve ser dada ao movimento do petróleo, que tombou nesta última semana pressionado pelo payroll.

Assim, diante da expectativa de continuidade dos recuos com relação à possível recessão nos EUA e às tensões no Oriente Médio, acreditamos que o movimento de cautela permaneça dominando o cenário global, com bolsas em queda e dólar forte. A busca por ativos defensivos e a perspectiva de que o Fed fará um ciclo de cortes de juros mais rápido e intenso devem ajudar a direcionar a queda da curva de *treasuries*.

BB Assessoramento Econômico



INDICADORES & EVENTOS			
Região	Divulgação	Indicadores	Período
EUA	2°F – 05/08 – 10:45	PMI Serviços EUA S&P Global	Jul F
EUA	2°F – 05/08 – 10:45	PMI Composite EUA S&P Global	Jul F
EUA	2°F – 05/08 – 11:00	Índice ISM Services	Jul
EUA	2°F – 05/08 – 11:00	Serviços ISM preços pagos	Jul
EUA	2°F – 05/08 – 11:00	Serviços ISM empregos	Jul
EUA	2°F – 05/08 – 11:00	Serviços ISM novas ordens	Jul
EUA	4°F – 07/08 – 08:00	MBA-Solicitações de empréstimos hipot	2 Aug
EUA	5°F – 08/08– 09:30	Seguro-desemprego	27 Jul
EUA	5°F – 08/08– 09:30	Novos pedidos seguro-desemprego	3 Aug
ZE	2°F – 05/08 – 05:00	PMI Serviços Zona do euro HCOB	Jul F
ZE	2°F – 05/08 – 05:00	PMI Composite Zona do euro HCOB	Jul F
ZE	2°F – 05/08 – 06:00	PPI	Jun
ZE	3°F – 06/08 – 06:00	Venda no varejo	Jun
AL	2°F – 05/08 – 04:55	PMI Serviços Alemanha HCOB	Jul F
AL	2°F – 05/08 – 04:55	PMI Composite Alemanha HCOB	Jul F
AL	3°F – 06/08 – 04:30	PMI Construção Alemanha HCOB	Jul
AL	5°F – 08/08 – 03:00	Produção industrial SAZ M/M	Jun
AL	6°F – 09/08 – 03:00	CPI	Jul F
AL	6°F – 09/08 – 03:00	CPI harmonizado	Jul F
UK	2°F – 05/08 – 05:30	PMI Composite Reino Unido S&P Global	Jul F
UK	2°F – 05/08 – 05:30	PMI Serviços Reino Unido S&P Global	Jul F
UK	3°F – 06/08 – 05:30	PMI Construção Reino Unido S&P Global	Jul
JP	4°F – 07/08 – 02:00	Índice antecedente CI	Jun P
CH	06/08/24 – 07/08/24	Balança comercial	Jul
CH	06/08/24 – 07/08/24	Importações A/A	Jul
CH	06/08/24 – 07/08/24	Exportações A/A	Jul
CH	5°F – 08/08 – 22:30	IPC	Jul
CH	5°F – 08/08 – 22:30	IPP	Jul

## Mercados – Brasil (RETROSPECTIVA 29/07 A 02/08)

Ambiente global, Copom e detalhamento do corte de gastos direcionaram os mercados.

MERCADOS: (Ibovespa: ▼ ; Juros: curtos ▼ médios e longos ▼ ; Dólar frente ao Real: ▲) às 16h20 do dia 02/08.



### Destaques:

- O detalhamento da contenção de despesas foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União. Os ministérios da Saúde, das Cidades, dos Transportes e da Educação foram os mais atingidos pelo congelamento de R\$ 15 bilhões.
- O Ministério da Saúde teve uma redução de R\$ 4,4 bilhões. O das Cidades perdeu R\$ 2,1 bilhões. Transportes e Educação também foram atingidos, com queda de R\$ 1,5 bilhão e R\$ R\$ 1,3 bilhão respectivamente.
- O PAC teve um congelamento de R\$ 4,5 bilhões. Emendas parlamentares também foram atingidas. As de comissão tiveram congelamento de R\$ 1,1 bilhão e as de bancada sofreram uma contenção de R\$ 153,6 milhões.
- Os ministérios terão até o dia 6 de agosto para indicar quais programas serão afetados. Mesmo com o congelamento, a equipe econômica projeta que as contas públicas fechem 2024 com um déficit de R\$ 28,8 bilhões, cumprindo a meta fiscal no piso mínimo, com despesas batendo no teto permitido pelo arcabouço.
- Os jornais destacam que o governo decidiu adotar um controle preventivo de gastos para garantir que a meta primária seja cumprida. Assim, determinou que os ministérios não poderão gastar cerca de R\$ 47 bilhões até setembro.
- A regra foi estabelecida no decreto publicado que determinou o congelamento de R\$ 15 bilhões. Pela norma, os ministérios só poderão gastar 35% dos recursos disponíveis, até setembro. Até novembro, será permitido gastar mais 35%. Em dezembro, os 30% restantes. Ressalta-se que em setembro e em novembro serão publicados dois novos relatórios de avaliação de receitas e despesas, que podem indicar a necessidade de novos bloqueios de despesas.

— Segundo o noticiário, o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2025 tratará não apenas a previsão de despesas para o próximo ano, mas também uma estimativa de gastos para 2026. Essa será a primeira vez que o orçamento contemplará um planejamento de quatro anos, chamado de "marco orçamentário de médio prazo". Até então, a previsão de gastos era feita somente para o ano corrente. Essa mudança visa permitir um melhor planejamento das despesas públicas a médio prazo. Cabe ressaltar que a divulgação da PLOA só deve ocorrer no final de agosto.

### Na agenda de indicadores:

- **Decisão do Copom:** o Copom decidiu manter a taxa básica de juros Selic em 10,50% aa, com unanimidade, conforme amplamente esperado pelos agentes de mercado. No comunicado, o Banco Central voltou a alertar sobre alto nível de incertezas no ambiente externo e interno e a necessidade de uma política monetária contracionista para ancorar as expectativas de inflação. No mais, o comitê incluiu no balanço de risco a preocupação de eventual pressão inflacionária decorrente de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Em relação às perspectivas para as próximas reuniões, disse que continua vigilante e a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente para ancorar as expectativas futuras de inflação.
- **IGP-M (jul):** o IGP-M de julho subiu 0,61%, arrefecendo em relação ao observado em junho (0,81%), na esteira da descompressão dos preços agropecuários, preços ao consumidor e do INCC.
- **Produção industrial (jun):** mostrou crescimento de 4,1% na passagem mensal, acima das estimativas de 2,5%, segundo a mediana do Broadcast, e alta de 3,4% na comparação anual.

## Mercados – Brasil (PERSPECTIVA 05/08 A 09/08)

Ambiente global, Ata do Copom e IPCA devem ser o foco na semana.

MERCADOS: (Ibovespa: ▲; Juros: Curtos: ▼ Médios e Longos: ▼; Dólar frente ao Real: ▲)



### Destaques:

— Na próxima semana, no ambiente externo os mercados devem continuar precificando uma possibilidade de desaceleração mais acentuada da atividade americana com impactos na economia global, após uma série de indicadores mais fracos, inclusive o payroll. No mais, ainda permanece a atenção aos temores geopolíticos.

— Internamente, o maior destaque fica para a ata do Copom, com tom conservador para a inflação. No entanto, os recentes eventos externos, esvazia um pouco o viés que havia sido sinalizado pelo Copom, ou seja, a ata pode estar relativamente defasada. Na agenda, teremos como foco entre os indicadores, a inflação ao consumidor (IPCA) de julho, com expectativa de aceleração, o que pode provocar alguma volatilidade momentânea na curva de juros na sexta-feira (09).

— No campo político e fiscal, teremos o retorno das sessões no Congresso, mas não esperamos grandes avanços na pauta econômica para a próxima semana, apenas a volta do debate sobre a questão da desoneração da folha de pagamentos e a renegociação das dívidas dos Estados, que devem ser finalizadas ao longo semestre. Além disso, os Ministérios devem detalhar os programas e projetos que podem ser afetados com o contingenciamento de gastos.

— Sendo assim, os ativos domésticos tendem a seguir o panorama desenhado pelo cenário externo, com o dólar operando valorizado frente ao real, em linha com a cautela global; a curva de juros deve apontar uma tendência de queda, de forma comedida, acompanhando as taxas dos *treasuries*, apesar do dólar forte; e o Ibovespa tende a se desvalorizar, pressionada pela queda das *commodities* e incertezas sobre a desaceleração da economia global.

### Principais indicadores e eventos:

— **Ata do Copom:** deve manter o tom de cautela adotado no comunicado, destacando a necessidade de política monetária contracionista por período prolongado para ancorar as expectativas de inflação e diante do alerta recente pelo câmbio depreciado.

— **IPCA (jul):** tende a acelerar em relação ao resultado de junho (0,21%), por maior pressão dos preços monitorados, em virtude da aceleração dos preços da gasolina e do gás de botijão, além do reajuste das tarifas de energia elétrica, impactadas pela adoção da bandeira tarifária amarela. Por outro lado, os preços livres devem arrefecer decorrentes da deflação dos alimentos.

— **IGP-DI (jul):** deve se elevar ante o resultado de 0,50% em junho, por influência dos preços industriais, puxado pela alta do minério de ferro, mas em contrapartida, a queda mais intensa dos alimentos in natura deve segurar a alta do índice global.

# Panorama Externo

Estados Unidos – Federal Reserve mantém a taxa de juros, mas momento do corte se aproxima

O Federal Reserve manteve a taxa de juros no intervalo entre 5,25% e 5,50%, uma decisão já amplamente esperada pelo mercado. Além disso, o comunicado não trouxe novidades significativas sobre a trajetória dos juros para as próximas reuniões, mantendo a indicação que não acha apropriado reduzir os juros até que tenha maior confiança de que a inflação está caminhando de forma sustentável para a meta de 2%. Mesmo assim, o documento reconhece que os dados recentes sugerem que os ganhos de emprego foram moderados e a taxa de desemprego aumentou na margem. Adicionalmente, o FED destacou que mesmo permanecendo em nível um pouco elevado, a inflação vem desacelerando, mostrando algum progresso adicional em direção à meta de inflação.

Em geral, o FOMC optou por um comunicado sem um direcionamento que pudesse apontar para o início de flexibilização da política monetária no curto prazo, mas o discurso pós-decisão deu indicação que o corte de juros em setembro "está na mesa" caso os próximos dados de inflação e mercado de trabalho sejam favoráveis. Em tempo, nosso cenário contempla dois cortes de juros no ano de 2024, o que deve levar a taxa básica de juros para o patamar de 5,00% no fim do ano. Por fim, destacamos que o dado mais recente de mercado de trabalho deve ampliar a confiança do FED para iniciar o ciclo de queda dos juros.

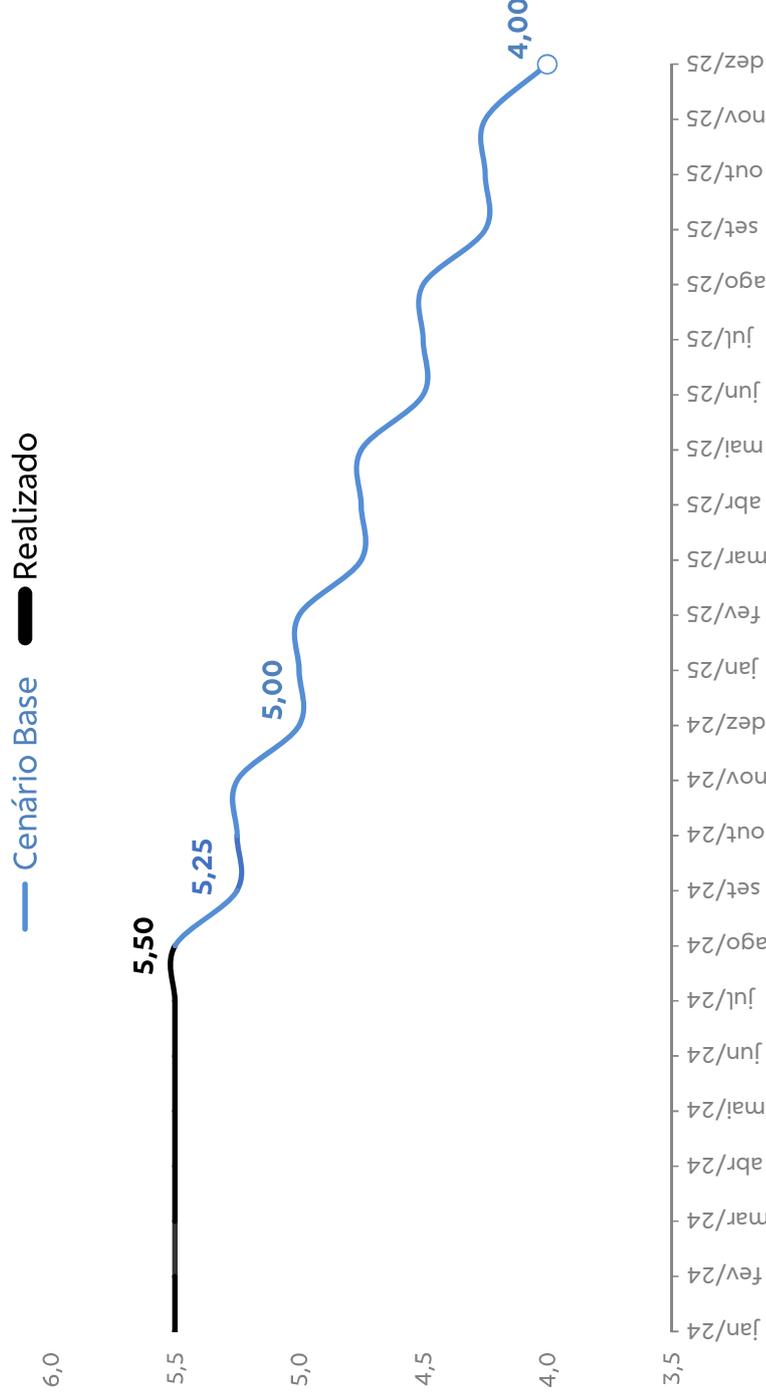
Fonte: Federal Reserve/Bloomberg. Elaboração e Projeções: BB Assessoramento Econômico.

BB Assessoramento Econômico



## Fed Funds Rate

Trajetória e projeção (limite superior da faixa de referência) - % a.a.

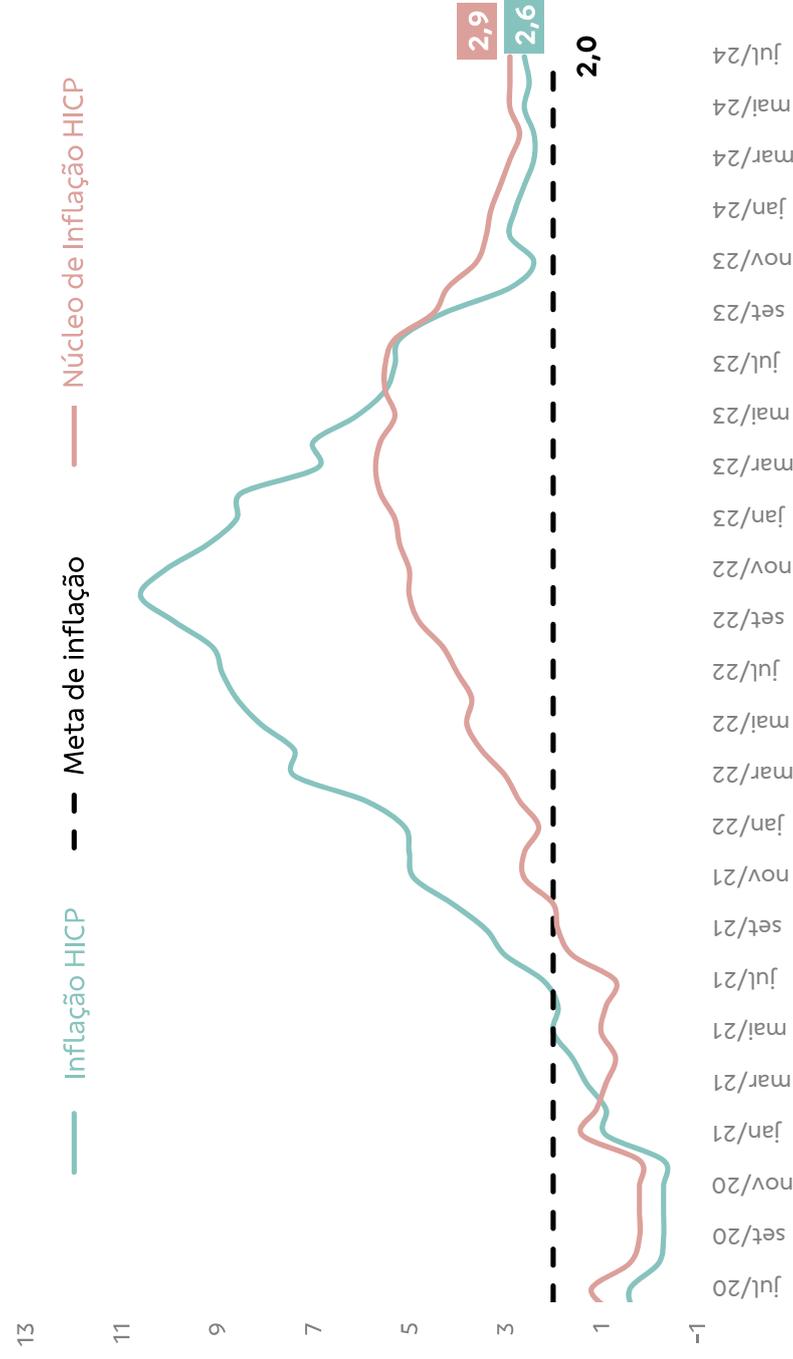


## Área do euro – Inflação ao consumidor aumenta para 2,6% em julho, acima das expectativas de mercado



### Inflação ao Consumidor da Área do Euro (HICP)

Varição acumulada em 12 meses (%)



De acordo com a Eurostat, a agência oficial de estatísticas da União Europeia, a taxa de inflação ao consumidor (HICP) da área do euro na comparação interanual foi de **2,6%** em julho, um aumento marginal em relação à junho (2,5%), acima da expectativa do mercado, que esperava o mesmo valor de junho.

No que se refere ao núcleo inflacionário, que retira itens mais voláteis como energia e alimentos, o dado mostrou estabilidade, situando-se em 2,9% na comparação interanual pelo terceiro mês consecutivo. Contudo, na comparação com junho, esse componente apresentou recuo de 0,2%. No que se refere aos preços de serviços, a inflação em 12 meses recuou marginalmente de expressivos 4,1% para 4,0%.

O aumento marginal da inflação em julho, com o núcleo permanecendo acima da meta, reforça o processo desinflacionário gradual na região. Esse cenário segue bem aquém do almejado pelo mercado e pela autoridade monetária do bloco, especialmente para a inflação de serviços. Logo, a cautela deve seguir como regra nas próximas decisões do BCE, o que reduz as chances de um corte de juros em agosto. Dessa forma, projetamos taxa terminal de 3,75% para o final de 2024, com dois cortes de 0,25 pontos base, sendo um em setembro e outro em dezembro.

Fonte: Bloomberg. Elaboração: BB Assessoramento Econômico.

# Atividade Econômica

Brasil – Produção Industrial cresce 4,1% em junho, bem acima das expectativas de mercado

#Pública



Conforme divulgado pelo IBGE, a Produção Industrial cresceu **4,1%** em junho de 2024, depois de registrar queda 1,5% no mês anterior. O resultado veio acima das expectativas de mercado que projetava alta de 2,7% no mês, segundo dados da Bloomberg. Na série sem ajuste sazonal, o indicador apresentou dinamismo no acumulado em 12 meses, ao acelerar de 1,3% em maio para **1,5%** em junho. Na comparação com o mesmo período de 2023, a indústria geral avançou 3,2%.

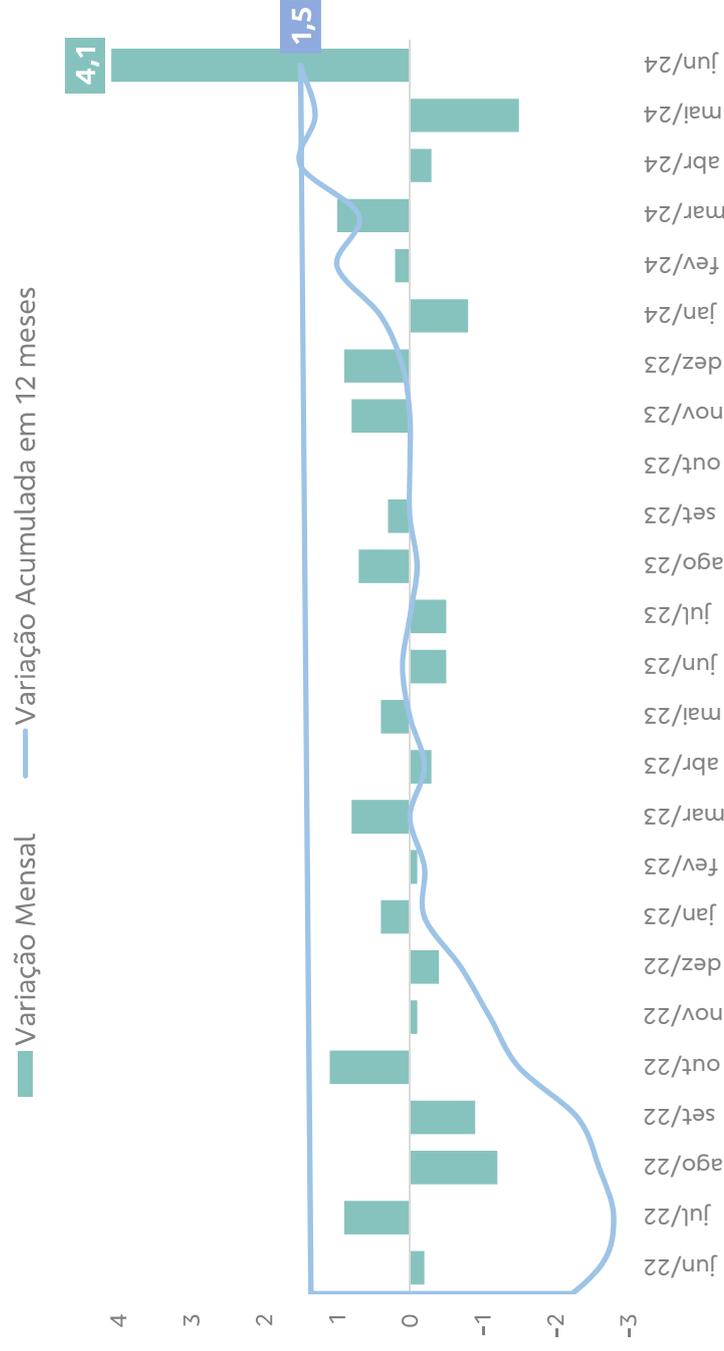
- **Atividade que apresentou maior influência negativa:** Impressão e Reprodução de Gravurações (-9,1%)
- **Atividades que apresentaram maior avanço na produção:** Produtos do Fumo (19,8%) e Produtos Químicos (6,5%)

De forma geral, no mês de junho a produção industrial reverteu a dinâmica de queda registrada nos dois meses anteriores. De acordo com o IBGE, esse resultado está relacionado a uma base de comparação depreciada (duas quedas consecutivas nos meses anteriores) e a retomada da produção de várias unidades produtivas afetadas pelas chuvas no RS. O crescimento de 4,1% é o resultado positivo mais intenso desde julho de 2020 e reforça o nosso cenário de aceleração do setor industrial, em que projetamos crescimento de 3,1% em 2024. Além disso, a dinâmica do segundo trimestre pode ser mais positiva do que projetamos, o que coloca um viés de alta na projeção de 2,2% do PIB em 2024.

Fonte: IBGE. Elaboração: BB Assessoramento Econômico.

## Indústria Geral

Variação mensal (dados dessazonalizados) e variação acumulada em 12 meses – (%)



# Mercado de Trabalho

Brasil – Taxa de desocupação fica em 6,9% no trimestre móvel encerrado em junho



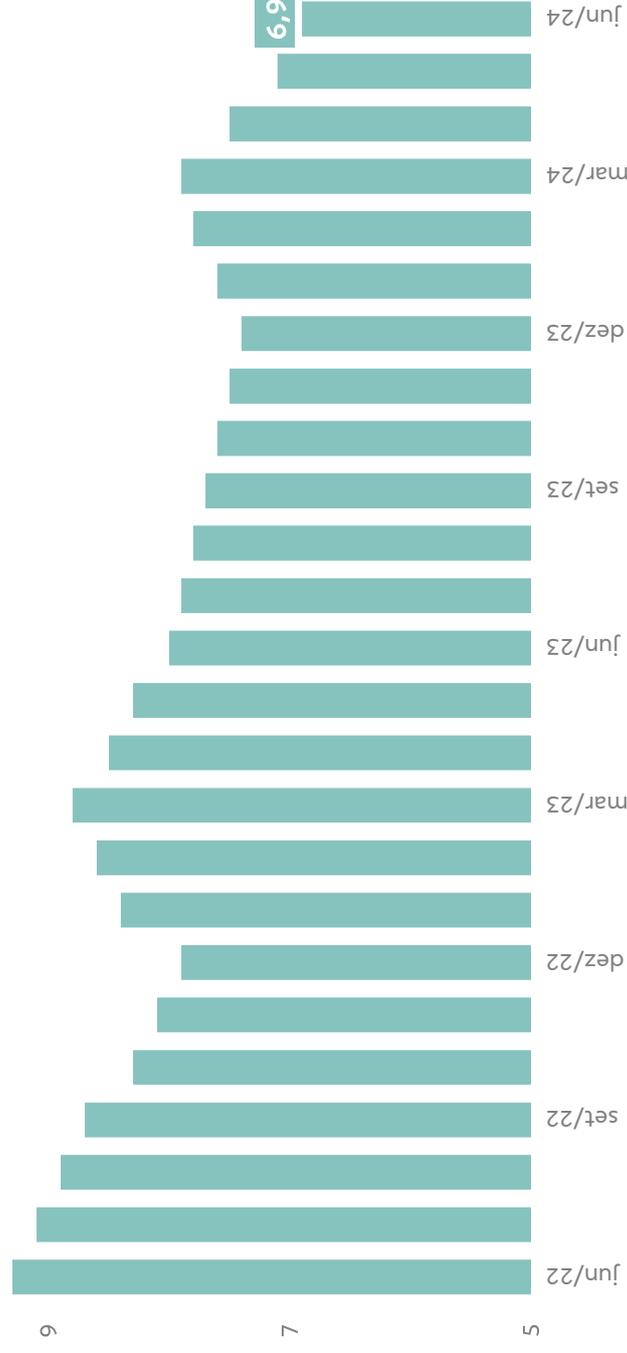
A taxa de desocupação no trimestre móvel encerrado em junho de 2024 foi de **6,9%**, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada pelo IBGE. O resultado é 1,1 ponto percentual (p.p.) menor em relação ao mesmo período do ano anterior, quando registrou 8,0%. Com esse resultado a população desocupada chegou a 7,5 milhões, com recuo de 12,5% no trimestre e 12,8% no ano. Já o rendimento médio real habitual dos trabalhadores chegou a R\$ 3.214 e a massa de rendimento real habitual (R\$ 322,6 bi) atingiu novo recorde da série histórica com alta de 9,2% no ano.

A taxa de desocupação no trimestre móvel encerrado em junho, veio em linha com as expectativas de mercado, de acordo com dados da Bloomberg (6,9%), reforçando a tendência benigna para o mercado de trabalho brasileiro apresentada nos últimos trimestres. Esse resultado tem sido corroborado fortemente pelo crescimento mais intenso da atividade econômica no início do ano, que impacta na alta da massa de rendimentos e crescimento da população ocupada. O contexto positivo do mercado de trabalho reforça nossa visão construtiva para a atividade econômica do ano, em que projetamos crescimento do PIB equivalente a 2,2%.

Fonte: IBGE. Elaboração: BB Assessoramento Econômico.

## Taxa de desemprego

% da Força de Trabalho (FT)



# Novo Caged – Regional

Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul ainda reflete os impactos da calamidade climática

Segundo dados do Novo Caged, o saldo de empregos formais no Brasil apresentou expansão no mês de junho com a criação 201,7 mil postos de trabalho. Resultado decorrente de 2,1 milhões de admissões e 1,9 milhão de desligamentos. O estoque contabilizou 46,8 milhões de vínculos, uma variação de 0,43% em relação ao estoque do mês anterior.

O setor de serviços registrou 87,7 mil novos postos de trabalho, seguido pelo comércio, que avançou com 33,4 mil postos, indústria com mais de 32,0 mil postos, agropecuária com mais de 27,1 mil e a construção com crescimento de 21,5 mil postos.

O Rio Grande do Sul manteve a trajetória de destruição de empregos (8,5 mil desligados), ainda reflexo da calamidade ocorrida no local, sendo o único estado em que o saldo de contratações foi negativo, em especial no grupamento da Indústria, com menos 4,0 mil trabalhadores, e no comércio, com menos 2,5 mil postos. A maior variação positiva no mês se deu no Amapá, que avançou 2,2% no estoque de trabalhadores. Destaca-se que o estado também registrou a maior evolução no estoque de trabalhadores neste ano (6,4%). Na perspectiva regional, os números do Amapá, que apresenta o maior nível de crescimento do emprego em 2024, vão ao encontro do nosso cenário regional, que projeta o maior crescimento do PIB para o estado (5,2%) em relação aos demais.

Fonte: Novo Caged. Elaboração: BB Assessoramento Econômico.

BB Assessoramento Econômico

## Novo Caged | junho 2024

UF/Setor	Saldo líquido contratações (admissões - demissões) jun/2024 - sem ajustes							Total
	Agropecuária	Indústria	Const. civil	Comércio	Serviços			
SP	7.610	5.030	1.252	8.966	25.098		47.956	
MG	9.455	3.275	3.203	4.280	8.144		28.357	
RJ	114	2.516	1.946	2.961	9.692		17.229	
PR	-348	2.932	1.963	1.221	7.804		13.572	
SC	-297	3.007	890	1.813	4.871		10.284	
MT	4.710	1.392	1.230	932	1.414		9.678	
BA	1.054	2.281	2	2.676	2.886		8.899	
GO	1.881	2.340	1.220	1.471	1.693		8.605	
PE	645	1.442	517	1.498	3.920		8.022	
PA	546	898	3.065	837	2.546		7.892	
CE	396	2.013	995	1.353	2.863		7.620	
MA	595	1.282	1.440	1.104	1.604		6.025	
AM	116	1.819	771	962	1.372		5.040	
RN	1.223	631	401	486	1.792		4.533	
PB	79	473	400	961	1.511		3.424	
DF	24	104	-2	694	2.356		3.176	
PI	311	960	280	363	1.000		2.914	
AL	315	1.082	-58	541	807		2.687	
AP	101	123	39	213	1.498		1.974	
SE	43	364	104	646	663		1.820	
MS	388	540	-412	683	446		1.645	
RO	105	19	321	371	611		1.427	
AC	15	33	267	154	445		914	
TO	119	146	459	-48	29		705	
RR	22	60	-33	52	214		315	
ES	-3.671	1.231	363	742	1.476		141	
RS	-2.154	-3.981	546	-2.529	-451		-8.569	
<b>Brasil</b>	<b>27.129</b>	<b>32.023</b>	<b>21.449</b>	<b>33.412</b>	<b>87.708</b>		<b>201.705</b>	



# Política Monetária

Brasil – Copom reforça vigilância sobre a inflação e mantém Selic em 10,50% ao ano

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu, pela segunda reunião consecutiva, manter a taxa Selic em **10,50%** ao ano. Além disso, o comunicado emitido trouxe um tom adicional de cautela sobre os próximos passos a ser adotado pelo Comitê em relação à condução da política monetária.

Em relação ao cenário internacional, o Copom avalia que se mantém adverso, com riscos relativos à inflação devido ao mercado de trabalho fortalecido e a atividade robusta. Também destaca ser incerto os impactos e a extensão da flexibilização monetária dos Estados Unidos sobre as dinâmicas de atividade e inflação em diversos países, incluindo os emergentes. Em relação ao cenário doméstico, ressaltou que os indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho estão mais dinâmicos do que o esperado. Nesse sentido, a maior resiliência da atividade doméstica e o componente da inflação relacionado a serviços reforçam o tom de cautela do colegiado. **Sobre os riscos, o Copom ampliou suas preocupações, passando a considerar um balanço de riscos assimétrico para a inflação.**

Considerando o comunicado um pouco mais duro e o conjunto de informações trazidas pelos principais indicadores econômicos, reforçamos a perspectiva de manutenção da taxa básica de juros no atual patamar até o segundo semestre do próximo ano, o que deverá levar a Selic para 9,75% no fim do ano que vem.

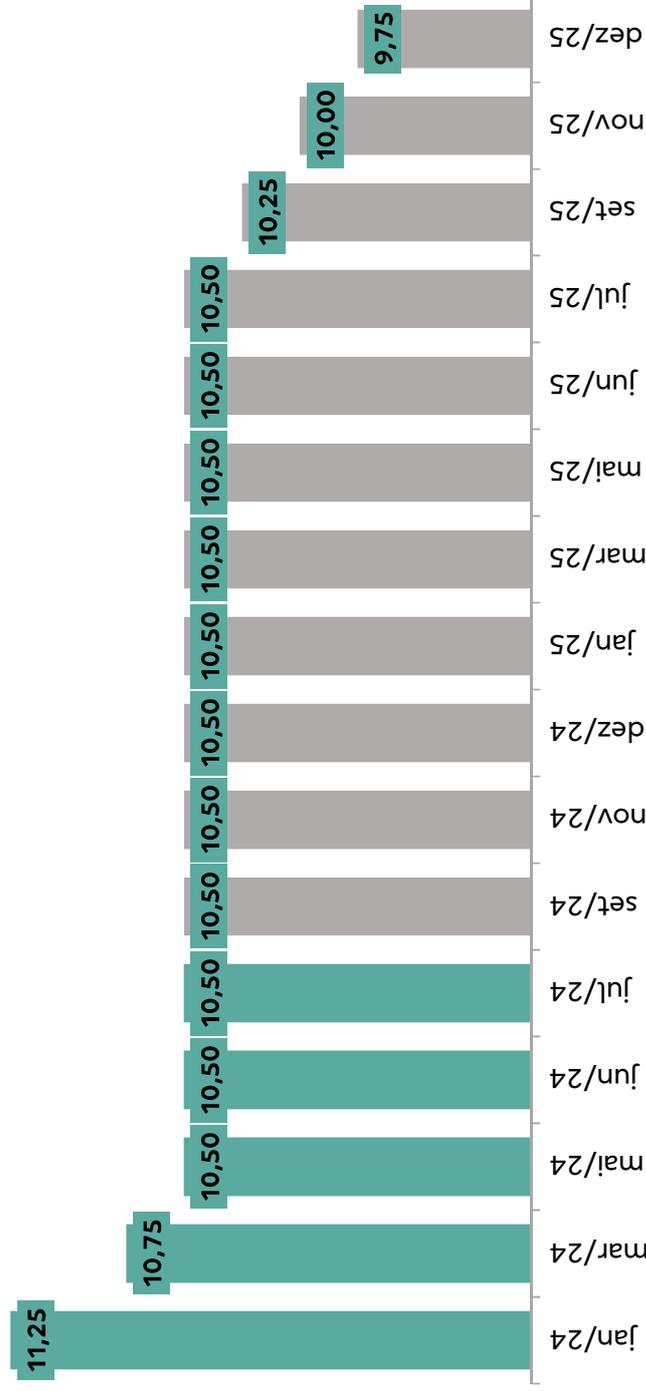
Fonte: BCB. Elaboração e Projeções: BB Assessoramento Econômico.

BB Assessoramento Econômico



## Cenário de evolução recente da Selic e Projeções BB

Em % ao ano



## Brasil – IGP-M mostra desaceleração na passagem mensal ao avançar 0,61% em julho



De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou alta de **0,61%** em julho, desacelerando 0,20 ponto percentual (p.p.) em relação a variação registrada em junho, quando avançou 0,81%. Com isso, o índice acumula alta de 1,71% no ano e alta de **3,82%** em 12 meses. No mesmo mês de 2023 o índice apresentou variação de -0,72% na passagem mensal e queda de 7,72% em 12 meses.

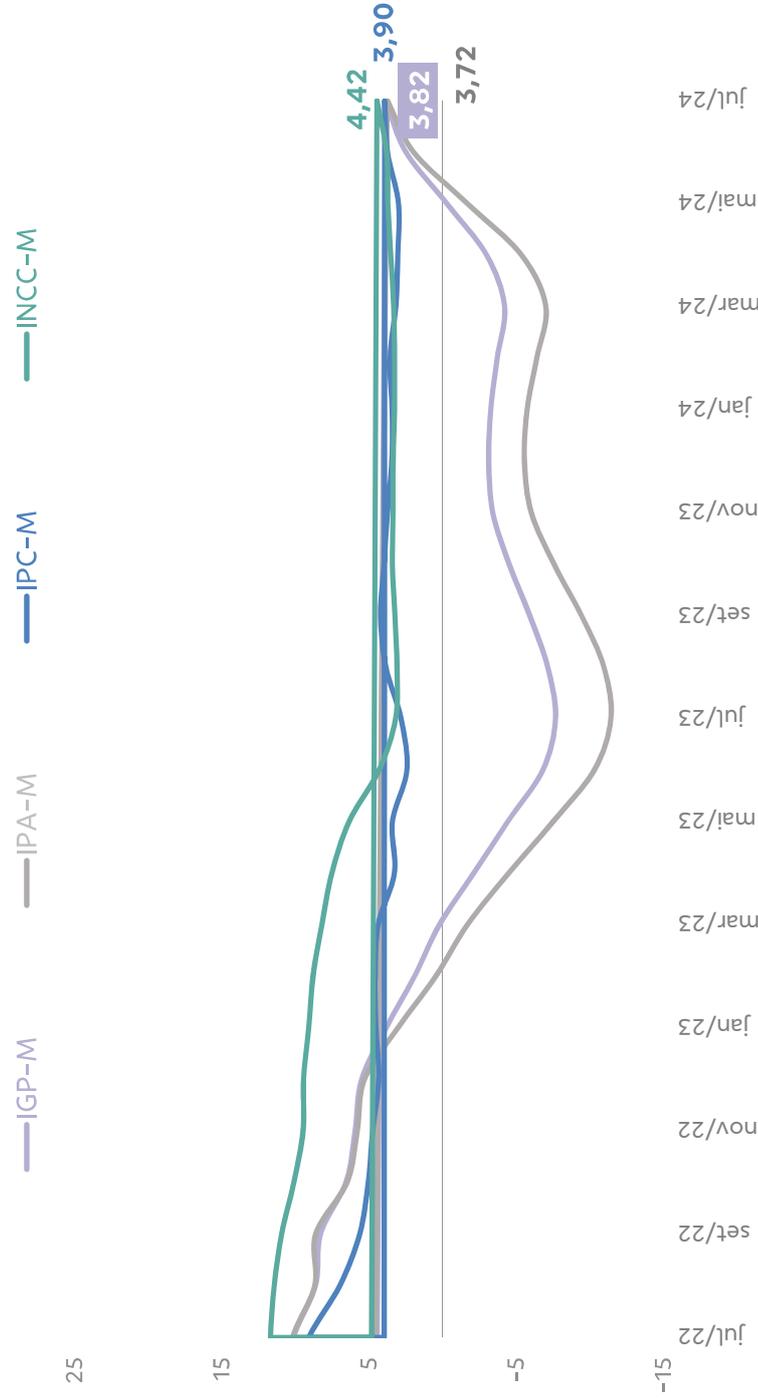
- **IPA-M:** alta de **3,72%** em 12 meses
- **IPC-M:** alta de **3,90%** em 12 meses
- **INCC-M:** alta de **4,42%** em 12 meses

O resultado de julho do IGP-M reforça a reversão do quadro inflacionário, que apresentava deflação (em 12 meses) até o mês de maio. A inflação corrente vem sendo impactada, principalmente, pela desvalorização cambial, aliada às altas dos Produtos Agropecuários e Produtos Industriais que acumulam variações positivas de 3,82% e 3,68%, respectivamente. Em nossa avaliação, acreditamos que o real deverá se apreciar até o final do ano, aliviando parte da pressão nos preços. Nesse sentido, esperamos que o IGP-M apresente relativa desaceleração ao longo do segundo semestre encerrando o ano com alta de 3,5%.

Fonte: IBRE/FGV. Elaboração: BB Assessoramento Econômico.

### IGP-M

Em % acumulado em 12 meses

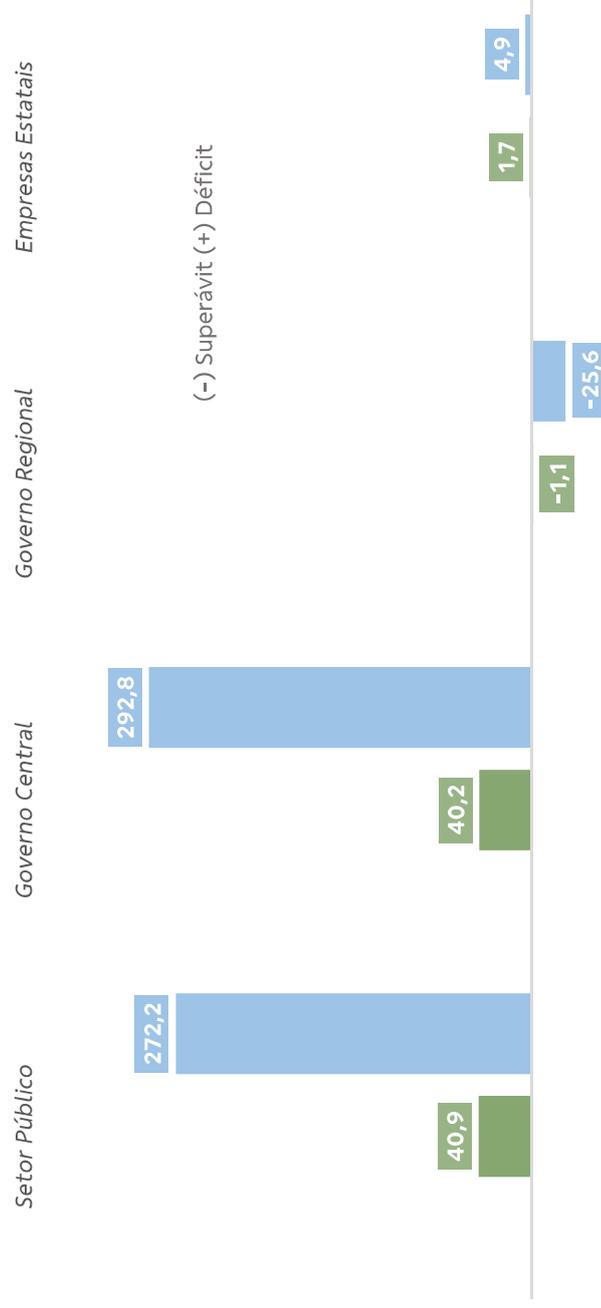


Brasil – Setor público registra déficit em junho e dívida continua em trajetória de crescimento



## Resultado Primário: (+) Déficit (-) Superávit

R\$ bilhões



O Banco Central divulgou as estatísticas fiscais de junho mostrando que o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 40,9 bilhões no mês. Em 12 meses, o setor público acumula déficit primário de R\$ 272,2 bilhões, equivalente a 2,44% do PIB. Os juros nominais do setor público foram de R\$ 94,9 bilhões em junho e o resultado nominal, obtido a partir do primário e dos juros nominais, foi deficitário em R\$ 135,7 bilhões na passagem mensal. Por fim, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 62,1% do PIB em junho e a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) também cresceu, atingindo 77,8% do PIB.

Os dados fiscais divulgados mostram um aumento do endividamento. Além disso, as altas no BPC e nas Despesas Previdenciárias (de acordo com o Relatório bimestral de Receitas e Despesas) sinalizam desafios importantes para o cumprimento da meta fiscal esse ano. Por esse motivo o governo anunciou um contingenciamento/bloqueio de R\$ 15 bilhões no orçamento de 2024 para tentar atingir a meta fiscal na banda inferior. De modo geral, esperamos um déficit primário do setor público consolidado em 0,4% do PIB, patamar compatível com a banda inferior da meta (descontado o crédito extraordinário destinado ao RS). Contudo, cabe o destaque que em nosso cenário consideramos novas medidas de ajuste nas despesas para que a banda inferior da meta seja atingida.

Fonte: BCB. Elaboração: BB Assessoramento Econômico.

# Projeções

BB Assessoramento Econômico

#Pública



	2023	2024	2025
<b>Cenário Base</b>			
<b>PIB</b>			
	var. % a.a.		
	2,9	2,2	1,6
<b>Desemprego <sup>(1)</sup></b>	8,0	7,5	7,9
	% da PEA		
<b>Câmbio <sup>(2)</sup></b>	4,84	5,20	5,25
	R\$/US\$		
<b>SELIC <sup>(2)</sup></b>	11,75	10,50	9,75
	% a.a.		
<b>IPCA <sup>(2)</sup></b>	4,6	4,0	3,8
	% a.a.		
<b>Crédito total SFN</b>	8,1	11,2	9,0
	% a.a.		

Projeções: BB Assessoramento Econômico. (<sup>1</sup>média do ano; <sup>2</sup>fim de período)

BB Assessoramento Econômico

# Disclaimer

## Informações relevantes

Esta publicação contém análises/avaliações que refletem as visões de profissionais da área de Assessoramento Econômico do Banco do Brasil S. A. ("BB").

As análises/avaliações aqui publicadas:

- i. eventualmente, podem não expressar o posicionamento do Conglomerado BB sobre os temas aqui tratados;
- ii. é possível que diverjam substancialmente das visões de outras áreas correlatas do BB, mesmo que faça referências a recomendações publicadas por essas respectivas Áreas;
- iii. podem ou não ser seguidas pela gestão da Carteira Proprietária do BB.

As informações, opiniões, análises e avaliações contidas nesta publicação:

- i. contém dados e projeções informativos que são dependentes das hipóteses adotadas. Nessa medida, não devem ser tomados como base, balizamento, guia ou norma para quaisquer documentos, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal;
- ii. foram fornecidas apenas como comentários gerais de mercado e não constituem quaisquer formas de aconselhamento pessoal, jurídico, tributário ou outro serviço financeiro regulamentado;
- iii. não contém toda a informação desejável, ou seja, fornecem apenas uma visão limitada de classes de ativos no mercado, como Juros, Câmbio e Índice de Bolsas, de forma geral "Macro", não avaliando valores mobiliários específicos e emissores determinados;
- iv. não são uma pesquisa ou recomendação de investimento para fins regulatórios e não constitui uma análise substantiva;
- v. não são uma recomendação personalizada ou uma consultoria de investimento. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises são assumidas exclusivamente por quem as utiliza, eximindo o BB de todas as ações decorrentes do uso deste material.



Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises são assumidas exclusivamente por quem as utiliza, eximindo o BB de todas as ações decorrentes do uso deste material.

Ressalte-se que o BB não se responsabiliza por atualizar qualquer estimativa contida nesta publicação.

O BB recomenda aos leitores da publicação que:

- i. antes de entrar em qualquer transação, certifiquem-se de que entende os potenciais riscos e retornos e verifique a compatibilidade com seus objetivos e experiência, recursos operacionais e financeiros e outras circunstâncias relevantes;
- ii. procurem consultores para verificar limitações tributárias, legais e contábeis, sempre que necessário.

Por fim, o BB esclarece que o acesso a esta publicação implica na total aceitação deste termo de responsabilidade e uso, não sendo permitido a reprodução, retransmissão e distribuição do todo ou de qualquer parte deste material sem a sua prévia e expressa autorização.

*Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias:*

SAC 0800 729 0722

**Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala 0800 729 0088**

Ouvidoria 0800 729 5678

#Pública



Acompanhe nossas  
análises e estudos  
no portal BB

[bb.com.br/analises](http://bb.com.br/analises)

BB Assessoramento Econômico

Expectativas de Mercado

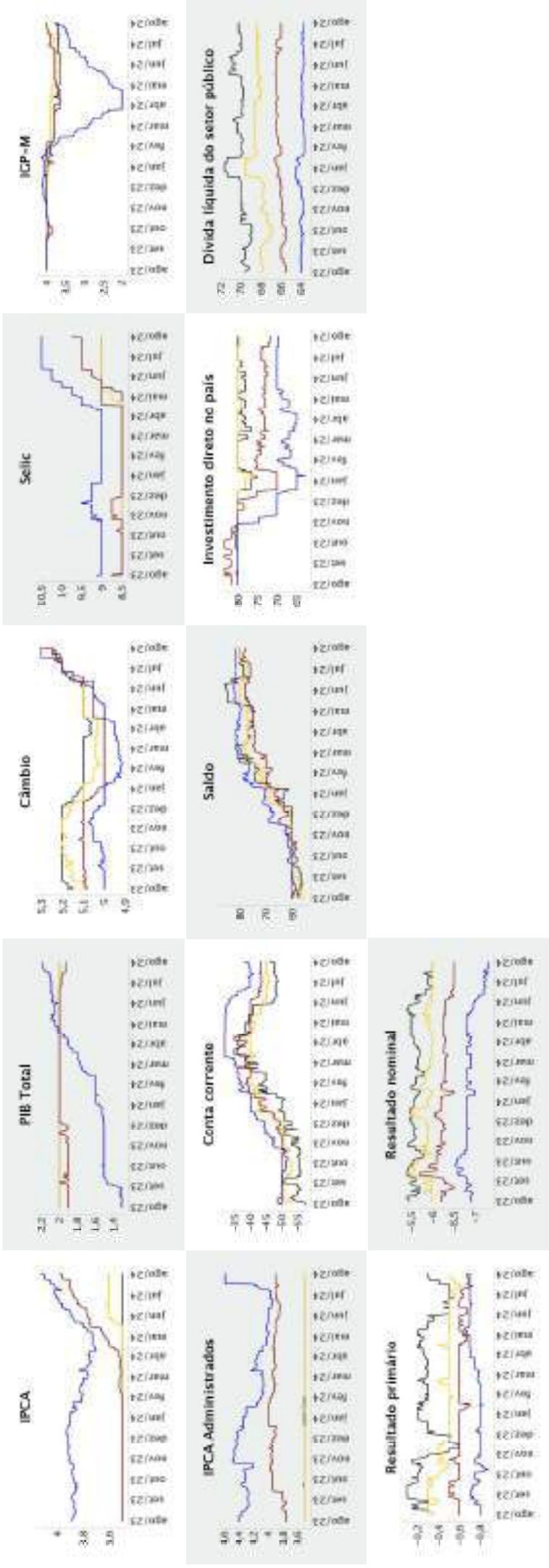
2 de agosto de 2024

▲ Aumento ▼ Diminuição ▬ Estabilidade

	2024				2025				2026				2027				
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **
<b>Mediana - Agregado</b>																	
<b>IPCA (variação %)</b>	4,02	4,10	4,12	▲ (3)	4,19	4,19	53		3,60	3,60	3,60	▲ (9)	132				
<b>PIB Total (variação % sobre ano anterior)</b>	2,10	2,19	2,20	▲ (5)	114	2,21	26		2,00	2,00	2,00	▲ (52)	84				
<b>Câmbio (R\$/US\$)</b>	5,20	5,30	5,30	▲ (2)	125	5,30	30		5,20	5,25	5,25	▲ (1)	99				
<b>Selic (% a.a)</b>	10,50	10,50	10,50	▲ (7)	145	10,50	41		9,00	9,00	9,00	▲ (12)	123				
IGP-M (variação %)	3,40	3,52	3,70	▲ (14)	78	3,74	21		3,80	4,00	4,00	▲ (1)	62				
IPCA Administrados (variação %)	3,96	4,59	4,59	▲ (2)	99	4,56	27		3,50	3,50	3,50	▲ (25)	62				
Conta corrente (US\$ bilhões)	-39,90	-39,45	-38,20	▲ (3)	30	-38,25	6		-45,80	-45,10	-44,60	▲ (3)	20				
Balança comercial (US\$ bilhões)	82,00	82,00	82,00	▲ (4)	27	82,00	7		77,32	80,00	80,00	▲ (2)	17				
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	69,59	69,59	▲ (2)	27	70,00	7		80,00	79,41	79,41	▲ (2)	20				
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	63,85	63,70	63,70	▲ (3)	29	63,70	11		68,38	68,38	68,38	▲ (4)	25				
Resultado primário (% do PIB)	-0,70	-0,70	-0,70	▲ (6)	48	-0,64	12		-0,50	-0,53	-0,50	▲ (3)	36				
Resultado nominal (% do PIB)	-7,25	-7,30	-7,30	▲ (1)	29	-7,40	10		-6,00	-6,00	-6,00	▲ (7)	25				

\* comportamento dos indicadores desde o Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento \*\* respondentes nos últimos 30 dias \*\*\* respondentes nos últimos 5 dias úteis

2024 2025 2026 2027



## Expectativas de Mercado

2 de agosto de 2024

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

### jul/2024

#### Mediana - Agregado

	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	0,19	0,32	▲ (8)	145	0,34
Câmbio (R\$/US\$)	5,36	5,50	-	-	-
Selic (% a.a)	-	-	-	-	-
IGP-M (variação %)	0,34	0,45	-	-	-

### ago/2024

	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	0,10	0,12	▲ (2)	145	0,08
Câmbio (R\$/US\$)	5,35	5,45	▲ (1)	118	5,55
Selic (% a.a)	10,50	10,50	-	-	-
IGP-M (variação %)	0,29	0,35	▲ (1)	73	0,37

### set/2024

	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	0,19	0,20	▲ (1)	145	0,22
Câmbio (R\$/US\$)	5,30	5,40	▲ (3)	118	5,45
Selic (% a.a)	10,50	10,50	=(7)	141	10,50
IGP-M (variação %)	0,39	0,39	▲ (1)	73	0,36

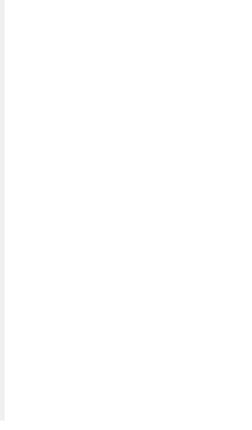
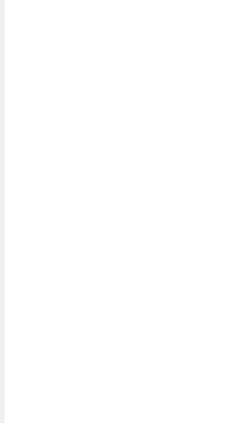
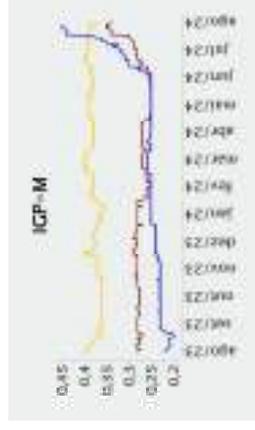
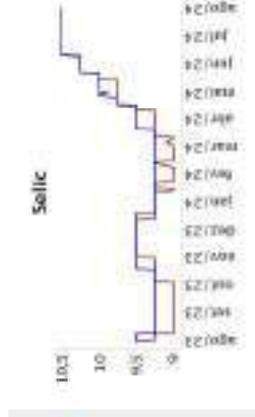
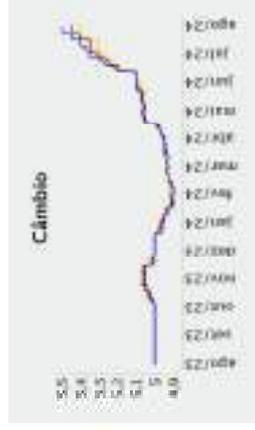
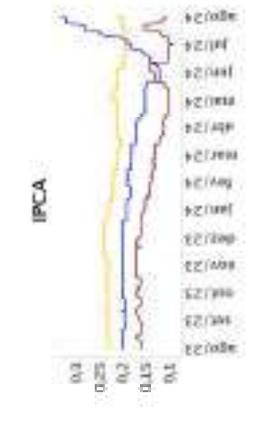
### Infll. 12 m suav.

	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis
Infll. 12 m suav.	3,59	3,72	=(1)	129	3,87
Infll. 12 m suav.	4,20	4,26	▲ (2)	64	4,18

\* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento \*\* respondentes nos últimos 30 dias

— jul/2024 — ago/2024 — set/2024

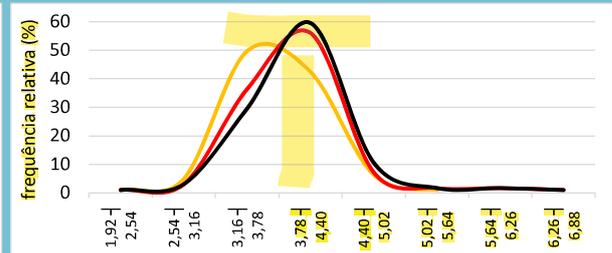
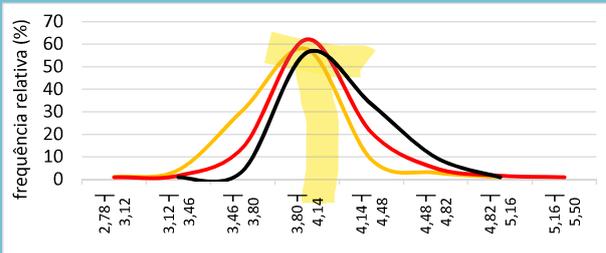
— Infll. 12 m suav.



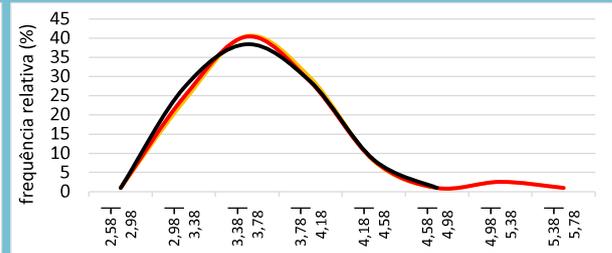
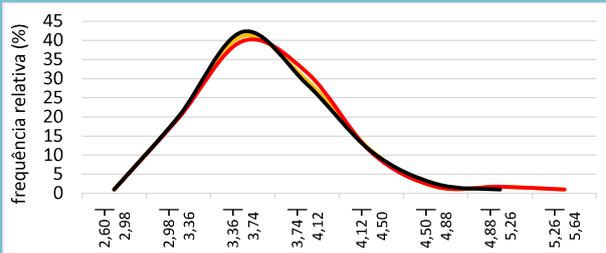
**IPCA**

**2024 2025**

**31/5/24 28/6/24 31/7/24**

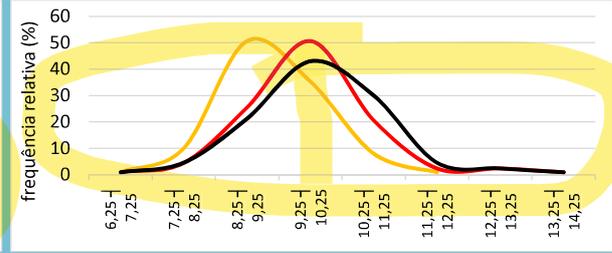
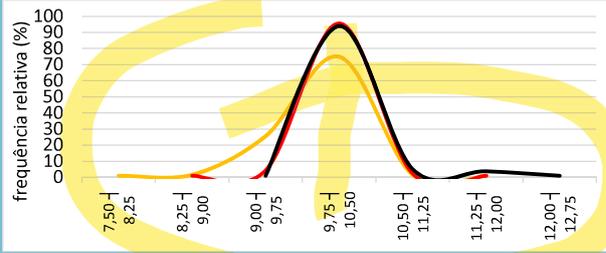


**2026 2027**



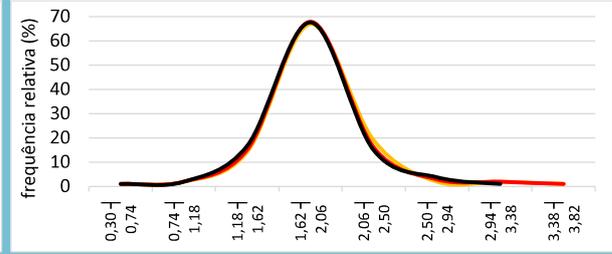
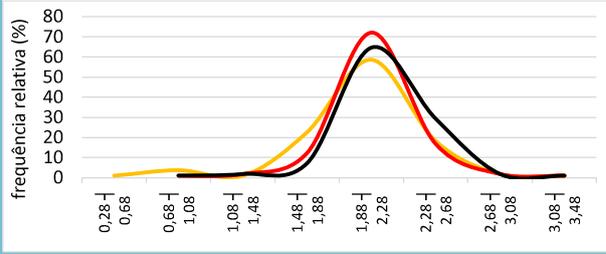
**Selic**

**2024 2025**



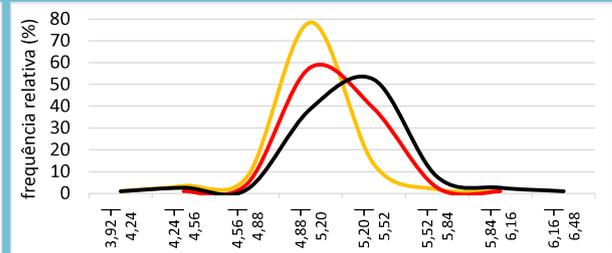
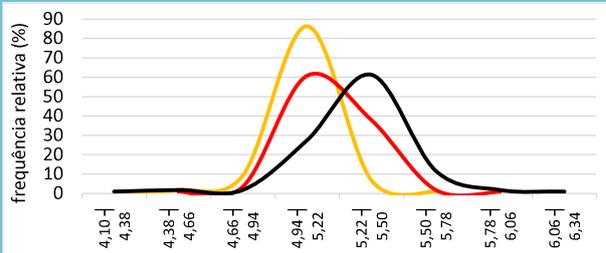
**PIB**

**2024 2025**



**Câmbio**

**2024 2025**



Mediana Agregado	IPCA				Selic			PIB				Câmbio				
	2024	2025	2026	2027	2024	2025	2026	2027	2024	2025	2026	2027	2024	2025	2026	2027
31/5/24	3,88	3,77	3,60	3,50	10,25	9,18	9,00	9,00	2,05	2,00	2,00	2,00	5,05	5,05	5,10	5,10
28/6/24	4,00	3,87	3,60	3,50	10,50	9,50	9,00	9,00	2,09	1,98	2,00	2,00	5,20	5,19	5,19	5,20
31/7/24	4,10	3,96	3,60	3,50	10,50	9,50	9,00	9,00	2,19	1,93	2,00	2,00	5,30	5,25	5,25	5,24

Obs.: o formato dos gráficos, a partir de uma mesma base de dados, **pode sofrer alterações em edições futuras**, caso os intervalos sejam alterados em virtude da maior ou menor amplitude da distribuição. Os números nos eixos das abscissas indicam as amplitudes dos intervalos, abertos à esquerda.

**IPCA**
**2024**

frequências relativas (%)

2,78   3,12	0,0	0,0	
3,12   3,46	3,2	0,7	0,0
3,46   3,80	29,7	13,2	2,7
3,80   4,14	56,8	61,2	55,4
4,14   4,48	7,7	19,7	32,4
4,48   4,82	1,9	3,9	8,8
4,82   5,16	0,0	0,7	0,0
5,16   5,50		0,0	

**2025**

frequências relativas (%)

1,92   2,54	0,0	0,0	0,0
2,54   3,16	3,9	2,0	2,0
3,16   3,78	48,7	35,4	28,6
3,78   4,40	41,4	55,1	58,5
4,40   5,02	3,3	6,1	9,5
5,02   5,64	0,0	0,7	0,7
5,64   6,26		0,7	0,7
6,26   6,88		0,0	0,0

**31/5/24**
**28/6/24**
**31/7/24**
**2026**

frequências relativas (%)

2,60   2,98	0,0	0,0	0,0
2,98   3,36	19,8	18,7	19,1
3,36   3,74	40,1	38,8	41,2
3,74   4,12	28,5	30,6	27,5
4,12   4,50	10,2	9,7	9,9
4,50   4,88	0,7	0,7	1,5
4,88   5,26	0,7	0,7	0,0
5,26   5,64	0,0	0,0	

**2027**

frequências relativas (%)

2,58   2,98	0,0	0,0	0,0
2,98   3,38	22,5	23,6	26,0
3,38   3,78	39,5	39,4	37,4
3,78   4,18	28,7	27,6	27,6
4,18   4,58	7,0	7,1	7,3
4,58   4,98	0,0	0,0	0,0
4,98   5,38	1,4	1,6	
5,38   5,78	0,0	0,0	

**Selic**
**2024**

frequências relativas (%)

7,50   8,25	0,0		
8,25   9,00	0,7	0,0	
9,00   9,75	24,7	3,4	0,0
9,75   10,50	74,0	94,6	93,0
10,50   11,25	0,7	1,4	4,2
11,25   12,00	0,0	0,0	2,8
12,00   12,75			0,0

**2025**

frequências relativas (%)

6,25   7,25	0,0	0,0	0,0
7,25   8,25	9,1	3,5	3,6
8,25   9,25	49,7	24,5	20,3
9,25   10,25	34,3	49,7	42,0
10,25   11,25	7,0	19,6	29,0
11,25   12,25	0,0	1,4	3,6
12,25   13,25		1,4	1,4
13,25   14,25		0,0	0,0

**PIB**
**2024**

frequências relativas (%)

0,28   0,68	0,0		
0,68   1,08	2,7	0,0	0,0
1,08   1,48	0,8	0,9	0,9
1,48   1,88	21,8	11,4	6,2
1,88   2,28	97,7	71,1	63,7
2,28   2,68	17,1	15,8	28,3
2,68   3,08	0,9	0,9	0,9
3,08   3,48	0,0	0,0	0,0

**2025**

frequências relativas (%)

0,30   0,74	0,0	0,0	0,0
0,74   1,18	0,9	0,9	0,9
1,18   1,62	13,2	14,2	15,7
1,62   2,06	64,0	67,0	66,7
2,06   2,50	17,9	15,1	13,9
2,50   2,94	0,9	1,9	2,8
2,94   3,38	0,9	0,9	0,0
3,38   3,82	0,0	0,0	

**Câmbio**
**2024**

frequências relativas (%)

4,10   4,38	0,0		0,0
4,38   4,66	0,8	0,0	0,8
4,66   4,94	8,2	2,5	0,8
4,94   5,22	85,2	59,8	26,4
5,22   5,50	5,7	36,9	60,3
5,50   5,78	0,8	0,8	10,7
5,78   6,06		0,0	0,8
6,06   6,34			0,0

**2025**

frequências relativas (%)

3,92   4,24	0,0		0,0
4,24   4,56	2,5	0,0	1,7
4,56   4,88	6,7	3,4	0,8
4,88   5,20	77,6	56,9	37,8
5,20   5,52	12,5	37,9	51,3
5,52   5,84	0,8	1,7	6,7
5,84   6,16	0,0	0,0	1,7
6,16   6,48			0,0

Obs.: a soma dos percentuais, em cada data, pode ser inferior a 100% devido à retirada eventual de outliers.

# Estratégia de *Investimentos*

Agosto 2024



20<sup>anos</sup>

[bb.com.br/private](http://bb.com.br/private)





# Índice

---

- 3 **Cenário Externo**
- 4 **Cenário Doméstico**
- 5 **Desempenho dos Mercados**
- 6 **Revisão mensal**
- 7 **Palavra do Economista**
- 10 **Soluções por classe de ativo**
- 13 **Avisos importantes**

## Cenário Externo

🕒 3 min

**Medo de recessão no radar.** Em julho de 2024, a economia americana apresentou sinais claros de desaceleração, com a criação de apenas 114 mil empregos, bem abaixo das expectativas de 175 mil. A taxa de desemprego subiu para 4,3%, o que gerou preocupações sobre uma possível recessão. Apesar disso, o Federal Reserve manteve as taxas de juros, sinalizando um possível corte em setembro, numa tentativa de alcançar um “pouso suave” para a economia. A combinação desses fatores gerou um cenário econômico desafiador, com mercados globais reagindo negativamente às incertezas.

**Recuperação gradual na Europa.** O PIB da zona do euro cresceu apenas 0,3% no segundo trimestre, refletindo uma recuperação lenta. A inflação permaneceu elevada, com uma taxa de 2,6%, acima da meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE). Em resposta, o BCE manteve suas políticas de juros elevados para tentar conter a inflação persistente, enquanto o Banco da Inglaterra (BoE) reduziu sua taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para 5%, em uma tentativa de estimular a economia.

**Desaceleração na China e Alta de Juros no Japão.** Na China, os dados mais recentes do PIB mostraram uma desaceleração significativa da atividade econômica. Em resposta, o Banco Popular da China (PBoC) e o governo chinês anunciaram uma série de medidas de estímulo, incluindo cortes nas taxas de juros, além de incentivos para o setor imobiliário e investimentos privados. No Japão, o Banco do Japão (BoJ) elevou a taxa de juros para 0,25%, a maior em 16 anos, o que fortaleceu o iene e impactou moedas de países latino-americanos, como o real brasileiro.

**Nossa visão.** Diante do cenário atual de tensões geopolíticas, incertezas eleitorais e volatilidade nos mercados, adotamos uma visão de cautela em relação às classes de ativos offshore. Acreditamos que a manutenção de um posicionamento mais neutro é prudente, considerando os riscos elevados e a imprevisibilidade que permeiam o ambiente econômico global.

### Perspectivas econômicas para 2024

	Estados Unidos	Zona do Euro	Reino Unido	Japão	China
JUROS	4,75% ▼	3,40%	4,65%	0,30% ▲	4,25%
PIB	2,30% ▼	0,70%	0,80% ▲	0,10%	4,90% ▼

Fontes: Bloomberg.

Notas: (▲) elevação ou (▼) redução ante relatório anterior

## Cenário Doméstico

🕒 3 min

**Expectativas de Inflação Desancoradas.** A tendência de desancoragem das expectativas de inflação no Boletim Focus do Banco Central do Brasil (BCB) continuou em julho de 2024, com os analistas de mercado elevando suas projeções para a inflação. Essa deterioração das expectativas está diretamente ligada aos dados mais recentes do IPCA-15, que registrou uma alta de 0,30% em julho, acumulando 4,45% nos últimos 12 meses. A persistência da inflação acima da meta central do BCB, de 3%, reforça a percepção de que os preços continuam pressionados.

**Dados mistos de atividade.** Em julho de 2024, a atividade econômica no Brasil apresentou sinais mistos. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou uma leve alta indicando uma recuperação modesta. No setor industrial, a produção manteve-se estável, enquanto o comércio varejista seguiu em tendência de crescimento. No mercado de trabalho, os dados do Caged revelaram a criação de mais de 200 mil novos postos de trabalho formais, refletindo um cenário positivo para o emprego. A taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua, caiu para 6,9%, indicando uma melhora contínua no mercado de trabalho. Esse conjunto de dados positivos, no entanto, aumenta o receio do Banco Central com a inflação, em especial a inflação de serviços.

**Copom eleva o tom de cautela.** Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central do Brasil decidiu manter a taxa básica de juros em 10,5% ao ano. No comunicado divulgado após a reunião, o Copom destacou que a manutenção da taxa de juros é compatível com a estratégia de convergência da inflação para a meta estabelecida, e indicou que não hesitará em elevar a taxa se necessário.

**Nossa visão.** Apesar da volatilidade e da incerteza que caracterizam o cenário econômico atual, identificamos oportunidades promissoras em algumas classes de ativos domésticas. Em particular, vemos potencial significativo em renda fixa pré-fixada e em renda variável, sobretudo após a sinalização de corte de juros pelo Fed.

### Perspectivas econômicas do mercado

	Taxa Selic	Inflação IPCA	PIB (% ano)	Taxa de câmbio
2024	10,50%	4,12% ▲	2,20% ▲	R\$ 5,30 ▲
2025	9,75% ▲	3,98% ▲	1,92% ▼	R\$ 5,30 ▲

Fontes: Boletim Focus.

Notas: (▲) elevação ou (▼) redução ante relatório anterior

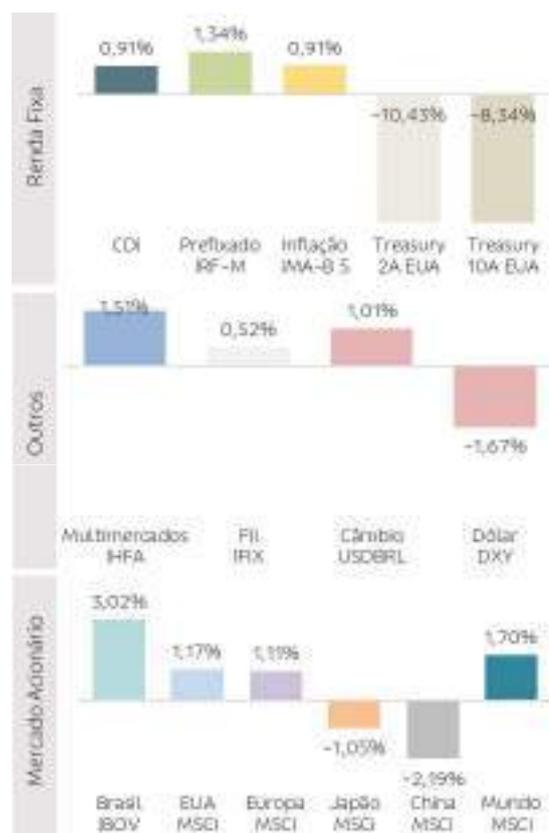
# Desempenho dos Mercados

🕒 1 min

## Resumo da performance das classes de ativos

O mês de julho terminou com importantes decisões de juros no mundo. Destaque para os Estados Unidos que seguiram com os juros básicos no patamar de 5,25%-5,50%, mas o comunicado em tom leve adicionou otimismo nos mercados. O Japão anunciou nova elevação e juros, que desencadeou impacto negativo sobre moedas de países emergentes, inclusive o nosso Real. Por último, no Brasil, o COPOM manteve a Selic em 10,50%, sem previsão de novos cortes no curto prazo. O time de economistas do BB segue com a perspectiva de manutenção da taxa básica no atual patamar até o segundo semestre do próximo ano, quando a Selic poderá ir a 9,75% ao final de 2025.

Seguimos com neutralidade nas alocações offshore, considerando incertezas com o cenário eleitoral dos EUA. Ainda assim, a rotação de setores nas bolsas americanas devido ao maior otimismo de corte de juros no país indica a possibilidade de uma reversão do fluxo negativo de estrangeiro até então em Bolsa local. **Por isso, para alocação doméstica, elevamos nossa sugestão de alocação em Renda Variável e mantemos uma percepção positiva para as alocações em curva nominal de juros, especialmente para o prefixado de curto prazo.**



Notas: Retorno acumulado 28/06/2024 a 31/07/2024

## Comparativo dos retornos acumulados anuais

### CLASSES DE ATIVOS

Histórico de Retornos

	RF Pós CDI	RF Pré	RF Inflação	Multimercados	Ações	IFIX	Dólar
2010	13,0%	11,9%	10,4%	9,7%	1,0%	-4,8%	
2011	16,4%	15,7%	14,5%	12,3%	11,6%	11,3%	-18,1%
2012	35,0%	17,0%	14,8%	14,3%	9,5%	8,4%	7,4%
2013	15,5%	8,3%	8,1%	2,8%	2,6%	-12,6%	-15,5%
2014	12,7%	11,6%	11,4%	10,8%	7,4%	-2,8%	-2,9%
2015	49,1%	17,5%	15,5%	13,2%	7,1%	5,4%	-13,3%
2016	38,9%	32,3%	23,4%	15,9%	15,5%	14,0%	-18,0%
2017	26,9%	19,4%	15,2%	12,6%	12,4%	10,0%	1,8%
2018	17,1%	15,0%	10,7%	9,9%	7,1%	6,4%	5,6%
2019	36,0%	31,6%	13,2%	12,0%	11,1%	6,0%	4,0%
2020	29,0%	8,0%	6,7%	5,5%	2,9%	2,8%	-10,2%
2021	7,3%	4,6%	4,4%	2,0%	-2,0%	-2,3%	-11,9%
2022	13,7%	12,4%	9,8%	8,8%	4,7%	2,2%	-5,3%
2023	22,3%	16,5%	15,5%	13,0%	12,1%	9,2%	-8,0%
2024	15,6%	6,1%	4,1%	2,5%	1,5%	1,3%	-5,4%

Data-base: 29/07/2024  
Fonte: Bloomberg

# Revisão Mensal

🕒 3 min

“A recente sinalização de corte de juros pelo Federal Reserve (Fed) dos Estados Unidos tem implicações significativas para as classes de ativos no Brasil. Com a expectativa de uma política monetária mais frouxa nos EUA, há uma tendência de maior fluxo de capital para mercados emergentes, incluindo o Brasil. Isso cria oportunidades atrativas na bolsa brasileira, que atualmente está mais descontada em comparação com seus pares internacionais.”

**Julia Baulé**

*Estrategista-Chefe de Investimentos BB Private*

Classe de ativo	Alocação Tática	Racional
<b>Pós-fixado</b>		A classe de pós-fixado é a resultante das demais exposições. Com as movimentações táticas realizadas, o percentual alocado em pós-fixado seguiu sem grandes variações.
<b>Prefixados (Curva Curta)</b>		mantivemos a posição nos segmentos curto e médio da RF Prefixada em over 1, considerando a atratividade dos prêmios para carregos e na comparação dos seus níveis históricos.
<b>Prefixados (Curva Longa)</b>		Mantivemos a neutralidade na ponta longa da RF Prefixada por falta de catalizadores para os referidos vértices. As taxas são interessantes para carregos, contudo há assimetria de riscos.
<b>Inflação (Curva Curta)</b>		Mantivemos em neutro. A taxa para carregos é interessante, especialmente para clientes sub alocados. Contudo, a inflação implícita segue elevada e demos preferência à curva nominal.
<b>Inflação (Curva Média e Longa)</b>		Mantivemos a neutralidade em inflação longa. Em relação à Crédito Privado, mantivemos a neutralidade dado que os spreads já estão bem comprimidos não mais justificando o risco.
<b>Renda Variável</b>		O cenário para RV é positivo sob o ponto de vista estrutural, e a sinalização do Fed em relação ao início do ciclo de cortes de juros nos EUA é o gatilho que aguardávamos para aumento de exposição nessa classe.
<b>Multimercados</b>		Gestores seguem apresentando assimetria de tomada de decisão, por isso, seguimos optando pela exposição neutra, aguardando maior clareza no cenário para elevar posições.
<b>Investimentos no Exterior (RV)</b>		Seguimos neutros considerando o movimento de realização de lucros e rotação de portfólios observado ao longo do último mês e que, em nossa visão, tende a prosseguir em agosto com a temporada de balanços.
<b>Investimentos no Exterior (RF)</b>		Optamos por manter a neutralidade neste momento de volatilidade nas curvas de juros, esperando horizonte mais claro para o início do corte de juros nos EUA.

## Legendas



**Alocação tática:** mensalmente revisitamos os percentuais recomendados com o objetivo de captar movimentos de mercado de curto e médio prazo. Dessa forma, nesta página destacamos os direcionamentos para o mês entrante. Na página seguinte apresentamos os diferentes portfólios sugeridos com os percentuais atualizados. **Notas:** flecha aponta o movimento em relação ao posicionamento do mês anterior

## Palavra do Economista

🕒 15 min

### Similaridades e particularidades na super quarta dos juros

**Marcelo Rebelo**

*Economista-Chefe do BB*

Na semana passada (31/07), tivemos a famosa super quarta da política monetária, que são as reuniões que definem os rumos dos juros básicos tanto nos EUA quanto no Brasil. A definição dos juros nos EUA é relevante para toda a economia global e a manutenção dos *Fed Funds* nos atuais patamares (entre 5,25% e 5,50%) na última quarta-feira veio em linha com o esperado pelo mercado e pelo Banco do Brasil. O movimento dos juros americanos tem enormes implicações sobre as carteiras globais de investimentos e pode potencializar ou reduzir a liquidez internacional, promovendo alívio (ou pressão) sobre ativos de risco dos países emergentes, como o Brasil.

Em função de uma melhora do quadro inflacionário americano e da expectativa de maior acomodação dos números do mercado de trabalho ao longo dos próximos meses, acreditamos que estamos próximos do início do processo de redução de juros americanos, que em nosso cenário deve ocorrer na reunião marcada para setembro. Este cenário ganhou contornos ainda mais nítidos a partir da divulgação da pesquisa ISM da manufatura (indicador antecedente do setor) e do relatório de emprego (mais conhecido como *Payroll*) da semana passada, mas avalio que o FED terá parcimônia para decidir pela intensidade da flexibilização dos juros no curto prazo.

Olhando com mais detalhe a dinâmica de inflação nos EUA, um dado que tem surpreendido para baixo é o *Trimmed Mean PCE Inflation Rate*. Essa medida,

calculada pela regional do FED de Dallas, exclui os componentes mais voláteis e entrega uma visão mais precisa da direção dos preços no médio prazo.

Por sua vez, há uma tendência de acomodação dos salários nominais em direção a um cenário mais compatível com uma inflação mais próxima da meta de 2%, embora ainda exista um descasamento entre oferta e demanda por trabalhadores. De forma geral, no período recente, os números de inflação apresentaram melhora e há grande chance de verificarmos um movimento de queda mais sincronizada dos juros nos países Avançados (EUA, Reino Unido e Zona do Euro), com reflexos sobre a acomodação da aversão ao risco.

Importante ponderar que há dois pontos de atenção, os quais podem perturbar a tendência e/ou a velocidade de desaceleração da inflação ao longo dos próximos meses, a saber: i) a agenda inflacionária republicana – uma possível vitória de Trump pode impactar a aversão ao risco global diante da possibilidade de reedição de tarifas comerciais, com reflexos sobre os preços e potencial de reduzir a eficiência do comércio multilateral; e ii) aumento recente do valor de frete internacional e seu efeito sobre a estrutura de custo de produção do setor manufatureiro.

Agora, partindo do princípios de que esses movimentos de risco não devem gerar uma inflexão relevante sobre a tendência de queda da inflação, ratificamos o movimento mundial de corte de juros, que deve ampliar a liquidez global e gerar uma certa acomodação sobre os ativos de risco.

## Palavra do Economista

🕒 15 min

### Similaridades e particularidades na super quarta dos juros

Entretanto, esse movimento não deve ser suficiente para reverter totalmente a recente depreciação da taxa de câmbio brasileira, que passou de R\$/US\$ 5,10 no início de maio para algo ao redor de R\$/US\$ 5,70 no final de julho. Nesse período, ruídos internos relacionados aos riscos fiscais também pesaram na determinação da desvalorização da nossa moeda. É bem verdade que a divulgação do relatório bimestral de receitas e despesas do governo federal sinalizou um compromisso de ajuste pelo lado das despesas públicas, mas avalio que ainda será necessário um novo anúncio para que o cumprimento na banda inferior da meta fiscal seja entendida como factível pelo mercado.

Vale a pena reforçar que uma desvalorização da moeda traz reflexos sobre uma extensa cadeia de valores da economia brasileira, com impactos diretos e indiretos na formação de preços no atacado (como componentes para a indústria) e no varejo (como os combustíveis medidos dentro do IPCA). Além disso, há que se destacar a forte correlação entre a inflação de serviços e os movimentos do mercado de trabalho, que vem sistematicamente apresentando surpresas, com taxas de desemprego em menores níveis desde 2014. Esses pontos representam riscos para a convergência da inflação à meta e reforçam não apenas o imperativo de manutenção dos juros altos, mas vem criando um ambiente de apostas em novos ajustes altistas na Selic, como precificado atualmente pela curva de juros de mercado.

Considerando os condicionantes do nosso cenário, reforçamos uma visão de manutenção dos juros brasileiros nos

patamares atuais de 10,50%, com sinalização de que não há espaço para cortes no curto prazo diante dos riscos adicionais de desancoragem das expectativas. Além disso, as surpresas positivas em termos de atividade também são fatores monitorados pelo Copom, com atenção especial ao comportamento do consumo das famílias e seus efeitos sobre o mercado de crédito, o que reforçaria a necessidade de uma política contracionista por um período mais longo de tempo para conter possíveis impulsos inflacionários.

Esse cenário de juros elevado ganha um novo elemento que diz respeito ao possível descasamento entre demanda (consumo das famílias) e oferta (capacidade produtiva da economia), com a demanda crescendo a taxas mais fortes do que a economia tem condições de suprir com bens e serviços, combinação que pode gerar novas pressões inflacionárias mais à frente.

Diante desse quadro desafiador em relação aos preços, entendemos que haverá espaço para reduzir juros no Brasil apenas no 2º semestre de 2025, movimento que levará a Selic para 9,75% no fim do próximo ano. Inclusive, essa postura mais cautelosa do BC não é recente e não deve perder força diante do compromisso com o processo de estabilidade de preços.

Ressalto que decisões de aperto ou folga da política monetária nos EUA têm o potencial de gerar um impacto internacional relevante sobre o conjunto de ativos financeiros. Assim como nos EUA, o Brasil tem que calibrar os juros para controlar a taxa de inflação, que deve buscar a meta estabelecida pelo

## Palavra do Economista

---

### **Similaridades e particularidades na super quarta dos juros?**

Conselho Monetário Nacional, que atualmente está em 3,0%, com um intervalo de tolerância de 1,5 pontos percentuais para cima e para baixo. Neste sentido, nossas projeções de inflação ao consumidor estão dentro do intervalo da meta tanto para 2024 (4,0%) quanto para 2025 (3,8%), mas é necessário ancorar as expectativas de inflação para evitar preços mais elevados no médio/longo prazos.

Sendo assim, apesar das decisões de política monetária da super quarta terem

sido de manutenção dos juros básicos, em breve devemos observar movimentos distintos, com o Brasil cauteloso e segurando a rédea para tentar reverter a deterioração das expectativas inflacionárias, enquanto os EUA devem dar início ao ciclo de afrouxamento monetário, sobretudo em função do risco de perda mais intensa de impulso que os indicadores econômicos parecem começar a sinalizar.



## Soluções por Classe de Ativo

Confira abaixo as soluções de investimentos disponibilizadas para você no BB Private. Separamos as diferentes alternativas na visão das classes de ativos dos nossos modelos de carteiras recomendadas do MAPA.

Nossa plataforma conta com instrumentos de alocação próprios e de gestores externos independentes, que passaram por um rigoroso processo de avaliação qualitativa.

### RENDA FIXA PÓS CDI

- BB Ativo Multigestor Private FIC Renda Fixa LP
- BB Private FIC Renda Fixa LP
- BB Private FIC Renda Fixa Referenciado DI LP
- BB Renda Fixa Ativa Plus Private\*
- BB Soberano Private FIC Renda Fixa Referenciado DI LP
- BB Cash Private FIC Renda Fixa Referenciado DI
- BB Fluxo Automático FIC Renda Fixa Curto Prazo
- BB Private FIC Renda Fixa Crédito Privado LP
- BB Renda Fixa LP Crédito Privado AR Private
- BB Multigestor Crédito Privado
- Títulos Públicos, CDB e Operações Compromissadas
- CRA, CRI e Debêntures
- FIDC
- LCA e LCI
- Letra Financeira

#### Fundos de Previdência:

- Brasilprev RT Clássico FIC RF
- Brasilprev RT FIX FIC RF
- Brasilprev RT Premium FIC RF
- Brasilprev Renda Fixa Crédito Privado FIC RF
- Brasilprev Plus IQ FIC FI RF Crédito Privado
- Brasilprev RF Ativa IQ FIC FI

### RENDA FIXA INFLAÇÃO

- BB Inflação IMA-B 5 Private FIC Renda Fixa LP
  - BB Inflação IMA-B Private FIC Renda Fixa LP
  - BB Incentivado em Infraestrutura RF Crédito Privado LP
  - CRA, CRI e Debêntures
  - Títulos Públicos
  - COE
  - FIDC
- Fundos de Previdência:**
- Brasilprev Concept FIC RF
  - Brasilprev Fix Estratégia 2035 FIC RF

### RENDA FIXA PRÉ

- BB Pré IRF-M Private FIC Renda Fixa LP
  - BB Pré 5 Anos Private FIC Renda Fixa LP
  - LCA
  - Letra Financeira
  - Títulos Públicos e CDB
  - COE
  - FIDC
- Fundos de Previdência:**
- Brasilprev Pre 2027 IQ FIC RF
  - Brasilprev Pre 2033 IQ FIC RF
  - Brasilprev RF Pré Ativo IQ FIC

\* Fundos fechados para captação

## Soluções por Classe de Ativo

### MULTIMERCADOS

- BB Allocation Advanced Private FIC MM LP
- BB Allocation Plus Private FIC MM LP
- BB Allocation Private FIC MM LP
- BB Multigestor Alpha Private FIC MM
- BB Multigestor Arbitragem Private FIC MM
- BB Multigestor Elite Private FIC MM
- BB Multigestor Macro Private FIC MM
- BB Multigestor Plus Private FIC MM
- BB Multigestor Private FIC MM\*
- BB Multimercado ASG Private
- BB Dinâmico Plus Private FIC MM LP
- BB Juros e Moedas Plus Private FIC MM LP
- BB Multiestratégia Private FIC MM LP
- BB Espelho Absolute Vertex Private FIC MM LP\*
- BB Espelho Adam Macro Private FIC MM
- BB Espelho Asa Hedge FIC FI MM
- BB Espelho Az Quest Total Return Pvt FIC MM\*
- BB Espelho Bahia AM Marau Private FIC MM
- BB Espelho Multimercado Canvas Enduro Private
- BB Espelho Canvas Vector Private FIC MM
- BB Espelho Claritas Multiestratégia Pvt FIC MM
- BB Espelho Clave Alpha Macro Private FIC MM
- BB Espelho Garde Dartagnan Private FIC MM
- BB Espelho Gávea Macro Private FIC MM
- BB Espelho Genoa Capital Radar Private FIC MM\*
- BB Espelho Itaú Optimus Titan MM\*
- BB Espelho Ibiúna Hedge Private FIC MM
- BB Espelho Ibiúna Hedge STH FIC FIM\*
- BB Espelho JGP Strategy FIC MM
- BB Espelho Kapitalo Kappa Private FIC MM
- BB Espelho Kinea Chronos Private FIC MM
- BB Espelho Legacy Capital Private FIC MM
- BB Espelho Navi Long Short Private FIC MM
- BB Espelho Neo Multiestratégia 30 Pvt FIC MM
- BB Espelho Occam Equity Hedge Private FIC MM
- BB Espelho Safra Galileo Private FIC MM
- BB Espelho SPX Nimitz Private FIC MM
- BB Espelho Truxt I Macro Private FIC MM
- BB Espelho Vinland Macro FIC MM

- BB Multimercado High Alpha Longo Prazo FIC FI
- BB Global Green Private FI MM LP
- BB Global Dividends Private FI MM LP
- BB Global Innovation Private FI MM LP
- BB Global Vita Private FI MM LP

### Fundos de Previdência:

- Brasilprev Private Allocation FIC MM
- Brasilprev Private Allocation Plus FIC MM
- Brasilprev Private Allocation Advanced FIC MM
- Brasilprev Multimercado Dividendos FIC MM
- Brasilprev Long Bias Plus I FIC MM
- Brasilprev Private Long Bias FIC MM
- Brasilprev Low Vol FIC MM
- Brasilprev MM Multiestratégia FIC MM
- Brasilprev Mulmercado Multigestor FIC MM
- Brasilprev MM Multigestor Plus
- Brasilprev Absolute Hedge FIC MM\*
- Brasilprev Ace Capital FIC MM
- Brasilprev Adam FIC MM
- Brasilprev ASA Hedge Prev FIC MM
- Brasilprev AZ Quest Multi FIC MM\*
- Brasilprev BTG Pactual Discovery FIC MM\*
- Brasilprev Canvas Enduro FIC MM
- Brasilprev Claritas Midvol FIC MM
- Brasilprev Claritas Quant FIC FI MM
- Brasilprev Garde Paris FI MM
- Brasilprev Genoa Capital Cruise FIC FI MM\*
- Brasilprev Ibiúna SR FIM FIM CP
- Brasilprev Indie FIC FI MM
- Brasilprev JGP FIC MM
- Brasilprev Kadima Total Return FIC MM
- Brasilprev Kapitalo Omega FIC MM
- Brasilprev Kinea Sigma FIC MM\*
- Brasilprev Legacy Capital FIC MM
- Brasilprev Neo Multi FIC MM
- Brasilprev Occam FIC MM
- Brasilprev Truxt Macro FIC FIM
- Brasilprev Vinci Equilibrio FIC MM
- Brasilprev Verde AM Long Bias 70 FIC MM
- Brasilprev Verde AM FIC Multimercado
- Brasilprev Vinland Macro FIC MM

\* Fundos fechados para captação

## Soluções por Classe de Ativo

### INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

- BB BRL Bonds Brasileiros Private IE FIC RF LP
- BB BRL Bonds Globais Private IE FIC RF LP
- BB BRL Equities Private IE FIC Ações
- BB BRL Income Private IE FIC MM
- BB BRL MM Allocation Balance Private IE
- BB BRL MM Lyxor Bridgewater All Weather Sust
- BB BRL MM PIMCO Income IE
- BB BRL MM Nordea Alpha 15 LP IE
- BB MM Blackrock Multi-Asset ESG IE
- BB BRL Ações Universal Brands IE Private
- BB Ações BRL Principal Glob Property Securit. IE
- BB Ações BRL Mirae Asset Asia IE Private
- BB FX Balanced Private IE FIC MM
- BB FX Bonds Brasileiros Private IE FIC RF LP
- BB FX Bonds Globais Private IE FIC RF LP
- BB FX Equities Private IE FIC Ações
- BB FX Multimercado Allocation Balance Pvt IE
- BB FX Ações GuardCap Global Equity IE
- BB Ações Asiáticas BDR Nível 1
- BB Ações Bolsa Americana
- BB Ações ESG Globais BDR Nível 1
- BB Ações Emergentes BDR Nível 1
- BB Ações Europeias BDR Nível 1
- BB Ações FX Nordea Global Climate and Environment IE Private
- BB Ações Globais Ativo BDR Nível 1
- BB Ações US Biotech BDR Nível 1
- Investimentos Offshore
- BDRs

### INVESTIMENTOS ALTERNATIVOS

- BB Multimercado Ouro
- BB Multimercado Criptoativos Full IE
- BB Multimercado Carbono
- ETFs do Agronegócios

### RENDA VARIÁVEL

- BB Ações ASG Brasil FIC FI
- BB Dividendos Midcaps Private FIC Ações
- BB Dual Strategy Private FIC Ações
- BB Espelho Brasil Capital FIC Ações
- BB Espelho BTG Pactual Absoluto Pvt Ações
- BB Espelho Constellation Private FIC Ações
- BB Espelho Leblon Private FIC Ações
- BB Espelho Oceana Valor 30 Private FIC Ações
- BB Espelho Ações Trígono Delphos Income
- BB Espelho Ações Truxt Valor Private
- BB Espelho Ações Verde AM Long Bias Private
- BB Ações Equidade IS
- BB Ações Seleção Fatorial
- BB Ações Agro
- BB Long Bias Private FIC Ações
- BB Multigestor Private FIC Ações
- BB Valor Private FIC Ações
- COE
- Fundos Imobiliários e FIP
- Opções de Bolsa e Dólar (Call e Put)
- ETFs
- **Carteiras Recomendadas:**
- Dividendos
- ESG
- Carteira 5+
- Fundamentalista
- Dividendos
- BDR
- Semanal
- **Fundos de Previdência:**
- Brasilprev Private ASG FIC MM
- Brasilprev Private Retorno Total FIC MM
- Brasilprev Private Valor FIC MM
- Brasilprev Leblon 70 FIC MM
- Brasilprev Moat FIC
- Brasilprev Brasil Capital FIC
- Brasilprev Miles Virtus FIC
- Brasilprev JGP ESG 100 FIC
- Brasilprev Trígono Delphos

\* Fundos fechados para captação

## Avisos Importantes

- As informações aqui contidas foram consolidadas ou elaboradas com base em dados obtidos de fontes, em princípio, fidedignas e de boa fé. Entretanto, o Banco do Brasil não declara nem garante, expressa ou tacitamente, que essas informações sejam imparciais, precisas, completas ou corretas.
- Todas as estimativas apresentadas derivam do julgamento de nossa equipe técnica e podem ser alteradas a qualquer momento sem aviso prévio, em função de mudanças que possam afetar as projeções da empresa.
- As informações, opiniões, estimativas e projeções contidas neste documento referem-se à data presente e estão sujeitas à mudanças, não implicando necessariamente na obrigação de qualquer comunicação no sentido de atualização ou revisão com respeito a tal mudança.
- Este material possui fins meramente informativos e não deve ser considerado isoladamente para tomada de decisão de investimento. Ou seja, não leva em consideração especificidades dos investidores de forma individual e, portanto, decisões de investimento somente devem ser tomadas após compreensão dos riscos envolvidos,
- Este material não é, e não deve ser interpretado como uma oferta ou recomendação para compra ou venda quaisquer títulos e valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.
- O Banco do Brasil não terá qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos que venham a decorrer da utilização deste material e de seu conteúdo.
- É vedada a reprodução, distribuição ou publicação deste material, integral ou parcialmente, para qualquer finalidade.

Este relatório foi desenvolvido por

**Banco do Brasil Private**

Gerência Estratégia de Investimentos

Julia Baulé CFP® – Estrategista-chefe

Allan Fukumoto, CFP®

Fábio Cardoso, CFP®

Fábio Perrucci, CPA20

Raphael Felix, CFP®

Richardi Ferreira, CGA, CNPI

Rodrigo Lima CFP®, CEA, CNPI-T



[bb.com.br/private](https://bb.com.br/private)

# Conexão Mercado Abertura

06/08/2024



#Publica

# Assessoramento Econômico



## Pré-abertura

Futuros		Títulos		Moedas		Commodities					
S&P 500 (fut)	5265,3	0,92%	3,9915	1,63%	DX	103,194	0,49%	WTI	72,59	-1,24%	
Nasdaq (fut)	18204,5	1,06%	3,8583	1,68%	EURUSD	1,091	-0,43%	Brent	76,51	0,28%	
Dow Jones(fut)	39123,0	0,71%			GBPUSD	1,270	-0,61%	Ouro	2410,68	0,11%	
Bolsas		Risco		USDJPY	145,305	0,83%	Soja (fut)	1018,00	-1,31%		
DAX (Alemanha)	17364,8	0,15%	VIX (S&P500)	31,08	-19,42%	USDZAR	18,489	-0,10%	Milho (fut)	404,25	-0,68%
PCAC (França)	7132,7	-0,23%			USDCNY	7,128	-0,02%				
FTSE (UK)	8005,9	-0,03%			USDRUB	85,855	1,16%				
NIKKEI (Japão)	34675,5	10,23%			USDTRY	33,542	0,41%				
SSECO (Shanghai)	2867,3	0,23%			USDINR	83,920	-0,12%				

## Fechamento (sessão anterior)

Bolsas		Títulos Públicos		Juros		Moedas		
Ibovespa	125269,5	-0,46%	IMA-B5	9426,6	CDI	10,40	102,689	0,49%
S&P 500	5186,3	-3,00%	IMA-B5+	11590,0	DI Jan 25	10,58	5,722	0,05%
Nasdaq	18146,8	-1,98%	NTN-B 26	6,25	DI Jan 26	11,21	19,343	0,86%
Dow Jones	38703,3	-2,60%	NTN-B 30	6,04	DI Jan 27	11,40	18,508	1,19%
Risco		NTN-B 55	6,09	DI Jan 28	11,56	934,69	0,18%	
Brasil CDS5Y	170,56	02/08	NTN-F 27	11,44	DI Jan 29	11,66	84,871	-0,68%
			NTN-F 31	11,85	DI Jan 31	11,74	33,408	0,71%
							84,018	0,26%



# Assessoramento Econômico

## Indicadores e Eventos do Dia

Estados Unidos		Europa		Ásia	
14:00	Leilão de T-Notes de 3 anos	ZE	Vendas a varejo (A/A)	CH	Exportações (A/A)
08:00		ZE	Vendas a varejo (M/M)	CH	Importações (A/A)
03:00		AL	Pedidos de Fábricas (A/A)	CH	Balança Comercial
03:00		AL	Pedidos de Fábricas (M/M)		
04:30		AL	PMI Construção		
05:30		UK	PMI Construção		

Divulgação	Indicadores	Período	Consenso	Realizado	Anterior
08:00	AIR 00 COPOM	-	-	-	-
11:00	Leilão de NTN-B e LFT	-	-	-	-
15:00	Balança Comercial Mensal	Jul	\$7,797m	-	\$6,711m



## EXTERNO: Dia de recuperação para os ativos americanos, após o selloff global.

- Nos EUA, ontem, os dados do PMI de serviços, medidos pelo ISM, considerado o mais relevante índice de gerente de compras, mostraram expansão em julho, trazendo alívio aos mercados quanto às preocupações sobre uma desaceleração abrupta na economia.
- Quanto aos discursos dos dirigentes do Fed, Austan Goolsbee (não votante/*ultra-dovish*) afirmou que a função do banco central não é reagir a um mês de dados trabalhistas mais fracos, destacando que os mercados são muito mais voláteis do que as ações do Fed. Ainda, reiterou que o trabalho do Fed é muito claro: maximizar o emprego e estabilizar os preços, reiterando que se as condições começarem a se deteriorar em qualquer uma dessas áreas, o Fed tomará medidas para corrigir a situação.
- Ainda quanto aos discursos, Mary Daly (votante, *dovish*) disse que o mercado de trabalho está enfraquecendo e indicou que o Fed deve começar a cortar as taxas de juros nos próximos trimestres. No entanto, ela não concluiu que o mercado de trabalho tenha enfraquecido seriamente, enfatizando que ainda vê força no mercado. Segundo Daly, as empresas desaceleraram a contratação de novos trabalhadores, mas a maioria não está cortando empregos.
- Na agenda do dia, a balança comercial de junho será divulgada às 9h30. No mais, teremos leilão de T-Notes de 3 anos às 14h.
- Quanto às eleições americanas, Kamala Harris foi indicada como candidata democrata para presidente, vencendo uma votação nominal virtual e se tornando a primeira mulher negra e asiático-americana a liderar a chapa presidencial de um grande partido político dos EUA.
- No campo geopolítico, o Irã afirmou que deseja evitar uma guerra total com Israel, apesar de ter jurado vingança pela morte de Ismail Haniyeh, declarando sua intenção de impedir que Israel repita ações semelhantes.
- No Japão, os salários reais dos trabalhadores japoneses aumentaram pela primeira vez em mais de dois anos, elevando as expectativas de recuperação do consumo e sinalizando o início de um ciclo de crescimento positivo, desejado há muito tempo pelo BoJ (Banco Central do Japão).

### Expectativas para o dia:

- No exterior, os mercados americanos abriram a sessão desta terça-feira em modo de recuperação, após o *selloff* devido às preocupações com uma possível recessão nos EUA e pressionadas pela decepção nos resultados do setor de tecnologia, conjugado aos riscos geopolíticos no Oriente Médio e ao movimento de alta para as taxas de juros do BoJ.
- As *yields* dos *treasuries* seguem em tendência de alta, refletindo essa recuperação. As bolsas globais, no entanto, apresentaram uma leve recuperação, exceto, para as bolsas europeias que passaram a operar em baixa após a divulgação das vendas no varejo de junho ter vindo abaixo do esperado na Zona do Euro.
- A expectativa é de uma recuperação parcial dos ativos, pois o mercado ainda aguarda mais dados econômicos, como a divulgação dos pedidos semanais de seguro-desemprego na próxima quinta-feira.
- Hoje, não teremos nenhum indicador relevante a ser divulgado. No entanto, o leilão de T-Notes de 3 anos pode trazer volatilidade, principalmente para a parte curta da curva americana.
- Diante do exposto, acreditamos na manutenção dos movimentos observados agora pela manhã, com as *yields* dos *treasuries* em alta, porém de forma comedida; bolsas subindo; dólar fortalecido globalmente e queda para as *commodities*.
- **Dólar contra Principais:** Alta **Dólar contra Emergentes:** Alta
- **Taxa dos Treasuries:** Alta
- **Bolsas:** Alta **Commodities:** Queda



## INTERNO: Dinâmica global e Ata do Copom devem ditar o ritmo dos negócios

- No Brasil, os Ministérios devem detalhar os programas e projetos que podem ser afetados com o contingenciamento de gastos públicos nesta terça-feira (06/08).
- O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou ontem que o governo vai cortar gastos para cumprir "rigorosamente" as metas fiscais, permitindo assim um ambiente favorável ao corte de juros. Alckmin disse ainda que a desoneração da folha de pagamentos tem de ser compensada. Podendo desonerar, ótimo, mas sou da linha da responsabilidade fiscal.
- Na esfera política, o Senado pode votar nesta terça-feira (06/08) a proposta de emenda à Constituição (PEC), que abre novo prazo para o parcelamento de débitos dos municípios com a Previdência Social.
- A PEC sugere o parcelamento dos débitos com o INSS em até 20 anos além de definir um limite de 2% a 4% no Orçamento das prefeituras para o pagamento de ordens judiciais a pessoas físicas e jurídicas.
- O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, incluiu o projeto de desoneração da folha de pagamentos na pauta de votação do plenário para esta quarta-feira (07/08). A proposta ainda não tem acordo consolidado sobre o texto, mas a inclusão na pauta é vista como um gesto para avançar nas negociações.
- Na agenda de eventos, a Ata do Copom trouxe um tom mais duro na comparação com o comunicado da semana passada, conforme destacado por exemplo no trecho do parágrafo 25 que "O cenário marcado por projeções mais elevadas e mais riscos para a alta da inflação é desafiador, e o Comitê avalia que o desenrolar do cenário será particularmente importante para definir os próximos passos de política monetária. Desse modo, o Comitê, unanimemente, avalia que o momento corrente é de ainda maior cautela e de acompanhamento diligente dos condicionantes da inflação, sem se comprometer com estratégias futuras. À luz desse acompanhamento, o Comitê avaliará a melhor estratégia: de um lado, se a estratégia de manutenção da taxa de juros por um tempo suficientemente longo levará a inflação à meta no horizonte relevante; de outro lado, o Comitê, unanimemente, reforçou que não hesitará em elevar a taxa de juros para assegurar a convergência da inflação à meta se julgar apropriado".

### Expectativas para o dia:

- Os ativos locais devem seguir sensíveis ao ambiente global, com os investidores digerindo ainda os movimentos dos últimos dias, em dia de agenda esvaziada. Embora não se possa descartar um tom de leve recuperação, após os fortes ajustes, os sinais de fragilidade e instabilidade devem continuar permeando os negócios.
- No front interno, a Ata do Copom estará no centro das atenções, com o Banco Central reforçando um pouco mais o tom de alerta do comunicado.
- No mais, os agentes estão em compasso de espera pelo anúncio das medidas de cortes de gastos que irão impactar o Orçamento de 2025, mas que só devem ser divulgadas ao longo do mês de agosto.
- O Tesouro faz leilão de LFT para 1º/9/2027 e 1º/9/2030 e de NTN-B para 15/5/2029, 15/5/2035 e 15/8/2060.
- Assim, alinhado ao viés de alívio parcial no exterior, esperamos uma nova sessão de volatilidade para os mercados domésticos. Com isso, o dólar pode se desvalorizar frente ao real, em meio ao tom mais duro da ata do Copom e depreciação do iene; a curva de juros pode seguir mais comedida na maioria dos prazos, apontando ligeiro viés de queda, especialmente nos médios e longos, num ajuste ao teor da ata do Copom e perspectiva de Selic estável por período prolongado e alívio externo; e o Ibovespa tentar alguma recuperação, na esteira de algum alívio das bolsas americanas e no aguardo de resultados corporativos, embora a queda do minério de ferro possa limitar o movimento.
- **Dólar:** Queda
- **Juros:** Queda
- **Ibovespa:** Alta



## Informações relevantes

Esta publicação contém análises/avaliações que refletem as visões de profissionais da área de Tesouraria Global/Assessoramento Econômico e da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil S. A. (“BB”).

As análises/avaliações aqui publicadas:

- i. eventualmente, podem não expressar o posicionamento do Conglomerado BB sobre os temas aqui tratados;
- ii. é possível que diverjam substancialmente das visões de outras áreas correlatas do BB, mesmo que faça referências a recomendações publicadas por essas respectivas Áreas;
- iii. podem ou não ser seguidas pela gestão da Carteira Proprietária do BB.

As informações, opiniões, análises e avaliações contidas nesta publicação:

- i. contém dados e projeções informativos que são dependentes das hipóteses adotadas. Nessa medida, não devem ser tomados como base, balizamento, guia ou norma para quaisquer documentos, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal;
- ii. foram fornecidas apenas como comentários gerais de mercado e não constituem quaisquer formas de aconselhamento pessoal, jurídico, tributário ou outro serviço financeiro regulamentado;
- iii. não contém toda a informação desejável, ou seja, fornecem apenas visões limitadas da economia e do setor agropecuário, de forma geral “Macro”, não avaliando valores mobiliários específicos e emissores determinados;

- iv. não são uma pesquisa ou recomendação de investimento para fins regulatórios e não constitui uma análise substantiva;
- v. não são uma recomendação personalizada ou uma consultoria de investimento.

Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises são assumidas exclusivamente por quem as utiliza, eximindo o BB de todas as ações decorrentes do uso deste material.

Ressalte-se que o BB não se responsabiliza por atualizar qualquer estimativa contida nesta publicação.

O BB recomenda aos leitores da publicação que:

- i. antes de entrar em qualquer transação, certifiquem-se de que entende os potenciais riscos e retornos e verifique a compatibilidade com seus objetivos e experiência, recursos operacionais e financeiros e outras circunstâncias relevantes;
- ii. procurem consultores para verificar limitações tributárias, legais e contábeis, sempre que necessário.

Por fim, o BB esclarece que o acesso a esta publicação implica na total aceitação deste termo de responsabilidade e uso, não sendo permitido a reprodução, retransmissão e distribuição do todo ou de qualquer parte deste material sem a sua prévia e expressa autorização.

*Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias:*

**SAC 0800 729 0722**

**Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala 0800 729 0088**

**Ouvidoria 0800 729 5678**

# Acompanhe nossas análises e estudos no portal BB

[bb.com.br](http://bb.com.br) > Investimentos >  
Análises de estratégia e macroeconomia



#Publica





## Brasil – Ata do COPOM reforça a perspectiva de juros estáveis por mais tempo

**Pontos principais:** o Banco Central divulgou hoje a ata da última reunião de política monetária, realizada nos dias 30 e 31 de julho, na qual decidiu, por unanimidade, manter os juros em 10,50% a.a. A autoridade monetária destacou que o cenário externo continua adverso devido às incertezas sobre os impactos e a expansão do início da flexibilização monetária nos EUA, bem como sobre as dinâmicas de atividade e inflação em diversos países. Além disso, o Copom ressaltou que os bancos centrais das principais economias permanecem determinados a promover a convergência da inflação para a meta, em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho. O documento também apontou que há menor sincronia nos ciclos de política monetária entre os países, o que exige cautela por parte das economias emergentes.

Em relação ao ambiente doméstico, foi destacado o desempenho dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho, que seguem apresentando dinamismo maior do que o esperado. Em relação à inflação, o documento chamou a atenção para o arrefecimento do processo de desinflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cheio, enquanto as medidas subjacentes se situaram acima da meta para a inflação nas divulgações mais recentes. As projeções do Copom, no cenário de referência, para o IPCA situam-se em 4,2% para 2024 e 3,6% para 2025, com os preços subjacentes variando 5,0% e 4,0% no biênio, respectivamente. Mesmo no cenário alternativo, no qual a taxa Selic é mantida constante ao longo do horizonte relevante, as projeções de inflação situam-se em 4,2% e 3,4%, respectivamente, acima do teto da meta de inflação, que é de 3,0%.

Outro destaque importante foi a percepção do Comitê de que *“o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade”*.

Diante desse conjunto de informações, os diretores do Banco Central consideraram mais prudente manter a taxa de juros constante, devido às surpresas positivas no mercado de trabalho e na atividade econômica, especialmente no consumo das famílias, que têm superado as expectativas e divergido do cenário de desaceleração anteriormente previsto. Além disso, reforçaram que o processo de queda da inflação deve ser mais lento, exigindo maior cautela na condução da política monetária. Enfatizaram também que a reancoragem das expectativas de inflação é fundamental para permitir a convergência dos preços em direção à meta do Banco Central.

**Impacto nos cenários:** a divulgação da ata trouxe reflexões importantes que reforçam nosso cenário de manutenção dos juros por um período prolongado. A autoridade monetária destacou que deve manter a política monetária contracionista pelo tempo necessário para consolidar o processo de desinflação e ancorar as expectativas em torno da meta. Diante desses elementos, reforçamos nosso cenário de manutenção dos juros em 10,50% pelo menos até meados do segundo semestre de 2025. Após esse período, esperamos uma queda gradual dos juros até atingir 9,75% no final de 2025.

## Cenário Econômico – Resumo

## Cenário Base

	2023	2024	2025
PIB (Var. % a.a.)	2,9	2,2	1,6
Desemprego <sup>(1)</sup> (% da PEA)	8,0	7,5	7,9
Câmbio <sup>(2)</sup> R\$/US\$	4,84	5,20	5,25
SELIC <sup>(2)</sup> (% a.a.)	11,75	10,50	9,75
IPCA <sup>(2)</sup> (% a.a.)	4,6	4,0	3,8
Crédito total (% a.a.)	8,1	11,2	9,0

Projeções BB/Assessoramento Econômico  
(1) média do ano, (2) fim de período.

## Disclaimer

---

### Informações Relevantes

Esta publicação contém análises/avaliações que refletem as visões de profissionais da área de Assessoramento Econômico do Banco do Brasil S. A. (“BB”).

As análises/avaliações aqui publicadas:

- i. eventualmente, podem não expressar o posicionamento do Conglomerado BB sobre os temas aqui tratados;
- ii. é possível que diverjam substancialmente das visões de outras áreas correlatas do BB, mesmo que faça referências a recomendações publicadas por essas respectivas Áreas;
- iii. podem ou não ser seguidas pela gestão da Carteira Proprietária do BB.

As informações, opiniões, análises e avaliações contidas nesta publicação:

- i. contém dados e projeções informativos que são dependentes das hipóteses adotadas. Nessa medida, não devem ser tomados como base, balizamento, guia ou norma para quaisquer documentos, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal;
- ii. foram fornecidas apenas como comentários gerais de mercado e não constituem quaisquer formas de aconselhamento pessoal, jurídico, tributário ou outro serviço financeiro regulamentado;
- iii. não contém toda a informação desejável, ou seja, fornecem apenas uma visão limitada de classes de ativos no mercado, como Juros, Câmbio e Índice de Bolsas, de forma geral “Macro”, não avaliando valores mobiliários específicos e emissores determinados;
- iv. não são uma pesquisa ou recomendação de investimento para fins regulatórios e não constitui uma análise substantiva;
- v. não são uma recomendação personalizada ou uma consultoria de investimento.

Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises são assumidas exclusivamente por quem as utiliza, eximindo o BB de todas as ações decorrentes do uso deste material.

Ressalte-se que o BB não se responsabiliza por atualizar qualquer estimativa contida nesta publicação.

O BB recomenda aos leitores da publicação que:

- i. antes de entrar em qualquer transação, certifiquem-se de que entende os potenciais riscos e retornos e verifique a compatibilidade com seus objetivos e experiência, recursos operacionais e financeiros e outras circunstâncias relevantes;
- ii. procurem consultores para verificar limitações tributárias, legais e contábeis, sempre que necessário.

Por fim, o BB esclarece que o acesso a esta publicação implica na total aceitação deste termo de responsabilidade e uso, não sendo permitido a reprodução, retransmissão e distribuição do todo ou de qualquer parte deste material sem a sua prévia e expressa autorização.

*Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias:*

**SAC 0800 729 0722**

**Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala 0800 729 0088**

**Ouvidoria 0800 729 5678**



**Brasil – Relatório Focus traz mudanças nas projeções para IPCA, PIB e câmbio para 2024**

	2024				2025				2026		2027	
	H2-4 semestre	H2-1 semestre	Hoje	Comp. semanal*	H2-4 semestre	H2-1 semestre	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
<b>IPCA (%)</b>	4,25	4,20	<b>4,22</b>	▲ (5)	3,90	3,97	<b>3,91</b>	▼ (2)	3,80	= (11)	3,50	= (30)
<b>PIB (var. %)</b>	2,15	2,20	<b>2,23</b>	▲ (1)	1,90	1,92	<b>1,89</b>	▼ (1)	2,00	= (54)	2,00	= (56)
<b>CÂMBIO (R\$/US\$)</b>	5,30	5,30	<b>5,31</b>	▲ (1)	5,23	5,30	<b>5,30</b>	= (2)	5,25	= (3)	5,25	= (2)
<b>SELIC (a.a.)</b>	10,50	10,50	<b>10,50</b>	= (9)	9,50	9,75	<b>10,00</b>	▲ (1)	9,00	= (14)	9,00	= (13)

\* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade  
em relação ao Focus anterior

Fonte: Banco Central do Brasil

**Pontos principais:** o Boletim Focus desta semana, divulgado pelo Banco Central, mostrou mudanças nas projeções de três dos seus principais indicadores para 2024 (IPCA, PIB e câmbio). Em relação a 2025, o Boletim trouxe revisão baixista para o IPCA e PIB e altista para a Selic. Nesse sentido, a mediana das projeções para o IPCA teve alta de 0,02 ponto percentual (p.p.) em 2024 e baixa de 0,06 p.p em 2025, passando de 4,20% para 4,22% e de 3,97% para 3,91%, respectivamente. Quanto à projeção para o crescimento da atividade econômica (PIB), o boletim apresentou alta para o indicador de 0,03 p.p em 2024, passando de 2,20% para 2,23% e baixa de 0,03 p.p. em 2025, passando de 1,92% para 1,89%. Em relação ao câmbio, o indicador apresentou mudança da sua projeção de R\$/US\$ 5,30 para R\$/US\$ 5,31 em 2024 e permaneceu inalterado em R\$/US\$ 5,31 em 2025. Por fim, quanto à taxa básica de juros Selic, o boletim não apresentou mudança no comportamento do indicador para 2024, permanecendo em 10,50% a.a. Todavia, houve uma redução da intensidade de flexibilização em 2025 esperada pelo mercado, passando de 9,75% para 10,00% a.a.

**Impacto nos cenários:** dentre os fatores de risco que levaram às altas sucessivas para o indicador IPCA apresentadas pelo boletim Focus, temos: o ambiente externo adverso, assim como o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho que seguem apresentando dinamismo maior do que o esperado. Aliado a esses fatores, a desancoragem das expectativas de inflação do centro da meta e uma maior resiliência na inflação de serviços, por um período maior que o projetado, nos leva a visão de que o IPCA encerrará o ano de 2024 em 4,1%. Para 2025, em nosso cenário mais provável, esperamos a desaceleração do IPCA, terminando o ano acumulado em 3,8%.

Quanto ao cenário para o crescimento do PIB, os dados mais recentes sobre os indicadores de atividade econômica para o segundo trimestre, dentre eles o IBC-Br e Monitor do PIB, tem sido bastante favorável, apresentando resultados bem acima dos esperados, demonstrando que a economia está aquecida. Nesse cenário, nossa visão é de crescimento do PIB de 2,2% em 2024. Para 2025, espera-se que a atividade econômica tenha um incremento um pouco menor, de 1,6%.

Em relação ao câmbio, a permanência de um ambiente externo desafiador, somado ao quadro de incertezas quanto ao equilíbrio das contas públicas e ao controle da inflação, nos levam a crer que o Real encerre o ano de 2024 por volta de US\$ 5,20. Para 2025, projetamos uma alta desse indicador para e US\$ 5,25.

Quanto à taxa básica de juros, em virtude da manutenção das expectativas altistas sobre a inflação, não contemplamos chances de retorno do processo de flexibilização da Selic no horizonte de curto prazo. Nesse sentido, mantemos nosso cenário para a taxa básica de juros em 10,50% em 2024, com reinício da flexibilização a partir do segundo semestre de 2025, levando a Selic ao patamar de 9,75% no final do ano seguinte.

## Cenário Econômico – Resumo

### Cenário Base

	2023	2024	2025
PIB (Var. % a.a.)	2,9	2,2	1,6
Desemprego <sup>(1)</sup> (% da PEA)	8,0	7,0	7,4
Câmbio <sup>(2)</sup> R\$/US\$	4,84	5,20	5,25
SELIC <sup>(2)</sup> (% a.a.)	11,75	10,50	9,75
IPCA <sup>(2)</sup> (% a.a.)	4,6	4,1	3,8
Crédito total (% a.a.)	8,1	11,2	9,0

Projeções BB/Assessoramento Econômico  
(1) média do ano, (2) fim de período.

## Disclaimer

---

### Informações Relevantes

Esta publicação contém análises/avaliações que refletem as visões de profissionais da área de Assessoramento Econômico do Banco do Brasil S. A. ("BB").

As análises/avaliações aqui publicadas:

- i. eventualmente, podem não expressar o posicionamento do Conglomerado BB sobre os temas aqui tratados;
- ii. é possível que diverjam substancialmente das visões de outras áreas correlatas do BB, mesmo que faça referências a recomendações publicadas por essas respectivas Áreas;
- iii. podem ou não ser seguidas pela gestão da Carteira Proprietária do BB.

As informações, opiniões, análises e avaliações contidas nesta publicação:

- i. contém dados e projeções informativos que são dependentes das hipóteses adotadas. Nessa medida, não devem ser tomados como base, balizamento, guia ou norma para quaisquer documentos, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal;
- ii. foram fornecidas apenas como comentários gerais de mercado e não constituem quaisquer formas de aconselhamento pessoal, jurídico, tributário ou outro serviço financeiro regulamentado;
- iii. não contém toda a informação desejável, ou seja, fornecem apenas uma visão limitada de classes de ativos no mercado, como Juros, Câmbio e Índice de Bolsas, de forma geral "Macro", não avaliando valores mobiliários específicos e emissores determinados;
- iv. não são uma pesquisa ou recomendação de investimento para fins regulatórios e não constitui uma análise substantiva;
- v. não são uma recomendação personalizada ou uma consultoria de investimento.

Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises são assumidas exclusivamente por quem as utiliza, eximindo o BB de todas as ações decorrentes do uso deste material.

Ressalte-se que o BB não se responsabiliza por atualizar qualquer estimativa contida nesta publicação.

O BB recomenda aos leitores da publicação que:

- i. antes de entrar em qualquer transação, certifiquem-se de que entende os potenciais riscos e retornos e verifique a compatibilidade com seus objetivos e experiência, recursos operacionais e financeiros e outras circunstâncias relevantes;
- ii. procurem consultores para verificar limitações tributárias, legais e contábeis, sempre que necessário.

Por fim, o BB esclarece que o acesso a esta publicação implica na total aceitação deste termo de responsabilidade e uso, não sendo permitido a reprodução, retransmissão e distribuição do todo ou de qualquer parte deste material sem a sua prévia e expressa autorização.

*Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias:*

**SAC 0800 729 0722**

**Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala 0800 729 0088**

**Ouvidoria 0800 729 5678**



# Renda fixa e Crédito privado

## Relatório quinzenal (19/08/2024)

Por: **Viviane Silva, CFP®, CNPI - P**  
**Melina Constantino, CNPI-P**  
**Fernando Cunha, CNPI-P**

O BB-BI pode ser remunerado por serviços prestados ou possuir relações comerciais com a(s) empresa(s) analisada(s) neste relatório ou com pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos, que atue representando o mesmo interesse dessa(s) empresa(s).

[Sumário executivo](#)

3

[Curvas de juros](#)

5

[Indicadores de crédito privado](#)

7

[Mercado primário e secundário de crédito privado](#)

11

[Notícias e relatórios em destaque](#)

15

[Glossário](#)

16

[Disclaimer](#)

17

O BB-BI pode ser remunerado por serviços prestados ou possuir relações comerciais com a(s) empresa(s) analisada(s) neste relatório ou com pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos, que atue representando o mesmo interesse dessa(s) empresa(s).

## Sumário executivo

Dados mistos nos EUA ajustaram as expectativas do mercado em relação à magnitude do corte de juros pelo Fed, esperado para setembro. No Brasil, o mercado voltou a precificar subida de juros em meio à divulgação de dados fortes de atividade.

### Panorama econômico

— Nos Estados Unidos, o temor de uma recessão parece ter se dissipado nas últimas semanas, com a divulgação de dados de atividade que ainda indicam uma economia aquecida, como os pedidos de auxílio-desemprego abaixo do esperado e vendas do varejo acima das expectativas. No entanto, os dados sobre os preços ao consumidor (CPI) vieram dentro do previsto pelo mercado, com a inflação nos EUA em 12 meses ficando abaixo de 3% pela primeira vez desde março de 2021, reforçando as apostas pelo início de corte de juros pelo Fed em setembro, mas ajustando a sua extensão, com a maior parte dos investidores esperando um corte de 25 pontos, e não mais de 50 pontos como havia sido cogitado há algumas semanas.

— No Brasil, o IBC-Br, indicador de atividade do Banco Central, que é considerado uma prévia do PIB, superou expectativas ao subir 1,37% em junho, na comparação com o mês anterior. No acumulado do ano, a alta foi de 2,12% e, em 12 meses, o avanço é mais significativo ainda, de 3,18%. O indicador de atividade mais forte do que o esperado elevou as apostas de um possível aumento de juros para que a inflação possa convergir para a meta de 3%, movimento que foi precificado pela curva de juros na última sexta-feira, 16/08.

### Curva de juros

— A curva de juros nominal apresentou abertura dos prêmios nos vencimentos mais curtos na última sexta-feira (16) em meio à divulgação de dados fortes de atividade, com o IBC-Br superando expectativas e sugerindo revisões altistas das projeções do mercado para o PIB deste ano. O movimento foi corroborado pelo cenário externo, em certa medida, já que a curva de juros nos EUA arrefeceu o movimento de queda após a divulgação do primeiro avanço do sentimento do consumidor em cinco meses, o que reduziu a chance de um corte maior das taxas de juros pelo Fed em setembro.

— A curva de DI futuro encerrou a semana anterior precificando uma taxa Selic de 10,74% para dez/2024, 11,60% para dez/25 e 11,50% para dez/26, indicando que o mercado considera elevação da taxa Selic para este ano e o próximo.

— No crédito privado, nossa visão é de que a volatilidade gera oportunidades para a alocação e o carregio de um portfólio de papéis para o longo prazo. Mas, neste contexto, preferimos títulos de vencimentos intermediários, considerando a melhor relação risco versus retorno entre os emissores e diversificando entre títulos indexados ao IPCA e CDI pós fixados. Consulte a [Seleção BB-BI de Crédito Privado de Ago/24](#).



### Estimativas Macroeconômicas

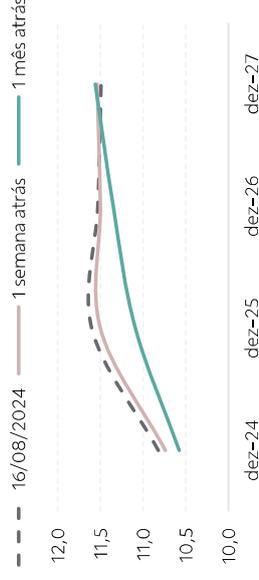
Boletim Focus de 16/08/2024 e comparação com 1 semana atrás

	2024	2025	2026
Selic (% a.a.)	10,50 =	10,00 ▲	9,00 =
IPCA (% a.a.)	4,22 ▲	3,91 ▼	3,60 =
Dólar (R\$/USD)	5,31 ▲	5,30 =	5,25 =
PIB (var. %)	2,23 ▲	1,89 ▼	2,00 =

Fonte: Bacen.

### Curva de DI Futuro

% a.a.



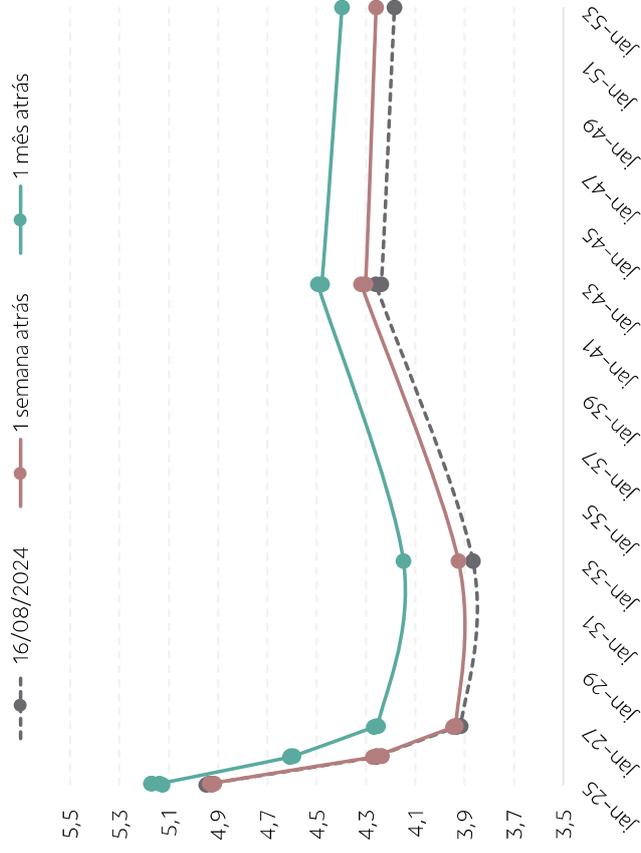
Fonte: Bloomberg, BB-BI.

## EUA: curva de juros

A curva de juros nos EUA apresentou fechamento na última sexta-feira (16), na comparação com a semana e o mês anterior, mas o ritmo arrefeceu ao longo do dia em meio à divulgação do primeiro avanço do sentimento do consumidor em cinco meses.

### Curva de juros nominais

Rendimento dos Treasuries (yield) - %



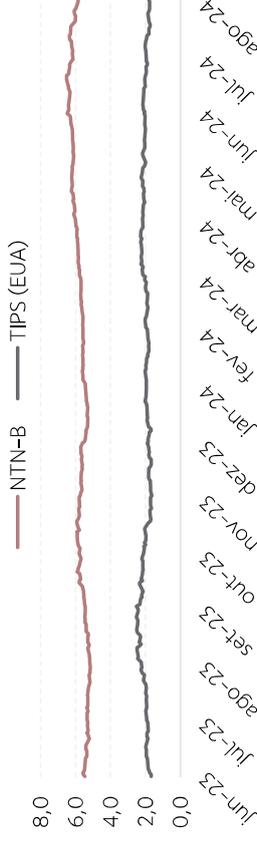
Fonte: Bloomberg, BB-BI.

BB Investimentos



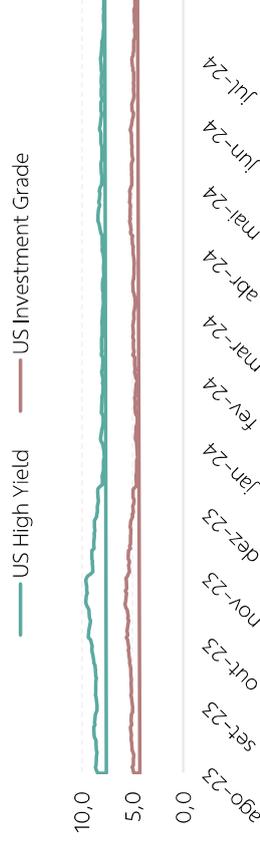
### Diferencial de juros reais – Brasil vs. EUA

Rendimento dos títulos indexados à inflação com vencimento de 10 anos



### Títulos corporativos americanos – spreads corporativos

%

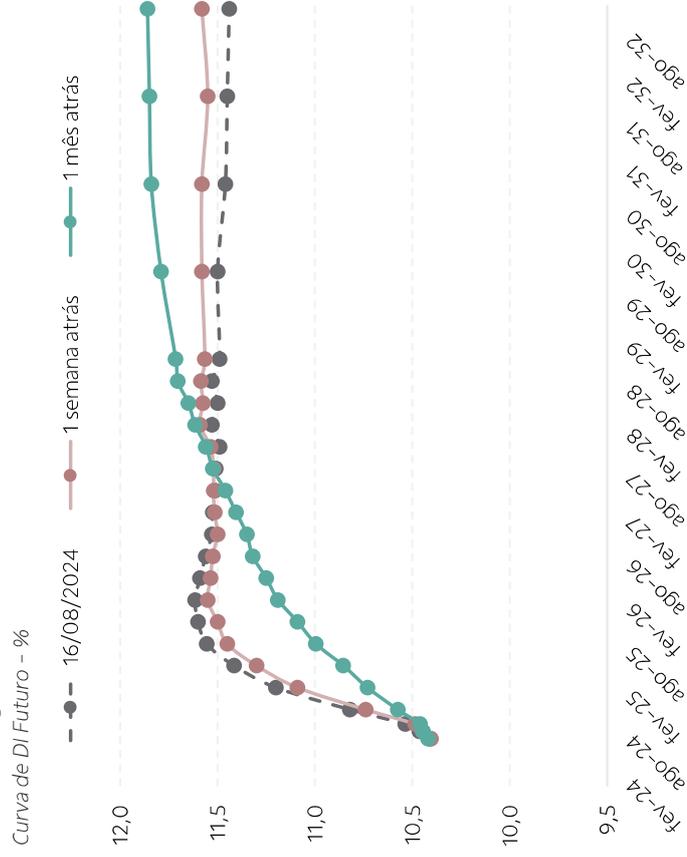


## Brasil: curva de juros nominais

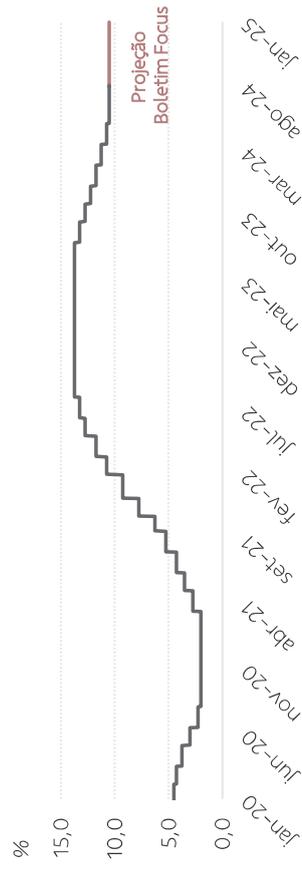
Dados fortes de atividade, com o IBC-Br superando estimativas, elevaram as apostas de uma possível alta de juros ainda neste ano, movimento que se refletiu na curva de juros nominais na última sexta-feira (16).



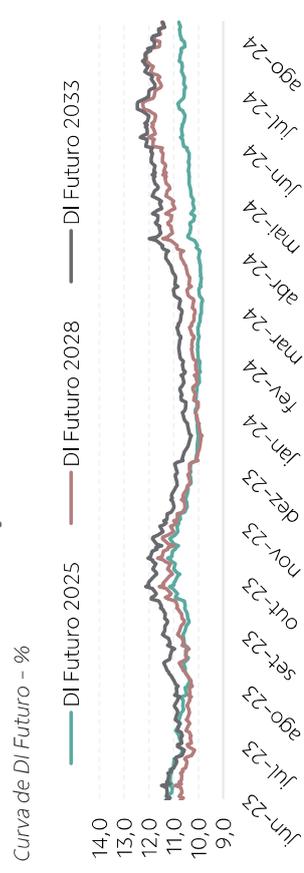
### Curva de juros nominais



### Taxa Selic



### Juros nominais - evolução



Fonte: Bloomberg, BB-BI.

BB Investimentos

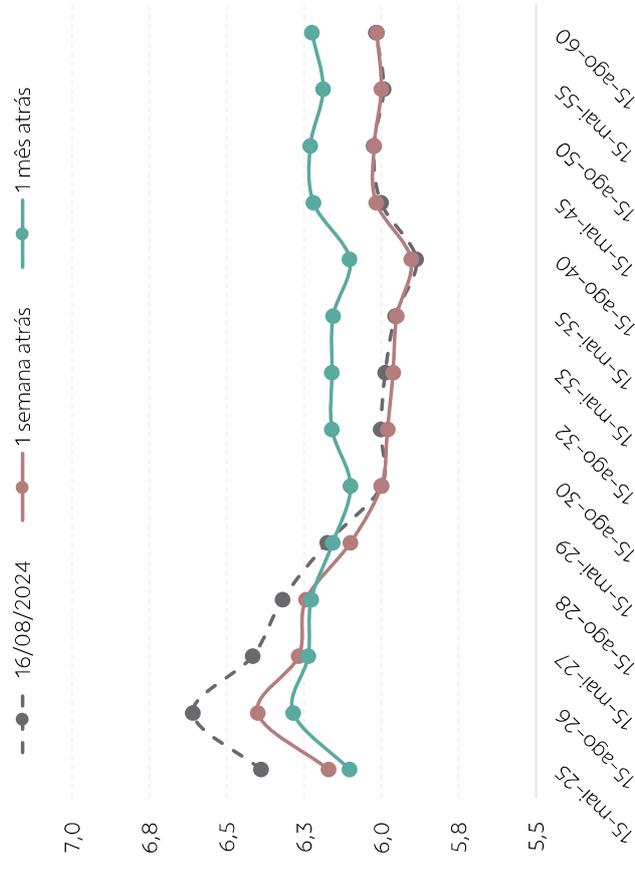
## Brasil: curva de juros reais

Dados do mercado externo corroboraram com o forte fechamento da curva de juros reais nos vencimentos mais longos, na comparação com o mês anterior, mas o movimento de abertura da curva nominal na última sexta-feira (16) se refletiu em elevação dos prêmios nos vértices de curto prazo.



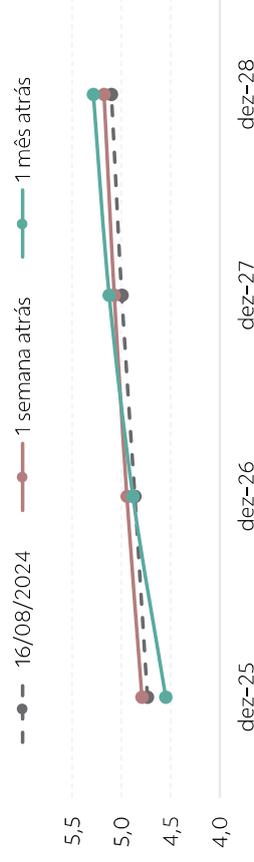
### Curva de juros reais

Curva de Tesouro IPCA+ (NTN-B) - %



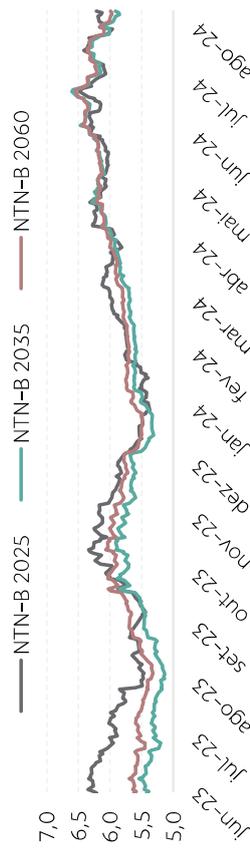
### Inflação implícita – Curva Pré vs NTN-B

%



### Juros reais - evolução

Curva de Tesouro IPCA+ (NTN-B) - %



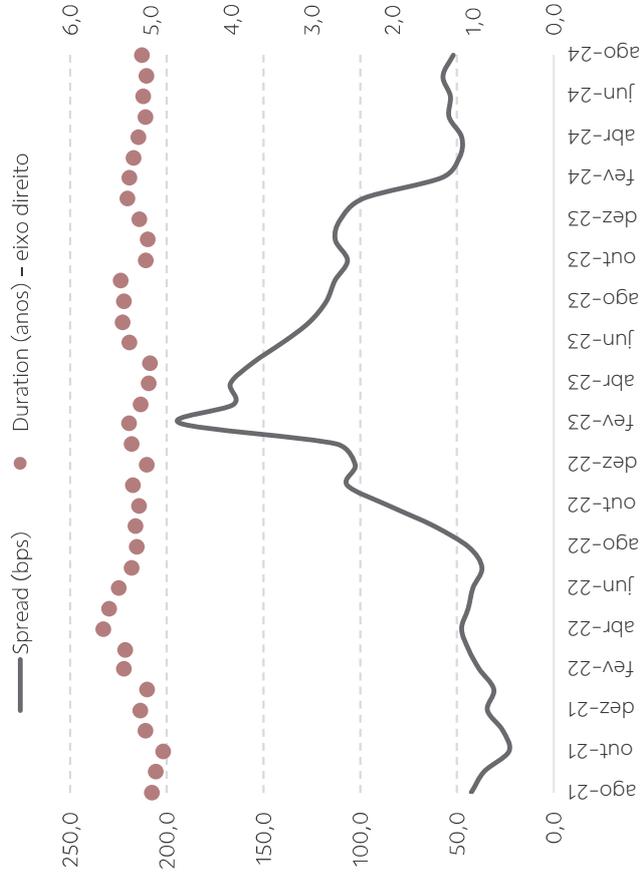
Fonte: Broadcast, Bloomberg, BB-BI.

## Evolução dos spreads de crédito

O viés de estabilidade dos spreads segue predominante, com uma oscilação negativa mais relevante para as debêntures indexadas ao CDI desde junho, período em que o aumento da *duration* média desses papéis parece ter iniciado uma trajetória ascendente.

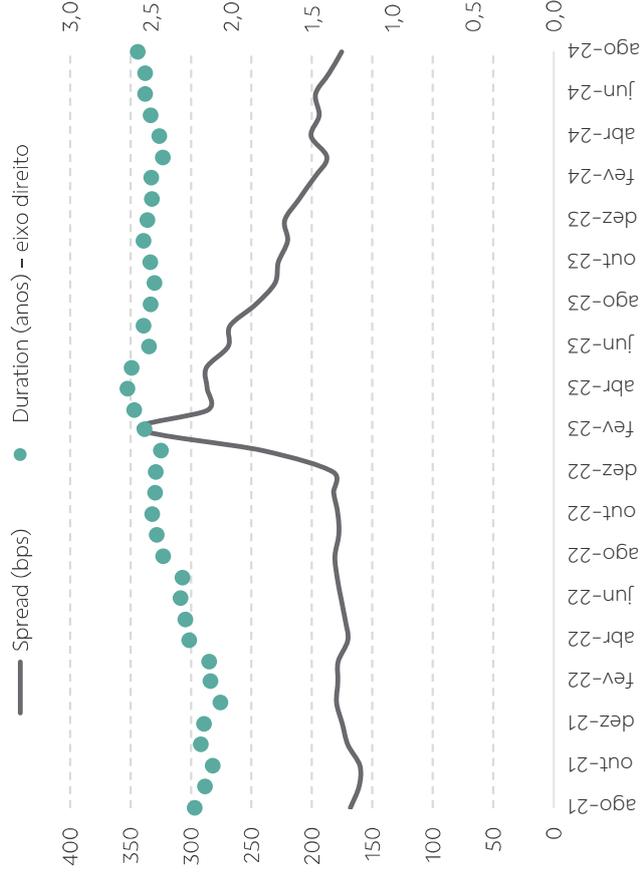
### Debêntures em IPCA+

Bps / Tesouro IPCA (NTN-B)



### Debêntures indexadas ao CDI+

Bps



Fonte: IDEX-JGP, BB-BI.

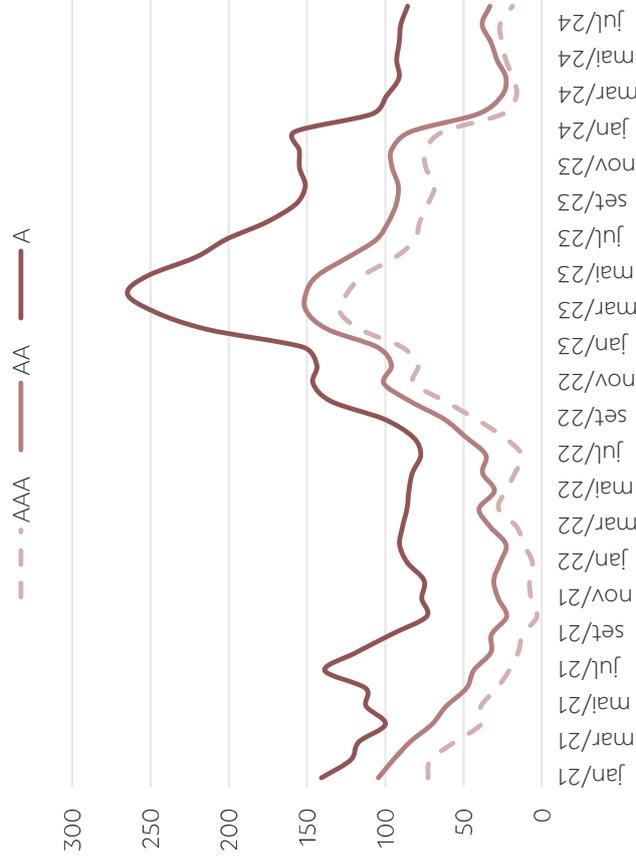


## Evolução dos spreads de crédito – por rating

O spread médio dos papéis com melhores ratings seguem em trajetória de estabilidade com leve declínio, em patamares próximos, especialmente os de debêntures indexadas ao IPCA. Já os prêmios exigidos para títulos com rating A permanecem descolados em magnitude relevante.

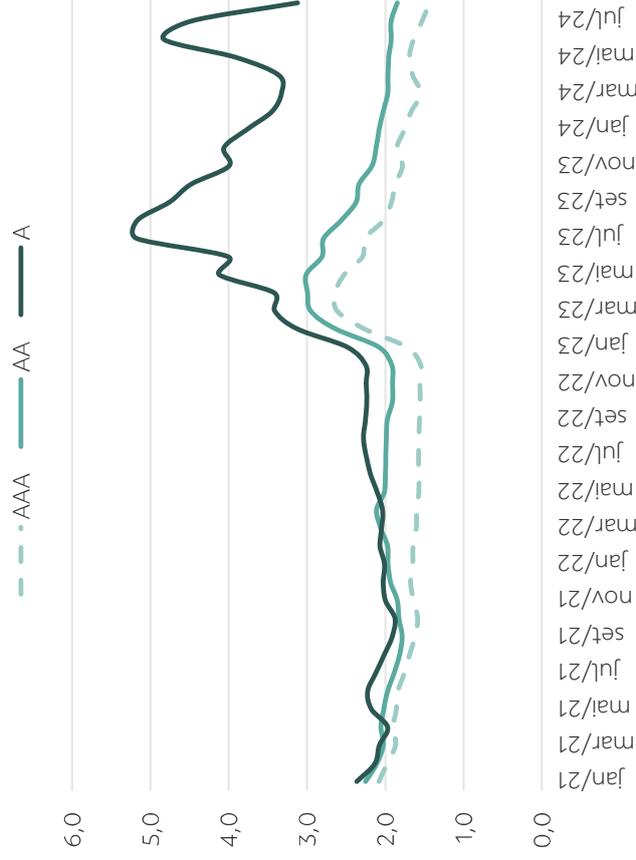
### Debêntures em IPCA+\*

Bps / Tesouro IPCA (NTN-B)



### Debêntures indexadas ao CDI+\*

Spread % sobre o CDI



\* Amostra das debêntures que compõem o IDEX e possuem atribuição de rating. | Fonte: IDEX-JGP, BB-BI.



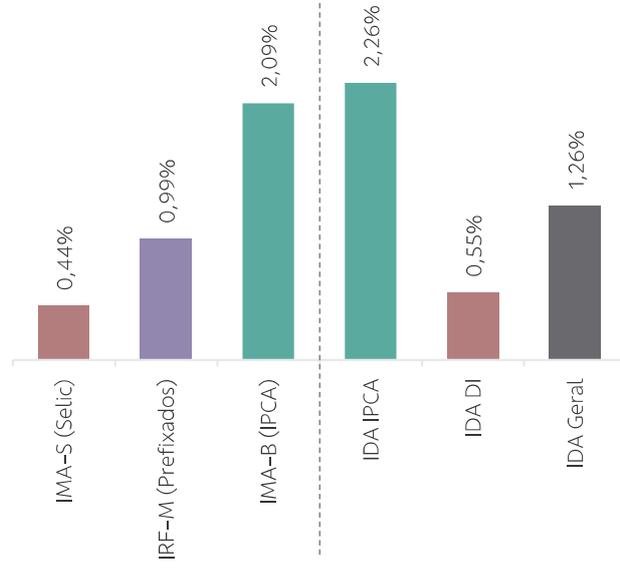
# Índices de Debêntures da Anbima - IDA

A valorização dos índices atrelados à inflação é o destaque do mês de agosto até o momento, em linha com o fechamento da curva de juros reais.



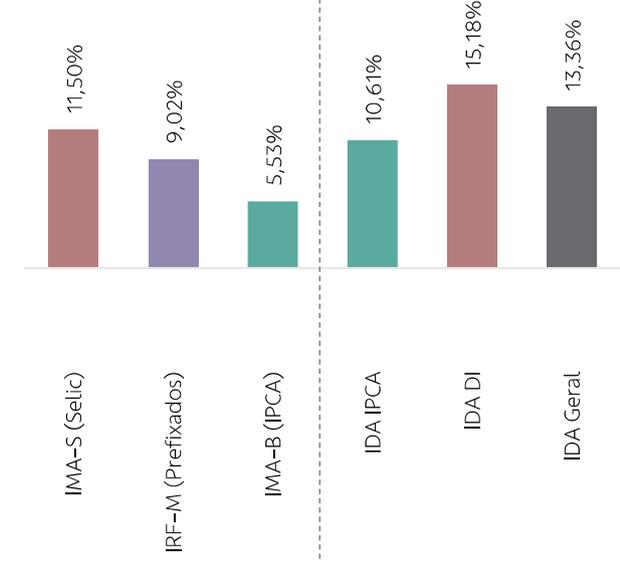
## Desempenho em Agosto

Retorno acumulado entre 31/07/2024 a 15/08/2024



## Desempenho nos últimos 12 meses

Retorno acumulado entre 16/08/2023 a 15/08/2024



## Evolução de desempenho

— Ainda que permaneçam incertezas fiscais relevantes no mercado doméstico, dados e movimentos da curva de juros nos EUA se refletiram no forte fechamento da curva de juros reais no Brasil, o que favoreceu o desempenho dos índices atrelados ao IPCA, com o índice de Debêntures da Anbima (IDA-IPCA) superando o IMA-B em 17 bps na última quinzena. O IDA-DI, carteira de menor *duration*, apresentou o menor retorno entre os índices de debêntures no mês de agosto até o momento, mas segue como o melhor desempenho acumulado dos últimos 12 meses.

— Dado que o viés de estabilidade dos spreads de crédito segue predominante, o desempenho dos índices que espelham carteiras de crédito privado tende a arrefecer à medida que os efeitos do fechamento expressivo dos prêmios de crédito, que ocorreu no início do ano, vai ficando pra trás.

— Neste contexto, e considerando o receio com a possível escalada da inflação doméstica e um cenário externo mais benigno para o início de corte de juros nos EUA, seguimos com visão positiva para alocação em crédito privado com vencimentos intermediários, considerando a melhor relação risco versus retorno entre os emissores e diversificando entre títulos atrelados ao IPCA e CDI pós fixados.

Fonte: Bloomberg, Anbima, BB-BI

Indexado ao IPCA

Indexado ao CDI / Selic

Prefixado

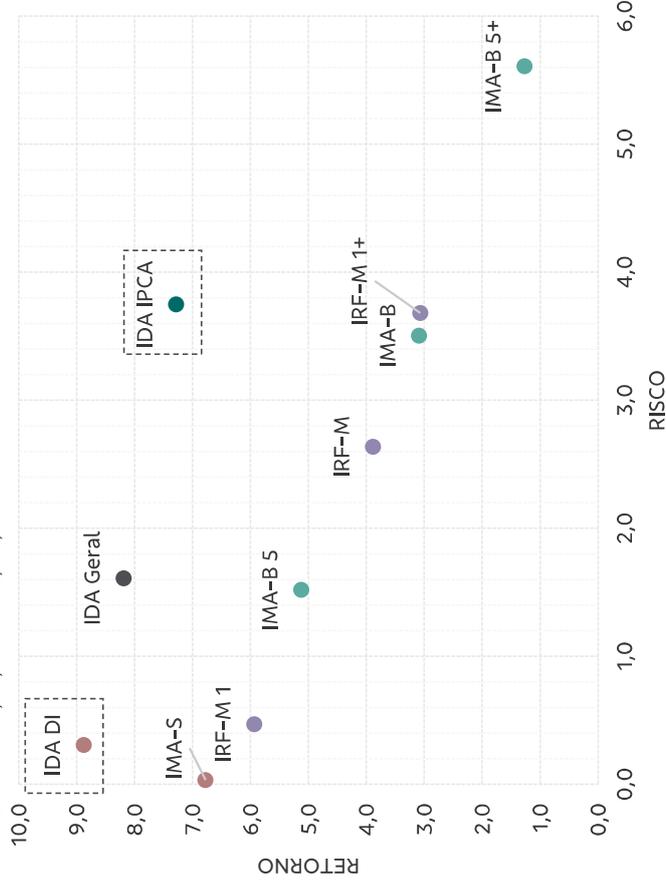
## Desempenho dos indicadores de renda fixa

No acumulado do ano e dos últimos 12 meses, o IDA-DI permanece se destacando entre os demais índices de renda fixa numa análise de retorno vs. risco.



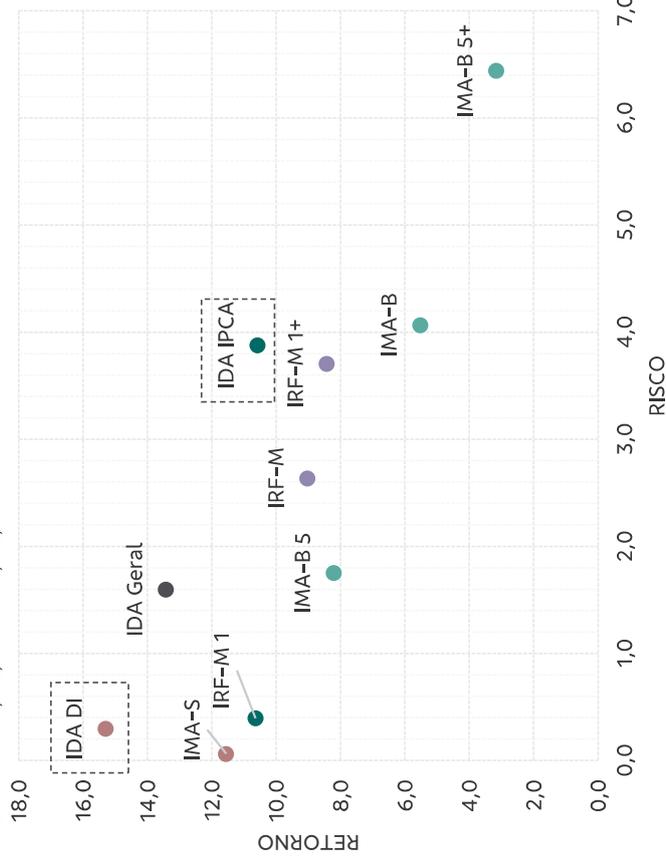
### Retorno vs. Risco – acumulado no ano

Período entre 02/01/2024 e 15/08/2024 - %



### Retorno vs. Risco – acumulado em 12 meses

Período entre 16/08/2023 e 15/08/2024 - %



Fonte: Economática, BB-BI.



BB Investimentos

# Mercado secundário: volume de negociação

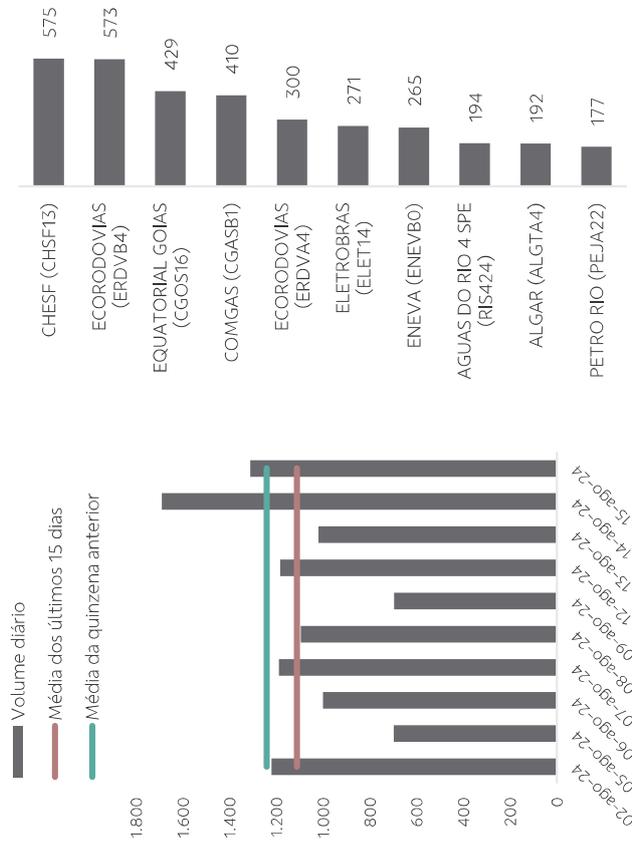
Tanto as debêntures incentivadas quanto as não incentivadas apresentaram volumes médios diários de negociação abaixo da média da quinzena anterior



## Debêntures incentivadas

R\$ milhões

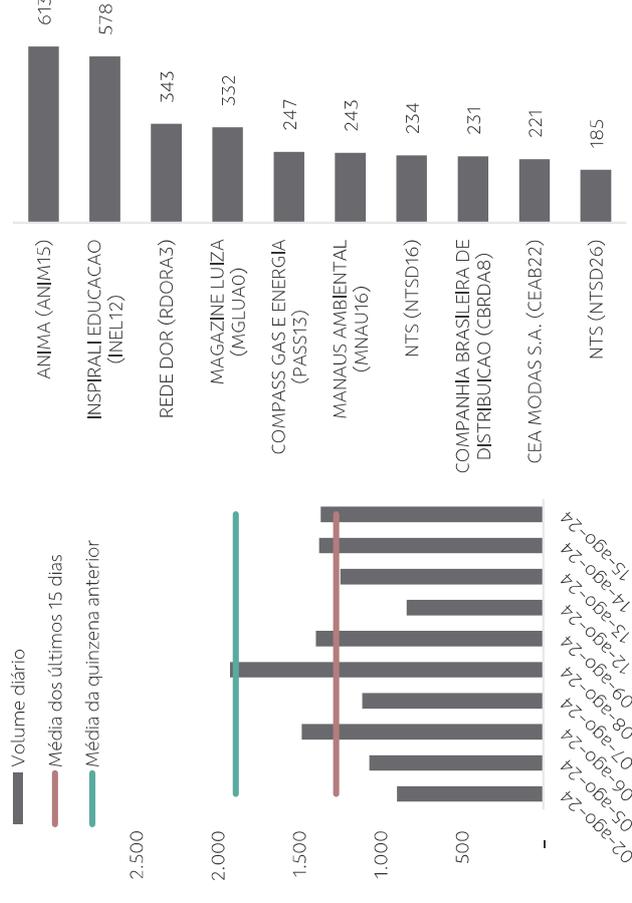
Ativos mais negociados



## Debêntures não incentivadas

R\$ milhões

Ativos mais negociados



Fonte: B3, BB-BI.

BB Investimentos

## Mercado secundário: volume de negociação

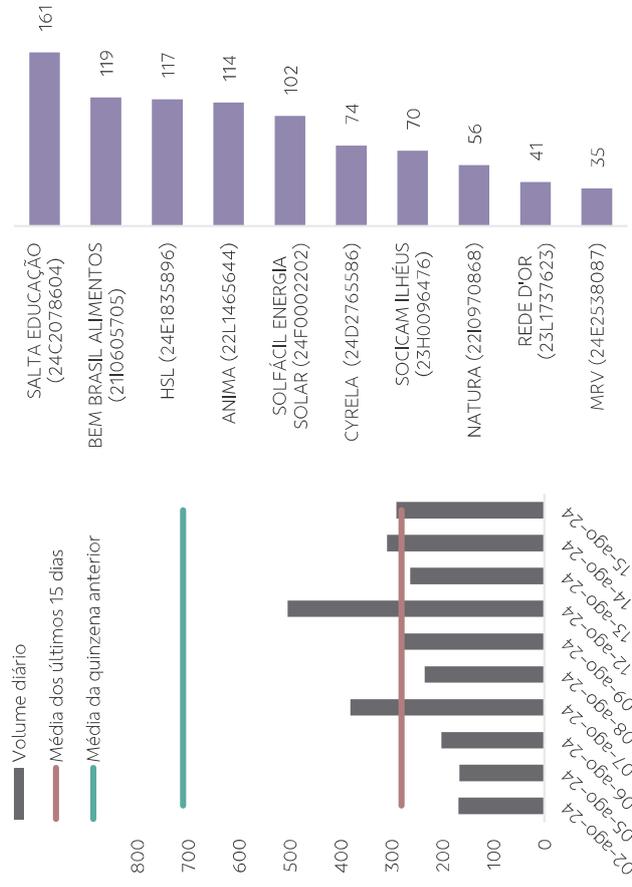
Na última quinzena, os CRIs apresentaram volume médio de negociação bem abaixo da quinzena anterior. Em relação aos CRAs, destaque para a negociação do ativo da São Martinho, com volume bem mais expressivo do que os demais.



### CRI

R\$ milhões

Ativos mais negociados



### CRA

R\$ milhões

Ativos mais negociados



Fonte: B3, BB-BI.

BB Investimentos

## Mercado primário: novas emissões

Seleção de novas ofertas (Debêntures, CRAs e CRIs) em andamento e operações encerradas recentemente.



Data de emissão	Tipo	Emissor / Devedor	Séries	Volume R\$ milhões	Incentivada Lei 12.431 (anos)	Prazo (anos)	Taxa de emissão	Investidor	Rating de emissão	Data final da reserva	Prospecto / Comunicado de encerramento
15/08/2024	CRI	Plano & Plano	1ª série	300,0	-	5	CDI + 0,80% a.a.	Qualificado	brAA+ (S&P)	19/08/2024	<a href="#">Clique aqui</a>
			2ª série			5	Maior entre, NTN B 28 + 0,80% a.a. ou IPCA + 7,00% a.a.				
			3ª série			5	Maior entre, Pré (DIF28) + 0,60% a.a. ou 12,00% a.a.				
15/08/2024	CRA	SLC Máquinas Ltda.	1ª série	600,0	-	7	Maior entre DI Jan/29 + 1,15% a.a. ou 12,72% a.a.	Qualificado	-	26/08/2024	<a href="#">Clique aqui</a>
			2ª série			7	CDI + 1,20%				
			3ª série			7	Maior entre NTN-B30 + 1,15% a.a. ou IPCA + 7,31% a.a.				
15/08/2024	CRA	Sorocaba Refrescos	1ª série	285,0	-	7	Maior entre, Pré Jul/29 + 1,00% a.a. ou 12,85% a.a.	Qualificado	AA- (Moody's)	25/08/2024	<a href="#">Clique aqui</a>
			2ª série			10	Maior entre, NTN B 2033 + 1,10% a.a. ou IPCA + 7,35% a.a.				
25/07/2024	Debênture	Itaúsa	Única	1.300	Não	10	CDI + 0,88% a.a.	Profissional	-	-	<a href="#">Clique aqui</a>

Fonte: CVM, BB-BI

## Vencimentos

Vencimentos previstos para as próximas semanas.

Código do Ativo	Data de Emissão	Data de Vencimento	Tipo	Emissor / Devedor	Volume em Estoque (R\$)	Incentivada Lei 12.431	Indexador
VAMO12	20/08/2019	20/08/2024	Debênture	VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	202.084.610	Não	DI +
COGN17	20/08/2021	20/08/2024	Debênture	COGNA EDUCACAO	-	Não	DI +
PCHS16	08/12/2023	22/08/2024	Debênture	TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS	395.506	Não	DI +
MEZ611	23/08/2021	23/08/2024	Debênture	MEZ 6 ENERGIA	34.248.482	Não	DI +
ASER11	24/08/2022	24/08/2024	Debênture	AGUAS DO SERTAO	126.772.193	Não	DI +
BRKS12	25/08/2022	25/08/2024	Debênture	BRK - NE/N/CO	225.745.864	Não	DI +
NATU00	26/08/2019	26/08/2024	Debênture	NATURA COSMETICOS	-	Não	DI +
NATUB0	26/08/2019	26/08/2024	Debênture	NATURA COSMETICOS	-	Não	DI +
NATUA0	26/08/2019	26/08/2024	Debênture	NATURA COSMETICOS	-	Não	DI +
NATUC0	26/08/2019	26/08/2024	Debênture	NATURA COSMETICOS	-	Não	DI +
HSPE13	28/08/2017	28/08/2024	Debênture	HOSPITAL ESPERANCA	131.407.000	Não	% do CDI
IVPR15	11/04/2019	31/08/2024	Debênture	INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES EM INFRA-ESTRUTURA - INVEPAR	493.060.821	Não	IPCA +

Fonte: Anbima, Debentures.com.br e BB-BI.



## Notícias e relatórios em destaque

Principais notícias relacionadas ao mercado de renda fixa e crédito privado da última quinzena. Compartilhamos também os últimos relatórios publicados pela equipe de *research* do BB-BI.



### Renda fixa e crédito privado: notícias em destaque

**Captações de empresas com debêntures alcançam maior volume da história em julho. [Valor]**

*"No mês passado, foram levantados R\$ 50,1 bilhões — quase 300% mais que em igual mês de 2023, segundo a Anbima" (14/08/2024)*

**Indexador entra no cálculo de incentivo fiscal das novas debêntures de infraestrutura, segundo a Receita. [Valor]**

*"Incentivo fiscal vai para as empresas emissoras, não para o investidor, como acontece nas debêntures incentivadas" (14/08/2024)*

**Volume captado por empresas de telecom com debêntures chega a R\$ 3 bi desde junho. [Valor]**

*"No período, cinco empresas fizeram seis ofertas" (14/08/2024)*

**Vencimento de NTN-B injeta R\$ 260 bi. [Valor]**

*"Parte significativa desse fluxo deve ser reinvestida nos próprios títulos do Tesouro, seja pela pessoa física, por fundos ativos ou pela indústria de indexados" (05/08/2024)*

### Acesse o [Investalk](#) e confira todos os relatórios

**[Banrisul 2T24: menos impactado do que o esperado; positivo.](#)**

**[Setorial Papel e Celulose – Agosto 2024](#)**

**[Crédito Privado: Análise de emissores \(Copel\)](#)**

**[Sabesp: resultado 2T24 e revisão de preço](#)**

**[Rumo 2T24: Momento favorável](#)**

**[Banco BMG 2T24: Positivo, apesar de alguns itens mornos.](#)**

Fontes: Valor Econômico, BB-BI.



BB Investimentos

# Glossário

Principais termos aplicados no relatório



**ANBIMA:** Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

**CDI (Certificado de Depósito Interbancário):** taxa de juros que serve como referência para diversas operações financeiras no mercado interbancário

**CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio):** título de renda fixa lastreado em recebíveis do agronegócio

**CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários):** título de renda fixa lastreado em recebíveis do setor imobiliário

**IDA-Geral:** Índice de Debêntures da Anbima composto por debêntures da amostra geral da Anbima

**IDA-DI:** Índice de Debêntures da Anbima composto por debêntures com indexação Percentual do DI e DI+Spread

**IDA-IPCA:** Índice de Debêntures da Anbima composto por debêntures com indexação IPCA+Spread

**IMA-S:** Índice de Mercado Anbima formado por títulos pós-fixados atrelados à taxa básica de juros (Selic), que são as LFTs (Letras Financeira do Tesouro ou Tesouro Selic)

**IMA-B:** Índice de Mercado Anbima formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais)

**IRF-M:** Índice de Mercado Anbima formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais)

**Spread de crédito:** prêmio de risco associado à diferença entre as taxas das emissões corporativas em relação à taxa livre de risco

Fontes: Anbima (conforme publicado na metodologia IMA), BB-BI.



BB Investimentos

# Disclaimer

Informações relevantes.



Este é um relatório público e foi produzido pelo BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI"). As informações e opiniões aqui contidas foram consolidadas ou elaboradas com base em informações obtidas de fontes, a princípio, fidedignas e de boa-fé. Embora tenham sido tomadas todas as medidas razoáveis para assegurar que as informações aqui contidas não sejam incertas ou equivocadas, no momento de sua publicação, o BB-BI não garante que tais dados sejam totalmente isentos de distorções e não se compromete com a veracidade dessas informações. Todas as opiniões, estimativas e projeções contidas neste documento referem-se à data presente e derivam do julgamento de nossos analistas de valores mobiliários ("analistas"), podendo ser alteradas a qualquer momento sem aviso prévio, em função de mudanças que possam afetar as projeções da empresa, não implicando necessariamente na obrigação de qualquer comunicação no sentido de atualização ou revisão com respeito a tal mudança. Os analistas podem interagir com outras áreas do Banco do Brasil S.A. ("Grupo") com a finalidade de somente colherem informações abrangentes de mercado que contribuam para que a área de análise de valores mobiliários, a quem compete exclusivamente a atribuição de seleção dos valores mobiliários para análise, eleja o rol seu de ativos de cobertura. Quaisquer divergências de dados neste relatório podem ser resultado de diferentes formas de apresentação, cálculo e/ou ajustes, como também podem trazer divergência ou contrariedade às opiniões expressas por outras áreas do Grupo.

Este material tem por finalidade apenas informar e servir como instrumento que auxilie a tomada de decisão de investimento. Não é, e não deve ser interpretado como material promocional, recomendação, oferta ou solicitação de oferta para comprar ou vender quaisquer títulos e valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros. É recomendada a leitura dos prospectos, regulamentos, editais e demais documentos descritivos dos ativos antes de investir, com especial atenção ao detalhamento do risco do investimento. Investimentos nos mercados financeiros e de capitais estão sujeitos a riscos de perda superior ao capital investido. Os investidores não devem considerar este relatório como único critério de decisão de alocação, não devendo ser compreendido como o único parâmetro para o exercício do seu julgamento, uma vez que as estratégias e instrumentos abordados podem não ser adequados e elegíveis para determinadas categorias de investidores. Antecedendo a qualquer deliberação, os investidores devem avaliar minuciosamente a aderência dos valores mobiliários aos seus objetivos de investimento e níveis de tolerância de risco ("Suitability"). A rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura. O BB-BI não garante o lucro e não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas nesse material. É vedada a reprodução, distribuição ou publicação deste material, integral ou parcialmente, para qualquer finalidade.

Nos termos do artigo 22 da Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021, o BB-BI declara a todos que utilizam seus relatórios de análise, que identifica as seguintes situações com potencial de afetar a imparcialidade dos relatórios ou de configurar conflito de interesses:

1 – A instituição pode ser remunerada por serviços prestados ou possuir relações comerciais com a(s) empresa(s) analisada(s) neste relatório ou com pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos, que atue representando o mesmo interesse dessa(s) empresa(s); o Grupo pode ser remunerado por serviços prestados ou possuir relações comerciais com a(s) empresa(s) analisada(s) neste relatório, ou com pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos, que atue representando o mesmo interesse dessa(s) empresa(s).

2 – A instituição pode possuir participação acionária direta ou indireta, igual ou superior a 1% do capital social da(s) empresa(s) analisada(s), e poderá adquirir, alienar ou intermediar valores mobiliários da(s) empresa(s) no mercado; o Grupo pode possuir participação acionária direta ou indireta, igual ou superior a 1% do capital social da(s) empresa(s) analisada(s), e poderá adquirir, alienar e intermediar valores mobiliários da(s) empresa(s) no mercado.

3 – O Banco do Brasil S.A. detém indiretamente 5% ou mais, por meio de suas subsidiárias, de participação acionária no capital da Cielo S.A., companhia brasileira listada na bolsa de valores e que pode deter, direta ou indiretamente, participações societárias em outras companhias cobertas pelo BB-BI.

# Disclaimer

Informações relevantes: analistas de valores mobiliários.



## Declarações dos Analistas

O(s) analista(s) envolvido(s) na elaboração deste relatório declara(m) que:

- As recomendações contidas neste relatório refletem exclusivamente suas opiniões pessoais sobre a companhia e seus valores mobiliários e foram elaboradas de forma independente e autônoma, inclusive em relação ao BB-Banco de Investimento S.A e demais empresas do Grupo.
- Sua remuneração é integralmente vinculada às políticas salariais do Banco do Brasil S.A. e não recebem remuneração adicional por serviços prestados para a(s) companhia(s) emissora(s) objeto do relatório de análise ou pessoas a ela(s) ligadas.

O(s) analista(s) declara(m), ainda, em relação à(s) companhia(s) emissora(s) dos valores mobiliários analisada(s) neste relatório:

Analistas	Itens			
	1	2	3	4
Viviane Silva	-	-	-	-
Melina Constantino	X	-	-	-
Fernando Cunha Filho	X	-	-	-

1 – O(s) analista(s), seus cônjuges ou companheiros, detêm, direta ou indiretamente, em nome próprio ou de terceiros, ações e/ou outros valores mobiliários de emissão da(s) companhia(s) emissora(s) dos valores mobiliários analisada(s) neste relatório.

2 – O(s) analista(s), seus cônjuges ou companheiros, possuem, direta ou indiretamente, qualquer interesse financeiro em relação à(s) companhia(s) emissora(s) dos valores mobiliários analisada(s) neste relatório.

3 – O(s) analista(s) tem vínculo com pessoa natural que trabalha para a(s) companhia(s) emissora(s) dos valores mobiliários analisada(s) neste relatório.

4 – O(s) analista(s), seus cônjuges ou companheiros, estão, direta ou indiretamente envolvidos na aquisição, alienação ou intermediação de valores mobiliários da(s) companhia(s) emissora(s) dos valores mobiliários analisada(s) neste relatório.

**RATING:** “RATING” é uma opinião sobre os fundamentos econômico-financeiros e diversos riscos a que uma empresa, instituição financeira ou captação de recursos de terceiros, possa estar sujeita dentro de um contexto específico, que pode ser modificada conforme estes riscos se alterem. “O investidor não deve considerar em hipótese alguma o “RATING” como recomendação de Investimento.

# Disclaimer

Mercado de Capitais | Equipe de Research



## Diretor Presidente BB-BI

Geraldo Morete Júnior  
[analises@bb.com.br](mailto:analises@bb.com.br)

## Diretor Executivo BB-BI

Klevânio Dias  
[analises@bb.com.br](mailto:analises@bb.com.br)

## Gerentes da Equipe de Pesquisa

Victor Penna  
[victor.penna@bb.com.br](mailto:victor.penna@bb.com.br)  
Wesley Bernabé, CFA  
[wesley.bernabe@bb.com.br](mailto:wesley.bernabe@bb.com.br)

## Renda Variável

**Agronegócios, Alimentos e Bebidas**  
Georgina Jorge  
[georgiadaj@bb.com.br](mailto:georgiadaj@bb.com.br)

## Bancos

Rafael Reis  
[rafaelreis@bb.com.br](mailto:rafaelreis@bb.com.br)

## Imobiliário

Felipe Mesquita  
[felipemesquita@bb.com.br](mailto:felipemesquita@bb.com.br)

## Óleo e Gás

Daniel Cobucci  
[cobucci@bb.com.br](mailto:cobucci@bb.com.br)

## Serviços Financeiros e Saúde

William Bertan  
[williambertan@bb.com.br](mailto:williambertan@bb.com.br)

**Sid. e Min, Papel e Celulose**  
Mary Silva  
[mary.silva@bb.com.br](mailto:mary.silva@bb.com.br)

## Transporte e Logística

Luan Calimério, CFA  
[luan.calimerio@bb.com.br](mailto:luan.calimerio@bb.com.br)

## Utilities

Rafael Dias  
[rafaeldias@bb.com.br](mailto:rafaeldias@bb.com.br)

## Varejo e Shoppings

Andréa Aznar  
[andrea.aznar@bb.com.br](mailto:andrea.aznar@bb.com.br)

## Renda Fixa

Viviane Silva  
[viviane.silva@bb.com.br](mailto:viviane.silva@bb.com.br)  
Melina Constantino  
[mconstantino@bb.com.br](mailto:mconstantino@bb.com.br)  
Fernando Cunha Filho  
[fernandocunha@bb.com.br](mailto:fernandocunha@bb.com.br)

## Fundos Imobiliários

André Oliveira  
[andre.oliveira@bb.com.br](mailto:andre.oliveira@bb.com.br)

---

# Minutes of the Federal Open Market Committee

July 30–31, 2024

A joint meeting of the Federal Open Market Committee and the Board of Governors of the Federal Reserve System was held in the offices of the Board of Governors on Tuesday, July 30, 2024, at 10:00 a.m. and continued on Wednesday, July 31, 2024, at 9:00 a.m.<sup>1</sup>

## Developments in Financial Markets and Open Market Operations

The manager turned first to a review of developments in financial markets. Financial conditions eased modestly over the intermeeting period, reflecting lower long-term interest rates and higher equity prices. The manager noted that current financial conditions appeared to be providing neither a headwind nor tailwind to growth.

Nominal Treasury yields declined over the period, with shorter-term yields having decreased by more than longer-term yields, leading to a steepening of the yield curve. Treasury yields remained sensitive to surprises in economic data, particularly consumer price index releases and employment reports. While near-term inflation compensation fell over the intermeeting period, longer-term forward measures were little changed. Measures of inflation expectations obtained from term structure models were modestly lower. The policy rate path derived from futures prices and the modal path derived from options prices both declined over the intermeeting period and had come into closer alignment with the median of the modal responses from the Open Market Desk's Survey of Primary Dealers and Survey of Market Participants. Policy expectations, however measured, pointed to a first rate cut at the September FOMC meeting, at least one more cut later in the year, and further policy easing next year.

In the equity markets, the high perceived likelihood of a September cut in the target range for the policy rate induced a notable appreciation in the stocks of firms with small and medium capitalization, which tend to be more sensitive to interest rates. Stocks of larger companies, especially those in the technology sector, underperformed. Second-quarter earnings reports received before the meeting had been slightly above analysts' expectations, although some companies noted a softening in consumer spending.

---

<sup>1</sup> The Federal Open Market Committee is referenced as the "FOMC" and the "Committee" in these minutes; the Board of Governors of the Federal Reserve System is referenced as the "Board" in these minutes.

Expectations for policy rates in most advanced foreign economies (AFEs) declined, as recent data generally pointed to continued progress on inflation. Although most AFE central banks had cut their policy rates or were expected to do so soon, the manager noted that market participants continued to expect the Bank of Japan to tighten policy this year. The sudden announcement of a French election contributed to some short-term market volatility early in the intermeeting period, including a widening between yields of French and German 10-year sovereign bonds and a widening in spreads for off-the-run U.S. Treasury securities, but the effects on U.S. Treasury markets were short lived.

The effective federal funds rate remained unchanged over the intermeeting period, but the manager noted that rates on repurchase agreements (repo) had edged higher, reflecting increased demand for financing Treasury securities as well as the expected effects of gradual balance sheet normalization. Use of the overnight reverse repo (ON RRP) facility declined slightly over the intermeeting period. The staff projected that ON RRP usage would decline more noticeably over the remainder of the year, particularly as issuance of Treasury bills increases. However, the manager noted that it was possible that idiosyncratic factors specific to some ON RRP participants might support ON RRP balances in the months ahead. Looking at a range of money market indicators, the manager concluded that reserves remained abundant but indicated that the staff would continue to closely monitor developments in money markets. Finally, the manager described a set of technical adjustments to the production of the Secured Overnight Financing Rate that the Federal Reserve Bank of New York had proposed in a recent public consultation.

By unanimous vote, the Committee ratified the Desk's domestic transactions over the intermeeting period. There were no intervention operations in foreign currencies for the System's account during the intermeeting period.

## Staff Review of the Economic Situation

The information available at the time of the meeting indicated that U.S. economic activity had advanced solidly so far this year, but at a markedly slower pace than in the second half of 2023. Labor market conditions continued to ease: Job gains moderated, and the unemployment rate moved up further but remained low. Consumer price inflation was well below its year-earlier pace but remained somewhat elevated.

Consumer price inflation—as measured by the 12-month change in the price index for personal consumption expenditures (PCE)—was about the same in June as it was at the start of the year, though the month-over-month changes in May and June were smaller than those seen earlier in the year. Total PCE price inflation was 2.5 percent in June, and core PCE price inflation—which excludes changes in energy prices and many consumer food prices—was 2.6 percent.

Recent data suggested that labor market conditions had eased further. Average monthly nonfarm payroll gains in the second quarter were smaller than the average pace seen in the first quarter and over the previous year. The unemployment rate moved up further in June to 4.1 percent; the labor force participation rate ticked up as well, and the employment-to-population ratio was unchanged. The unemployment rate for African Americans rose in June, while the rate for Hispanics declined slightly; both rates were above that for Whites. The ratio of job vacancies to unemployment remained at 1.2 in June, about the same as its pre-pandemic level. Measures of nominal wages continued to decelerate: Average hourly earnings for all employees rose 3.9 percent over the 12 months ending in June, down 0.8 percentage point relative to a year earlier, and the 12-month change in the employment cost index of hourly compensation of private industry workers was 3.9 percent in June, down 0.6 percentage point from its year-earlier pace.

According to the advance release, real gross domestic product (GDP) rose solidly in the second quarter after a modest gain in the first quarter. Over the first half of the year, GDP growth was noticeably slower than its average pace in 2023. However, real private domestic final purchases (PDFP)—which comprises PCE and private fixed investment and which often provides a better signal than GDP of underlying economic momentum—posted a solid second-quarter increase that was in line with its first-quarter pace and only moderately slower than its average rate of increase in 2023.

As in the first quarter, net exports subtracted from U.S. GDP growth in the second quarter. Growth in real exports of goods and services remained tepid overall, as gains in exports of capital goods and consumer goods were partly offset by declines in exports of foods and industrial supplies. By contrast, real imports continued to rise at a brisk pace, driven by further increases in imports of capital goods.

Foreign economic growth was estimated to have been subdued in the second quarter, held down by a sharp deceleration in economic activity in China amid ongoing property-sector woes. In Europe and Latin America, output likely expanded below its trend pace, as restrictive monetary policy continued to be a drag on activity.

Recent global inflation developments were mixed. In the AFEs, headline inflation edged down in the second quarter but generally remained above target levels. In emerging market economies, headline inflation rose a touch overall, reflecting, in part, run-ups in food prices in some countries. The Bank of Canada and the Swiss National Bank cut their policy rates further, in part citing easing inflation pressures. The People's Bank of China also lowered some key policy rates amid ongoing property-sector woes and weak consumer sentiment.

## Staff Review of the Financial Situation

The market-implied path for the federal funds rate moved down over the intermeeting period. Options on interest rate futures suggested that market participants were placing higher odds on a larger policy easing by early 2025 than they did just before the June meeting. Consistent with the downward shift in the implied policy path, nominal Treasury yields moved down, on net, with the most pronounced declines at shorter horizons driven largely by decreases in inflation compensation.

Broad stock price indexes rose slightly on net. Yield spreads on investment- and speculative-grade corporate bonds were little changed and remained at about the lowest decile of their respective historical distributions. The one-month option-implied volatility on the S&P 500 index rose moderately and was somewhat elevated by historical standards, suggesting that investors perceived some, but not outsized, risks to the economic outlook.

Market-based measures of the expected paths of policy rates and sovereign bond yields in most AFEs fell notably, largely in response to declines in U.S. rates. Following the surprise announcement of parliamentary elections in France, the spread between yields of French and German 10-year sovereign bonds widened to its highest level since 2012 but then partially retraced on the outcome of no clear parliamentary majority. The broad dollar index was little changed over the intermeeting period. On balance, moves in foreign risky asset prices were mixed and modest.

Overnight secured rates edged up over the intermeeting period, but conditions in U.S. short-term funding markets remained stable, with typical dynamics observed surrounding quarter-end. Average usage of the ON RRP facility declined slightly. Banks' total deposit levels increased modestly, as large time deposits displayed moderate inflows.

In domestic credit markets, borrowing costs remained elevated over the intermeeting period despite modest declines in some markets. Rates on 30-year conforming residential mortgages declined, on net, over the intermeeting period but stayed near recent high levels. Interest rates on new credit card offers increased slightly, while rates on new auto loans were little changed. Interest rates on small business loans remained elevated. Yields on an array of fixed-income securities—including commercial mortgage-backed securities (CMBS), investment- and speculative-grade corporate bonds, and residential mortgage-backed securities—moved lower to still-elevated levels relative to recent history. The declines were largely driven by decreases in Treasury yields.

Financing through capital markets and nonbank lenders was readily accessible for public corporations and large and middle-market private corporations, and credit availability for leveraged loan borrowers remained solid over the intermeeting period. For smaller firms, however, credit availability remained moderately tight. In the July Senior Loan Officer Opinion Survey on Bank Lending Practices (SLOOS),

banks reported modestly tighter standards and lending terms for commercial and industrial (C&I) loans, on net, while reported demand for C&I loans remained about unchanged. Meanwhile, C&I loan balances increased in the second quarter. Regarding commercial real estate (CRE) loans, banks in the July SLOOS reported tightening standards for all loan categories. Nonetheless, bank CRE loan balances increased over the second quarter, albeit at a diminished pace relative to the previous quarter.

Credit remained available for most consumers over the intermeeting period, though credit growth showed signs of moderating. Credit card balances slowed in June, and SLOOS respondents indicated that standards for credit cards tightened moderately in the second quarter. Although banks reported in the SLOOS that lending standards on auto loans were unchanged in the second quarter, growth in auto lending at both banks and nonbanks contracted further. In the residential mortgage market, access to credit was little changed overall and continued to depend on borrowers' credit risk attributes.

Credit quality remained solid for large and midsize firms, home mortgage borrowers, and municipalities but continued to deteriorate in other sectors. The credit quality of nonfinancial firms borrowing in the corporate bond and leveraged loan markets remained stable. Delinquency rates on loans to small businesses remained slightly above pre-pandemic levels. Credit quality in the CRE market deteriorated further, with the average delinquency rate for loans in CMBS and the share of nonperforming CRE loans at banks both rising further. Regarding household balance sheets, delinquency rates on most residential mortgages remained near pre-pandemic lows. Though consumer delinquency rates had increased, particularly among nonprime borrowers, the rise in delinquency rates for both credit cards and auto loans slowed in the second quarter.

The staff provided an update on its assessment of the stability of the U.S. financial system and, on balance, continued to characterize the system's financial vulnerabilities as notable. The staff judged that asset valuation pressures remained elevated, with estimates of risk premiums across key markets low compared with historical standards. House prices remained elevated relative to fundamentals. CRE prices continued to decline, especially in the multifamily and office sectors, and vacancy rates in these sectors continued to increase.

Vulnerabilities associated with business and household debt were characterized as moderate. Nonfinancial business leverage was high, but the ability of public firms to service their debt remained solid, in large part due to strong earnings. The fraction of private firms with low debt-servicing ability continued to move up and remained at high levels compared with the past decade. Household balance sheets remained strong overall, as aggregate home equity stayed quite high and delinquencies on mortgage loans remained low.

Leverage in the financial sector was characterized as notable. Regulatory capital ratios in the banking sector remained high. The fair value of bank assets, however, remained low. For the nonbank sector, leverage at hedge funds was at its highest recorded level based on data since 2013, partly due to the prevalence of the cash–futures basis trade. Leverage at life insurers was somewhat elevated, and their holdings of risky and illiquid securities continued to grow.

Funding risks were also characterized as notable. Assets in prime money market funds and other runnable cash-management vehicles remained near historical highs. Life insurers' greater reliance on nontraditional liabilities, coupled with their increasing holdings of risky corporate debt, suggested that adverse shocks to the industry could trigger substantial funding pressures at these firms.

## Staff Economic Outlook

The economic forecast prepared by the staff for the July meeting implied a lower rate of resource utilization over the projection period relative to the forecast prepared for the previous meeting. The staff's outlook for growth in the second half of 2024 had been marked down largely in response to weaker-than-expected labor market indicators. As a result, the output gap at the start of 2025 was somewhat narrower than had been previously projected, although still not fully closed. Over 2025 and 2026, real GDP growth was expected to rise about in line with potential, leaving the output gap roughly flat in those years. The unemployment rate was expected to edge up slightly over the remainder of 2024 and then to remain roughly unchanged in 2025 and 2026.

The staff's inflation forecast was slightly lower than the one prepared for the previous meeting, reflecting incoming data and the lower projected level of resource utilization. Both total and core PCE price inflation were expected to decline further as demand and supply in product and labor markets continued to move into better balance; by 2026, total and core inflation were expected to be around 2 percent.

The staff continued to view the uncertainty around the baseline projection as close to the average over the past 20 years. Risks to the inflation forecast were still seen as tilted to the upside, albeit to a smaller degree than at the time of the previous meeting. The risks around the forecast for real activity were viewed as skewed to the downside, both because more-persistent inflation could result in tighter financial conditions than in the baseline and because the recent softening in some indicators of labor market conditions might be pointing to a larger-than-anticipated slowdown in aggregate demand growth.

## Participants' Views on Current Conditions and the Economic Outlook

Participants observed that inflation had eased over the past year but remained elevated and that, in recent months, there had been some further progress toward the Committee's 2 percent inflation objective. Participants noted that the recent progress on disinflation was broad based across the major subcomponents of core inflation. Core goods prices were about flat from March through June after having risen during the first three months of the year. Price inflation in June for housing services showed a notable slowing, which participants had been anticipating for some time. In addition, core nonhousing services prices had decelerated in recent months. Some participants noted that the recent data corroborated reports from their business contacts that firms' pricing power was waning, as consumers appeared to be more sensitive to price increases. Various contacts had also reported that they had cut prices or were offering discounts to stay competitive, or that declines in input costs had helped reduce pressure on retail prices.

With regard to the outlook for inflation, participants judged that recent data had increased their confidence that inflation was moving sustainably toward 2 percent. Almost all participants observed that the factors that had contributed to recent disinflation would likely continue to put downward pressure on inflation in coming months. These factors included a continued waning of pricing power, moderating economic growth, and the runoff in excess household savings accumulated during the pandemic. Many participants noted that the moderation of growth in labor costs as labor market conditions rebalanced would continue to contribute to disinflation, particularly in core nonhousing services prices. Some participants noted that the lags in the time it takes for housing rental conditions for new tenants to show through to aggregate price data for housing services meant that the disinflationary trend in this component would likely continue. Participants also observed that longer-term inflation expectations had remained well anchored and viewed this anchoring as underpinning the disinflation process. A couple of participants noted that inflation pressures might persist for some time, as they assessed that the economy had considerable momentum, and that, even with some easing of the demand for labor, the labor market remained strong.

Participants assessed that supply and demand conditions in the labor market had continued to come into better balance. The unemployment rate had moved up but remained low, having risen 0.7 percentage point since its trough in April 2023 to 4.1 percent in June. The monthly pace of payroll job gains had moderated from the first quarter but had been solid in recent months. However, many participants noted that reported payroll gains might be overstated, and several assessed that payroll gains may be lower than those needed to keep the unemployment rate constant with a flat labor force participation rate. Participants observed that other indicators also pointed to easing in labor market conditions, including a lower hiring rate and a downtrend in job vacancies since the beginning of the

year. Participants noted that the rebalancing of labor market conditions over the past year was also aided by an expansion of the supply of workers, reflecting increases in the labor force participation rate among individuals aged 25 to 54 and a strong pace of immigration. Participants noted that, with continued rebalancing of labor market conditions, nominal wage growth had continued to moderate. Many participants cited reports from District contacts that supported the view that labor market conditions had been easing. In particular, contacts reported that they had been experiencing less difficulty in hiring and retaining workers and that they saw limited wage pressures. Participants generally assessed that, overall, conditions in the labor market had returned to about where they stood on the eve of the pandemic—strong but not overheated.

Regarding the outlook for the labor market, participants discussed various indicators of layoffs, including initial claims for unemployment benefits and measures of job separations. Some participants commented that these indicators had remained at levels consistent with a strong labor market. Participants agreed that these and other indicators of labor market conditions merited close monitoring. Several participants said that their District contacts reported that they were actively managing head counts through selective hiring and attrition.

Participants noted that real GDP growth was solid in the first half of the year, though slower than the robust pace seen in the second half of last year. PDPF growth, which usually gives a better signal than GDP growth of economic momentum, also moderated in the first half, but by less than GDP growth. PDPF expanded at a solid pace, supported by growth in consumer spending and business fixed investment. Participants viewed the moderation in the growth of economic activity to be largely in line with what they had anticipated.

Regarding the household sector, participants observed that consumer spending had slowed from last year's robust pace, consistent with restrictive monetary policy, easing of labor market conditions, and slowing income growth. They noted, however, that consumer spending had still grown at a solid pace in the first half of the year, supported by the still-strong labor market and aggregate household balance sheets. Some participants observed that lower- and moderate-income households were encountering increasing strains as they attempted to meet higher living costs after having largely run down savings accumulated during the pandemic. These participants noted that such strains were evident in indicators such as rising credit card delinquency rates and an increased share of households paying the minimum due on balances, and warranted continued close monitoring. Several participants cited reports that consumers, especially those in lower-income households, were shifting away from discretionary spending and switching to lower-cost food items and brands. A couple of participants remarked that spending by some higher-income households was likely being bolstered by wealth effects from equity and housing price appreciation. Participants noted that residential

investment was weak in the second quarter, likely reflecting the pickup in mortgage rates from earlier in the year.

Regarding the business sector, participants noted that conditions varied by firm size, sector, and region. A couple of participants noted that their District contacts had reported larger firms as having a generally stable outlook, while the outlook for smaller firms appeared more uncertain. A few participants said that their contacts reported that conditions in the manufacturing sector were somewhat weaker, while the professional and business services sector and technology-related sectors remained strong. A few participants noted that the agricultural sector continued to face strains stemming from low food commodity prices and high input costs.

Participants discussed the risks and uncertainties around the economic outlook. Upside risks to the inflation outlook were seen as having diminished, while downside risks to employment were seen as having increased. Participants saw risks to achieving the inflation and employment objectives as continuing to move into better balance, with a couple noting that they viewed these risks as more or less balanced. Some participants noted that as conditions in the labor market have eased, the risk had increased that continued easing could transition to a more serious deterioration. As sources of upside risks to inflation, some participants cited the potential for disruptions to supply chains and a further deterioration in geopolitical conditions. A few participants noted that an easing of financial conditions could boost economic activity and present an upside risk to economic growth and inflation.

In their discussion of financial stability, participants who commented noted vulnerabilities to the financial system that they assessed warranted monitoring. Some participants observed that the banking system was sound but noted risks associated with unrealized losses on securities, reliance on uninsured deposits, and interconnections with nonbank financial intermediaries. In their discussion of bank funding, several participants commented that, because the discount window is an important liquidity backstop, the Federal Reserve should continue to improve the window's operational efficiency and to communicate effectively about the window's value. Participants generally noted that some banks and nonbank financial institutions likely have vulnerabilities associated with high CRE exposures through loan portfolios and holdings of CMBS. Most of these participants remarked that risks related to CRE exposures depend importantly on the property type and the local market conditions of the properties involved. A couple of participants noted concerns about asset valuation pressures in other markets as well. Many participants commented on cyber risks that could impair the operation of financial institutions, financial infrastructure, and, potentially, the overall economy. Many participants remarked that because a few firms play a substantial role in the provision of information technology services to the financial sector and because of the highly interconnected nature of some firms in the financial industry itself, there was an increased risk that significant cyber disruptions at a small number of key firms could have widespread effects. Several participants noted that leverage in

the Treasury market remained a risk, that it would be important to monitor developments regarding Treasury market resilience amid the move to central clearing, or that it is valuable to communicate about the Federal Reserve's standing repo facility as a liquidity backstop. A couple of participants commented on the financial condition of low- and moderate-income households that have exhausted their savings and the importance of monitoring rising delinquency rates on credit cards and auto loans.

In their consideration of monetary policy at this meeting, participants observed that recent indicators suggested that economic activity had continued to expand at a solid pace, job gains had moderated, and the unemployment rate had moved up but remained low. While inflation remained somewhat above the Committee's longer-run goal of 2 percent, participants noted that inflation had eased over the past year and that recent incoming data indicated some further progress toward the Committee's objective. All participants supported maintaining the target range for the federal funds rate at 5¼ to 5½ percent, although several observed that the recent progress on inflation and increases in the unemployment rate had provided a plausible case for reducing the target range 25 basis points at this meeting or that they could have supported such a decision. Participants furthermore judged that it was appropriate to continue the process of reducing the Federal Reserve's securities holdings.

In discussing the outlook for monetary policy, participants noted that growth in economic activity had been solid, there had been some further progress on inflation, and conditions in the labor market had eased. Almost all participants remarked that while the incoming data regarding inflation were encouraging, additional information was needed to provide greater confidence that inflation was moving sustainably toward the Committee's 2 percent objective before it would be appropriate to lower the target range for the federal funds rate. Nevertheless, participants viewed the incoming data as enhancing their confidence that inflation was moving toward the Committee's objective. The vast majority observed that, if the data continued to come in about as expected, it would likely be appropriate to ease policy at the next meeting. Many participants commented that monetary policy continued to be restrictive, although they expressed a range of views about the degree of restrictiveness, and a few participants noted that ongoing disinflation, with no change in the nominal target range for the policy rate, by itself results in a tightening in monetary policy. Most participants remarked on the importance of communicating the Committee's data-dependent approach and emphasized, in particular, that monetary policy decisions are conditional on the evolution of the economy rather than being on a preset path or that those decisions depend on the totality of the incoming data rather than on any particular data point. Several participants stressed the need to monitor conditions in money markets and factors affecting the demand for reserves amid the ongoing reduction in the Federal Reserve's balance sheet.

In discussing risk-management considerations that could bear on the outlook for monetary policy, participants highlighted uncertainties affecting the outlook, such as those regarding the amount of restraint currently provided by monetary policy, the lags with which past and current restraint have affected and will affect economic activity, and the degree of normalization of the economy following disruptions associated with the pandemic. A majority of participants remarked that the risks to the employment goal had increased, and many participants noted that the risks to the inflation goal had decreased. Some participants noted the risk that a further gradual easing in labor market conditions could transition to a more serious deterioration. Many participants noted that reducing policy restraint too late or too little could risk unduly weakening economic activity or employment. A couple participants highlighted in particular the costs and challenges of addressing such a weakening once it is fully under way. Several participants remarked that reducing policy restraint too soon or too much could risk a resurgence in aggregate demand and a reversal of the progress on inflation. These participants pointed to risks related to potential shocks that could put upward pressure on inflation or the possibility that inflation could prove more persistent than currently expected.

## Committee Policy Actions

In their discussions of monetary policy for this meeting, members agreed that economic activity had continued to expand at a solid pace. Job gains had moderated, and the unemployment rate had moved up but remained low. Inflation eased over the past year but remained somewhat elevated. Members concurred that, in recent months, there had been some further progress toward the Committee's 2 percent inflation objective. Members judged that the risks to achieving the Committee's employment and inflation goals had continued to move into better balance. Members viewed the economic outlook as uncertain and agreed that they were attentive to the risks to both sides of the Committee's dual mandate.

In support of the Committee's goals to achieve maximum employment and inflation at the rate of 2 percent over the longer run, members agreed to maintain the target range for the federal funds rate at 5¼ to 5½ percent. **Members concurred that, in considering any adjustments to the target range for the federal funds rate, they would carefully assess incoming data, the evolving outlook, and the balance of risks. Members agreed that they did not expect that it would be appropriate to reduce the target range until they had gained greater confidence that inflation is moving sustainably toward 2 percent.** In addition, members agreed to continue to reduce the Federal Reserve's holdings of Treasury securities and agency debt and agency mortgage-backed securities. All members affirmed their strong commitment to returning inflation to the Committee's 2 percent objective.

Members agreed that, in assessing the appropriate stance of monetary policy, they would continue to monitor the implications of incoming information for the economic outlook. They would be prepared to

adjust the stance of monetary policy as appropriate if risks emerged that could impede the attainment of the Committee’s goals. Members also agreed that their assessments would take into account a wide range of information, including readings on labor market conditions, inflation pressures and inflation expectations, and financial and international developments.

Members agreed that to appropriately reflect developments since the previous meeting related to their maximum-employment objective, they should note in the statement that “job gains have moderated, and the unemployment rate has moved up but remains low.” Similarly, to appropriately reflect developments related to their price-stability objective, they agreed to note that “there has been some further progress toward the Committee’s 2 percent inflation objective.” Members also agreed to reflect the shifting balance of risks by stating that “the Committee judges that the risks to achieving its employment and inflation goals continue to move into better balance” and that “the Committee is attentive to the risks to both sides of its dual mandate.”

At the conclusion of the discussion, the Committee voted to direct the Federal Reserve Bank of New York, until instructed otherwise, to execute transactions in the System Open Market Account in accordance with the following domestic policy directive, for release at 2:00 p.m.:

“Effective August 1, 2024, the Federal Open Market Committee directs the Desk to:

- Undertake open market operations as necessary to maintain the federal funds rate in a target range of 5¼ to 5½ percent.
- Conduct standing overnight repurchase agreement operations with a minimum bid rate of 5.5 percent and with an aggregate operation limit of \$500 billion.
- Conduct standing overnight reverse repurchase agreement operations at an offering rate of 5.3 percent and with a per-counterparty limit of \$160 billion per day.
- Roll over at auction the amount of principal payments from the Federal Reserve’s holdings of Treasury securities maturing in each calendar month that exceeds a cap of \$25 billion per month. Redeem Treasury coupon securities up to this monthly cap and Treasury bills to the extent that coupon principal payments are less than the monthly cap.
- Reinvest the amount of principal payments from the Federal Reserve’s holdings of agency debt and agency mortgage-backed securities (MBS) received in each calendar month that exceeds a cap of \$35 billion per month into Treasury securities to roughly match the maturity composition of Treasury securities outstanding.
- Allow modest deviations from stated amounts for reinvestments, if needed for operational reasons.

- Engage in dollar roll and coupon swap transactions as necessary to facilitate settlement of the Federal Reserve’s agency MBS transactions.”

The vote also encompassed approval of the statement below for release at 2:00 p.m.:

“Recent indicators suggest that economic activity has continued to expand at a solid pace. Job gains have moderated, and the unemployment rate has moved up but remains low. Inflation has eased over the past year but remains somewhat elevated. In recent months, there has been some further progress toward the Committee’s 2 percent inflation objective.

The Committee seeks to achieve maximum employment and inflation at the rate of 2 percent over the longer run. **The Committee judges that the risks to achieving its employment and inflation goals continue to move into better balance. The economic outlook is uncertain, and the Committee is attentive to the risks to both sides of its dual mandate.**

In support of its goals, the Committee decided to maintain the target range for the federal funds rate at 5¼ to 5½ percent. **In considering any adjustments to the target range for the federal funds rate, the Committee will carefully assess incoming data, the evolving outlook, and the balance of risks. The Committee does not expect it will be appropriate to reduce the target range until it has gained greater confidence that inflation is moving sustainably toward 2 percent.** In addition, the Committee will continue reducing its holdings of Treasury securities and agency debt and agency mortgage-backed securities. The Committee is strongly committed to returning inflation to its 2 percent objective.

In assessing the appropriate stance of monetary policy, the Committee will continue to monitor the implications of incoming information for the economic outlook. The Committee would be prepared to adjust the stance of monetary policy as appropriate if risks emerge that could impede the attainment of the Committee’s goals. The Committee’s assessments will take into account a wide range of information, including readings on labor market conditions, inflation pressures and inflation expectations, and financial and international developments.”

**Voting for this action:** Jerome H. Powell, John C. Williams, Thomas I. Barkin, Michael S. Barr, Raphael W. Bostic, Michelle W. Bowman, Lisa D. Cook, Mary C. Daly, Austan D. Goolsbee, Philip N. Jefferson, Adriana D. Kugler, and Christopher J. Waller.

**Voting against this action:** None.

Austan D. Goolsbee voted as an alternate member at this meeting.

Consistent with the Committee’s decision to leave the target range for the federal funds rate unchanged, the Board of Governors of the Federal Reserve System voted unanimously to maintain the

interest rate paid on reserve balances at 5.4 percent, effective August 1, 2024. The Board of Governors of the Federal Reserve System voted unanimously to approve the establishment of the primary credit rate at the existing level of 5.5 percent, effective August 1, 2024.

It was agreed that the next meeting of the Committee would be held on Tuesday–Wednesday, September 17–18, 2024. The meeting adjourned at 10:10 a.m. on July 31, 2024.

## Notation Vote

By notation vote completed on July 2, 2024, the Committee unanimously approved the minutes of the Committee meeting held on June 11–12, 2024.

## Attendance

Jerome H. Powell, Chair  
John C. Williams, Vice Chair  
Thomas I. Barkin  
Michael S. Barr  
Raphael W. Bostic  
Michelle W. Bowman  
Lisa D. Cook  
Mary C. Daly  
Philip N. Jefferson  
Adriana D. Kugler  
Christopher J. Waller

Susan M. Collins, Austan D. Goolsbee, Alberto G. Musalem, Jeffrey R. Schmid, and Sushmita Shukla, Alternate Members of the Committee

Patrick Harker, Neel Kashkari, and Lorie K. Logan, Presidents of the Federal Reserve Banks of Philadelphia, Minneapolis, and Dallas, respectively

Mark Meder, Interim President of the Federal Reserve Bank of Cleveland

Joshua Gallin, Secretary  
Matthew M. Luecke, Deputy Secretary  
Brian J. Bonis, Assistant Secretary  
Michelle A. Smith, Assistant Secretary  
Mark E. Van Der Weide, General Counsel  
Richard Ostrander, Deputy General Counsel  
Trevor A. Reeve, Economist  
Stacey Tevlin, Economist  
Beth Anne Wilson, Economist

Edward S. Knotek II, David E. Lebow, and William Wascher, Associate Economists

Roberto Perli, Manager, System Open Market Account

Julie Ann Remache, Deputy Manager, System Open Market Account

Stephanie R. Aaronson, Senior Associate Director, Division of Research and Statistics, Board

Jose Acosta, Senior System Administrator II, Division of Information Technology, Board

Alyssa G. Anderson, Principal Economist, Division of Monetary Affairs, Board  
Alessandro Barbarino, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board  
David Bowman,<sup>2</sup> Senior Associate Director, Division of Monetary Affairs, Board  
Fang Cai, Assistant Director, Division of Financial Stability, Board  
Mark A. Carlson, Adviser, Division of Monetary Affairs, Board  
Stephanie E. Curcuru, Deputy Director, Division of International Finance, Board  
Rochelle M. Edge, Deputy Director, Division of Monetary Affairs, Board  
Jonas Fisher, Senior Vice President, Federal Reserve Bank of Chicago  
Glenn Follette, Associate Director, Division of Research and Statistics, Board  
Etienne Gagnon, Associate Director, Division of International Finance, Board  
Jenn Gallagher, Assistant to the Board, Division of Board Members, Board  
Carlos Garriga, Senior Vice President, Federal Reserve Bank of St. Louis  
Michael S. Gibson, Director, Division of Supervision and Regulation, Board  
David Glancy, Principal Economist, Division of Monetary Affairs, Board  
Joseph W. Gruber, Executive Vice President, Federal Reserve Bank of Kansas City  
Christopher J. Gust, Associate Director, Division of Monetary Affairs, Board  
Diana Hancock, Senior Associate Director, Division of Research and Statistics, Board  
Valerie S. Hinojosa, Section Chief, Division of Monetary Affairs, Board  
Colin J. Hottman, Principal Economist, Division of International Finance, Board  
Jane E. Ihrig, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board  
Mark J. Jensen, Vice President, Federal Reserve Bank of Atlanta  
Benjamin K. Johannsen, Assistant Director, Division of Monetary Affairs, Board  
Faten Khoury,<sup>2</sup> Senior Financial Institution Policy Analyst, Division of Reserve Bank Operations and Payment Systems, Board  
Michael T. Kiley, Deputy Director, Division of Financial Stability, Board  
Don H. Kim, Senior Adviser, Division of Monetary Affairs, Board  
Anna R. Kovner, Executive Vice President, Federal Reserve Bank of Richmond  
Andreas Lehnert, Director, Division of Financial Stability, Board  
Kurt F. Lewis, Special Adviser to the Chair, Division of Board Members, Board  
Laura Lipscomb, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board  
Rebecca D. McCaughrin,<sup>2</sup> Policy and Market Analysis Director, Federal Reserve Bank of New York

---

<sup>2</sup> Attended through the discussion of developments in financial markets and open market operations.

Benjamin W. McDonough,<sup>3</sup> Deputy Secretary and Ombudsman, Office of the Secretary, Board  
Yvette McKnight,<sup>4</sup> Senior Agenda Assistant, Office of Secretary, Board  
Andrew Meldrum, Assistant Director, Division of Monetary Affairs, Board  
Karel Mertens, Senior Vice President, Federal Reserve Bank of Dallas  
Thomas Mertens, Vice President, Federal Reserve Bank of San Francisco  
Ann E. Misback,<sup>5</sup> Secretary, Office of the Secretary, Board  
Norman J. Morin, Associate Director, Division of Research and Statistics, Board  
Michelle M. Neal, Head of Markets, Federal Reserve Bank of New York  
Alyssa O'Connor, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board  
Paolo A. Pesenti, Director of Monetary Policy Research, Federal Reserve Bank of New York  
Eugenio P. Pinto, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board  
Odelle Quisumbing,<sup>4</sup> Assistant to the Secretary, Office of the Secretary, Board  
Andrea Raffo, Senior Vice President, Federal Reserve Bank of Minneapolis  
Donald Keith Sill, Senior Vice President, Federal Reserve Bank of Philadelphia  
Arsenios Skaperdas, Senior Economist, Division of Monetary Affairs, Board  
Gustavo A. Suarez, Assistant Director, Division of Research and Statistics, Board  
Manjola Tase, Principal Economist, Division of Monetary Affairs, Board  
Thiago Teixeira Ferreira, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board  
Clara Vega, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board  
Jeffrey D. Walker,<sup>2</sup> Associate Director, Division of Reserve Bank Operations and Payment Systems,  
Board  
Randall A. Williams, Group Manager, Division of Monetary Affairs, Board  
Paul R. Wood, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board  
Egon Zakrajsek, Executive Vice President, Federal Reserve Bank of Boston  
Rebecca Zarutskie, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board

---

**Joshua Gallin**  
**Secretary**

---

<sup>3</sup> Attended Wednesday's session only.

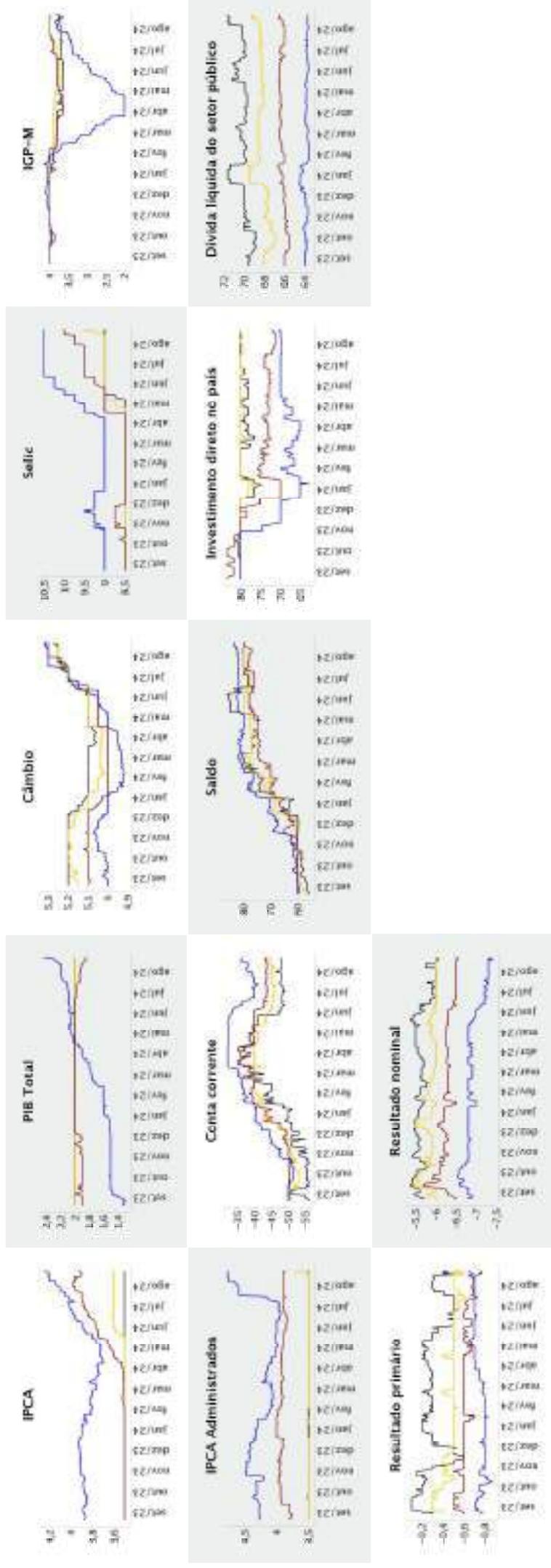
<sup>4</sup> Attended through the discussion of the economic and financial situation.

<sup>5</sup> Attended Tuesday's session only.

	2024			2025			2026			2027			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. 5 dias úteis	Resp. **	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	Resp. ***
<b>Mediana - Agregado</b>													
<b>IPCA (variação %)</b>	4,10	4,22	4,25	▲ (6)	154	4,27	101	3,60	3,60	3,60	▲ (12)	137	**
<b>PIB Total (variação % sobre ano anterior)</b>	2,19	2,23	2,43	▲ (2)	115	2,49	71	2,00	2,00	2,00	▲ (55)	84	**
<b>Câmbio (R\$/US\$)</b>	5,30	5,31	5,32	▲ (2)	126	5,31	78	5,25	5,25	5,25	▲ (4)	97	**
<b>Selic (% a.a)</b>	10,50	10,50	10,50	▬ (10)	151	10,50	86	9,00	9,00	9,50	▲ (1)	126	**
<b>IGP-M (variação %)</b>	3,52	3,75	3,77	▲ (17)	80	3,77	54	4,00	4,00	4,00	▬ (4)	60	**
<b>IPCA Administrados (variação %)</b>	4,59	4,77	4,76	▼ (1)	95	4,78	72	3,50	3,50	3,70	▲ (1)	61	**
<b>Conta corrente (US\$ bilhões)</b>	-39,45	-38,00	-36,30	▲ (1)	29	-38,50	19	-45,10	-44,90	-44,90	▬ (1)	20	**
<b>Balança comercial (US\$ bilhões)</b>	82,00	82,44	83,53	▲ (1)	28	83,60	17	80,00	80,00	80,00	▬ (5)	17	**
<b>Investimento direto no país (US\$ bilhões)</b>	69,59	70,00	70,25	▲ (3)	26	70,25	16	79,41	79,41	80,00	▲ (1)	20	**
<b>Dívida líquida do setor público (% do PIB)</b>	63,70	63,65	63,70	▲ (1)	30	63,60	16	68,38	68,63	69,30	▲ (3)	26	**
<b>Resultado primário (% do PIB)</b>	-0,70	-0,64	-0,65	▼ (1)	45	-0,65	25	-0,53	-0,50	-0,50	▬ (3)	34	**
<b>Resultado nominal (% do PIB)</b>	-7,30	-7,30	-7,35	▼ (1)	30	-7,35	18	-6,00	-6,00	-6,00	▬ (1)	26	**

\* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento \*\* respondentes nos últimos 30 dias \*\*\* respondentes nos últimos 5 dias úteis

— 2024 — 2025 — 2026 — 2027



## Expectativas de Mercado

23 de agosto de 2024

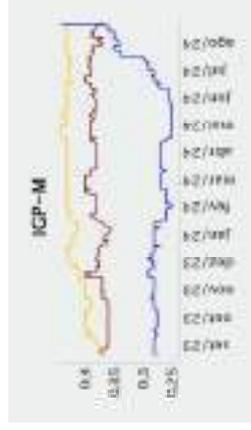
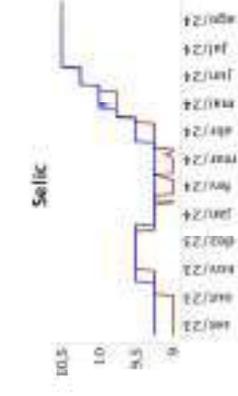
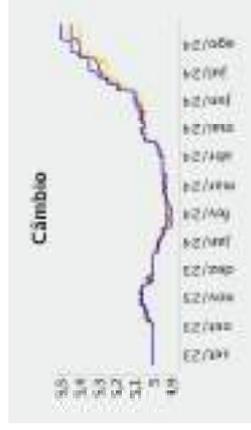
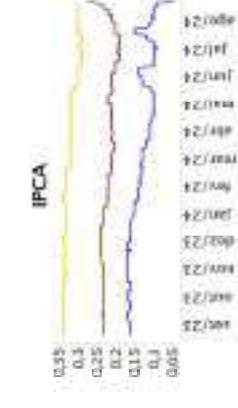
▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

	ago/2024			set/2024			out/2024		
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*
<b>Mediana - Agregado</b>									
IPCA (variação %)	0,12	0,10 0,05 ▼ (1)	150 0,03	0,20	0,23 0,27 ▲ (4)	150 0,30	0,30	0,30 0,30 = (5)	150 0,30
Câmbio (R\$/US\$)	5,45	5,50 5,50 = (2)	119 5,50	5,40	5,45 5,45 = (2)	120 5,45	5,40	5,40 5,40 = (4)	120 5,42
Selic (% a.a)	10,50	- -	75 0,45	10,50	10,50 10,50 = (10)	147 10,50	- -	- -	120 5,42
IGP-M (variação %)	0,35	0,36 0,44 ▲ (3)	75 0,45	0,39	0,39 0,37 ▼ (1)	75 0,35	0,44	0,43 0,43 = (3)	74 0,43

\* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento \*\* respondentes nos últimos 30 dias

— ago/2024 — set/2024 — out/2024

— Infl. 12 m suav.



## RELATÓRIO GESTÃO DE RISCO RPPS/SC – IPREV/SC JUL/2024

31/07/2024

A Portaria 1.467/22 do Ministério da Previdência e do Trabalho – MPT – estabelece, em seu Art. 129º, a confecção de relatórios, no mínimo semestrais acerca da aderência da gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência – RPPS – às normas em vigor e à suas Políticas de Investimentos – PI -, senão vejamos:

“Art. 129. Deverão ser emitidos **relatórios, no mínimo, semestralmente**, que contemplem:

I - as conclusões dos exames efetuados, **inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos do RPPS às normas em vigor** e à política de investimentos;

II - **as recomendações a respeito de eventuais deficiências**, com estabelecimento de cronograma para seu saneamento, quando for o caso; e

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único: As conclusões, recomendações, análises e manifestações deverão ser levadas em tempo hábil ao conhecimento dos órgãos ou instâncias com atribuições para determinar as providências necessárias.” (Grifo Nosso)

Assim, A Diretoria de Investimentos, pelo presente relatório demonstra, na periodicidade legalmente estabelecida, bem como de acordo com a Política de Investimentos – PI – de 2024, o acompanhamento dos critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

O objetivo é verificar se foram realizados os procedimentos necessários para avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

## RISCO DE MERCADO

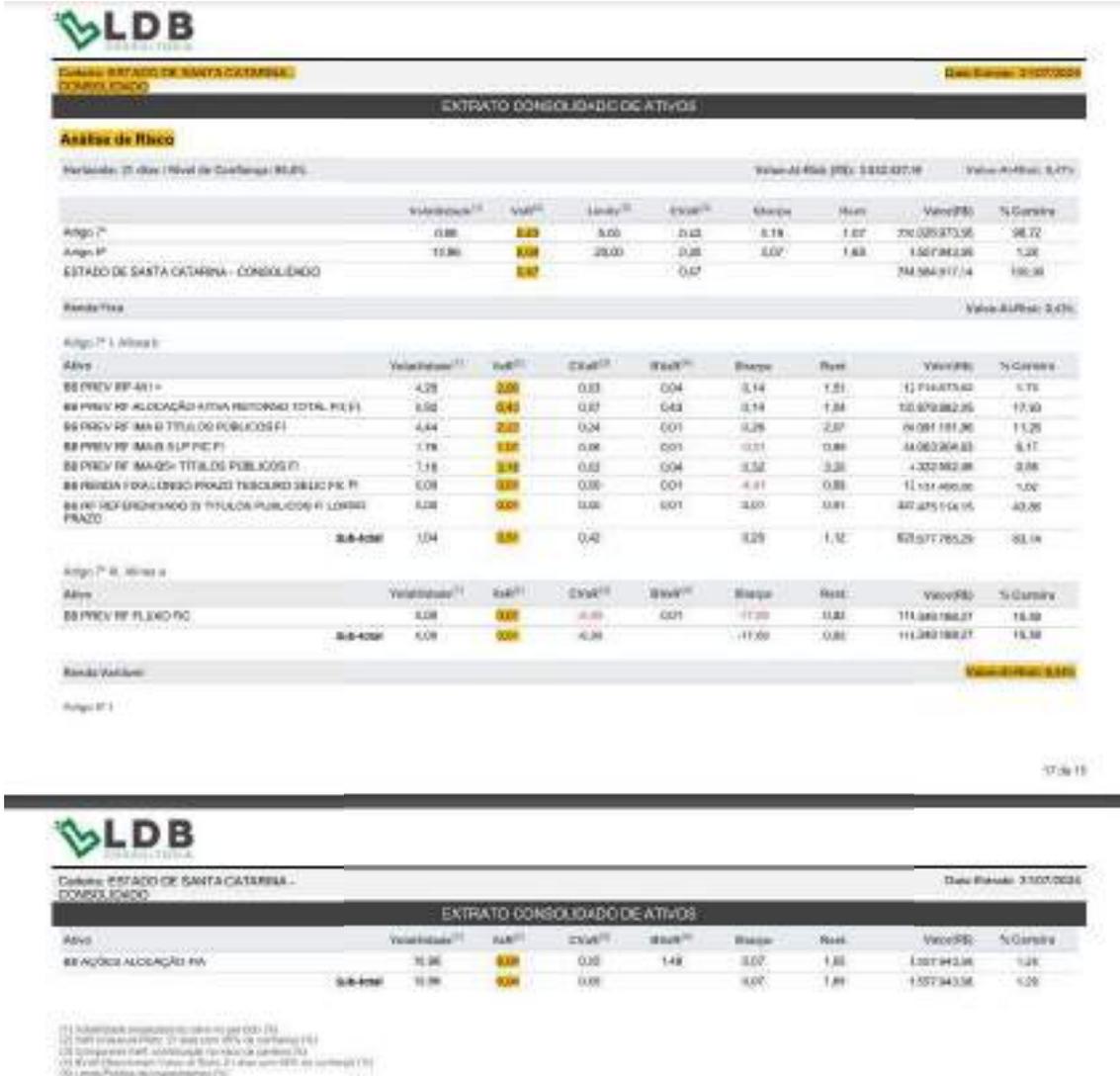
O acompanhamento do risco de mercado é feito através do cálculo do **Var** (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado é feito por meio do cálculo do **Var** por cota, com o objetivo do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV/SC - controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (**Var**) é feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
RENDA FIXA	5%
RENDA VARIÁVEL	20%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	20%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	20%

Abaixo seguem os valores do **VarR** consolidado por segmento na data deste relatório.



**LDB**  
 Diretoria de Investimentos  
 Estado: ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO  
 Data Referência: 31/03/2024  
**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Análise de Risco**  
 Variáveis: 27 dias / Nível de Confiança: RJS  
 Valor At-Risk (RJS): 5332,07,16    Valor At-Risk: 5,47%

Ativo	Valor Atual <sup>(1)</sup>	VarR <sup>(2)</sup>	Limite <sup>(3)</sup>	Exvar <sup>(4)</sup>	Excess <sup>(5)</sup>	Risk	Valor (R\$)	% Ganho
Ativo 1*	0,88	0,00	0,00	0,00	0,18	1,00	200.000.000,00	98,72
Ativo 2*	10,96	0,00	20,00	0,00	0,00	1,00	1.507.943,36	5,28
<b>ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>			<b>201.507.943,36</b>	<b>100,00</b>

**Renda Fixa**  
 Valor At-Risk: 5,47%

**Ativo 1\* - Ativos:**

Ativo	Valor Atual <sup>(1)</sup>	VarR <sup>(2)</sup>	Exvar <sup>(4)</sup>	Excess <sup>(5)</sup>	Risk	Valor (R\$)	% Ganho	
BB PREV RP ANI	4,28	0,00	0,00	0,04	0,14	1,00	11.714.073,02	5,70
BB PREV RP ALOCAÇÃO ATIVA FUNDOS DE INVESTIMENTO (TOTAL RJS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	1,00	10.000.000,00	17,00
BB PREV RP ANI TÍTULOS PÚBLICOS F	4,44	0,00	0,04	0,01	0,28	2,00	60.000.000,00	11,20
BB PREV RP ANI RLP FIC F	1,18	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	34.000.000,00	5,17
BB PREV RP ANI TÍTULOS PÚBLICOS F	1,18	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00
BB PREV RP ANI TÍTULOS PÚBLICOS F	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	11.000.000,00	5,00
BB RP ALOCAÇÃO ATIVA FUNDOS DE INVESTIMENTO (TOTAL RJS)	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	40.000.000,00	40,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>10,4</b>	<b>0,00</b>	<b>0,04</b>		<b>0,28</b>	<b>1,00</b>	<b>60.000.000,00</b>	<b>61,18</b>

**Ativo 2\* - Ativos:**

Ativo	Valor Atual <sup>(1)</sup>	VarR <sup>(2)</sup>	Exvar <sup>(4)</sup>	Excess <sup>(5)</sup>	Risk	Valor (R\$)	% Ganho
BB PREV RP FUNDOS	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	11.380.000,00	10,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>11.380.000,00</b>	<b>10,00</b>

**Renda Variável**  
 Valor At-Risk: 0,00%

**Ativo 3\***

**CONCLUSÃO:** No período/data deste Relatório o **Risco de Mercado** está de acordo com os limites estabelecidos na Política de Investimentos de 2024.

**RISCO DE CRÉDITO**

O IPREV/SC utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X

Títulos emitidos por instituição financeira	X	
---	---	--

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
<b>PRAZO</b>	-	<b>Longo prazo</b>	<b>Longo prazo</b>
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

- Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;
- Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

Conforme destacado no relatório de gestão de risco do abril/2024, a consultoria LDB informou que o Fundo BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA alocava 1,98 % de seus recursos em cotas do fundo BB Top Long and Short FIM LP (33.611.081/0001-15) e, conforme regulamento deste fundo investido, é permitida a alocação em derivativos superior ao valor do patrimônio líquido, procedimento vetado pela Res. 4.963/2021.

Diligenciado acerca da situação o Banco do Brasil esclareceu o apontamento encaminhando o regulamento do fundo. Em re-análise, a Consultoria LDB considerou o fundo como APTO PARA RECEBER APLICAÇÕES.

Todas as análises encontram-se arquivadas digitalmente em pasta própria no atalho Este Computador > SERVIDOR\_ARQUIVOS(\\NTIPREV-AD2) (S:) > DINV > Investimentos > ANÁLISE DE FUNDOS LDB > Fundos da Carteira > JUN.24.

A próxima análise dos fundos, a ser solicitada junto à Consultoria LDB, será solicitada em agosto/2024.

**CONCLUSÃO:** No período/data deste Relatório os **Riscos de Crédito**, estão de acordo com os limites estabelecidos na Política de Investimentos 2024.

## RISCO DE LIQUIDEZ

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	80 %
De 31 dias a 365 dias*	0 %
Acima de 365 dias	0%

\*Alteração aprovada pelo Conselho de Administração (Processo IPREV 4837/2023) em 09/2023.

Abaixo seguem os prazos de investimentos da carteira do RPPS/SC na data deste relatório.



Período	Valor (R\$)	(%)	(%) Limite Mínimo P.L.	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
<b>TOTAL</b>	<b>248.284.977,14</b>	<b>100,00</b>	<b>80,00</b>	<b>248.284.977,14</b>	<b>100,00</b>	<b>80,00</b>
de 0 a 30 dias	0,00	0,00	0,00	348.964.977,14	100,00	80,00
acima de 365 dias	0,00	0,00	0,00			

**CONCLUSÃO:** No período/data deste Relatório os **Riscos de Liquidez**, estão de acordo com os limites estabelecidos na Política de Investimentos 2024.

## RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Dessa forma, para a gestão desse risco serão realizadas ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle destacamos:

- O acompanhamento e análise mensal dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos neste relatório, o qual é realizado na frequência estabelecida;

- b) O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos. Com a criação de Diretoria de Investimentos em 01/02/2024, estas competências serão assumidas a esta nova estrutura, a qual elaborará todos os manuais de procedimentos relativos aos investimentos até o fim do ano de 2024.
- c) O acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento, os quais nesse momento se encontram assim certificados:

<b>Tipo de Certificação Profissional</b>	<b>Membros Certificados</b>	<b>Data de Vencimento da Certificação</b>
Certificação Profissional ANBIMA <b>CPA – 10</b>	Saulo Rodolfo Vidal	29/09/2024
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Yuri Carioni Engelke	19/12/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Abelardo O. Rocha Junior	13/01/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Jean J. Dressel Braun	13/09/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Aliceana de Andrade Graciosa	28/12/2027

d) Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento. Em reunião realizada pelo Comitê de Investimentos em 27/07/23, ficou estabelecido que, antes de ser realizada esta formalização, o REGULAMENTO DE CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO IPREV/SC deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração. Neste sentido, em 07/08/23 foi aberto o processo IPREV 4808/2023, que foi encaminhado ao Conselho de Administração, em 22/08/23, para deliberação acerca da demanda. Este processo já foi concluído, com o regulamento sendo aprovado. Com a criação da Diretoria de Investimento, esta será responsável, até o fim do ano, pela formalização das atribuições/responsabilidade/alçadas de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle dos investimentos do RPPS/SC.

**CONCLUSÃO:** No período/data deste Relatório todos os Riscos Operacionais estão sendo geridos de acordo com a legislação pertinente, bem como com o estabelecido na Política de Investimentos 2024.

**RESSALVA-SE:**

- a) A não existência de documento que estabelece a formalização das atribuições/responsabilidade/alçadas de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle dos investimentos do RPPS/SC.

### RISCO DE TERCEIRIZAÇÃO

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

Todavia, o IPREV/SC, até apresente data faz GESTÃO PRÓPRIA de seus investimentos.

**CONCLUSÃO:** No período/data deste Relatório o **Risco de Terceirização** está sendo minimizado, pois o IPREV/SC realiza gestão/administração própria de seus investimentos. De toda forma a Diretoria de Investimentos acompanha a eficiência da gestão dos fundos, conferindo a evolução das cotas, o risco legal, o de crédito e o de mercado através deste relatório.

### RISCO LEGAL

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- a) Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário;
- b) Da realização de relatórios de *compliance*, a exemplo do presente, que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal, analisados e aprovados pelo Comitê de Investimentos IPREV/SC;

**CONCLUSÃO:** No período/data deste Relatório o **Risco Legal** está sendo minimizado, com a Diretoria de Investimentos conferindo a evolução das cotas, o risco legal, o de crédito e o de mercado através deste relatório.

## RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

Na data de elaboração deste relatório, o IPREV/SC concentra seus investimentos em fundos do Banco do Brasil, lastreados em sua grande maioria (98,72%) em títulos públicos federais e CDBs de emissão daquele banco. De toda forma, procura não ultrapassar os limites legais estabelecidos para fundo emissor ou para um fator de risco (Benchmark) conforme podemos atestar na tabela abaixo:

**LDB**  
 ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO  
 EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS  
 Data Extra: 31/07/2024

**Posição de Ativos e Enquadramento**  
**RESUMO**

**Ativos Alvo e Execução (TÍTULOS PÚBLICOS)**

Código	Admin.	Ativo	Votante s.s. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				30d	90d	12m				
00	00	00 PREV RP FAF II	-3,82	0,30	1,01	1,43	12.474.979,00	0,30	302.583.150,28	4,20
00	00	00 PREV RP ALOCAÇÃO ATIVA REFORMA TOTAL FIC B	0,85	0,85	1,04	4,91	133.079.082,05	0,33	5.378.186.291,67	7,20
00	00	00 PREV RP MA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	-3,82	0,20	0,07	0,02	94.091.151,06	0,23	4.448.980.781,20	5,80
00	00	00 PREV RP MA B S LP FIC R	1,74	0,05	0,09	4,12	48.083.004,00	0,12	4.021.517.186,00	5,34
00	00	00 PREV RP MA B V TÍTULOS PÚBLICOS FI	0,20	0,46	0,20	-2,15	4.522.552,48	0,01	1.225.483.172,08	1,60
00	00	00 RENDA FIXA LONGO PRAZO TEGOURO SELIC FIC FI	0,85	0,84	0,88	6,02	12.131.436,00	0,03	11.430.198.002,81	0,15
00	00	00 RP REPRESENTAÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS R LONGO PRAZO	0,85	0,84	0,91	6,74	327.478.114,16	0,25	31.384.270.776,08	4,10
Subtotal Ativo TÍT. Alvo s			1,42	0,56	1,12	4,91	628.677.185,29	0,19		

**Ativos Alvo e Execução (CDB's)**

Código	Admin.	Ativo	Votante s.s. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				30d	90d	12m				
00	00	00 PREV RP FIC B CDB	0,80	0,84	0,52	0,94	116.308.168,27	0,03	2.982.123.663,42	3,96
Subtotal Ativo TÍT. Alvo s			0,80	0,84	0,52	0,94	116.308.168,27	0,03		
Total			1,14	0,59	1,01	4,32	737.838.812,22	0,22		

**LDB**  
 ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO  
 EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS  
 Data Extra: 31/07/2024

**Ativos Alvo e Execução (FUNDOS DE INVESTIMENTO)**

Código	Admin.	Ativo	Votante s.s. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				30d	90d	12m				
00	00	00 AÇÕES ALOCAÇÃO FVM	12,85	1,30	1,00	7,00	8.007.040,56	0,20	314.381.387,74	4,14
Subtotal Ativo FFI			12,85	1,30	1,00	7,00	8.007.040,56	0,20		
Reserva Variável			12,85	1,30	1,00	7,00	8.007.040,56	0,20		
Total			12,85	1,30	1,00	7,00	8.007.040,56	0,20		

**CONCLUSÃO:** No período/data deste Relatório o **Risco Sistêmico** está sendo minimizado, tendo em vista que o IPREV/SC concentra seus investimentos em fundos de investimentos do Banco do Brasil lastreados em títulos públicos federais e CDB's daquele banco, bem como não ultrapassa os limites legais estabelecidos para fundo emissor ou para um fator de risco (Benchmark).

**RISCO DE DESENQUADRAMENTO PASSIVO – CONTINGENCIAMENTO**

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartada. Em caso de ocorrência de desenquadramento, a Diretoria de Investimentos de Investimentos do IPREV/SC se reunirá para analisar, caso a caso, com intuito de encontrar a melhor solução e o respectivo plano de ação, sempre pensando na

preservação do Patrimônio do IPREV/SC. Segue a Planilha de Enquadramentos das Aplicações do RPPS/SC na data deste Relatório:



Ativo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	% Carteira	Política de Investimentos			ALM	Limite Legal
				Mínimo	Objetivo	Máximo		
<b>Renda Fixa</b>								
Fundo FI Altiplus	Fundo FI de Renda Fixa	620.877.705,29	85,94	0,00	65,00	90,00	0,80	100,00
Fundo FI Altiplus 2	Fundo Renda Fixa	116.348.768,37	16,06	0,00	18,00	40,00	0,80	70,00
<b>Total Renda Fixa</b>		<b>737.226.473,66</b>	<b>92,00</b>					100,00
<b>Renda Variável</b>								
Fundo FI 1	Fundo de Ações	9.807.943,58	1,28	0,00	1,00	30,00	0,80	40,00
<b>Total Renda Variável</b>		<b>9.807.943,58</b>	<b>1,28</b>					40,00
<b>Total</b>		<b>747.034.417,24</b>	<b>93,28</b>					

**CONCLUSÃO:** No período/data deste Relatório o **Risco de Desenquadramento** está minimizado, conforme atesta a tabela acima.

Florianópolis/SC, 31/07/2024.

Yuri Carione Engelke  
Diretor de Investimentos

Aliceana de Andrade Graciosa  
Gerente de Riscos de Investimentos

Jean Jacques Dressel Braun  
Gerente de Gestão de Investimentos

**APROVAÇÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RPPS/SC:**

Abelardo Osni Rocha Junior  
Presidente

Jean Jacques Dressel Braun  
Membro

Aliceana de Andrade Graciosa  
Membro

Yuri Carioni Engelke  
Membro

Saulo Rodolfo Vidal  
Membro



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **3YZ88QV1**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN** (CPF: 727.XXX.979-XX) em 28/08/2024 às 14:34:04

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:08:03 e válido até 13/07/2118 - 14:08:03.

(Assinatura do sistema)



**YURI CARIONI ENGELKE** (CPF: 053.XXX.109-XX) em 28/08/2024 às 14:34:08

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:45:10 e válido até 30/03/2118 - 12:45:10.

(Assinatura do sistema)



**ALICEANA DE ANDRADE GRACIOSA** (CPF: 041.XXX.449-XX) em 28/08/2024 às 16:16:01

Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 16/08/2022 - 14:50:13 e válido até 15/08/2025 - 14:50:13.

(Assinatura ICP-Brasil)



**SAULO RODOLFO VIDAL** (CPF: 184.XXX.077-XX) em 28/08/2024 às 18:28:20

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:06:55 e válido até 13/07/2118 - 15:06:55.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFfMDAwMDUzODBfNTM4NV8yMDI0XzNZWjg4UVYx> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IPREV 00005380/2024** e o código **3YZ88QV1** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



# IPREV

Política de Investimentos 2025 a  
2029

SC FUTURO

## Conteúdo

1.	APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	3
2.	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS .....	3
2.1.	Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos.....	4
2.2.	Distribuição de competências e responsabilidades .....	4
2.3.	Política de Alçadas .....	9
2.4.	Modelo de Gestão.....	10
2.4.1.	Carteira Própria.....	10
2.4.1.1.	.....Vedações	11
2.4.2.	Seleção de Fundos de Investimento (Fundos Abertos).....	11
2.5.	Segregação de Massa .....	13
3.	MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE .....	14
3.1.	Conflitos de Interesse .....	14
3.1.1.	Público Interno .....	14
3.1.2.	Público Externo.....	14
4.	SOBRE O FUNDO .....	15
4.1.	Cenário Macroeconômico .....	15
4.2.	Estudo de Macroalocação .....	16
5.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	16
5.1.	Rentabilidade e benchmarks .....	17
6.	LIMITES .....	18
6.1.	Limite de alocação por segmento .....	18
7.	VEDAÇÕES .....	19
8.	DERIVATIVOS.....	20
9.	APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....	20
10.	REGULAMENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO .....	21
11.	PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INVESTIMENTO .....	23
11.1.	Risco de Mercado .....	23
11.1.1.	VaR e B-VaR .....	23
11.1.2.	Monitoramento e Providências .....	24
11.2.	Risco de Crédito .....	24
11.2.1.	Abordagem Qualitativa .....	24
11.2.2.	Abordagem Quantitativa .....	25
11.2.3.	Exposição a Crédito Privado.....	26
11.2.4.	Controle de Concentração .....	27
11.3.	Risco de Liquidez.....	27
11.3.1.	Redução de Demanda de Mercado (Ativo).....	27
11.4.	Risco Operacional.....	27



11.5.	Risco Legal .....	28
11.6.	Risco Sistêmico .....	28
12.	CONTROLES INTERNOS .....	29
12.1.	Controles internos aplicados na gestão de riscos .....	29
12.2.	Controles internos aplicados em eventos de desenquadramento .....	30
13.	CONTROLE DO PROCESSO DE APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO .....	30

## 1. APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos do SC FUTURO, administrado pela IPREV-SC, referente ao exercício de 2025, compreenderá na análise o período de 2025 a 2029 e objetiva:

- a) Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- b) Dar transparência aos Poderes, servidores, aposentados e pensionistas em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e seus riscos.

No processo de planejamento desta Política, a Entidade adotou o horizonte de 60 (sessenta) meses, prevendo revisões anuais. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.693, de 25 de novembro de 2021 e na Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022, como também a Lei Complementar nº 412 de 26 de junho de 2008.

Na elaboração desta Política de Investimentos foram empregadas técnicas de análises de cenários e de riscos, avaliações e projeções de indicadores econômicos, considerando a modalidade do plano em regime de capitalização, suas especificidades, necessidades de liquidez e os fluxos esperados de pagamentos dos ativos. As conclusões obtidas com estes estudos oferecem subsídios para a definição das diretrizes de alocação expressas nesta política.

## 2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A legislação que disciplina a gestão dos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência – RPPS - determina que os responsáveis pela gestão dos recursos estabeleçam regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a Política de Investimentos estabelecida e os normativos pertinentes.

Neste sentido, vale destacar que são considerados responsáveis pela gestão, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do Comitê de Investimentos do RPPS, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos de RPPS, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes.

A mesma legislação determina que o RPPS deverá definir claramente a separação de responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

Essa segregação de responsabilidades é necessária, pois os responsáveis pela gestão, bem como o dirigente do ente federativo instituidor RPPS e o de sua unidade gestora, serão

solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Assim, em atendimento ao arcabouço legal, a Estrutura de Governança de Investimentos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina - RPPS/SC – tem como objetivo definir as competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas aos objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

## 2.1. Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa ao RPPS/SC, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, além das obrigações legais e regulamentares, deve:

- I. Ter pleno conhecimento, cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- II. Possuir comprovada capacidade técnica, conhecimentos e habilidades compatíveis com as responsabilidades inerentes ao exercício profissional de cargo, emprego ou função relacionada à gestão de investimentos;
- III. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior ou ao órgão colegiado que seja membro;
- IV. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto ao RPPS/SC ou fora dela, que possa resultar em comprovado conflito de interesses; e
- V. Comunicar imediatamente a identificação de qualquer situação em que possa ser identificada ação, ou omissão, que não esteja alinhada aos objetivos da Política de Investimentos – PI - do RPPS/SC, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

## 2.2. Distribuição de competências e responsabilidades

A estrutura de governança de investimentos do RPPS/SC é composta por:

- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Comitê de Investimentos
- Diretoria de Investimentos
  - Gerência de Gestão de Investimentos
  - Gerência de Gestão de Riscos de Investimentos
- Consultoria Financeira

Apresentam-se, a seguir, as principais competências atribuições de cada uma das instâncias da estrutura de governança de investimentos, sem prejuízo de atribuições adicionais definidas em documentos internos:

### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação e orientação superior do RPPS/SC, e compete ao mesmo, na estrutura de governança dos investimentos:

- Aprovar a Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais;
- Aprovar o Regulamento do Credenciamento de Instituições Financeiras;

### **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão financeira do RPPS/SC, e compete ao mesmo, na estrutura de governança dos investimentos:

- Fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas vigentes;
- Fiscalizar e acompanhar a execução da Política de Investimentos, consubstanciado pelo Relatório de Gestão de Riscos.

### **Comitê de Investimentos**

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente a Seção I do Capítulo VI, combinado com a o Decreto Estadual 32, de 4 de fevereiro de 2015, o Comitê de Investimento do IPREV/SC é constituído por 5 (cinco) membros, indicados e nomeados pelo presidente do IPREV/SC, sendo 3 (três) servidores do quadro permanente mais o Diretor de Gestão de Recursos Previdenciários e o Gerente de Investimentos do IPREV. O Diretor de Administração é o Presidente do Comitê e Gestor dor Recursos do RPPS/SC frente á Secretaria de Previdência/MTP.

Compete ao Comitê de Investimentos, segundo o Art. 7º. Decreto 32/2015 apreciar os encaminhamentos, relativos à gestão dos investimentos, feitos pela Diretoria de Investimentos, observar a legislação vigente, interagindo sempre que necessário para atendimento e enquadramento dos recursos e das obrigações, e o seguinte:

- Aprovar e modificar a Política Anual de Investimentos a ser submetida ao Conselho de Administração do IPREV;
- Deliberar sobre a alocação de recursos;
- Analisar a conjuntura, os cenários e as perspectivas do Mercado Financeiro;
- Debater, mensalmente, o desempenho da carteira de investimentos frente à Meta Atuarial e à Rentabilidade auferida;
- Avaliar riscos potenciais que podem impactar na carteira de investimentos;
- Apresentar relatório consolidado dos investimentos;
- Participar de eventos que abordam gestão de recursos previdenciários;
- Participar e assistir à apresentação de produtos financeiros;

- Deliberar e aprovar a contratação de consultoria técnica na área de investimentos e atuarial; e
- Acompanhar, debater, analisar e aprovar o Relatório Atuarial.

O Comitê de Investimentos é composto por 05 (cinco) membros. Todos com certificação, conforme disposto a seguir:

<b>Tipo de Certificação Profissional</b>	<b>Membros Certificados</b>	<b>Data de Vencimento da Certificação</b>
Certificação Profissional ANBIMA CPA – 10	Saulo Rodolfo Vidal	29/09/2024 a ser renovada
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Yuri Carioni Engelke	19/12/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Abelardo O. Rocha Junior	13/01/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Jean J. Dressel Braun	13/09/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Aliceana de A. Graciosa	28/12/2027

#### **Diretoria de Investimentos**

À Diretoria de Investimentos, diretamente subordinada ao Presidente, compete no âmbito desta Política de Investimentos:

- Coordenar a elaboração da Política anual de investimentos;
- Coordenar a elaboração de metodologia de acompanhamento do desempenho e dos riscos dos investimentos, na forma definida pela Política de Investimentos, bem como pela legislação aplicável;
- Acompanhar e controlar receitas e despesas referentes à exploração de imóveis/terrenos ocupados e desocupados;
- Coordenar as atividades relacionadas ao credenciamento, habilitação e prestação de serviços por parte de consultorias, agentes e instituições financeiras;
- Acompanhar as diligências, bem como prestar as informações, de sua competência, exigidas pelos órgãos colegiados, de supervisão, fiscalização e controle do RPPS/SC;
- Publicar todas as informações conforme determinado pela legislação;
- Coordenar a elaboração de documentação e participar das assembleias gerais dos fundos de investimentos, nos quais o Instituto é cotista;

#### **Gerência de Investimentos**

À Gerência de Investimentos, diretamente subordinada à Diretoria de Investimentos, compete no âmbito desta Política de Investimentos:

- Acompanhar os valores diários das taxas do mercado financeiro e das cotas dos fundos de investimento;
- Emitir pareceres e relatórios que auxiliem na tomada de decisão para alocação dos recursos financeiros previdenciários;
- Elaborar a minuta da Política de Investimentos, sob orientação da Diretoria de Investimentos;
- Elaborar e executar a metodologia de acompanhamento do desempenho dos investimentos, na forma definida pela Política de Investimentos, bem como pela legislação aplicável;
- Analisar as posições e a estrutura da carteira de investimentos e enquadramentos legais e sua adequação à estratégia, propondo operações financeiras necessárias aos ajustes necessários;
- Operacionalizar as compras e a custódia de títulos públicos federais;
- Analisar e controlar as operações de títulos, valores mobiliários e demais investimentos;
- Orientar, acompanhar e controlar as movimentações financeiras visando à administração da carteira de investimentos, entre elas re-investimento de rendimentos (juros, dividendos, amortizações e prêmios) e realocações entre ativos;
- Orientar, acompanhar e controlar as movimentações financeiras decorrentes do fluxo de caixa informado pela Diretoria de Administração e Finanças em decorrência de disponibilidade financeira e necessidade de pagamento de obrigações;
- Realizar e acompanhar atividades relacionadas ao credenciamento, habilitação e prestação de serviços por parte de consultorias, agentes e instituições financeiras;
- Elaborar documentação e participar das assembleias gerais dos fundos de investimentos, nos quais o Instituto é cotista;

#### **Gerência de Riscos de Investimentos**

À Gerência de Riscos de Investimentos, diretamente subordinada à Diretoria de Investimentos, compete:

- Realizar estudos, tarefas, projeções e estatísticas que possam ser utilizadas para o bom desempenho das funções de controle e minimização dos riscos de investimentos;
- Emitir pareceres e relatórios gerenciais sobre a carteira de ativos destinados por lei ao IPREV/SC, com a análise dos riscos x retornos, subsidiando os atos de decisão da Diretoria de Investimentos, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos;

- Participar, sob a orientação da Diretoria de Investimentos, na elaboração de Política de Investimento sugerindo e detalhando a metodologia para o controle dos riscos;
- Elaborar e acompanhar a metodologia de controle de riscos da carteira de investimentos do IPREV/SC;
- Elaborar e emitir periodicamente o Relatório de Gestão de Riscos dos investimentos, conforme determina a legislação pertinente;
- Solicitar periodicamente às instituições financeiras o arquivo XML para abertura das carteiras dos fundos para análise dos ratings de crédito;
- Acompanhar a legislação financeira, tributária e de investimentos visando informar a Diretoria de Investimentos acerca dos riscos inerentes à alteração das mesmas;
- Controlar e avaliar, as participações societárias e outros bens, direitos e receitas destinadas por lei ao IPREV/SC;
- Avaliar e sugerir alternativas para a redução de riscos relativos a todos os contratos referentes a serviços financeiros prestados à Diretoria de Investimentos;
- Supervisionar e validar, os documentos apresentados nos processos de credenciamento das instituições financeiras que recebem as aplicações dos recursos previdenciários do Instituto;

### **Consultoria de Investimentos**

A consultoria de investimentos tem a função de auxiliar o IPREV/SC no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários. O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá, obrigatoriamente, observar as seguintes Cláusulas:

- que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, inclusive da INCVM nº 592/2017;
- que as análises fornecidas serão isentas e independentes; e
- que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021: Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço; b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

A empresa contratada pelo IPREV/SC para esta função, desde julho de 2020, é a LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA - EPP, estabelecida na Av. Angélica, 2.503, Conjunto 75, Bairro Higienópolis, São Paulo/SP, e-mail: contato@ldbempresas.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 26.341.935/0001-25, tendo como Sócio Administrador o Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF 271.795.418-00. Contratualmente a LDB deve prestar ao IPREV/SC: serviço especializado em consultoria com sistema eletrônico de gerenciamento da carteira de investimento (em ambiente totalmente via WEB) no mercado financeiro e de capitais para acompanhar a situação da carteira de investimentos, informando sobre as necessidades dessa, bem como auxiliar o preenchimento das APR's (Autorização de Aplicação e Resgate) conforme diretrizes e orientações do Ministério do Trabalho e Previdência. Além de gerar relatórios periódicos a fim de auxiliar na tomada de decisões do Comitê de Investimentos. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato são feitos pela Gerência de Administração e Finanças do IPREV/SC. Além disso, compete à Consultoria de Investimentos:

- Participar das reuniões presenciais e/ou *conference calls* para realização da análise da carteira de investimentos e das possíveis alternativas disponíveis pelo mercado;
- Análise de Desempenho (risco x retorno) de cada um dos Investimentos;
- Análise do enquadramento perante a Resolução do Conselho Monetário Nacional vigente;
- Elaboração dos Relatórios Trimestrais de acordo com a legislação vigente;
- Elaboração dos Relatórios Semestrais de acordo com a legislação vigente;
- Revisão da Política de Investimentos para o exercício seguinte;
- Acompanhamento da Política de Investimentos;
- Elaboração do Demonstrativo de Política de Investimentos (DPIN);
- Elaboração do Formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR);
- Elaboração do Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos (DAIR);

Também será demandada à consultoria de investimentos, assim que for realizada a primeira Avaliação Atuarial do Fundo SC Futuro, a elaboração de um estudo de ALM visando maior objetividade na definição das modalidades e do duration de investimentos.

### **Gestão Previdenciária (Pró-Gestão)**

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão versão 3.4/22, tem por objetivo incentivar os RPPSs a adotarem as melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório de alocação dos recursos garantidores cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

O IPREV/SC obteve certificação, PRÓ-GESTÃO NÍVEL 2, por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil -, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 918/2022. Certificado Nº - CPG-119/2022 com validade até 01/09/2025.

### 2.3. Política de Alçadas

Os RPPS devem estabelecer limites de alçada de investimentos, definindo internamente os órgãos responsáveis pela aprovação, negociação e formalização de investimentos.

Na tabela a seguir estão dispostas as alçadas para decisão de investimentos/alocações e desinvestimentos/desalocações por operação:

SEGMENTO	GESTÃO	OPERACIONALIZAÇÃO	ALOCÇÃO	ALÇADA (cumulativa)		
				Até 20% PL	20,01% PL a 79,99%	Acima de 80%
Renda Fixa - Art. 7º, I, "a", "b" e "c"	Terceiros (Fundos de Investimentos) e Carteira Própria	Aplicação Simplificada pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação de Novos Fundos de Investimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
			Investimentos / Desinvestimentos			
			Desinvestimento para Pagamento de Benefício	GEAFC e DIAD		
Renda Fixa - Art. 7º, II - Operações Compromissadas	Carteira Própria	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 1% PL	De 1,01% a 2,99% PL	Acima de 3% PL
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
Renda Fixa - Art. 7º, III, "a" e "b"	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação Simplificada pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação de Novos Fundos de Investimentos	GEINV e GRISC	10,01% PL a 29,99%	Acima de 30% PL
			Investimentos / Desinvestimentos			
			Desinvestimento para Pagamento de Benefício	GEAFC e DIAD		
Renda Fixa - Art. 7º, IV - Ativos de Renda Fixa	Carteira Própria	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 5% PL	5,01% a 9,99% PL	Acima de 10% PL
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
Renda Fixa - Art. 7º, V, "a", "b" e "c"	Terceiros (Fundos de Investimentos) e Carteira Própria	Aplicação Instruída e/ou Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	GEINV e GRISC	De 1,01% a 2,99% PL	Acima de 3% PL
			Investimentos / Desinvestimentos			
Renda variável - Art. 8º I e II	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	GEINV e GRISC	5,01% a 9,99% PL	Acima de 10% PL
			Investimentos / Desinvestimentos			
Exterior - Art. 9º I, II e III	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	GEINV e GRISC	De 3,01% a 4,99% PL	Acima de 5% PL
			Investimentos / Desinvestimentos			
Multimercado - Art. 10º I	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	GEINV e GRISC	De 3,01% a 4,99% PL	Acima de 5% PL
			Investimentos / Desinvestimentos			
Multimercado - Art. 10º II e III - Fundo de Participações e Mercado de Acesso	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Independente de Valor		
Fundo de Investimento Imobiliário - Art. 11			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV, GERISC, DINV, Comitê, Presidente e CONAD		

Ressalta-se que toda aplicação de **novos** fundos de investimentos e de **novos** tipos de investimentos serão encaminhadas para conhecimento e opinião do Comitê de Investimentos,

podendo o Comitê vedar ou recomendar algum fundo ou tipo de investimento conforme Resolução CMN 4.963 e esta Política de Investimentos. Sendo aplicadas as melhores práticas de Gestão e Controles recomendado pela ANBIMA.

## **2.4. Modelo de Gestão**

A gestão dos investimentos do IPREV-SC atualmente é interna (carteira própria), podendo vir a ser mista (própria e terceirizada), desde que recomendada pelo comitê de investimento e aprovado pelas Diretorias do IPREV/SC.

### **2.4.1. Carteira Própria**

A Carteira Própria da Entidade poderá se constituir de ativos nos seguintes segmentos:

- Títulos Públicos Federais de Renda Fixa;
- Estoque de ativos ou cotas de ativos que não componham a carteira de Fundos de Investimentos (FIs) e Fundo de Investimentos em Fundos (FIF) a que os planos sejam cotistas restritos.
- Cotas de Fundos Abertos de Investimentos.

A carteira própria terá gestão interna do IPREV-SC, sendo operacionalizada pela Diretoria de Investimentos tendo, obrigatoriamente, controladoria e custódia externa para aquisição de títulos públicos.

#### **2.4.1.1. Vedações**

É vedado realizar os seguintes investimentos na carteira própria, os quais somente poderão ocorrer na carteira terceirizada (discricionária):

- Ativos financeiros de crédito privado;
- Ativos financeiros de renda variável;
- Derivativos.

### **2.4.2. Seleção de Fundos de Investimento (Fundos Abertos)**

O RPPS terceiriza parte da sua gestão de recursos financeiros com o objetivo de aproveitar a expertise em áreas em que não possui vantagens competitivas. Neste contexto, a entidade estabeleceu processos de seleção e avaliação destes gestores externos de fundos de investimentos.

#### **a. GESTORES EXTERNOS**

Quando adotado o modelo de gestão terceirizado, este será completamente discricionário, vedado ao IPREV-SC figurar como segundo gestor, formalmente ou tacitamente limitando-se, na qualidade de cotista, à deliberar e fornecer informações aos gestores quanto ao regulamento, prestadores de serviço, mandato, padrões de alocação, volume de alocação em função de prazos de vencimentos adequados ao ALM dos Planos de Benefícios, segmentos de aplicação, limites de risco, padrões de rentabilidade a serem perseguidos, além de repassar aos gestores, sem julgamento de valor, informações de contato de eventuais proponentes que procurem a Entidade para prospectar recursos do RPPS, bem

como acompanhar o atendimento às regras e seu desempenho.

De acordo com os termos da legislação em vigor do CMN, os gestores externos do IPREV-SC serão avaliados através dos parâmetros quantitativos e qualitativos, quais sejam:

- Quantitativos:
  - Rentabilidade histórica: O IPREV-SC monitora a rentabilidade em janelas de tempo de 12 meses, 24 meses e desde o início do fundo ante o *benchmark* de cada fundo de investimento. Nesse sentido, tal medição será feita em frequência mensal quando do encerramento de cada mês. Para fundos de investimentos já aplicados pelo IPREV-SC caberá a área técnica da entidade avaliar o desempenho do gestor conforme as janelas acima e tomar as providências que julgar pertinentes para que o gestor enquadre o fundo dentro dos limites de risco e retorno esperados. Para novos fundos de investimentos serão avaliados a rentabilidade histórica para fins de levantamento da variação do fundo em comparação ao benchmark para justificativa da aplicação.
  - Consistência: O índice de consistência do gestor mede a quantidade de vezes em que o fundo superou o *benchmark* em janelas de tempo de 12 meses, 24 meses e desde o início do fundo. A frequência de apuração da métrica será mensal sendo realizada quando do encerramento do mês. Para fundos de investimentos já aplicados pelo IPREV-SC caberá a área técnica da entidade avaliar o desempenho do gestor conforme as janelas acima e tomar as providências que julgar pertinentes para que o gestor enquadre o fundo dentro dos limites de risco e retorno esperados. Para novos fundos de investimentos serão avaliados a consistência para justificativa da aplicação.
  - Drawdown/Underwater: Apresenta apenas as perdas do ativo. Através desse indicador é possível avaliar qual foi o momento de maior perda do ativo e qual a sua reação após o evento, como o tempo levado para que o prejuízo fosse recuperado. Para novos fundos de investimentos serão avaliados, comparativamente com os fundos já existentes, para justificativa da aplicação.
  - Relatório de Gestão de Risco: A medição a ser considerada nesse item se baseará no controle de risco de mercado dos mandatos estabelecidos nessa política de investimento vis-à-vis os respectivos limites. Em caso de violação do limite de risco orçado de fundos já aplicados pelo IPREV-SC caberá ao gestor do mandato se manifestar provendo ao IPREV-SC uma explicação de motivos acerca do ocorrido;
  - Total de recursos administrados e Credenciamento: Para os fundos de investimentos, serão consideradas elegíveis as gestoras cujo montante de recursos administrados sob gestão seja de pelo menos R\$ 100 bilhões, conforme Regulamentação do Credenciamento do IPREV-SC, conforme item 10 desta Política de Investimentos;
  - Observância de prazos: Nesse quesito caberá a cada um dos gestores mandatados pela Entidade observar o fiel cumprimento do prazo de até 5 dias úteis, após o fechamento do mês, para o envio do arquivo de posição das carteiras dos fundos investidos em formato XML. Caso o gestor não atenda ao prazo estabelecido será notificado pela IPREV-SC do referido descumprimento.

- Qualitativos:
  - Solidez e conceito no Mercado;
    - § Tempo de Mercado
    - § Volume de recursos
    - § Histórico controladores/sócios
    - § Históricos problemas com fundos
  - Sistema interno de gerenciamento de riscos;
  - Capacitação técnica ao atendimento dos objetivos do IPREV-SC;
  - Adesão à Política de Investimento;
  - Qualidade no atendimento;
  - Compliance;
  - Registro/credenciamento pelo IPREV-SC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e
  - Parecer dos auditores independentes acerca das demonstrações financeiras anuais do fundo investido.

O IPREV-SC poderá substituir gestores que não atendam aos critérios mínimos descritos acima, em qualquer momento que julgar propício.

Os gestores externos de fundos abertos envolvidos na gestão dos fundos deverão gerir os recursos de maneira discricionária, em conformidade com o mandato outorgado por meio do regulamento do Fundo, observada a legislação afeta a gestão de recursos de terceiros, a legislação que disciplina os investimentos de RPPS e esta Política de Investimento, bem como zelar por uma administração ética, transparente e objetiva.

Caso o IPREV-SC venha a selecionar gestor de fundos exclusivos, o gestor deverá enviar relatórios mensais de acompanhamento de retorno, volatilidade total e volatilidade em função do benchmark estabelecido, apresentando todos os ativos presentes na carteira e despesas gerais, cujo registro será mantido pelo IPREV em meio digital.

A Gerência de Riscos do IPREV-SC realizará o acompanhamento mensal dos serviços fornecidos pelos gestores, fazendo constar no Relatório de Controle e Monitoramento dos Riscos de Investimentos os seguintes indicadores:

- Rentabilidade x Benchmark;
- Adesão à Política de Investimento; e
- Relação risco/retorno.

#### **b. AGENTE CUSTODIANTE**

O agente custodiante será avaliado/selecionado segundo os seguintes parâmetros:

- Solidez e conceito no mercado;
- Registro/Credenciamento pelo IPREV-SC e pela CVM;
- Capacitação técnica, envolvendo:
  - Tecnologia;
  - Modernidade; e
  - Taxas cobradas pelos serviços.
  - Cumprimento dos prazos estabelecidos.

O agente custodiante deverá suprir o IPREV-SC de todas as informações relativas ao seu portfólio, além de garantir o cumprimento e aplicação adequada desta Política de

Investimento e demais determinações contidas na legislação em vigor.

## **2.5. Segregação de Massa**

O Estado de Santa Catarina instituiu a segregação de massa de segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina com a publicação da Lei Complementar nº 848, de 22 de dezembro de 2023, a segregação de massas objetiva ao equacionamento do déficit financeiro e atuarial desse Regime, ocorrendo a separação dos segurados do plano de benefícios em 2 grupos distintos, os quais integrarão o Fundo em Repartição (SC Seguro) do qual é destinado ao pagamento de benefícios previdenciários até a extinção do último benefício a ser custeado com os recursos desse Fundo aos segurados e aos dependentes de segurados que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2023 e o Fundo em Capitalização (SC Futuro) do qual é destinado o pagamento de benefícios previdenciários aos segurados e aos dependentes de seguros que tenham ingressado no serviço público estadual a partir de 1º de janeiro de 2024.

## **3. MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE**

### **3.1. Conflitos de Interesse**

O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pelo RPPS independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

#### **3.1.1. Público Interno**

O RPPS não autoriza a realização de atividades em que os agentes envolvidos possam estar em situação de conflitos de interesses, real, potencial ou aparente. Assim, qualquer participante do processo decisório e de assessoramento nos investimentos que incorra em evento de potencial conflito de interesses, ou em quaisquer outras decisões que puderem beneficiá-lo de modo particular, ainda que indiretamente, ou em que tiver interesse conflitante com o do plano de benefícios, não poderá se manifestar em nenhuma das fases do processo decisório ou de assessoramento, devendo proceder a imediata declaração de impedimento ou suspeição.

Para fins desta política, caracterizam eventos de potenciais conflitos de interesse, especialmente, mas não se limitando, em casos de:

- I. Situações de relacionamentos próximos com pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesses em decisões ou informações confidenciais da entidade ou dos poderes.
- II. Exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do cargo ou função, ou a favor de terceiros, em detrimento aos objetivos da entidade;
- III. Divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas obtidas em função do cargo ou das atividades exercidas;

- IV. Atuar, direta ou indiretamente, em favor de interesses próprios ou de terceiros perante órgão regulador ou fiscalizador em razão do exercício do cargo.

### **3.1.2. Público Externo**

Qualquer pessoa física ou jurídica que venha a prestar serviços relacionados a gestão dos investimentos da Entidade, deverá exercer sua atividade no estrito interesse dos participantes e beneficiários dos planos, em total ausência de conflito de interesses, real, potencial ou aparente.

Neste propósito, os contratos firmados com prestadores de serviços, bem como a seleção de tais prestadores, irão incorporar critérios e checagens que visem à mitigação de conflitos de interesses, sendo alvos de análises qualificadas dos setores jurídicos.

Além disso, a Entidade observará a isenção de seus prestadores de serviço, atentando-se, em especial, para os seguintes casos:

- Potenciais conflitos de interesse de alocadores, seja por alocação em produtos da própria casa, em produtos de casas associadas ou por opacidade das informações relacionadas à reversão de “rebates”;
- Potenciais conflitos de interesse de consultores, em especial no que tange à seleção de produtos, sendo definitivamente inaceitável que os produtos selecionados gerem qualquer espécie de vantagem para o consultor;
- Potenciais conflitos de interesse no monitoramento, em especial quando houver estímulos para que o autor do monitoramento não reporte eventuais problemas;

Potenciais conflitos de interesses de gestores, sobretudo quando da alocação em produtos estruturados e/ou distribuídos pela própria casa ou empresa associada.

No relacionamento com prestadores de serviços, além das medidas de avaliação da capacidade técnica e de mitigação de conflitos de interesse descritas anteriormente, o RPPS define critérios visando à impessoalidade, à concorrência e à transparência, a serem observados nas fases de seleção e monitoramento.

Adicionalmente aos critérios estabelecidos na Portaria MTP 1.467, os gestores de recursos deverão ser preferencialmente associados à ANBIMA, observando os princípios e regras do Código de Regulação e Melhores Práticas.

## **4. SOBRE O FUNDO**

A presente Política de Investimentos considera a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e demais características sintetizadas a seguir. Deste modo, a construção da carteira visa a compatibilizar a alocação em ativos com fluxos de pagamento compatíveis com prazos e o montante das obrigações, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do plano.

**PLANO DE BENEFÍCIOS**

Ente Federativo	Estado de Santa Catarina
Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina
Nome do Fundo	SC FUTURO
Modalidade	Benefício Definido
Meta atuarial	INPC + 4,50% a.a.
CNPJ do Plano	53.623.436/0001-01
Categoria Investidor	Qualificado

### 4.1. Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico tem por objetivo detalhar a projeção de variáveis macroeconômicas a partir da conjuntura atual e por intermédio de premissas e hipóteses condizentes com realidade econômica, a fim de prover às demais áreas da entidade análises que contribuam para a condução dos processos de alocação e tomada de decisão de investimento.

As projeções dos principais indicadores econômicos são utilizadas para desenhar estes cenários, que também servirão como plano de fundo às análises e aos estudos macro/setorial (top down), com intuito de informar aos gestores os principais impactos possíveis sobre os diversos mercados e, assim, tornar a tomada de decisão mais segura e eficiente.

O detalhamento dos cenários é parte integrante dos documentos sobre o estudo de macroalocação conduzidos pelo RPPS.

Para maior assertividade, o cenário utilizado corresponde ao apresentado no último Boletim Focus, conforme tabela apresentado abaixo, de 16/08/2024, que antecede a aprovação dessa Política de Investimentos no Comitê de Investimentos. O Boletim Focus é elaborado pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, do BACEN, e apresenta o resumo das expectativas do mercado financeiro para a economia.

Mediana - Agregado	2024				2025				2026				2027			
	Estimativa	Projeção	Projeção	Projeção												
IPCA (anualizado)	4,22%	3,91%	3,60%	3,50%	4,22%	3,91%	3,60%	3,50%	4,22%	3,91%	3,60%	3,50%	4,22%	3,91%	3,60%	3,50%
SELIC (anualizado)	10,50%	10,00%	9,00%	9,00%	10,50%	10,00%	9,00%	9,00%	10,50%	10,00%	9,00%	9,00%	10,50%	10,00%	9,00%	9,00%
PIB (anualizado)	2,23%	1,89%	2,00%	2,00%	2,23%	1,89%	2,00%	2,00%	2,23%	1,89%	2,00%	2,00%	2,23%	1,89%	2,00%	2,00%
Câmbio (Dólar/Real)	R\$ 5,31	R\$ 5,30	R\$ 5,25	R\$ 5,25	R\$ 5,31	R\$ 5,30	R\$ 5,25	R\$ 5,25	R\$ 5,31	R\$ 5,30	R\$ 5,25	R\$ 5,25	R\$ 5,31	R\$ 5,30	R\$ 5,25	R\$ 5,25

- **Inflação (IPCA):** Para o final de 2024 a expectativa é uma taxa de 4,22% e para 2025 a expectativa é uma redução de taxa para 3,91%, e 2026 e 2027 3,60% e 3,50% respectivamente.
- **SELIC:** Para o final de 2024 a expectativa é um fechamento de 10,50% e para o ano de 2025 que haja uma redução e fecha em uma taxa de 10%. Para 2026 e 2027 a expectativa é uma taxa SELIC de 9%.
- **PIB:** Em 2024 espera-se um resultado positivo do PIB de 2,23% e para 2025 o resultado esperado é de 1,89%. Para 2026 e 2027 a expectativa é de 2%.
- **Câmbio (Dólar/Real):** A expectativa é para final de 2024 a cotação do dólar feche em R\$ 5,31, para 2025 R\$ 5,30 e 2026 e 2027 o valor de R\$ 5,25.

As projeções do cenário econômico futuro, são uma fonte de informações com potencial de afetar o retorno dos investimentos em diversas áreas, em razão das variações esperadas para os principais indicadores macroeconômicos. Entretanto, além de identificar as expectativas do mercado, torna-se necessário a atenção aos principais acontecimentos, uma vez que eles ainda podem impactar a economia, trazendo risco à expectativa do mercado.

No Brasil, ainda que a incerteza em torno da política fiscal permaneça, o governo anunciou o contingenciamento de gastos fiscais deste ano visando atingir a meta para 2024. O volume contingenciado parece insuficiente, entretanto demonstra a disposição do governo em tomar medidas na direção do atingimento das metas e, portanto, melhora a percepção em relação aos últimos meses.

A atividade econômica, por sua vez, continua resiliente, destacando-se o mercado de trabalho com desemprego em nível recorde de baixa, alta da renda e, portanto, aumento substancial da massa salarial, o que deve manter o dinamismo do consumo nos próximos meses. Por outro lado, a maior demanda associada à massa de salários e o maior custo associado à alta dos rendimentos, deve manter a inflação de itens intensivos em trabalho pressionada.

Neste cenário de continuidade da incerteza fiscal, ainda que em menor proporção, inflação com componentes mais persistentes e atrelados ao ciclo econômico, expectativas de inflação desancoradas e um ambiente externo melhor, mas ainda adverso, o Banco Central do Brasil tem optado por sinalizar a manutenção da taxa SELIC em 10,5% no ano de 2024 e com expectativa de pequenos cortes para 2025.

Já no cenário externo observou-se a piora da inflação nos Estados Unidos, somada à resiliência da atividade econômica, levou à postergação da flexibilização monetária por parte do FED, o que resultou em impactos importantes nos ativos financeiros, especialmente de países emergentes.

Entretanto, desde meados de maio, tanto a atividade econômica quanto a inflação apresentaram comportamento mais moderado. No âmbito da atividade econômica, ainda que a geração de vagas de empregos continue em ritmo forte, outros indicadores do mercado de trabalho têm mostrado fraqueza nas margens. Já a inflação, que havia acelerado nas margens e piorado qualitativamente, reverteu o movimento.

A perda de dinamismo do mercado de trabalho e a inflação mais benigna levaram o FED a sinalizar que a taxa de juros pode ser reduzida no final de 2024.

Assim, objetivando o alinhamento com o cenário e perspectivas econômicas acima apresentadas, bem como a maximização da rentabilidade com uma estratégia que proteja contra a volatilidade dos mercados, acredita-se que, frente a previsão de continuidade de redução leve dos patamares elevados dos juros em 2025 e uma expectativa de alocação de capital estrangeiro em mercado emergentes, a melhor estratégia é continuar alocando recursos prioritariamente em investimentos atrelados a Títulos Públicos e Renda Fixa e visando um alongamento da carteira de investimentos.

## **4.2. Estudo de Macroalocação**

Com base nas características do plano, o RPPS atualizou em 2024 o estudo de macroalocação do plano, com base na metodologia de Fronteira Eficiente, visando à proposição de uma carteira de investimentos otimizada, na relação estimado x retorno esperados.

Através da identificação de um determinado nível de equilíbrio entre o retorno dos investimentos e o grau de risco admitido, obteve-se uma gama de alternativas de alocação compatíveis com os objetivos do plano, resultando em:

- Maximização da rentabilidade dos investimentos, visando ao menos igualar a taxa de referência do plano, a dado nível de risco;
- Gerenciar a liquidez necessária para pagamento das obrigações atuais e futuras do plano;
- Diversificação dos ativos; e
- Consistente planejamento para aplicação dos recursos garantidores.

## 5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados nesta Política de Investimentos.

A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visam dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o proposto de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	99,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	30%	1,00%	0,00%	10,00%
Estruturado	15%	0,00%	0,00%	5,00%
Imobiliário	5%	0,00%	0,00%	5,00%
Empréstimo Consignado	5%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%

### 5.1. Rentabilidade e benchmarks

A rentabilidade auferida pelo Fundo SC Futuro é somente do ano de 2024, diante a segregação de massa que criou o fundo em 2024 e por cada segmento de aplicação encontra-se registrada na tabela a seguir:

RENTABILIDADE PASSADA - PLANO E SEGMENTOS DE ALOCAÇÃO						
SEGMENTO	2020	2021	2022	2023	2024*	ACUMULADO
Plano	Não existia o Fundo				5,11%	5,11%
Renda Fixa	Não existia o Fundo				5,11%	5,11%

Renda Variável		-	-
Estruturado		-	-
Imobiliário		-	-
Exterior		-	-

\*A rentabilidade de 2024 foi auferida do período de março (início de entrada dos valores) até o mês de agosto/2024

As metas de rentabilidade por plano e segmento de aplicação, bem como os correspondentes índices de referência (*benchmarks*), foram estabelecidas, conforme tabela a seguir:

Entende-se como *benchmark* para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE	RETORNO ESPERADO
Plano	INPC <sup>1</sup> + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.	8,65%
Renda Fixa	CDI <sup>2</sup> + 1,00% a.a.		10,75%
Renda Variável	IBrX-100 <sup>3</sup>		12,74%
Estruturado	INPC <sup>1</sup> + 4,50% a.a.		8,65%
Imobiliário	INPC <sup>1</sup> + 4,50% a.a.		8,65%
Exterior	MSCI Global (BRL) <sup>3</sup>		13,18%

<sup>1</sup>INPC Projetado 2025: 4,22% conforme Relatório FOCUS – 16/08/2024

<sup>2</sup>CDI Projetado 2025: 10% conforme Relatório FOCUS – 16/08/2024

<sup>3</sup>IBrX-100 e MSCI Global (BRL) projetado conforme cenário Consultoria de Investimentos

## 6. LIMITES

Na aplicação dos recursos, o plano observará os limites consignados nas tabelas abaixo.

### 6.1. Limite de alocação por segmento

ART.	INCSO	ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LIMITES		Alocação Alvo
				LEGAL	PI	
7º	-	-	<b>Renda Fixa</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>99%</b>
	I	a	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados na SELIC	100%	100%	10%
		b	Cotas de fundos de investimentos classificados como renda fixa, cujo regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados em títulos definidos na alínea “a”, ou		100%	85%

			compromissadas lastreadas nesses títulos			
		c	Cotas de Fundos de Investimentos em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa)		100%	-
	II	-	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I.	5%	5%	-
	III	a	cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa);	60%	60%	4%
		b	cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda fixa)			-
	IV		Alocação diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21	20%	20%	-
	V	a	cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);	5%	5%	-
		b	cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "crédito privado" constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda fixa);	5%	5%	-
		c	cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em debêntures de que trata o art. 2º dessa mesma Lei, observadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários.	5%	5%	-
	8	-	-	<b>Renda Variável</b>	<b>30%</b>	<b>5%</b>
I		-	cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);	30%	5%	1%
II		-	cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados ou negociados por bolsa de valores no Brasil, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda variável).	30%	5%	-
9	-	-	<b>Exterior</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>	<b>-</b>
	I		cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa";	10%	5%	-
	II		cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos	10%	5%	-

			termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;			
	III		cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	10%	5%	-
	-	-	<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>15%</b>	<b>5%</b>	<b>-</b>
<b>10</b>	I	-	cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM)	5%	0%	-
	II	-	cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos;			-
	III	-	cotas de fundos de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso”, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.			-
<b>11</b>	-	-	<b>Fundos Imobiliários</b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>
	-	-	cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.	5%	0%	-
<b>12</b>	-	-	<b>Empréstimo Consignados</b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>
	-	-	Empréstimos na modalidade de consignados	5%	0%	-

## 7. VEDAÇÕES

Nas operações em que o RPPS/SC possui efetivo poder de gestão, serão vedadas as seguintes alocações:

- Poupança;
- Notas de Crédito à Exportação (NCE) e Células de Crédito à Exportação (CCE);
- Notas Promissórias;
- Todas as operações vedadas conforme art. 28 da Resolução CMN nº 4963/2021.

## 8. DERIVATIVOS

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados, cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.963/2021.

O RPPS, através de seus fundos de investimentos, poderá fazer uso de derivativos, conforme objetivos descritos no regulamento do fundo investido. Caberá ao gestor, discricionariamente, analisar a conveniência e oportunidade para realização de operações com derivativos, sempre respeitando os limites legais, quando aplicáveis, e os quesitos a seguir.

O controle de exposição, quando se tratar de veículos em que a abertura de carteira é necessária para o enquadramento, será através do monitoramento dos níveis de margem requerida como garantia de operações e das despesas com a compra de opções, sendo:

- Margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) da posição em ativos financeiros aceitos pela Clearing;
- Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Cabe destacar que o controle aqui mencionado não se aplica aos fundos que são dispensados, por legislação, do controle relacionado a derivativos, sendo certo que outras análises sobre a utilização de derivativos nesses fundos serão realizadas, a despeito da dispensa legal para esse controle específico.

Além do caso acima, e sem prejuízo da observância dos mesmos critérios legais, o RPPS poderá realizar operações de derivativos diretamente desde que tais operações observem, cumulativamente, os seguintes critérios:

- Observância dos quesitos legais relacionados a depósito de margem e a gasto com prêmio de opções, transcritos anteriormente;
- Análise prévia de cenários, riscos e impactos na carteira, considerando-se a posição isoladamente e em conjunto com ativos da carteira;
- As operações deverão ter o objetivo de proteção, seja em relação a um cenário adverso ou ao descolamento em relação a um determinado objetivo.

## **9. APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS**

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pelo RPPS (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022.

O apreçamento dos ativos, independentemente da modalidade, será realizado pelo:

- Agente de custódia, ou por terceiro por ele contratado para prestação do serviço de controladoria de ativos; ou
- Administrador fiduciário dos fundos de investimento alocados, ou por terceiro para prestação do serviço de controladoria de ativos para o fundo.

Adicionalmente, o apreçamento estará sujeito aos seguintes pontos:

- Metodologia: conforme manual disponibilizado pelo prestador de serviços contratado (administrador/custodiante/controladoria de ativos);
- Fontes: poderão ser utilizados como fontes de referência os dados divulgados por instituições reconhecidas por sua atuação no mercado de capitais brasileiro, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e a B3. No caso de ativos com baixa liquidez, autoriza-se o uso de estudos específicos, elaborados por empresas especializadas e com reconhecida capacidade;
- Modalidade: como regra geral, os ativos serão marcados a mercado. Como exceção a regra, os títulos públicos federais com prazo entre a data de aquisição e a data de

vencimento igual ou superior a cinco anos podem ser registrados na curva desde que haja capacidade financeira e intenção de mantê-los na carteira até o vencimento, exclusivamente em relação à parcela de recursos administrados destinados a custear benefícios que utilizem hipóteses atuarial.

- **Reclassificação:** a alteração da modalidade na curva para a mercado pode ser realizada, a critério do RPPS, na ocorrência de pelo menos uma das seguintes situações: motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto; para a redução da taxa de juros ou para aumento da longevidade, mediante alteração da tábua de mortalidade, dos planos de benefícios que utilizem hipóteses atuariais na constituição e manutenção de benefícios, desde que o resultado da reclassificação seja igual ou inferior ao valor do ajuste decorrente da alteração da(s) hipótese(s), com base em estudo técnico específico elaborado pelo RPPS.

É recomendável que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

O monitoramento da marcação dos ativos é feito por meio de relatórios gerados mensalmente por consultores contratados.

## **10. REGULAMENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

Esta Regulamentação estabelece critérios para o credenciamento prévio de instituições financeiras aptas a receberem aplicações dos recursos garantidores dos planos de benefícios do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina – RPPS/SC, em conformidade com o disposto na Resolução CMN n. 4963/2021 e na Portaria MTP n. 1467/2022.

Podem requerer o credenciamento prévio as seguintes instituições:

- I. as administradoras e as gestoras de fundos de investimentos;
- II. as instituições financeiras bancárias emissoras de ativos financeiro;
- III. as corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários, no caso de operação direta com títulos de emissão do Tesouro Nacional registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia; e
- IV. o custodiante de títulos e valores mobiliários, para a prestação de serviços de custódia dos títulos públicos federais sob gestão própria do RPPS/SC.

As instituições referidas nos itens I e II mencionados anteriores, além de cumprir os demais requisitos legais e normativos, deverão comprovar ter realizado, nos 12 (doze) meses anteriores ao requerimento, a gestão ou a administração de ativos financeiros no valor mensal de, no mínimo, R\$ 100.000.000.000 (cem bilhões de reais).

As administradoras de fundos de investimentos e as instituições referidas nos itens III e IV mencionados anteriores, além de cumprir os demais requisitos legais e normativos, deverão estar relacionadas na lista exaustiva das instituições que atendam as condições estabelecidas no § 2º, inciso I, e § 8º, do art. 21 da Resolução CMN n. 4.963/2021.

Não serão credenciadas as instituições que se enquadrarem em qualquer das seguintes

situações:

- I. estiverem cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;
- II. tiverem sido declarada inidônea em qualquer esfera de governo;
- III. estiverem em processo de recuperação, intervenção, liquidação ou outro regime de resolução pelo Banco Central; ou
- IV. apresentarem algum restritivo junto a CVM ou BACEN.

O requerimento de credenciamento será recebido, processado e decidido pela Diretoria de Investimentos e, ao final, homologado pelo Comitê de Investimentos.

Será considerada credenciada a instituição que for declarada apta no processo de credenciamento, a qual, após a assinatura do Termo de Credenciamento, passará a compor o banco de dados de instituições credenciadas do RPPS/SC.

O Termo de Credenciamento será assinado pelo Diretor de Investimentos e pelo Presidente do IPREV/SC.

O credenciamento não implicará, em qualquer hipótese, obrigação de alocar ou manter recursos do RPPS/SC em ativos financeiros emitidos, administrados, geridos, distribuídos ou custodiados pela instituição credenciada.

O IPREV/SC publicará, em seu site, o rol das instituições credenciadas.

O credenciamento terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Credenciamento.

O Comitê de Investimentos definirá o rol de documentos a serem apresentados pela instituição requerente para fins de credenciamento, diligenciando para que sejam atendidos integralmente os requisitos previstos neste regulamento, na política de investimentos, na Portaria MTP n. 1.467/2022 e na Resolução CMN n. 4.963/2021.

## **11. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INVESTIMENTO**

Durante a vigência da presente Política de Investimentos, os riscos de investimentos serão avaliados de acordo com os procedimentos e critérios abaixo descritos, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes às operações.

### **11.1. Risco de Mercado**

Para fins de gerenciamento do risco de mercado, o RPPS emprega as seguintes ferramentas estatísticas:

<b>FERRAMENTAS</b>	<b>PROPÓSITO</b>
<i>Value-at-Risk (VaR) ou Benchmark Value-at-Risk (B-VaR)</i>	O VaR (B-VaR) estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado.

utilização de cada modelo dependerá do tipo de mandato e de seus objetivos.

### **11.1.1. VaR e B-VaR**

Para os segmentos e/ou mandatos, o controle de risco de mercado será feito por meio do *VaR* e/ou *B-VaR*, com o objetivo de a Entidade controlar a volatilidade das carteiras do plano. Serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Modelo: Paramétrico.
- Método de Cálculo de Volatilidade: EWMA com  $\lambda$  0,94.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte de Investimento: 21 dias úteis.

Além disso, cabe destacar que essa modelagem será aplicada à carteira aberta dos fundos.

O controle de riscos deve ser feito de acordo com os seguintes limites:

<b>ESTRUTURA</b>	<b>BENCHMARK</b>	<b>VaR / B-VaR</b>	<b>LIMITE</b>
Consolidado	INPC + 4,50% a.a.	VaR	5,00%
Segmento Renda Fixa	CDI + 1,00% a.a.	VaR	5,00%
Segmento Renda Variável	IBrX-100	VaR	12,00%
Segmento Estruturado	INPC + 5,00% a.a.	VaR	11,00%
Segmento Imobiliário	INPC + 5,00% a.a.	VaR	8,00%
Segmento Exterior	MSCI Global (BRL)	VaR	15,00%

Os limites e os objetivos estipulados foram encontrados através da expectativa de retorno definida no cenário para cada mandato/segmento, ou ainda no *spread* exigido para que se obtenha um equilíbrio entre o passivo e o ativo. A relação entre retorno e risco é uma das premissas inseridas neste modelo de mensuração, que ainda conta com a definição do horizonte de tempo e do intervalo de confiança utilizado.

### **11.1.2. Monitoramento e Providências**

Em razão de a gestão dos fundos, que serão monitorados de acordo com os controles e limites aqui estabelecidos, ser terceirizada, é necessário observar que eventuais descumprimentos de limite devem:

- Ser analisados em relação ao contexto de mercado à época do rompimento;
- Ser analisados em relação à postura do gestor, especialmente no que tange ao fato gerador de tal rompimento: se posicionamento ativo por parte do gestor ou se situação atípica de mercado;
- Ser avaliados em contexto mais amplo, considerando-se a carteira total de investimentos, e potenciais impactos nessa carteira.

Nesse sentido, o tratamento dado a cada eventual rompimento de limite depende das análises acima, assim como as providências a serem tomadas, sendo certo que não existe

obrigatoriedade, *a priori*, de zeragem e/ou redução de exposição e nem mesmo de interrupção das operações.

## 11.2. Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito visa mitigar a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, resultando em prejuízo ao plano.

Deste modo, antes de realizar uma aplicação em ativos ou de cotas de fundos de investimento relacionados ao risco de crédito, o RPPS avalia o potencial da empresa/instituição emissora do crédito em honrar as dívidas. A análise realizada procura identificar fatores que possam deteriorar a geração de fluxo de caixa operacional empregando, simultaneamente, as seguintes abordagens:

ABORDAGENS	PROPÓSITO
Qualitativa	A análise qualitativa é composta por inúmeros elementos que possam contribuir com a formação de opinião acerca da capacidade de pagamento, incluindo-se: análise de emissores, documentação e prospecto, prazos, fatores financeiros, garantias etc.
Quantitativa	Os modelos quantitativos de classificação de risco de crédito buscam avaliar a um emissor de crédito ou de uma operação específica, atribuindo uma medida que representa a expectativa de risco de <i>default</i> , geralmente expressa na forma de uma classificação de risco ( <i>rating</i> ).

### 11.2.1. Abordagem Qualitativa

Com relação aos investimentos diretos em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (*rating*) atribuído por agência classificadora, mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir:

#### Análise dos emissores

Nos investimentos em que a contraparte seja o principal pilar para a análise do risco da operação, é importante analisar aspectos financeiros (capacidade de pagamento), histórico de atuação, governança, controle acionário, setoriais, impactos políticos (se existir), aspectos legais da emissão como índices financeiros (cobertura, alavancagem e outros).

#### Análise de prospectos e outras documentações

Em uma operação estruturada é necessária a análise das documentações que competem à operação (prospecto, regulamento e outras), entendendo-se quais as garantias, seus vínculos e/ou lastros, responsabilidades, estrutura de gerenciamento de fluxo de caixa, custos, volume de emissão, prazo do investimento, etc.

#### Monitoramento de operações de crédito

A decisão de investir em um ativo de crédito traz consigo a necessidade de um acompanhamento contínuo do desempenho das operações. Nesse sentido, é necessário

acompanhar a classificação de risco das agências de *rating* e os dados da operação disponíveis no mercado. A contraparte também deve ser periodicamente acompanhada.

### 11.2.2. Abordagem Quantitativa

Sob a abordagem quantitativa, a avaliação do risco de crédito será realizada pela utilização de *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil. A classificação representa um grau crescente de risco de *default*, sintetizada por uma escala de notas, para as quais o RPPS estabelece um grau mínimo para realização de suas aplicações.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Para títulos emitidos por instituições financeiras, será considerado o *rating* da instituição;
- Para títulos emitidos por quaisquer outras instituições não financeiras, será considerado o *rating* da emissão, e não o *rating* da companhia emissora;

É preciso verificar se a emissão ou emissor possui *rating* por pelo menos uma das agências classificadoras de risco, e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior às faixas classificadas como “Investimento” a seguir:

TABELA DE RATINGS						
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Liberum	Austin	Grau
1	AAA (bra)	brAAA	Aaa	AAA	brAAA	Investimento
2	AA+ (bra)	brAA+	Aa1	AA+	brAA+	
	AA (bra)	brAA	Aa2	AA	brAA	
	AA- (bra)	brAA-	Aa3	AA-	brAA-	
3	A+ (bra)	brA+	A1	A+	brA+	
	A (bra)	brA	A2	A	brA	
	A- (bra)	brA-	A3	A-	brA-	
4	BBB+ (bra)	brBBB+	Baa1	BBB+	brBBB+	
	BBB (bra)	brBBB	Baa2	BBB	brBBB	
	BBB- (bra)	brBBB-	Baa3	BBB-	brBBB-	
5	BB+ (bra)	brBB+	Ba1	BB+	brBB+	Especulativo
	BB (bra)	brBB	Ba2	BB	brBB	
	BB- (bra)	brBB-	Ba3	BB-	brBB-	
6	B+ (bra)	brB+	B1	B+	brB+	
	B (bra)	brB	B2	B	brB	
	B- (bra)	brB-	B3	B-	brB-	
7	CCC (bra)	brCCC	Caa1	CCC	brCCC	

	CC (bra)	brCC	Caa2	CC	brCC	
	C (bra)	brC	Caa3	C	brC	
8	D (bra)	brD	Da	D	brD	

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão classificados como Grau de Investimento, observadas as seguintes condições:

- Caso duas das agências classificadoras admitidas classifiquem o mesmo papel ou emissor, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- O enquadramento dos títulos ou emissores será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimento.

As agências de classificação de risco utilizadas na avaliação dos ativos de crédito privado domiciliadas no país devem estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No caso de agências domiciliadas no exterior, essas devem ser reconhecidas pela CVM.

### **11.2.3. Exposição a Crédito Privado**

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, evitando-se exposição a ativos não elegíveis. Eventuais rebaixamentos de *ratings* de papéis já integrantes da carteira de investimentos deverão ser avaliados individualmente, visando a proteger o interesse dos participantes dos planos de benefícios.

Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Aplicações em DPGE (Depósitos a Prazo com Garantia Especial) serão sempre consideradas como “Grau de Investimento”, desde que sejam respeitados os limites de cobertura de R\$ 40 milhões do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) por instituição;
- Se não houver *rating* válido atribuído, o ativo será classificado como Grau Especulativo.

O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

<b>Categoria de Risco</b>	<b>Limite</b>
Grau de Investimento + Grau Especulativo	60%
Grau Especulativo	5%

O limite para títulos classificados na categoria Grau Especulativo visa comportar eventuais rebaixamentos de *ratings* de papéis já integrantes da carteira de investimentos e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais, dos quais a Entidade não tem controle sobre o regulamento. Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria “Grau Especulativo” por parte dos gestores de carteira e de fundos exclusivos.

#### 11.2.4. Controle de Concentração

Além dos controles já explicitados, a Entidade atentará para eventuais excessivas concentrações em determinados emissores e/ou em setores específicos da economia. A razão pela qual tal atitude é tomada é o reconhecimento de que, por mais que os controles sejam observados, o mercado de crédito está sujeito a peculiaridades próprias, que podem levar a perdas mesmo em situações aparentemente controladas.

Nesse sentido, a Entidade observará os seguintes parâmetros:

TIPO DE CRÉDITO	CONTROLE INDIVIDUAL	CONTROLE SETORIAL
Financeiro	10%	20%
Corporativo	5%	10%

A extrapolação de qualquer um dos níveis de controle não exige imediata revisão da alocação, mas sim estudo mais aprofundado da contraparte em questão ou do setor ao qual ela pertence.

### 11.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes.

#### 11.3.1. Redução de Demanda de Mercado (Ativo)

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio do controle do percentual da carteira que pode ser negociado em determinado período, adotando como premissa a utilização de 20% do volume médio negociado nos últimos 21 dias úteis, para cada ativo presente na carteira e/ou fundos exclusivos. No caso dos demais fundos, será utilizado o prazo de cotização divulgado em regulamento.

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 21 dias úteis	10%
Até 252 dias úteis	20%

### 11.4. Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- Realizações das ações de controles internos, previstas no item 13 desta política;
- Conhecimento e mapeamento profundo de seus procedimentos operacionais;
- Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo;

- Avaliação dos impactos das possíveis falhas;
- Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados.
- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento.

As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

### **11.5. Risco Legal**

O risco legal está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O monitoramento do risco jurídico incide sobre a gestão dos ser<sup>á</sup> feito por meio:

- Monitoramento do nível de compliance, através de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelo Conselho Fiscal; e
- Contratação de serviços pontuais ou de monitoramento do risco jurídicos da carteira de investimentos.

### **11.6. Risco Sistêmico**

Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco. O monitoramento do risco sistêmico é realizado através de relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado o *VaR* e *Stress* da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente.

Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação de setores e emissores. Como mecanismo adicional, o RPPS poderá contratar gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

## 12. CONTROLES INTERNOS

Com o objetivo de manter-se em permanente atendimento aos limites e requisitos previstos na Resolução CMN Nº 4.693/21, serão aplicados os seguintes controles internos:

### 12.1. Controles internos aplicados na gestão de riscos

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco de Mercado	- Modelos de <i>VaR</i> e/ou <i>B-VaR</i> ;	- Controles pelos gestores exclusivos; - Relatórios de Risco; - Monitoramento dos deslocamentos e limites estabelecidos.
Risco de Crédito	- Limitação por contraparte; - Diversificação; - Acompanhamento de <i>ratings</i> .	- Controles pelos gestores exclusivos; - Relatórios de Risco; - Monitoramento dos limites estabelecidos e alterações de <i>rating</i> .
Risco de Liquidez	- Liquidez dos ativos de mercado.	- Monitoramento dos prazos de resgate e carência de fundos abertos; - Monitoramento da demanda de mercado através de relatórios de risco e Relatório de Compliance; - Após concluído o estudo de ALM o RPPS extrai do referido estudo uma tabulação com a liquidez a ser requerida de forma a acompanhar a necessidade de desembolso de caixa para fins de pagamentos de benefícios.
Risco Operacional	- Controles Inadequados; - Falhas de Gerenciamentos; - Erros Humanos.	- Implementação e mapeamento de processos e rotinas de trabalho; - Adoção de práticas de governança corporativa; - Certificação dos profissionais que participam do processo de tomada de decisão dos investimentos.
Risco Legal	- Violação da Legislação e Política; - Violação de Regulamentos; - Faltas em contratos.	- Enquadramento Legal; - Enquadramento da Política de Investimentos; - Monitoramento dos limites gerais no Relatório de Compliance; - Avaliação técnica e criteriosa de contratos com gestores e prestadores de serviço.
Risco Sistemico	- Possíveis perdas causadas por problemas generalizados no mercado.	- Priorizar os investimentos em títulos soberanos em títulos que disponham de garantias; - Considerar aspectos de diversificação de setores e emissores.

### 12.2. Controles internos aplicados em eventos de desenquadramento

Apesar de todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos mínimos devem ser observados:

- O desenquadramento ocasionado por erros ou falhas internas deve gerar procedimento de revisão de processos, e adequação formal dos mesmos;
- O desenquadramento gerado por descumprimento da legislação, no que concerne aos recursos investidos, deve gerar sanções ao gestor de recursos, que podem ir desde sua advertência formal até o resgate da totalidade dos recursos investidos;
- O desenquadramento gerado de natureza passiva não é considerado como infringência a legislação vigente, sendo que o reenquadramento deverá ser realizado conforme os ditames legais;
- O desenquadramento ocasionado por investimentos realizados antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.963/21 podem ser mantidos até a sua data de vencimento ou de sua alienação.

### **13. CONTROLE DO PROCESSO DE APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

<b>CONTROLE SOBRE O PROCESSO DE APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO</b>	
Aprovação Comitê de Investimentos	27/08/2024
Aprovação Conselho Administração	XX/XX/2024
Encaminhamento do Demonstrativo das Políticas de Investimentos	Até 31/12/2024



# IPREV

Política de Inverimentos 2025 a  
2029

SC SEGURO

## Conteúdo

1.	APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	3
2.	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS .....	3
2.1.	Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos.....	4
2.2.	Distribuição de competências e responsabilidades .....	4
2.3.	Política de Alçadas .....	9
2.4.	Modelo de Gestão.....	10
2.4.1.	Carteira Própria.....	10
2.4.1.1.	.....Vedações	11
2.4.2.	Seleção de Fundos de Investimento (Fundos Abertos).....	11
2.5.	Segregação de Massa .....	13
3.	MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE .....	14
3.1.	Conflitos de Interesse .....	14
3.1.1.	Público Interno .....	14
3.1.2.	Público Externo.....	14
4.	SOBRE O FUNDO .....	15
4.1.	Cenário Macroeconômico .....	15
4.2.	Estudo de Macroalocação .....	16
5.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	16
5.1.	Rentabilidade e benchmarks .....	17
6.	LIMITES .....	18
6.1.	Limite de alocação por segmento .....	18
7.	VEDAÇÕES .....	19
8.	DERIVATIVOS.....	20
9.	APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....	20
10.	REGULAMENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO .....	21
11.	PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INVESTIMENTO .....	23
11.1.	Risco de Mercado .....	23
11.1.1.	VaR e B-VaR .....	23
11.1.2.	Monitoramento e Providências .....	24
11.2.	Risco de Crédito .....	24
11.2.1.	Abordagem Qualitativa .....	24
11.2.2.	Abordagem Quantitativa .....	25
11.2.3.	Exposição a Crédito Privado.....	26
11.2.4.	Controle de Concentração .....	27
11.3.	Risco de Liquidez.....	27
11.3.1.	Redução de Demanda de Mercado (Ativo).....	27
11.4.	Risco Operacional.....	28



11.5. Risco Legal .....	28
11.6. Risco Sistêmico .....	28
12. CONTROLES INTERNOS .....	29
12.1. Controles internos aplicados na gestão de riscos .....	29
12.2. Controles internos aplicados em eventos de desenquadramento .....	30
13. CONTROLE DO PROCESSO DE APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO .....	30

## 1. APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos do SC SEGURO, administrado pela IPREV-SC, referente ao exercício de 2025, compreenderá na análise o período de 2025 a 2029 e objetiva:

- a) Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- b) Dar transparência aos Poderes, servidores, aposentados e pensionistas em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e seus riscos.

No processo de planejamento desta Política, a Entidade adotou o horizonte de 60 (sessenta) meses, prevendo revisões anuais. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.693, de 25 de novembro de 2021 e na Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022, como também a Lei Complementar nº 412 de 26 de junho de 2008.

Na elaboração desta Política de Investimentos foram empregadas técnicas de análises de cenários e de riscos, avaliações e projeções de indicadores econômicos, considerando a modalidade do plano em regime de repartição simples, suas especificidades, necessidades de liquidez e os fluxos esperados de pagamentos dos ativos. As conclusões obtidas com estes estudos oferecem subsídios para a definição das diretrizes de alocação expressas nesta política.

## 2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A legislação que disciplina a gestão dos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência – RPPS - determina que os responsáveis pela gestão dos recursos estabeleçam regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a Política de Investimentos estabelecida e os normativos pertinentes.

Neste sentido, vale destacar que são considerados responsáveis pela gestão, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do RPPS, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos de RPPS, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes.

A mesma legislação determina que o RPPS deverá definir claramente a separação de responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

Essa segregação de responsabilidades é necessária, pois os responsáveis pela gestão, bem como o dirigente do ente federativo instituidor RPPS e o de sua unidade gestora, serão

solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Assim, em atendimento ao arcabouço legal, a Estrutura de Governança de Investimentos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina - RPPS/SC – tem como objetivo definir as competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas aos objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

## **2.1. Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos**

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa ao RPPS/SC, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, além das obrigações legais e regulamentares, deve:

- I. Ter pleno conhecimento, cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- II. Possuir comprovada capacidade técnica, conhecimentos e habilidades compatíveis com as responsabilidades inerentes ao exercício profissional de cargo, emprego ou função relacionada à gestão de investimentos;
- III. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior ou ao órgão colegiado que seja membro;
- IV. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto ao RPPS/SC ou fora dela, que possa resultar em comprovado conflito de interesses; e
- V. Comunicar imediatamente a identificação de qualquer situação em que possa ser identificada ação, ou omissão, que não esteja alinhada aos objetivos da Política de Investimentos – PI - do RPPS/SC, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

## **2.2. Distribuição de competências e responsabilidades**

A estrutura de governança de investimentos do RPPS/SC é composta por:

- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Comitê de Investimentos
- Diretoria de Investimentos
  - Gerência de Gestão de Investimentos
  - Gerência de Gestão de Riscos de Investimentos
- Consultoria Financeira

Apresentam-se, a seguir, as principais competências atribuições de cada uma das instâncias da estrutura de governança de investimentos, sem prejuízo de atribuições adicionais definidas em documentos internos:

### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação e orientação superior do RPPS/SC, e compete ao mesmo, na estrutura de governança dos investimentos:

- Aprovar a Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais;
- Aprovar o Regulamento do Credenciamento de Instituições Financeiras;

### **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão financeira do RPPS/SC, e competindo ao mesmo, na estrutura de governança dos investimentos:

- Fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas vigentes;
- Fiscalizar e acompanhar a execução da Política de Investimentos, consubstanciado pelo Relatório de Gestão de Riscos.

### **Comitê de Investimentos**

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente a Seção I do Capítulo VI, combinado com a o Decreto Estadual 32, de 4 de fevereiro de 2015, o Comitê de Investimento do IPREV/SC é constituído por 5 (cinco) membros, indicados e nomeados pelo presidente do IPREV/SC, sendo 3 (três) servidores do quadro permanente mais o Diretor de Gestão de Recursos Previdenciários e o Gerente de Investimentos do IPREV. O Diretor de Administração é o Presidente do Comitê e Gestor dor Recursos do RPPS/SC frente à Secretaria de Previdência/MTP.

Compete ao Comitê de Investimentos, segundo o Art. 7º. Decreto 32/2015 apreciar os encaminhamentos, relativos à gestão dos investimentos, feitos pela Diretoria de Investimentos, observar a legislação vigente, interagindo sempre que necessário para atendimento e enquadramento dos recursos e das obrigações, e o seguinte:

- Aprovar e modificar a Política Anual de Investimentos a ser submetida ao Conselho de Administração do IPREV;
- Deliberar sobre a alocação de recursos;
- Analisar a conjuntura, os cenários e as perspectivas do Mercado Financeiro;
- Debater, mensalmente, o desempenho da carteira de investimentos frente à Meta Atuarial e à Rentabilidade auferida;
- Avaliar riscos potenciais que podem impactar na carteira de investimentos;
- Apresentar relatório consolidado dos investimentos;
- Participar de eventos que abordam gestão de recursos previdenciários;
- Participar e assistir à apresentação de produtos financeiros;

- Deliberar e aprovar a contratação de consultoria técnica na área de investimentos e atuarial; e
- Acompanhar, debater, analisar e aprovar o Relatório Atuarial.

O Comitê de Investimento é composto por 05 membros. Todos com certificação conforme disposto a seguir:

<b>Tipo de Certificação Profissional</b>	<b>Membros Certificados</b>	<b>Data de Vencimento da Certificação</b>
Certificação Profissional ANBIMA CPA – 10	Saulo Rodolfo Vidal	29/09/2024 a ser renovada
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Yuri Carioni Engelke	19/12/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Abelardo O. Rocha Junior	13/01/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Jean J. Dressel Braun	13/09/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Aliceana de A. Graciosa	28/12/2027

#### **Diretoria de Investimentos**

À Diretoria de Investimentos, diretamente subordinada ao Presidente, compete no âmbito desta Política de Investimentos:

- Coordenar a elaboração da política anual de investimentos;
- Coordenar a elaboração de metodologia de acompanhamento do desempenho e dos riscos dos investimentos, na forma definida pela Política de Investimentos, bem como pela legislação aplicável;
- Acompanhar e controlar receitas e despesas referentes à exploração de imóveis/terrenos ocupados e desocupados;
- Coordenar as atividades relacionadas ao credenciamento, habilitação e prestação de serviços por parte de consultorias, agentes e instituições financeiras;
- Acompanhar as diligências, bem como prestar as informações, de sua competência, exigidas pelos órgãos colegiados, de supervisão, fiscalização e controle do RPPS/SC;
- Publicar todas as informações conforme determinado pela legislação;
- Coordenar a elaboração de documentação e participar das assembleias gerais dos fundos de investimentos, nos quais o Instituto é cotista;

#### **Gerência de Investimentos**

À Gerência de Investimentos, diretamente subordinada à Diretoria de Investimentos, compete no âmbito desta Política de Investimentos:

- Acompanhar os valores diários das taxas do mercado financeiro e das cotas dos fundos de investimento;
- Emitir pareceres e relatórios que auxiliem na tomada de decisão para alocação dos recursos financeiros previdenciários;
- Elaborar a minuta da Política de Investimentos, sob orientação da Diretoria de Investimentos;
- Elaborar e executar a metodologia de acompanhamento do desempenho dos investimentos, na forma definida pela Política de Investimentos, bem como pela legislação aplicável;
- Analisar as posições e a estrutura da carteira de investimentos e enquadramentos legais e sua adequação à estratégia, propondo operações financeiras necessárias aos ajustes necessários;
- Operacionalizar as compras e a custódia de títulos públicos federais;
- Analisar e controlar as operações de títulos, valores mobiliários e demais investimentos;
- Orientar, acompanhar e controlar as movimentações financeiras visando à administração da carteira de investimentos, entre elas re-investimento de rendimentos (juros, dividendos, amortizações e prêmios) e realocações entre ativos;
- Orientar, acompanhar e controlar as movimentações financeiras decorrentes do fluxo de caixa informado pela Diretoria de Administração e Finanças em decorrência de disponibilidade financeira e necessidade de pagamento de obrigações;
- Realizar e acompanhar atividades relacionadas ao credenciamento, habilitação e prestação de serviços por parte de consultorias, agentes e instituições financeiras;
- Elaborar documentação e participar das assembleias gerais dos fundos de investimentos, nos quais o Instituto é cotista;

### **Gerência de Riscos de Investimentos**

À Gerência de Riscos de Investimentos, diretamente subordinada à Diretoria de Investimentos, compete:

- Realizar estudos, tarefas, projeções e estatísticas que possam ser utilizadas para o bom desempenho das funções de controle e minimização dos riscos de investimentos;
- Emitir pareceres e relatórios gerenciais sobre a carteira de ativos destinados por lei ao IPREV/SC, com a análise dos riscos x retornos, subsidiando os atos de decisão da Diretoria de Investimentos, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos;
- Participar, sob a orientação da Diretoria de Investimentos, na elaboração de Política de Investimento sugerindo e detalhando a metodologia para o controle dos riscos;
- Elaborar e acompanhar a metodologia de controle de riscos da carteira de investimentos do IPREV/SC;
- Elaborar e emitir periodicamente o Relatório de Gestão de Riscos dos investimentos, conforme determina a legislação pertinente;

- Solicitar periodicamente às instituições financeiras o arquivo XML para abertura das carteiras dos fundos para análise dos ratings de crédito;
- Acompanhar a legislação financeira, tributária e de investimentos visando informar a Diretoria de Investimentos acerca dos riscos inerentes à alteração das mesmas;
- Controlar e avaliar, as participações societárias e outros bens, direitos e receitas destinadas por lei ao IPREV/SC;
- Avaliar e sugerir alternativas para a redução de riscos relativos a todos os contratos referentes a serviços financeiros prestados à Diretoria de Investimentos;
- Supervisionar e validar, os documentos apresentados nos processos de credenciamento das instituições financeiras que recebem as aplicações dos recursos previdenciários do Instituto;

### **Consultoria de Investimentos**

A consultoria de investimentos tem a função de auxiliar o IPREV/SC no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários. O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá, obrigatoriamente, observar as seguintes Cláusulas:

- que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, inclusive da INCVM nº 592/2017;
- que as análises fornecidas serão isentas e independentes; e
- que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021: Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço; b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

A empresa contratada pelo IPREV/SC para esta função, desde julho de 2020, é a LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA - EPP, estabelecida na Av. Angélica, 2.503, Conjunto 75, Bairro Higienópolis, São Paulo/SP, e-mail: contato@ldbempresas.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 26.341.935/0001-25, tendo como Sócio Administrador o Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF 271.795.418-00. Contratualmente a LDB deve prestar ao IPREV/SC: serviço especializado em consultoria com sistema eletrônico de gerenciamento da carteira de investimento (em ambiente totalmente via WEB) no mercado financeiro e de capitais para acompanhar a situação da carteira de investimentos, informando sobre as necessidades dessa, bem como auxiliar o preenchimento das APR's (Autorização de Aplicação e Resgate) conforme diretrizes e

orientações do Ministério do Trabalho e Previdência. Além de gerar relatórios periódicos a fim de auxiliar na tomada de decisões do Comitê de Investimentos. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato são feitos pela Gerência de Administração e Finanças do IPREV/SC. Além disso, compete à Consultoria de Investimentos:

- Participar das reuniões presenciais e/ou conference calls para realização da análise da carteira de investimentos e das possíveis alternativas disponíveis pelo mercado;
- Análise de Desempenho (risco x retorno) de cada um dos Investimentos;
- Análise do enquadramento perante a Resolução do Conselho Monetário Nacional vigente;
- Elaboração dos Relatórios Trimestrais de acordo com a legislação vigente;
- Elaboração dos Relatórios Semestrais de acordo com a legislação vigente;
- Revisão da Política de Investimentos para o exercício seguinte;
- Acompanhamento da Política de Investimentos;
- Elaboração do Demonstrativo de Política de Investimentos (DPIN);
- Elaboração do Formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR);
- Elaboração do Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos (DAIR);

Também será demandada à consultoria de investimentos, a elaboração de um estudo de ALM visando maior objetividade na definição das modalidades e do duration de investimentos.

### **Gestão Previdenciária (Pró-Gestão)**

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão versão 3.4/22, tem por objetivo incentivar os RPPSs a adotarem as melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório de alocação dos recursos garantidores cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

O IPREV/SC obteve certificação, PRÓ-GESTÃO NÍVEL 2, por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil -, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 918/2022. Certificado Nº - CPG-119/2022 com validade até 01/09/2025.

## **2.3. Política de Alçadas**

Os RPPS devem estabelecer limites de alçada de investimentos, definindo internamente os órgãos responsáveis pela aprovação, negociação e formalização de investimentos.

Na tabela a seguir estão dispostas as alçadas para decisão de investimentos/alocações e desinvestimentos/desalocações por operação:

SEGMENTO	GESTÃO	OPERACIONALIZAÇÃO	ALOCAÇÃO	ALÇADA (cumulativa)
----------	--------	-------------------	----------	---------------------

<b>Renda Fixa - Art. 7º, I, "a", "b" e "c"</b>	Terceiros (Fundos de Investimentos) e Carteira Própria	Aplicação Simplificada pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação de Novos Fundos de Investimentos	<b>Até 20% PL</b>	<b>20,01% PL a 79,99%</b>	<b>Acima de 80%</b>
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
			Desinvestimento para Pagamento de Benefício	GEAFC e DIAD		
<b>Renda Fixa - Art. 7º, II - Operações Compromissadas</b>	Carteira Própria	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	<b>Até 0,5% PL</b>	<b>De 0,51% a 1,99% PL</b>	<b>Acima de 2% PL</b>
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
<b>Renda Fixa - Art. 7º, III, "a" e "b"</b>	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação Simplificada pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação de Novos Fundos de Investimentos	<b>Até 10% PL</b>	<b>10,01% PL a 19,99%</b>	<b>Acima de 20% PL</b>
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
			Desinvestimento para Pagamento de Benefício	GEAFC e DIAD		
<b>Renda Fixa - Art. 7º, IV - Ativos de Renda Fixa</b>	Carteira Própria	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	<b>Até 0,5% PL</b>	<b>0,501% a 0,99% PL</b>	<b>Acima de 1% PL</b>
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
<b>Renda Fixa - Art. 7º, V, "a", "b" e "c"</b>	Terceiros (Fundos de Investimentos) e Carteira Própria	Aplicação Instruída e/ou Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	<b>Até 1% PL</b>	<b>De 1,01% a 0,99% PL</b>	<b>Acima de 1% PL</b>
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
<b>Renda variável - Art. 8º I e II</b>	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	<b>Até 0,5% PL</b>	<b>De 0,501% a 0,99% PL</b>	<b>Acima de 1% PL</b>
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
<b>Exterior - Art. 9º I, II e III</b>	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	<b>Até 0,5% PL</b>	<b>De 0,501% a 0,99% PL</b>	<b>Acima de 1% PL</b>
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
<b>Multimercado - Art. 10º I</b>	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	<b>Até 0,5% PL</b>	<b>De 0,501% a 0,99% PL</b>	<b>Acima de 1% PL</b>
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV, GERISC e DINV	GEINV, GERISC, DINV e Presidente
<b>Multimercado - Art. 10º II e III - Fundo de Participações e Mercado de Acesso</b>	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	<b>Independente de Valor</b>		
			Investimentos / Desinvestimentos	GEINV, GERISC, DINV, Comitê, Presidente e CONAD		
<b>Fundo de Investimento Imobiliário - Art. 11</b>						

Ressalta-se que toda aplicação de novos fundos de investimentos e de novos tipos de investimentos serão encaminhadas para conhecimento e opinião do Comitê de Investimentos, podendo o Comitê vedar ou recomendar algum fundo ou tipo de investimento conforme Resolução CMN 4.963 e esta Política de Investimentos. Sendo aplicadas as melhores práticas de Gestão e Controles recomendado pela ANBIMA.

## 2.4. Modelo de Gestão

A gestão dos investimentos do IPREV-SC atualmente é interna (carteira própria), podendo vir a ser mista (própria e terceirizada), desde que recomendada pelo comitê de investimento e aprovada pelas Diretorias do IPREV.

### 2.4.1. Carteira Própria

A Carteira Própria da Entidade poderá se constituir de ativos nos seguintes segmentos:

- Títulos Públicos Federais de Renda Fixa;
- Estoque de ativos ou cotas de ativos que não componham a carteira de Fundos de Investimentos (FIs) e Fundo de Investimentos em Fundos (FIF) a que os planos sejam cotistas restritos.
- Cotas de Fundos Abertos de Investimentos.

A carteira própria terá gestão interna do IPREV-SC, sendo operacionalizada pela Diretoria de Investimentos tendo, obrigatoriamente, controladoria e custódia externa para aquisição de títulos públicos.

#### 2.4.1.1. Vedações

É vedado realizar os seguintes investimentos na carteira própria, os quais somente poderão ocorrer na carteira terceirizada (discricionária):

- Ativos financeiros de crédito privado;
- Ativos financeiros de renda variável;
- Derivativos.

### 2.4.2. Seleção de Fundos de Investimento (Fundos Abertos)

O RPPS terceiriza parte da sua gestão de recursos financeiros com o objetivo de aproveitar a expertise em áreas em que não possui vantagens competitivas. Neste contexto, a entidade estabeleceu processos de seleção e avaliação destes gestores externos de fundos de investimentos.

#### a. GESTORES EXTERNOS

Quando adotado o modelo de gestão terceirizado, este será completamente discricionário, vedado ao IPREV-SC figurar como segundo gestor, formalmente ou tacitamente limitando-se, na qualidade de cotista, à deliberar e fornecer informações aos gestores quanto ao regulamento, prestadores de serviço, mandato, padrões de alocação, volume de alocação em função de prazos de vencimentos adequados ao ALM dos Planos de Benefícios, segmentos de aplicação, limites de risco, padrões de rentabilidade a serem perseguidos, além de repassar aos gestores, sem julgamento de valor, informações de contato de eventuais proponentes que procurem a Entidade para prospectar recursos do RPPS, bem como acompanhar o atendimento às regras e seu desempenho.

De acordo com os termos da legislação em vigor do CMN, os gestores externos do IPREV-SC serão avaliados através dos parâmetros quantitativos e qualitativos, quais sejam:

- Quantitativos:
  - Rentabilidade histórica: O IPREV-SC monitora a rentabilidade em janelas de tempo de 12 meses, 24 meses e desde o início do fundo ante o *benchmark* de cada fundo de investimento. Nesse sentido, tal medição será feita em frequência mensal quando do encerramento de cada mês. Para fundos de investimentos já aplicados pelo IPREV-SC caberá a área técnica da entidade avaliar o desempenho do gestor conforme as janelas acima e tomar as providências que julgar pertinentes para que o gestor enquadre o fundo dentro dos limites de risco e retorno esperados. Para novos fundos de investimentos serão avaliados a rentabilidade histórica para fins de levantamento da variação do fundo em comparação ao *benchmark* para justificativa da aplicação.
  - Consistência: O índice de consistência do gestor mede a quantidade de vezes em que o fundo superou o *benchmark* em janelas de tempo de 12 meses, 24 meses e desde o início do fundo. A frequência de apuração da métrica será mensal sendo realizada quando do encerramento do mês. Para fundos de investimentos já aplicados pelo IPREV-SC caberá a área técnica da entidade avaliar o desempenho do gestor conforme as janelas acima e tomar as providências que julgar pertinentes para que o gestor enquadre o fundo dentro dos limites de risco e retorno esperados. Para novos fundos de investimentos serão avaliados a consistência para justificativa da aplicação.
  - Drawdown/Underwater: Apresenta apenas as perdas do ativo. Através desse indicador é possível avaliar qual foi o momento de maior perda do ativo e qual a sua reação após o evento, como o tempo levado para que o prejuízo fosse recuperado. Para novos fundos de investimentos serão avaliados, comparativamente com os fundos já existentes, para justificativa da aplicação.
  - Relatório de Gestão de Risco: A medição a ser considerada nesse item se baseará no controle de risco de mercado dos mandatos estabelecidos nessa política de investimento vis-à-vis os respectivos limites. Em caso de violação do limite de risco orçado de fundos já aplicados pelo IPREV-SC caberá ao gestor do mandato se manifestar provendo ao IPREV-SC uma explicação de motivos acerca do ocorrido;
  - Total de recursos administrados e Credenciamento: Para os fundos de investimentos, serão consideradas elegíveis as gestoras cujo montante de recursos administrados sob gestão seja de pelo menos R\$ 100 bilhões, conforme Regulamentação do Credenciamento do IPREV-SC, conforme item 10 desta Política de Investimentos;
  - Observância de prazos: Nesse quesito caberá a cada um dos gestores mandatados pela Entidade observar o fiel cumprimento do prazo de até 5 dias úteis, após o fechamento do mês, para o envio do arquivo de posição das carteiras dos fundos investidos em formato XML. Caso o gestor não atenda ao prazo estabelecido será notificado pela IPREV-SC do referido descumprimento.
- Qualitativos:
  - Solidez e conceito no Mercado;

- Tempo de Mercado
- Volume de recursos
- Histórico controladores/sócios
- Históricos problemas com fundos
  - Sistema interno de gerenciamento de riscos;
  - Capacitação técnica ao atendimento dos objetivos do IPREV-SC;
  - Adesão à Política de Investimento;
  - Qualidade no atendimento;
  - Compliance;
  - Registro/credenciamento pelo IPREV-SC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e
  - Parecer dos auditores independentes acerca das demonstrações financeiras anuais do fundo investido.

O IPREV-SC poderá substituir gestores que não atendam aos critérios mínimos descritos acima, em qualquer momento que julgar propício.

Os gestores externos de fundos abertos envolvidos na gestão dos fundos deverão gerir os recursos de maneira discricionária, em conformidade com o mandato outorgado por meio do regulamento do Fundo, observada a legislação afeta a gestão de recursos de terceiros, a legislação que disciplina os investimentos de RPPS e esta Política de Investimento, bem como zelar por uma administração ética, transparente e objetiva.

Caso o IPREV-SC venha a selecionar gestor de fundos exclusivos, o gestor deverá enviar relatórios mensais de acompanhamento de retorno, volatilidade total e volatilidade em função do benchmark estabelecido, apresentando todos os ativos presentes na carteira e despesas gerais, cujo registro será mantido pelo IPREV em meio digital.

A Gerência de Riscos do IPREV-SC realizará o acompanhamento mensal dos serviços fornecidos pelos gestores, fazendo constar no Relatório de Controle e Monitoramento dos Riscos de Investimentos os seguintes indicadores:

- Rentabilidade x Benchmark;
- Adesão à Política de Investimento; e
- Relação risco/retorno.

#### **b. AGENTE CUSTODIANTE**

O agente custodiante será avaliado/selecionado segundo os seguintes parâmetros:

- Solidez e conceito no mercado;
- Registro/Credenciamento pelo IPREV-SC e pela CVM;
- Capacitação técnica, envolvendo:
  - Tecnologia;
  - Modernidade; e
  - Taxas cobradas pelos serviços.
  - Cumprimento dos prazos estabelecidos.

O agente custodiante deverá suprir o IPREV-SC de todas as informações relativas ao seu portfólio, além de garantir o cumprimento e aplicação adequada desta Política de Investimento e demais determinações contidas na legislação em vigor.

## 2.5. Segregação de Massa

O Estado de Santa Catarina instituiu a segregação de massa de segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina com a publicação da Lei Complementar nº 848, de 22 de dezembro de 2023, a segregação de massas objetiva o equacionamento do déficit financeiro e atuarial desse Regime, ocorrendo a separação dos segurados do plano de benefícios em 2 grupos distintos, os quais integrarão o Fundo em Repartição (SC Seguro) do qual é destinado ao pagamento de benefícios previdenciários até a extinção do último benefício a ser custeado com os recursos desse Fundo aos segurados e aos dependentes de segurados que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2023 e o Fundo em Capitalização (SC Futuro) do qual é destinado o pagamento de benefícios previdenciários aos segurados e aos dependentes de seguros que tenham ingressado no serviço público estadual a partir de 1º de janeiro de 2024.

## 3. MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE

### 3.1. Conflitos de Interesse

O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pelo RPPS independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

#### 3.1.1. Público Interno

O RPPS não autoriza a realização de atividades em que os agentes envolvidos possam estar em situação de conflitos de interesses, real, potencial ou aparente. Assim, qualquer participante do processo decisório e de assessoramento nos investimentos que incorra em evento de potencial conflito de interesses, ou em quaisquer outras decisões que puderem beneficiá-lo de modo particular, ainda que indiretamente, ou em que tiver interesse conflitante com o do plano de benefícios, não poderá se manifestar em nenhuma das fases do processo decisório ou de assessoramento, devendo proceder a imediata declaração de impedimento ou suspeição.

Para fins desta política, caracterizam eventos de potenciais conflitos de interesse, especialmente, mas não se limitando, em casos de:

- I. Situações de relacionamentos próximos com pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesses em decisões ou informações confidenciais da entidade ou dos poderes.
- II. Exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do cargo ou função, ou a favor de terceiros, em detrimento aos objetivos da entidade;
- III. Divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas obtidas em função do cargo ou das atividades exercidas;

- IV. Atuar, direta ou indiretamente, em favor de interesses próprios ou de terceiros perante órgão regulador ou fiscalizador em razão do exercício do cargo.

### **3.1.2. Público Externo**

Qualquer pessoa física ou jurídica que venha a prestar serviços relacionados a gestão dos investimentos da Entidade, deverá exercer sua atividade no estrito interesse dos participantes e beneficiários dos planos, em total ausência de conflito de interesses, real, potencial ou aparente.

Neste propósito, os contratos firmados com prestadores de serviços, bem como a seleção de tais prestadores, irão incorporar critérios e checagens que visem à mitigação de conflitos de interesses, sendo alvos de análises qualificadas dos setores jurídicos.

Além disso, a Entidade observará a isenção de seus prestadores de serviço, atentando-se, em especial, para os seguintes casos:

- Potenciais conflitos de interesse de alocadores, seja por alocação em produtos da própria casa, em produtos de casas associadas ou por opacidade das informações relacionadas à reversão de “rebates”;
- Potenciais conflitos de interesse de consultores, em especial no que tange à seleção de produtos, sendo definitivamente inaceitável que os produtos selecionados gerem qualquer espécie de vantagem para o consultor;
- Potenciais conflitos de interesse no monitoramento, em especial quando houver estímulos para que o autor do monitoramento não reporte eventuais problemas;

Potenciais conflitos de interesses de gestores, sobretudo quando da alocação em produtos estruturados e/ou distribuídos pela própria casa ou empresa associada.

No relacionamento com prestadores de serviços, além das medidas de avaliação da capacidade técnica e de mitigação de conflitos de interesse descritas anteriormente, o RPPS define critérios visando à impessoalidade, à concorrência e à transparência, a serem observados nas fases de seleção e monitoramento.

Adicionalmente aos critérios estabelecidos na Portaria MTP 1.467, os gestores de recursos deverão ser preferencialmente associados à ANBIMA, observando os princípios e regras do Código de Regulação e Melhores Práticas.

## **4. SOBRE O FUNDO**

A presente Política de Investimentos considera a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e demais características sintetizadas a seguir. Deste modo, a construção da carteira visa a compatibilizar a alocação em ativos com fluxos de pagamento compatíveis com prazos e o montante das obrigações, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do plano.

Ente Federativo	Estado de Santa Catarina
Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina
Nome do Fundo	SC SEGURO
Modalidade	Benefício Definido – Repartição Simples
Meta atuarial	INPC + 4,50% a.a.
CNPJ do Plano	82.951.229/0001-76
Categoria Investidor	Qualificado

### 4.1. Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico tem por objetivo detalhar a projeção de variáveis macroeconômicas a partir da conjuntura atual e por intermédio de premissas e hipóteses condizentes com realidade econômica, a fim de prover às demais áreas da entidade análises que contribuam para a condução dos processos de alocação e tomada de decisão de investimento.

As projeções dos principais indicadores econômicos são utilizadas para desenhar estes cenários, que também servirão como plano de fundo às análises e aos estudos macro/setorial (top down), com intuito de informar aos gestores os principais impactos possíveis sobre os diversos mercados e, assim, tornar a tomada de decisão mais segura e eficiente.

O detalhamento dos cenários é parte integrante dos documentos sobre o estudo de macroalocação conduzidos pelo RPPS.

O cenário macroeconômico tem por objetivo detalhar a projeção de variáveis macroeconômicas a partir da conjuntura atual e por intermédio de premissas e hipóteses condizentes com realidade econômica, a fim de prover às demais áreas da entidade análises que contribuam para a condução dos processos de alocação e tomada de decisão de investimento.

As projeções dos principais indicadores econômicos são utilizadas para desenhar estes cenários, que também servirão como plano de fundo às análises e aos estudos macro/setorial (top down), com intuito de informar aos gestores os principais impactos possíveis sobre os diversos mercados e, assim, tornar a tomada de decisão mais segura e eficiente.

O detalhamento dos cenários é parte integrante dos documentos sobre o estudo de macroalocação conduzidos pelo RPPS.

Para maior assertividade, o cenário utilizado corresponde ao apresentado no último Boletim Focus, conforme tabela apresentado abaixo, de 16/08/2024, que antecede a aprovação dessa Política de Investimentos no Comitê de Investimentos. O Boletim Focus é elaborado pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, do BACEN, e apresenta o resumo das expectativas do mercado financeiro para a economia.

The image shows a detailed table of economic indicators from the Boletim Focus. The table is organized by year (2024, 2025, 2026, 2027) and includes columns for different metrics such as PIB (GDP), Inflação (Inflation), Taxas de Juros (Interest Rates), and others. The data is presented in a grid format with various colors highlighting specific values and trends.

- **Inflação (IPCA):** Para o final de 2024 a expectativa é uma taxa de 4,22% e para 2025 a expectativa é uma redução de taxa para 3,91%, e 2026 e 2027 3,60% e 3,50% respectivamente.
- **SELIC:** Para o final de 2024 a expectativa é um fechamento de 10,50% e para o ano de 2025 que haja uma redução e fecha em uma taxa de 10%. Para 2026 e 2027 a expectativa é uma taxa SELIC de 9%.
- **PIB:** Em 2024 espera-se um resultado positivo do PIB de 2,23% e para 2025 o resultado esperado é de 1,89%. Para 2026 e 2027 a expectativa é de 2%.
- **Câmbio (Dólar/Real):** A expectativa é para final de 2024 a cotação do dólar feche em R\$ 5,31, para 2025 R\$ 5,30 e 2026 e 2027 o valor de R\$ 5,25.

As projeções do cenário econômico futuro, são uma fonte de informações com potencial de afetar o retorno dos investimentos em diversas áreas, em razão das variações esperadas para os principais indicadores macroeconômicos. Entretanto, além de identificar as expectativas do mercado, torna-se necessário a atenção aos principais acontecimentos, uma vez que eles ainda podem impactar a economia, trazendo risco à expectativa do mercado.

No Brasil, ainda que a incerteza em torno da política fiscal permaneça, o governo anunciou o contingenciamento de gastos fiscais deste ano visando atingir a meta para 2024. O volume contingenciado parece insuficiente, entretanto demonstra a disposição do governo em tomar medidas na direção do atingimento das metas e, portanto, melhora a percepção em relação aos últimos meses.

A atividade econômica, por sua vez, continua resiliente, destacando-se o mercado de trabalho com desemprego em nível recorde de baixa, alta da renda e, portanto, aumento substancial da massa salarial, o que deve manter o dinamismo do consumo nos próximos meses. Por outro lado, a maior demanda associada à massa de salários e o maior custo associado à alta dos rendimentos, deve manter a inflação de itens intensivos em trabalho pressionada.

Neste cenário de continuidade da incerteza fiscal, ainda que em menor proporção, inflação com componentes mais persistentes e atrelados ao ciclo econômico, expectativas de inflação desancoradas e um ambiente externo melhor, mas ainda adverso, o Banco Central do Brasil tem optado por sinalizar a manutenção da taxa SELIC em 10,5% no ano de 2024 e com expectativa de pequenos cortes para 2025.

Já no cenário externo observou-se a piora da inflação nos Estados Unidos, somada à resiliência da atividade econômica, levou à postergação da flexibilização monetária por parte do FED, o que resultou em impactos importantes nos ativos financeiros, especialmente de países emergentes.

Entretanto, desde meados de maio, tanto a atividade econômica quanto a inflação apresentaram comportamento mais moderado. No âmbito da atividade econômica, ainda que a geração de vagas de empregos continue em ritmo forte, outros indicadores do mercado de trabalho têm mostrado fraqueza nas margens. Já a inflação, que havia acelerado nas margens e piorado qualitativamente, reverteu o movimento.

A perda de dinamismo do mercado de trabalho e a inflação mais benigna levaram o FED a sinalizar que a taxa de juros pode ser reduzida no final de 2024.

Assim, objetivando o alinhamento com o cenário e perspectivas econômicas acima apresentadas, bem como a maximização da rentabilidade com uma estratégia que proteja contra a volatilidade dos mercados, acredita-se que, frente a previsão de continuidade de

redução leve dos patamares elevados dos juros em 2025 e uma expectativa de alocação de capital estrangeiro em mercado emergentes, a melhor estratégia é continuar alocando recursos prioritariamente em investimentos atrelados a Títulos Públicos e Renda Fixa e de baixa liquidez, diante a utilização de saldos para pagamento de benefícios.

## 4.2. Estudo de Macroalocação

Com base nas características do plano, o RPPS atualizou em 2024 o estudo de macroalocação do plano, com base na metodologia de Fronteira Eficiente, visando à proposição de uma carteira de investimentos otimizada, na relação estimado x retorno esperados.

Através da identificação de um determinado nível de equilíbrio entre o retorno dos investimentos e o grau de risco admitido, obteve-se uma gama de alternativas de alocação compatíveis com os objetivos do plano, resultando em:

- Maximização da rentabilidade dos investimentos, visando ao menos igualar a taxa de referência do plano, a dado nível de risco;
- Gerenciar a liquidez necessária para pagamento das obrigações atuais e futuras do plano;
- Diversificação dos ativos; e
- Consistente planejamento para aplicação dos recursos garantidores.

## 5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados nesta Política de Investimentos.

A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o proposto de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado. O Plano SC Seguro utiliza-se da metodologia de regime financeiro por repartição simples, do qual tem como base a solidariedade entre os participantes e do qual o Estado deverá fazer o aporte financeiro dos valores que faltarem para o pagamento de benefícios. Sendo assim, a estratégia estará mais ligada a rentabilização para fluxo de caixa de pagamentos de benefícios e de liquidez imediata.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	99,00%	90,00%	100,00%
Renda Variável	30%	1,00%	0,00%	10,00%
Estruturado	15%	0,00%	0,00%	5,00%

Imobiliário	5%	0,00%	0,00%	5,00%
Operações com participantes	5%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%

## 5.1. Rentabilidade e benchmarks

A rentabilidade auferida pelo Fundo SC Seguro por cada segmento de aplicação encontra-se registrada na tabela a seguir:

RENTABILIDADE PASSADA – PLANO E SEGMENTOS DE ALOCAÇÃO						
SEGMENTO	2020	2021	2022	2023	2024*	ACUMULADO
Plano	4,74	0,94	9,89	13,62	4,87%	34,06%
Renda Fixa	4,81	1,16	8,59	13,56	4,98%	33,10%
Renda Variável	3,05	-16,94	9,84	20,49	-2,98	13,46%
Estruturado	-	3,34	11,17	-	-	14,51%
Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-	-	-
Exterior	-	-	-	-	-	-

\*A rentabilidade de 2024 foi auferida até o mês de agosto/2024

As metas de rentabilidade por plano e segmento de aplicação, bem como os correspondentes índices de referência (*benchmarks*), foram estabelecidas, conforme tabela a seguir:

Entende-se como *benchmark* para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE	RETORNO ESPERADO
Plano	INPC <sup>1</sup> + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.	8,65%
Renda Fixa	CDI <sup>2</sup> + 1,00% a.a.		10,75%
Renda Variável	IBrX-100 <sup>3</sup>		12,74%
Estruturado	INPC <sup>1</sup> + 4,50% a.a.		8,65%
Imobiliário	INPC <sup>1</sup> + 4,50% a.a.		8,65%
Exterior	MSCI Global (BRL) <sup>3</sup>		13,18%

<sup>1</sup>INPC Projetado 2025: 4,22% conforme Relatório FOCUS – 16/08/2024

<sup>2</sup>CDI Projetado 2025: 10% conforme Relatório FOCUS – 16/08/2024

<sup>3</sup>BrX-100 e MSCI Global (BRL) projetado conforme cenário Consultoria de Investimentos

## 6. LIMITES

Na aplicação dos recursos, o plano observará os limites consignados nas tabelas abaixo.

### 6.1. Limite de alocação por segmento

ART	INCI SO	ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LIMITES		Alocaç ão Alvo
				LEGA L	PI	
7º	-	-	<b>Renda Fixa</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>99%</b>
	I	a	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados na SELIC	100%	100%	-
		b	Cotas de fundos de investimentos classificados como renda fixa, cujo regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados em títulos definidos na alínea “a”, ou compromissadas lastreadas nesses títulos		100%	80%
		c	Cotas de Fundos de Investimentos em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas exclusivamente em títulos definidos na alínea “a”, ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa)		100%	-
	II	-	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” do inciso I.	5%	5%	-
	III	a	cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa);	60%	60%	19%
		b	cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda fixa)		60%	-
	IV	-	Alocação diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21	20%	20%	-
	V	a	cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);	5%	0%	-
		b	cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo “crédito privado” constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda fixa);	5%	0%	-
		c	cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei	5%	0%	-

			nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em debêntures de que trata o art. 2º dessa mesma Lei, observadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários.			
8	-	-	<b>Renda Variável</b>	<b>30%</b>	<b>5%</b>	<b>1%</b>
	I	-	cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);	30%	5%	1%
	II	-	cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados ou negociados por bolsa de valores no Brasil, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda variável).	30%	5%	-
9	-	-	<b>Exterior</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>	<b>-</b>
	I		cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa";	10%	5%	-
	II		cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;	10%	5%	-
	III		cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	10%	5%	-
10	-	-	<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>15%</b>	<b>5%</b>	<b>-</b>
	I	-	cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM)		5%	-
	II	-	cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos;	5%	0%	-
	III	-	cotas de fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso", conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.		0%	-
11	-	-	<b>Fundos Imobiliários</b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>
	-	-	cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.	5%	0%	-
12	-	-	<b>Empréstimo Consignados</b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>
	-	-	Empréstimos na modalidade de consignados	5%	0%	-

## 7. VEDAÇÕES

Nas operações em que o RPPS possui efetivo poder de gestão, serão vedadas as seguintes alocações:

- Poupança;
- Notas de Crédito à Exportação (NCE) e Células de Crédito à Exportação (CCE);
- Notas Promissórias;
- Todas as operações vedadas conforme art. 28 da Resolução CMN nº 4963/2021.

## 8. DERIVATIVOS

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados, cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.963/2021.

O RPPS, através de seus fundos de investimentos, poderá fazer uso de derivativos, conforme objetivos descritos no regulamento do fundo investido. Caberá ao gestor, discricionariamente, analisar a conveniência e oportunidade para realização de operações com derivativos, sempre respeitando os limites legais, quando aplicáveis, e os quesitos a seguir.

O controle de exposição, quando se tratar de veículos em que a abertura de carteira é necessária para o enquadramento, será através do monitoramento dos níveis de margem requerida como garantia de operações e das despesas com a compra de opções, sendo:

- Margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) da posição em ativos financeiros aceitos pela Clearing;
- Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Cabe destacar que o controle aqui mencionado não se aplica aos fundos que são dispensados, por legislação, do controle relacionado a derivativos, sendo certo que outras análises sobre a utilização de derivativos nesses fundos serão realizadas, a despeito da dispensa legal para esse controle específico.

Além do caso acima, e sem prejuízo da observância dos mesmos critérios legais, o RPPS poderá realizar operações de derivativos diretamente desde que tais operações observem, cumulativamente, os seguintes critérios:

- Observância dos quesitos legais relacionados a depósito de margem e a gasto com prêmio de opções, transcritos anteriormente;
- Análise prévia de cenários, riscos e impactos na carteira, considerando-se a posição isoladamente e em conjunto com ativos da carteira;

- As operações deverão ter o objetivo de proteção, seja em relação a um cenário adverso ou ao descolamento em relação a um determinado objetivo.

## 9. APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pelo RPPS (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022.

O apreçamento dos ativos, independentemente da modalidade, será realizado pelo:

- Agente de custódia, ou por terceiro por ele contratado para prestação do serviço de controladoria de ativos; ou
- Administrador fiduciário dos fundos de investimento alocados, ou por terceiro para prestação do serviço de controladoria de ativos para o fundo.

Adicionalmente, o apreçamento estará sujeito aos seguintes pontos:

- Metodologia: conforme manual disponibilizado pelo prestador de serviços contratado (administrador/custodiante/controladoria de ativos);
- Fontes: poderão ser utilizados como fontes de referência os dados divulgados por instituições reconhecidas por sua atuação no mercado de capitais brasileiro, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e a B3. No caso de ativos com baixa liquidez, autoriza-se o uso de estudos específicos, elaborados por empresas especializadas e com reconhecida capacidade;
- Modalidade: como regra geral, os ativos serão marcados a mercado. Como exceção a regra, os títulos públicos federais com prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento igual ou superior a cinco anos podem ser registrados na curva desde que haja capacidade financeira e intenção de mantê-los na carteira até o vencimento, exclusivamente em relação à parcela de recursos administrados destinados a custear benefícios que utilizem hipóteses atuarial.
- Reclassificação: a alteração da modalidade na curva para a mercado pode ser realizada, a critério do RPPS, na ocorrência de pelo menos uma das seguintes situações: motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto; para a redução da taxa de juros ou para aumento da longevidade, mediante alteração da tábua de mortalidade, dos planos de benefícios que utilizem hipóteses atuariais na constituição e manutenção de benefícios, desde que o resultado da reclassificação seja igual ou inferior ao valor do ajuste decorrente da alteração da(s) hipótese(s), com base em estudo técnico específico elaborado pelo RPPS.

É recomendável que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

O monitoramento da marcação dos ativos é feito por meio de relatórios gerados mensalmente por consultores contratados.

## 10. REGULAMENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Esta Regulamentação estabelece critérios para o credenciamento prévio de instituições financeiras aptas a receberem aplicações dos recursos garantidores dos planos de benefícios do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina – RPPS/SC, em conformidade com o disposto na Resolução CMN n. 4963/2021 e na Portaria MTP n. 1467/2022.

Podem requerer o credenciamento prévio as seguintes instituições:

- I – as administradoras e as gestoras de fundos de investimentos;
- II – as instituições financeiras bancárias emissoras de ativos financeiros;
- III – as corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários, no caso de operação direta com títulos de emissão do Tesouro Nacional registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia; e
- IV - o custodiante de títulos e valores mobiliários, para a prestação de serviços de custódia dos títulos públicos federais sob gestão própria do RPPS/SC.

As instituições referidas nos itens I e II mencionados anteriores, além de cumprir os demais requisitos legais e normativos, deverão comprovar ter realizado, nos 12 (doze) meses anteriores ao requerimento, a gestão ou a administração de ativos financeiros no valor mensal de, no mínimo, R\$ 100.000.000.000 (cem bilhões de reais).

As administradoras de fundos de investimentos e as instituições referidas nos itens III e IV mencionados anteriores, além de cumprir os demais requisitos legais e normativos, deverão estar relacionadas na lista exaustiva das instituições que atendam as condições estabelecidas no § 2º, inciso I, e § 8º, do art. 21 da Resolução CMN n. 4.963/2021.

Não serão credenciadas as instituições que se enquadrarem em qualquer das seguintes situações:

- I – estiverem cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;
- II – tiverem sido declarada inidônea em qualquer esfera de governo;
- III – estiverem em processo de recuperação, intervenção, liquidação ou outro regime de resolução pelo Banco Central; ou
- IV - apresentarem algum restritivo junto a CVM ou BACEN.

O requerimento de credenciamento será recebido, processado e decidido pela Diretoria de Investimentos e, ao final, homologado pelo Comitê de Investimentos.

Será considerada credenciada a instituição que for declarada apta no processo de credenciamento, a qual, após a assinatura do Termo de Credenciamento, passará a compor o banco de dados de instituições credenciadas do RPPS/SC.

O Termo de Credenciamento será assinado pelo Diretor de Investimentos e pelo Presidente do

IPREV/SC.

O credenciamento não implicará, em qualquer hipótese, obrigação de alocar ou manter recursos do RPPS/SC em ativos financeiros emitidos, administrados, geridos, distribuídos ou custodiados pela instituição credenciada.

O IPREV/SC publicará, em seu site, o rol das instituições credenciadas.

O credenciamento terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Credenciamento.

O Comitê de Investimentos definirá o rol de documentos a serem apresentados pela instituição requerente para fins de credenciamento, diligenciando para que sejam atendidos integralmente os requisitos previstos neste regulamento, na política de investimentos, na Portaria MTP n. 1.467/2022 e na Resolução CMN n. 4.963/2021.

## 11. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INVESTIMENTO

Durante a vigência da presente Política de Investimentos, os riscos de investimentos serão avaliados de acordo com os procedimentos e critérios abaixo descritos, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes às operações.

### 11.1. Risco de Mercado

Para fins de gerenciamento do risco de mercado, o RPPS emprega as seguintes ferramentas estatísticas:

FERRAMENTAS	PROPÓSITO
<i>Value-at-Risk (VaR) ou Benchmark Value-at-Risk (B-VaR)</i>	O VaR (B-VaR) estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. A utilização de cada modelo dependerá do tipo de mandato e de seus objetivos.

#### 11.1.1. VaR e B-VaR

Para os segmentos e/ou mandatos, o controle de risco de mercado será feito por meio do VaR e/ou B-VaR, com o objetivo de a Entidade controlar a volatilidade das carteiras do plano. Serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Modelo: Paramétrico.
- Método de Cálculo de Volatilidade: EWMA com  $\lambda$  0,94.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte de Investimento: 21 dias úteis.

Além disso, cabe destacar que essa modelagem será aplicada à carteira aberta dos fundos.

O controle de riscos deve ser feito de acordo com os seguintes limites:

<b>ESTRUTURA</b>	<b>BENCHMARK</b>	<b>VaR / B-VaR</b>	<b>LIMITE</b>
Consolidado	INPC + 4,50% a.a.	VaR	5,00%
Segmento Renda Fixa	CDI + 1,00% a.a.	VaR	5,00%
Segmento Renda Variável	IBrX-100	VaR	12,00%
Segmento Estruturado	INPC + 5,00% a.a.	VaR	11,00%
Segmento Imobiliário	INPC + 5,00% a.a.	VaR	8,00%
Segmento Exterior	MSCI Global (BRL)	VaR	15,00%

Os limites e os objetivos estipulados foram encontrados através da expectativa de retorno definida no cenário para cada mandato/segmento, ou ainda no *spread* exigido para que se obtenha um equilíbrio entre o passivo e o ativo. A relação entre retorno e risco é uma das premissas inseridas neste modelo de mensuração, que ainda conta com a definição do horizonte de tempo e do intervalo de confiança utilizado.

### **11.1.2. Monitoramento e Providências**

Em razão de a gestão dos fundos que serão monitorados de acordo com os controles e limites aqui estabelecidos ser terceirizada, é necessário observar que eventuais descumprimentos de limite devem:

1. Ser analisados em relação ao contexto de mercado à época do rompimento;
2. Ser analisados em relação à postura do gestor, especialmente no que tange ao fato gerador de tal rompimento: se posicionamento ativo por parte do gestor ou se situação atípica de mercado;
3. Ser avaliados em contexto mais amplo, considerando-se a carteira total de investimentos, e potenciais impactos nessa carteira.

Nesse sentido, o tratamento dado a cada eventual rompimento de limite depende das análises acima, assim como as providências a serem tomadas, sendo certo que não existe obrigatoriedade, *a priori*, de zeragem e/ou redução de exposição e nem mesmo de interrupção das operações.

### **11.2. Risco de Crédito**

O gerenciamento do risco de crédito visa mitigar a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, resultando em prejuízo ao plano.

Deste modo, antes de realizar uma aplicação em ativos ou de cotas de fundos de investimento relacionados ao risco de crédito, o RPPS avalia o potencial da empresa/instituição emissora do crédito em honrar as dívidas. A análise realizada procura identificar fatores que possam deteriorar a geração de fluxo de caixa operacional empregando, simultaneamente, as seguintes abordagens:

<b>ABORDAGENS</b>	<b>PROPÓSITO</b>
Qualitativa	A análise qualitativa é composta por inúmeros elementos que possam contribuir

	com a formação de opinião acerca da capacidade de pagamento, incluindo-se: análise de emissores, documentação e prospecto, prazos, fatores financeiros, garantias etc.
Quantitativa	Os modelos quantitativos de classificação de risco de crédito buscam avaliar a um emissor de crédito ou de uma operação específica, atribuindo uma medida que representa a expectativa de risco de <i>default</i> , geralmente expressa na forma de uma classificação de risco ( <i>rating</i> ).

### 11.2.1. Abordagem Qualitativa

Com relação aos investimentos diretos em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (*rating*) atribuído por agência classificadora, mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir:

#### Análise dos emissores

Nos investimentos em que a contraparte seja o principal pilar para a análise do risco da operação, é importante analisar aspectos financeiros (capacidade de pagamento), histórico de atuação, governança, controle acionário, setoriais, impactos políticos (se existir), aspectos legais da emissão como índices financeiros (cobertura, alavancagem e outros).

#### Análise de prospectos e outras documentações

Em uma operação estruturada é necessária a análise das documentações que competem à operação (prospecto, regulamento e outras), entendendo-se quais as garantias, seus vínculos e/ou lastros, responsabilidades, estrutura de gerenciamento de fluxo de caixa, custos, volume de emissão, prazo do investimento, etc.

#### Monitoramento de operações de crédito

A decisão de investir em um ativo de crédito traz consigo a necessidade de um acompanhamento contínuo do desempenho das operações. Nesse sentido, é necessário acompanhar a classificação de risco das agências de *rating* e os dados da operação disponíveis no mercado. A contraparte também deve ser periodicamente acompanhada.

### 11.2.2. Abordagem Quantitativa

Sob a abordagem quantitativa, a avaliação do risco de crédito será realizada pela utilização de *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil. A classificação representa um grau crescente de risco de *default*, sintetizada por uma escala de notas, para as quais o RPPS estabelece um grau mínimo para realização de suas aplicações.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Para títulos emitidos por instituições financeiras, será considerado o *rating* da instituição;

- Para títulos emitidos por quaisquer outras instituições não financeiras, será considerado o *rating* da emissão, e não o *rating* da companhia emissora;

É preciso verificar se a emissão ou emissor possui *rating* por pelo menos uma das agências classificadoras de risco, e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior às faixas classificadas como “Investimento” a seguir:

TABELA DE RATINGS							
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Liberum	Austin	Grau	
1	AAA (bra)	brAAA	Aaa	AAA	brAAA	Investimento	
2	AA+ (bra)	brAA+	Aa1	AA+	brAA+		
	AA (bra)	brAA	Aa2	AA	brAA		
	AA- (bra)	brAA-	Aa3	AA-	brAA-		
3	A+ (bra)	brA+	A1	A+	brA+		
	A (bra)	brA	A2	A	brA		
	A- (bra)	brA-	A3	A-	brA-		
4	BBB+ (bra)	brBBB+	Baa1	BBB+	brBBB+		
	BBB (bra)	brBBB	Baa2	BBB	brBBB		
	BBB- (bra)	brBBB-	Baa3	BBB-	brBBB-		
5	BB+ (bra)	brBB+	Ba1	BB+	brBB+		Especulativo
	BB (bra)	brBB	Ba2	BB	brBB		
	BB- (bra)	brBB-	Ba3	BB-	brBB-		
6	B+ (bra)	brB+	B1	B+	brB+		
	B (bra)	brB	B2	B	brB		
	B- (bra)	brB-	B3	B-	brB-		
7	CCC (bra)	brCCC	Caa1	CCC	brCCC		
	CC (bra)	brCC	Caa2	CC	brCC		
	C (bra)	brC	Caa3	C	brC		
8	D (bra)	brD	Da	D	brD		

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão classificados como Grau de Investimento, observadas as seguintes condições:

- Caso duas das agências classificadoras admitidas classifiquem o mesmo papel ou emissor, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- O enquadramento dos títulos ou emissores será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimento.

As agências de classificação de risco utilizadas na avaliação dos ativos de crédito privado domiciliadas no país devem estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No caso de agências domiciliadas no exterior, essas devem ser reconhecidas pela CVM.

### 11.2.3. Exposição a Crédito Privado

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, evitando-se exposição a ativos não elegíveis. Eventuais rebaixamentos de *ratings* de papéis já integrantes da carteira de investimentos deverão ser avaliados individualmente, visando a proteger o interesse dos participantes dos planos de benefícios.

Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Aplicações em DPGE (Depósitos a Prazo com Garantia Especial) serão sempre consideradas como “Grau de Investimento”, desde que sejam respeitados os limites de cobertura de R\$ 40 milhões do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) por instituição;
- Se não houver *rating* válido atribuído, o ativo será classificado como Grau Especulativo.

O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

Categoria de Risco	Limite
Grau de Investimento + Grau Especulativo	60%
Grau Especulativo	5%

O limite para títulos classificados na categoria Grau Especulativo visa comportar eventuais rebaixamentos de *ratings* de papéis já integrantes da carteira de investimentos e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais, dos quais a Entidade não tem controle sobre o regulamento. Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria “Grau Especulativo” por parte dos gestores de carteira e de fundos exclusivos.

### 11.2.4. Controle de Concentração

Além dos controles já explicitados, a Entidade atentar-se-á para eventuais excessivas concentrações em determinados emissores e/ou em setores específicos da economia. A razão pela qual tal atitude é tomada é o reconhecimento de que, por mais que os controles sejam observados, o mercado de crédito está sujeito a peculiaridade próprias, que podem levar a perdas mesmo em situações aparentemente controladas.

Nesse sentido, a Entidade observará os seguintes parâmetros:

TIPO DE CRÉDITO	CONTROLE INDIVIDUAL	CONTROLE SETORIAL
Financeiro	10%	20%
Corporativo	5%	10%

A extrapolação de qualquer um dos níveis de controle não exige imediata revisão da alocação, mas sim estudo mais aprofundado da contraparte em questão ou do setor ao qual ela pertence.

### 11.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes.

#### 11.3.1. Redução de Demanda de Mercado (Ativo)

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio do controle do percentual da carteira que pode ser negociado em determinado período, adotando como premissa a utilização de 20% do volume médio negociado nos últimos 21 dias úteis, para cada ativo presente na carteira e/ou fundos exclusivos. No caso dos demais fundos, será utilizado o prazo de cotização divulgado em regulamento.

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 21 dias úteis	10%
Até 252 dias úteis	20%

### 11.4. Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- Realizações das ações de controles internos, previstas no item 13 desta política;
- Conhecimento e mapeamento profundo de seus procedimentos operacionais;
- Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo;
- Avaliação dos impactos das possíveis falhas;
- Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados.
- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento.

As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

### 11.5. Risco Legal

O risco legal está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O monitoramento do risco jurídico incide sobre a gestão dos serás feito por meio:

- Monitoramento do nível de compliance, através de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelo Conselho Fiscal; e
- Contratação de serviços pontuais ou de monitoramento do risco jurídicos da carteira de investimentos.

### 11.6. Risco Sistêmico

Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco. O monitoramento do risco sistêmico é realizado através de relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado o *VaR* e *Stress* da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente.

Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação de setores e emissores. Como mecanismo adicional, o RPPS poderá contratar gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

## 12. CONTROLES INTERNOS

Com o objetivo de manter-se em permanente atendimento aos limites e requisitos previstos na Resolução CMN Nº4.693/21, serão aplicados os seguintes controles internos:

### 12.1. Controles internos aplicados na gestão de riscos

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco de Mercado	- Modelos de <i>VaR</i> e/ou <i>B-VaR</i> ;	- Controles pelos gestores exclusivos; - Relatórios de Risco; - Monitoramento dos deslocamentos e limites estabelecidos.
Risco de Crédito	- Limitação por contraparte; - Diversificação; - Acompanhamento de <i>ratings</i> .	- Controles pelos gestores exclusivos; - Relatórios de Risco; - Monitoramento dos limites estabelecidos e alterações de <i>rating</i> .
Risco de Liquidez	- Liquidez dos ativos de mercado.	- Monitoramento dos prazos de resgate e carência de fundos abertos; - Monitoramento da demanda de mercado

		através de relatórios de risco e Relatório de Compliance; - Após concluído o estudo de ALM o RPPS extrai do referido estudo uma tabulação com a liquidez a ser requerida de forma a acompanhar a necessidade de desembolso de caixa para fins de pagamentos de benefícios.
Risco Operacional	- Controles Inadequados; - Falhas de Gerenciamentos; - Erros Humanos.	- Implementação e mapeamento de processos e rotinas de trabalho; - Adoção de práticas de governança corporativa; - Certificação dos profissionais que participam do processo de tomada de decisão dos investimentos.
Risco Legal	- Violação da Legislação e Política; - Violação de Regulamentos; - Faltas em contratos.	- Enquadramento Legal; - Enquadramento da Política de Investimentos; - Monitoramento dos limites gerais no Relatório de Compliance; - Avaliação técnica e criteriosa de contratos com gestores e prestadores de serviço.
Risco Sistemico	- Possíveis perdas causadas por problemas generalizados no mercado.	- Priorizar os investimentos em títulos soberanos em títulos que disponham de garantias; - Considerar aspectos de diversificação de setores e emissores.

## 12.2. Controles internos aplicados em eventos de desenquadramento

Apesar de todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos mínimos devem ser observados:

- O desenquadramento ocasionado por erros ou falhas internas deve gerar procedimento de revisão de processos, e adequação formal dos mesmos;
- O desenquadramento gerado por descumprimento da legislação, no que concerne aos recursos investidos, deve gerar sanções ao gestor de recursos, que podem ir desde sua advertência formal até o resgate da totalidade dos recursos investidos;
- O desenquadramento gerado de natureza passiva não é considerado como infringência a legislação vigente, sendo que o reenquadramento deverá ser realizado conforme os ditames legais;
- O desenquadramento ocasionado por investimentos realizados antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.963/21 podem ser mantidos até a sua data de vencimento ou de sua alienação.



### 13. CONTROLE DO PROCESSO DE APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO

CONTROLE SOBRE O PROCESSO DE APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO	
Aprovação Diretoria Executiva	27/08/2024
Aprovação Conselho Administração	XX/XX/2024
Encaminhamento do Demonstrativo das Políticas de Investimentos	Até 31/12/2024

Data extrato:

04/07/2024

## SC FUTURO

Prazo Aplicação, Resgate, Crédito	CNPJ	ENQUADRAMENTO	NOME FUNDO	EXE	ALE	TJE	TCE	MPE	TOTALS
D0, D1, D1	03.543.447/0001-03		PREVID RF IMA-B 5	806.111-4	806.115-7	806.114-9	806.113-0	806.112-2	-
D0, D1, D1	32.161.626/0001-29		BB PREVID RF IRF-M 1+						-
D0, D1, D1	07.442.078/0001-05		BB PREVID IMA-B TP						-
D0, D2, D2	13.327.340/0001-73	Artigo 7º, Inciso I, 'b'	PREVID RF IMA-B 5+						-
D0	11.046.645/0001-81		BB RF REFERENCIADO	1.335.638,11		1.466.890,66		166.048,71	2.970.577,48
D0	04.857.634/0001-79		RF LP TESOUREO SELIC						-
D0,D3,D3	35.292.588/0001-89		BB Prev RF Ret Total						-
D0	13.077.415/0001-45	Artigo 7º, Inciso III, 'a'	BB Prev RF Fluxo						-
D1,D1,D4	18.270.783/0001-89	Artigo 8º, Inciso II, alínea 'a'	Ações Alcação	1.335.638,11	-	1.466.890,66	-	166.048,71	2.970.577,48
<b>TOTALS</b>				1.335.638,11	-	1.466.890,66	-	166.048,71	2.970.577,48

## SC SEGURO - SALDOS ANTIGO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Prazo Aplicação, Resgate, Crédito	CNPJ	ENQUADRAMENTO	NOME FUNDO	ALE	TJE	TCE	MPE	TOTALS
D0, D1, D1	03.543.447/0001-03		PREVID RF IMA-B 5	806.011-8	806.012-6	806.013-4	806.014-2	44.048.941,28
D0, D1, D1	32.161.626/0001-29		BB PREVID RF IRF-M 1+					-
D0, D1, D1	07.442.078/0001-05		BB PREVID IMA-B TP	1.212,31	55.729.820,05	782.341,08	1.178.599,64	57.692.073,28
D0, D2, D2	13.327.340/0001-73	Artigo 7º, Inciso I, 'b'	PREVID RF IMA-B 5+					3.678.196,51
D0	11.046.645/0001-81		BB RF REFERENCIADO	1.804,483,08	156.676.042,91	5.967,107,67	26.863,161,60	183.539.204,51
D0	04.857.634/0001-79		RF LP TESOUREO SELIC		2.522.559,02			10.294.119,77
D0,D3,D3	35.292.588/0001-89		BB Prev RF Ret Total		90.610,480,32		20,156,591,59	110.767,071,91
D0	13.077.415/0001-45	Artigo 7º, Inciso III, 'a'	BB Prev RF Fluxo		0,39			0,39
D1,D1,D4	18.270.783/0001-89	Artigo 8º, Inciso I	Ações Alcação	1.805.665,39	6.527.666,53	6.749,448,75	57.090,448,29	6.527.666,53
<b>TOTALS</b>				1.805.665,39	350.901.911,75	6.749,448,75	57.090,448,29	416.547,474,18

## SC SEGURO - FUNDO FINANCEIRO

Prazo Aplicação, Resgate, Crédito	CNPJ	ENQUADRAMENTO	NOME FUNDO	EXE	ALE	TJE	TCE	MPE	IPREV/comp. prev.	Sentença Judicial	TOTALS
D0, D1, D1	03.543.447/0001-03		PREVID RF IMA-B 5	806.016-9	806.017-7	806.018-5	806.019-3	806.020-7	5151-9	806,021-5	2.330.194,00
D0, D1, D1	32.161.626/0001-29		BB PREVID RF IRF-M 1+								12.909.420,98
D0, D1, D1	07.442.078/0001-05		BB PREVID IMA-B TP								27.595.692,89
D0, D2, D2	13.327.340/0001-73	Artigo 7º, Inciso I, 'b'	PREVID RF IMA-B 5+								742.769,90
D0	11.046.645/0001-81		BB RF REFERENCIADO								110.371.523,81
D0	07.214.377/0001-82		RF LP TESOUREO SELIC								-
D0,D3,D3	35.292.588/0001-89		BB Prev RF Ret Total								24.238.106,38
D0	13.077.415/0001-45	Artigo 7º, Inciso III, 'a'	BB Prev RF Fluxo	19.010,891,02	21.502.352,25	28.157,901,89	6.374,806,62	12,918,855,02	31,798,87	2,967,50	87.998.573,17
D1,D1,D4	18.270.783/0001-89	Artigo 8º, Inciso I	Ações Alcação	19.010,891,02	21.502.352,25	28.157,901,89	6.374,806,62	12,918,855,02	31,798,87	2,967,50	3.515.005,06
<b>TOTALS</b>				19.010,891,02	21.502.352,25	28.157,901,89	6.374,806,62	194.621.568,04	31,798,87	2,967,50	269.702.286,19

## FUNDO ADMINISTRAÇÃO

Prazo Aplicação, Resgate, Crédito	CNPJ	ENQUADRAMENTO	NOME FUNDO	EXE	TOTALS
D0	11.046.645/0001-81	Artigo 7º, Inciso I, 'b'	BB RF REFERENCIADO	35.758.985,21	35.758.985,21
D0	13.077.415/0001-45	Artigo 7º, Inciso III, 'a'	BB Prev RF Fluxo	24.159.353,07	24.159.353,07
<b>TOTAL</b>				59.918.348,28	59.918.348,28

**RESUMO GERAL**

SC FUTURO	2.970.577,48	0,40%
SC SEGURO	686.249.760,37	91,61%
FUNDO ADMINISTRAÇÃO	59.918.348,28	8,00%
<b>TOTAL</b>	<b>749.138.686,13</b>	<b>100,00%</b>

Saldo antigo F. Previd.	416.547.474,18	55,60%
Fundo Financeiro	269.702.286,19	36,00%

**ENQUADRAMENTOS**

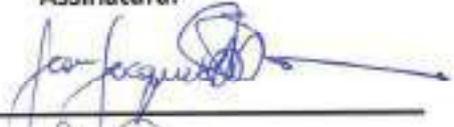
ARTIGO	NOME FUNDO	SC FUTURO	SC SEGURO		ADM	TOTAIS	% por Fundo	Total por Artigo	% por Artigo	LIMITES	
			Antigo F. Previd.	Fundo Financeiro						OBJ	MAX
Artigo 7º, Inciso I, 'b'	PREVID RF IMA-B 5	-	44.046.941,28	2.330.184,00	-	46.379.135,28	6,19	-	-	-	-
	BB PREVID RF- M 1+	-	-	12.909.420,98	-	12.909.420,98	1,72	-	-	-	-
	BB PREVID IMA-B TP	-	57.692.073,28	27.595.692,89	-	85.287.766,17	11,38	-	-	-	-
	PREVID RF IMA-B 5+	-	3.678.196,51	742.769,90	-	4.420.966,41	0,59	626.936.887,91	83,69	44,00	100,00
	BB RE REFERENCIADO	-	183.539.204,51	110.371.529,81	35.758.995,21	329.669.733,53	44,01	-	-	-	-
	RF LP TESOUREIRO SELIC	2.970.577,48	10.294.116,77	-	-	13.284.697,25	1,77	-	-	-	-
Artigo 7º, Inciso III, 'a'	BB Prev RF Ret Total	-	110.767.071,91	24.238.106,38	-	135.005.178,29	18,02	-	-	-	-
Artigo 8º, Inciso I	BB Prev RF Fluxo	-	0,39	87.999.573,17	24.159.353,07	112.158.926,63	14,97	112.158.926,63	14,97	47,00	60,00
	Adões Alocação	-	6.527.866,53	3.515.005,06	-	10.042.871,59	1,34	10.042.871,59	1,34	4,00	30,00
<b>TOTAIS</b>		<b>2.970.577,48</b>	<b>416.547.474,18</b>	<b>269.702.286,19</b>	<b>59.918.348,28</b>	<b>749.138.686,13</b>	<b>100,00</b>	<b>749.138.686,13</b>	<b>100,00</b>	<b>47,00</b>	<b>60,00</b>
			<b>686.249.760,37</b>							<b>30,00</b>	<b>30,00</b>

LISTA PRESENÇA REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RPPS/SC  
27/08/24

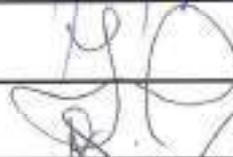
Nome:

Assinatura:

JEAN JACQUES AROSA BRAUN



José Luiz Egly



Alicemir de Andrade Graciano



Santo Roberto Vidal

Ernesto Montebelo Sr.



MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS/SC – 27/08/2024 (DOCUMENTO IPREV 5380/2024)

Às quatorze horas do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se, na sala de reuniões do Gabinete da Presidência do IPREV/SC, os seguintes membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC, sob a presidência do Senhor Yuri Carione Engelke (Diretor de Investimentos - DINV): Sr. Jean Jacques Dressel Braun, Sra. Aliceana Andrade Graciosa e Sr. Saulo Rodolfo Vidal. Nesta reunião também participaram o Presidente do IPREV/SC, Sr. Mauro Luiz de Oliveira, o Assessor de Gabinete, Sr. Ernesto Montibeler Filho e o Sr. Marcos Almeida (videoconferência), representante da empresa de consultoria LDB. **Pauta do dia: 1– Posição carteira em JUHO de 2024; 2- Cenários Macroeconômicos; 3- Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos de JULHO/2024; 4- Política de Investimentos para 2025;** inicialmente foi informado pelo Presidente que todos os documentos, a serem discutidos e analisados nesta reunião, foram disponibilizados aos membros do Comitê para prévia leitura e análise. Lida a pauta, passou-se a sua execução. **Item 1 da Pauta – Posição carteira em JULHO de 2024** – Em 07/2024, destacou-se a rentabilidade CONSOLIDADA de 1,08% frente a uma meta de 0,66%. No ano de 2024, a rentabilidade foi de 4,13%, para uma meta de 5,62%. Os fundos totalizaram o valor de R\$ 746.584.917,14. O Fundo SC FUTURO apresentou a rentabilidade de 0,89% frente a uma meta de 0,66%. No ano de 2024, a rentabilidade foi de 4,55%, para uma meta de 4,00%. O Fundo SC FUTURO totalizou o valor de R\$ 1.904.347,10. O Fundo SC SEGURO apresentou a rentabilidade de 1,08% frente a uma meta de 0,66%. No ano de 2024, a rentabilidade foi de 4,13%, para uma meta de 5,62%. O Fundo SC SEGURO totalizou o valor de R\$ 735.122.626,46. Passou-se, a seguir, ao **item 2 da Pauta – Cenários Macroeconômicos** - Foram disponibilizados e analisados os seguintes documentos: a) Relatório da Empresa LDB acerca da carteira de Investimentos (SC SEGURO, SC FUTURO e CONSOLIDADO) em 31/07/2024; b) Relatório da Empresa LDB acerca cenário macroeconômico de AGOSTO/2024; c) Ata da Reunião do Comitê de Política Monetária — Copom 30 e 31 de julho de 2024; d) Relatórios FOCUS de AGOSTO/2024; e) Relatórios FOCUS de Distribuição de Frequências de 01/08/24; f) Ata FOMC de 30 e 31/07/24 e relatórios do Banco do Brasil. Em julho, apesar do FED ter mantido a taxa de juros inalterada, as curvas de juros globais caíram devido ao alívio contínuo nos dados de inflação dos EUA, assim, aumentando as expectativas de que o FED possa iniciar em breve um ciclo de afrouxamento monetário. Nos EUA, a inflação tem mostrado uma tendência positiva, especialmente no setor de serviços, com uma composição favorável. A atividade econômica permanece forte, com o PIB crescendo no segundo trimestre, impulsionado pelos principais componentes da demanda interna. No entanto, os dados do mercado de trabalho indicam uma tendência geral de desaquecimento. Essa combinação de maior confiança no processo de desinflação e de acomodação no mercado de trabalho gera um aumento na expectativa de corte de juros no segundo semestre. Localmente, houve certo alívio nas curvas de juros, principalmente nos vencimentos mais longos, refletindo o cenário global e uma melhora na margem sobre as perspectivas locais. Todavia, a inflação corrente apresentou uma piora em sua composição e as expectativas de inflação seguem em deterioração, aproximando-se do teto do limite de



tolerância tanto em 2024 quanto em 2025. Também houve um movimento de desvalorização da moeda local, a qual, também, foi observado em outras economias ligadas a commodities. Este fato, somado às incertezas sobre a política fiscal local gerou esta maior volatilidade. Neste cenário o Copom manteve, em sua reunião de julho, a taxa Selic estável em 10,50%, mas adotou um discurso mais conservador do que em sua última reunião. Com este cenário, em JULHO/2024 um houve um fechamento da curva de juros futuros o que levou a uma recuperação considerável dos fundos com maior Duration. (IMA e IRFM). Para agosto o mercado considera como certa a redução dos juros americanos, restando a definição do tamanho da redução. Aqui pelo Brasil enfrenta-se a possibilidade de o COPOM, devido aos indicadores de inflação, aumentar a taxa de juros na próxima reunião. Com isso foi decidido, por unanimidade, manter-se a postura conservadora na gestão, priorizando a alocação em fundos de Renda Fixa de benchmark em CDI e com a manutenção de uma posição de segurança em fundos IMA, principalmente em fundos de títulos públicos enquadrados ao Art. 7º, I, b, da Resolução CMN nº 4.963/2, e uma posição mínima em renda variável. Passou-se, a seguir, ao **item 3 da Pauta - Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos de JULHO de 2024** – com os documentos disponibilizados antecipadamente aos participantes, o relatório foi aprovados por unanimidade. Passou-se, a seguir, ao **item 4 da Pauta - Política de Investimentos para 2025** – Foram novamente apresentadas as minutas das Políticas de Investimentos dos Planos SC FUTURO e SC SEGURO para 2025. As minutas foram analisadas e aprovadas por unanimidade. Ato contínuo estas serão encaminhadas ao Conselho de Administração para aprovação. Sem mais nada a tratar eu, Jean Jacques Dressel Braun, lavrei a presente Ata assinada pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC. Florianópolis, 27 de agosto de 2024.

Yuri Carioni Engelke  
Membro do Comitê de Investimentos

Jean Jacques Dressel Braun  
Membro do Comitê de Investimentos

Aliceana Andrade Graciosa  
Membro do Comitê de Investimentos

Saulo Rodolfo Vidal  
Membro do Comitê de Investimentos



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **3L7WB4W5**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN** (CPF: 727.XXX.979-XX) em 28/08/2024 às 14:34:04

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:08:03 e válido até 13/07/2118 - 14:08:03.

(Assinatura do sistema)



**YURI CARIONI ENGELKE** (CPF: 053.XXX.109-XX) em 28/08/2024 às 14:34:08

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:45:10 e válido até 30/03/2118 - 12:45:10.

(Assinatura do sistema)



**ALICEANA DE ANDRADE GRACIOSA** (CPF: 041.XXX.449-XX) em 28/08/2024 às 16:16:00

Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 16/08/2022 - 14:50:13 e válido até 15/08/2025 - 14:50:13.

(Assinatura ICP-Brasil)



**SAULO RODOLFO VIDAL** (CPF: 184.XXX.077-XX) em 28/08/2024 às 18:28:20

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:06:55 e válido até 13/07/2118 - 15:06:55.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFfMDAwMDUzODBfNTM4NV8yMDI0XzNMN1dCNFc1> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IPREV 00005380/2024** e o código **3L7WB4W5** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.